

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

ISABELA FUREGATTI CORRÊA

CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO:
o papel da cultura no desenvolvimento da sociedade latino-americana

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2020

ISABELA FUREGATTI CORRÊA

**Cultura para o desenvolvimento:
o papel da cultura no desenvolvimento da sociedade latino-americana**

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luis Chaves Feijó

Co-orientador: Prof. Dr. Renato Braz Oliveira de Seixas

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C967 c Corrêa, Isabela Furegatti
 Cultura para o desenvolvimento: o papel da
 cultura no desenvolvimento da sociedade latino-
 americana / Isabela Furegatti Corrêa ; orientador
 Ricardo Luis Chaves Feijó. - São Paulo, 2020.
 212 f.

 Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação
 Interunidades em Integração da América Latina. Área
 de concentração: Integração da América Latina.

 1. Cultura. 2. Desenvolvimento. 3. América
 Latina. 4. UNESCO. I. Feijó, Ricardo Luis Chaves,
 orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Ciência e Concordância da orientador(a)

Nome do(a) aluno(a): ISABELA FUREGATTI CORRÊA

Data da defesa: 24/8/2020

Nome da orientador(a): Prof(a). Dr(a). RICARDO LUÍS CHAVES FEIJÓ

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 1/9/2021

Assinatura do(a) orientador(a)

CORRÊA, I. F. **Cultura para o desenvolvimento: o papel da cultura no desenvolvimento da sociedade latino-americana.** 2020. 212 f. Tese (Doutora em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Aprovada em: 24/8/ 2020

Banca Examinadora

Interno ao PROLAM

Prof. Dr. Edgard Monforte Merlo

Instituição: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Externo ao PROLAM

Profa. Dra. Adriana Schor

Instituição: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Externo ao PROLAM

Profa. Dra. Maria Aparecida Ferrari

Instituição: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovada

Externo à USP

Prof. Dr. José Maria de Souza Júnior

Instituição: Faculdades Integradas Rio Branco

Julgamento: Aprovada

À minha família.

AGRADECIMENTOS

O processo que contempla todo o desenvolvimento da tese é longo e solitário. São quatro anos que se dividem entre fatores motivadores e angustiantes, que se complementam e caminham juntos ao longo de todo um percurso que depende exclusivamente de nós.

Confesso que desenvolvê-la, concomitantemente ao meu ofício profissional, foi outro grande desafio, além do fator psicológico. Conciliá-los, buscando desempenhá-los da melhor forma possível, recaiu inúmeras vezes sob a não compleição do que eu gostaria de elaborar, desenvolver, aprimorar.

Sobretudo o último ano. Não foi nada fácil. Algumas situações pessoais e familiares me sobrecarregaram mais do que eu gostaria de deixar. Por isso a conclusão da tese para mim é mais do que uma etapa concluída. É um divisor de águas. É uma vitória.

Tive suporte infinito por parte daqueles que a mim são tão caros. Entre palavras de incentivo, conforto e carinho, ganhei inúmeros livros relacionados ao meu tema; tive companhia nas bibliotecas por dias a fio. Isso me é muito valioso.

Todas essas pequenas e grandes demonstrações de estímulo e de fé na minha capacidade que me fizeram concluí-la.

Portanto, *agradeço...*

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Luis Chaves Feijó, que sempre acreditou no meu potencial e desde o meu ingresso no mestrado, há sete anos, desenvolveu uma parceria comigo da qual sou muito grata, sobretudo pelos importantes ensinamentos.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Renato Braz Oliveira de Seixas, que aceitou contribuir no desenvolvimento da minha tese, mesmo passados dois anos de seu início. Foi por causa das suas aulas no mestrado que tive mais interesse e amor pela cultura latino-americana. Agradeço imensamente por ter aceito participar dessa jornada conosco.

Aos meus amigos, que por meio de palavras e gestos de carinho me proveram suporte inestimável ao longo desses anos. Aos meus professores, que desde minha graduação até o doutorado, me incentivaram e me deram apoio para que eu chegasse até aqui.

Ao Luigi, que durante anos, entre altos e baixos, manteve seu amor, carinho, atenção e dedicação por mim. Suas palavras e gestos de incentivo diários foram imprescindíveis para que eu conseguisse concluir minha tese. Obrigada por persistir e estar sempre presente. Serei eternamente grata por tudo que fez e faz por mim.

Aos meus pais, Izilda e Paulo, por tudo. Vocês são minha fonte de inspiração e de incentivo para que eu galgue pelos caminhos da vida, muitas vezes tortuosos, buscando sempre dar e ser o meu melhor. Obrigada por me ensinarem que não é chegar ao topo que importa, e sim a jornada.

Um adendo especial ao meu pai, Paulo: esse ano o senhor passou por um dos momentos mais difíceis da sua e das nossas vidas. Foi acometido por uma doença que devastou o mundo, destruiu sonhos e famílias. Foram dias de sofrimento, mas de muito aprendizado... e o senhor venceu. Foi vitorioso! Retornou para casa e para nós. Obrigada por me ensinar mais uma vez que tudo é possível quando existe amor.

À saúde.

À vida.

Devemos construir espaços culturais que permitam aperfeiçoar o passado.

Hugo Achugar (1984, p. 226).

RESUMO

CORRÊA, I. F. **Cultura para o desenvolvimento: o papel da cultura no desenvolvimento da sociedade latino-americana**. 2020. 212 f. Tese (Doutora em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A presente tese tem como objetivo o estudo dos conceitos de cultura e de desenvolvimento, com enfoque principal na associação de ambos, denominada nesta tese como *Cultura para o Desenvolvimento*, proposta estratégia defendida como mecanismo de preservação e enaltecimento cultural, assim como de desenvolvimento local. Para tanto, faz-se não somente a discussão e revisão bibliográfica dessa combinação como também uma revisão histórica e metodológica do papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na discussão da temática em âmbito internacional desde a metade do século XX até os dias atuais, assim como sua função primordial na criação de instrumentos de regulamentação e de promoção de estudos e de projetos que alçam a cultura a um patamar não antes visto nas relações internacionais e nos âmbitos governamentais. Com enfoque na *Cultura para o Desenvolvimento* na América Latina, elegeu-se Colômbia e Peru como estudos de caso, revisando-se e utilizando-se iniciativas da UNESCO, como a metodologia denominada *Culture for Development Indicators Suite (CDIS)*, para análise e avaliação de sua interação nessa amostragem latino-americana. Defende-se que, sobretudo em meio aos avanços da globalização, este uso relacional acarretou novo enfoque para a cultura *vis-à-vis* ao desenvolvimento, configurando importante ferramenta de gestão governamental e, a exemplo da CDIS, proposta estratégica aos governos para uma análise mais assertiva das iniciativas locais.

Palavras-chave: Cultura. Desenvolvimento. América Latina.

ABSTRACT

CORRÊA, I. F. **Culture for Development: the role of culture in the development of Latin American society**. 2020. 212 f. Tese (Doutora em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

This thesis aims to study the concepts of culture and development, with a main focus on the association of both, called in this thesis as Culture for Development, a strategy proposal used as a mechanism for cultural preservation and enhancement, as well as for local development. To this end, there is not only a discussion and bibliographic review of this combination, but also a historical and methodological review of the role of The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) in the discussion of this theme at the international level since the mid-twentieth century to the present day, as well as its primary role in creating regulatory instruments and promoting studies and projects that take culture to a level not previously seen in international relations and governmental spheres. With a focus on Culture for Development in Latin America, Colombia and Peru were chosen as case of studies, reviewing and using UNESCO initiatives, such as the methodology called Culture for Development Indicators Suite (CDIS), for analysis and evaluation interaction through this Latin American sample. It is argued that, especially in the midst of advances in globalization, this relational use has brought a new focus to culture vis-à-vis development, configuring an important government management tool and, such as CDIS, a strategic proposal for governments to analyze more assertively its local initiatives.

Keywords: Culture. Development. Latin America.

RESUMEN

CORRÊA, I. F. **Cultura para el desarrollo: el papel de la cultura en el desarrollo de la sociedad latinoamericana.** 2020. 212 f. Tese (Doutora em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Esta tesis tiene como objetivo estudiar los conceptos de cultura y desarrollo, con un enfoque principal en la asociación de ambos, llamada en esta tesis como Cultura para el Desarrollo, una propuesta de estrategia defendida como un mecanismo para la preservación y mejora cultural, así como para el desarrollo local. Con este fin, no solo hay una discusión y una revisión bibliográfica de esta combinación, sino también una revisión histórica y metodológica del papel de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) en la discusión del tema a nivel internacional desde el mediados del siglo XX hasta la actualidad, así como su papel principal en la creación de instrumentos regulatorios y la promoción de estudios y proyectos que lleven la cultura a un nivel nunca antes visto en las relaciones internacionales y las esferas gubernamentales. Con un enfoque en Cultura para el Desarrollo en América Latina, Colombia y Perú fueron elegidos como estudios de caso, revisados y se utilizando las iniciativas de la UNESCO, como la metodología llamada *Culture for Development Indicators Suite* (CDIS), para análisis y evaluación por medio de la interacción de esta muestra latinoamericana. Se argumenta que, especialmente en medio de los avances en la globalización, este uso relacional ha traído un nuevo enfoque a la cultura frente al desarrollo, configurando una herramienta de gestión gubernamental importante y, como el CDIS, una propuesta estratégica para que los gobiernos analicen más asertivamente sus iniciativas locales.

Palabras-claves: Cultura. Desarrollo. América Latina.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Patrimônios culturais materiais e naturais na América Latina, UNESCO, 2020, por países.79
GRÁFICO 2	Patrimônios culturais na América Latina, UNESCO, 2020, por países.85
GRÁFICO 3	Exportação de bens culturais por região de acordo com o UIS, de 2004 a 2013, em porcentagem.107
GRÁFICO 4	Importação de bens culturais por região de acordo com o UIS, em 2013, em porcentagem.108
GRÁFICO 5	Cidades Criativas da UNESCO por continente, dados de 2018.116
GRÁFICO 6	Categorias da UNESCO para Cidades Criativas, dados de 2018.117
GRÁFICO 7	Cidades Criativas da UNESCO na América Latina por país, dados de 2018.118
GRÁFICO 8	PIB da Colômbia de 2009 a 2013.154

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1	Intersecções do Desenvolvimento Sustentável.	56
ILUSTRAÇÃO 2	Linha do tempo das atividades promovidas pela UNESCO em cultura e desenvolvimento.	73
ILUSTRAÇÃO 3	Patrimônios culturais materiais e naturais da humanidade, UNESCO, 2020.	77
ILUSTRAÇÃO 4	Constelação elaborada pela UNESCO para mapear todas os patrimônios culturais imateriais registrados no mundo.	87
ILUSTRAÇÃO 5	Aspectos cruciais da <i>cultura para o desenvolvimento</i> pela UNESCO.	96
ILUSTRAÇÃO 6	Áreas de atuação e coexistência da <i>Cultura para o Desenvolvimento</i>	99
ILUSTRAÇÃO 7	Intersecção das categorias de indústrias criativas entre a UNESCO, UNCTAD e WIPO.	105
ILUSTRAÇÃO 8	Categorias das Cidades Criativas.	115
ILUSTRAÇÃO 9	DNA de <i>Cultura para o Desenvolvimento</i> na Colômbia, CDIS, 2014.	151
ILUSTRAÇÃO 10	DNA de <i>Cultura para o Desenvolvimento</i> no Peru, CDIS, 2014.	166
ILUSTRAÇÃO 11	Participação econômica e empregabilidade nos setores culturais, em dólares por continente, em 2015.	175
ILUSTRAÇÃO 12	Comparativo da Dimensão Economia entre Colômbia e Peru.	177
ILUSTRAÇÃO 13	Comparativo da Dimensão Governança entre Colômbia e Peru.	180
ILUSTRAÇÃO 14	Comparativo da Dimensão Social entre Colômbia e Peru.	183
ILUSTRAÇÃO 15	Comparativo da Dimensão Patrimônio entre Colômbia e Peru.	186

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Dimensões consideradas pelo IDH113
TABELA 2	Dimensões e modo de contribuição de <i>Cultura para o Desenvolvimento</i> da UNESCO.120
TABELA 3	Matriz das dimensões de cultura para o desenvolvimento da UNESCO.121
TABELA 4	Dimensão Economia: resumo do método.123
TABELA 5	Dimensão Governança: resumo do método.126
TABELA 6	Dimensão Social: resumo do método.129
TABELA 7	Dimensão Patrimônio: resumo do método.132
TABELA 8	Participação dos países latino-americanos da CDIS nas propostas elaboradas pela UNESCO.143
TABELA 9	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países latino-americanos participantes da CDIS entre os anos de 2009 e 2013.144
TABELA 10	Comparativo descritivo da Dimensão Economia entre Colômbia e Peru.179
TABELA 11	Comparativo descritivo da Dimensão Governança entre Colômbia e Peru.182
TABELA 12	Comparativo descritivo da Dimensão Social entre Colômbia e Peru.184
TABELA 13	Comparativo descritivo da Dimensão Patrimônio entre Colômbia e Peru.186

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIC	Bens de Interesse Cultural
COICOP	<i>The Classification of Individual Consumption According to Purpose</i>
COLCULTURA	Instituto Colombiano de Cultura
CDIS	<i>Culture for Development Indicators Suite</i>
CEPAL	Comissão Econômica Para o Desenvolvimento da América Latina
CSC	Conta Satélite da Cultura
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
ICVT	Índice de Competitividade em Viagens e Turismo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEI	Pesquisa Nacional sobre o Uso do Tempo
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIE	<i>World Organisation for Animal Health</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PECEM	<i>Plan Estratégico Sectorial Multianual de Cultural</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SD	<i>Sustainable Development</i>
UCCN	<i>The UNESCO Creative Cities</i>
UIS	<i>UNESCO Institute for Statistics</i>
UNCTAD	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WIPO	Organização Mundial da Propriedade Intelectual

SUMÁRIO

Introdução	18
------------------	----

1

Cultura e Desenvolvimento: uma teia complexa de significados	22
1.1 O entendimento do que é cultura.....	25
1.1.2 Cultura e suas nuances	26
1.1.3 Cultura pela UNESCO	32
1.2. Identidade e diversidade cultural em meio a um contexto globalizado	35
1.3. O entendimento do que seria “desenvolvimento”	44
1.3.1 Desenvolvimento e seus significados	46
1.3.2 Desenvolvimento pela UNESCO	53

2

A UNESCO e a promoção da cultura pelo desenvolvimento nas Relações Internacionais	59
2.1 A UNESCO: conhecendo a história da organização sob a perspectiva das relações internacionais	60
2.1.1 A criação de uma organização internacional pela cultura e desenvolvimento	67
2.1.1.1 Escopo institucional	69
2.2 Iniciativas de preservação da cultura e sua associação com o desenvolvimento	72
2.2.1 Patrimônios culturais materiais e naturais pela UNESCO.....	74
2.2.2 Patrimônios culturais imateriais pela UNESCO	84

3

<i>Cultura para o Desenvolvimento</i> : uma força dinâmica em evolução	88
3.1 <i>Cultura para o Desenvolvimento</i> como metodologia de análise	92
3.1.1 Políticas culturais e indústrias criativas: breve discussão dos conceitos.....	101
3.1.1.1 Economias criativas e da cultura como abordagens teóricas	109
3.2. Metodologias de análise propostas à <i>Cultura para o Desenvolvimento</i>	110

3.2.1 Cidades Criativas e outros projetos culturais da UNESCO.....	113
3.3 A proposta da <i>Culture for Development Indicators Suite</i> (CDIS)	118
3.3.1 A metodologia das dimensões.....	121

4

Análises práticas de <i>Cultura para o Desenvolvimento</i> na América Latina	133
4.1 Panoramas históricos de políticas culturais para o desenvolvimento em países da América Latina.....	134
4.2 A escolha dos países: análises comparativas de <i>Cultura para o Desenvolvimento</i>	140
4.2.1 Colômbia: uma breve reflexão histórica	143
4.2.1.1 A perspectiva de <i>Cultura para o Desenvolvimento</i> na Colômbia sob a análise da CDIS.....	148
4.2.1.2 O que a CDIS diz.....	151
4.2.2 Peru: uma breve reflexão histórica	160
4.2.2.1 A perspectiva de <i>Cultura para o Desenvolvimento</i> no Peru sob a análise da CDIS.....	164
4.2.2.2 O que a CDIS diz.....	166
4.3 Análise dos dados apresentados: Colômbia e Peru	173
Considerações finais	187
Referências bibliográficas	195
ANEXO I - Patrimônios Culturais Materiais da Humanidade.....	201
ANEXO II - Patrimônios Naturais da Humanidade.....	206
ANEXO III - Patrimônios Culturais Imateriais da Humanidade.....	208
ANEXO IV - Cidades Criativas na América Latina	211

INTRODUÇÃO

Nos meios acadêmicos muito discute-se sobre a América Latina. Tanto sobre sua descoberta e independência, quanto a respeito de seu crescimento e desafios presentes e futuros. Questões políticas e econômicas afloram a cada debate e suscitam questionamentos a aspectos de como raízes e experiências do passado podem auxiliar nos avanços do futuro. Da mesma maneira, a cultura latino-americana, em toda sua diversidade e riqueza histórica, é estudada em diferentes campos do conhecimento, por vezes de modo desvinculado de temas de cunho político e econômico. Contudo, entende-se na presente tese que cultura e desenvolvimento, em todas as vertentes de seus amplos espectros, tratam-se de conceitos tão similares que podem ser intercambiados.

O que então seria cultura? O que seria desenvolvimento? O que significa *Cultura para o Desenvolvimento*? Essas são apenas algumas das questões que esta pesquisa busca responder. Contudo, o que de fato se buscará é demonstrar que tal associação já existe e está presente na sociedade contemporânea, sendo uma prática recorrente por meio de políticas públicas adotadas por governantes em escala mundial e inclusive na América Latina. Assim, *Cultura para o Desenvolvimento* existe e pode ser utilizada pelos governos como estratégia de desenvolvimento local; porquanto, requer maior lapidação e consolidação. Sob o enfoque da *Cultura para o Desenvolvimento*, buscam-se estudos de caso em países latino-americanos que servirão de base empírica para a presente discussão.

Por meio de uma pesquisa exploratória, na presente tese se observará que, ainda que existente nesses países, tal estratégia deve ser perseguida sob uma ampla perspectiva e institucionalizada, requerendo por vezes políticas específicas para determinadas localidades, enveredadas por iniciativas distintas e segmentadas, que podem, inclusive, não absorver toda a demanda do país de *Cultura para o Desenvolvimento*.

Para o alcance desse objetivo, pergunta-se então como determinado país poderia associar a sua cultura ao desenvolvimento local, e como os setores cultural, político e econômico podem ser analisados e, por conseguinte, aprimorados nessas localidades por meio de sua conexão? Considerando-se não somente todas as particularidades culturais, mas a estrutura histórica de políticas associadas à cultura

existente nos países de análise, assim como as circunstâncias globalizantes, de suma importância para tais considerações, e tendo-se em vista toda a influência intercultural, transformadora e mercadológica, entende-se na presente tese que uma possível resposta seria o aprimoramento de uma metodologia estratégica existente que, ao ser utilizada, poderia analisar o impacto e a eficiência da *Cultura para o Desenvolvimento* em dimensões como de governança, economia, sociedade e patrimônio cultural dos países.

Assim, se analisará tais dimensões e respectivos impactos por meio das diretrizes metodológicas imputadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), importante representante de discussões em âmbito supranacional da relação entre ambos os conceitos. A organização não somente, ao longo de décadas, incitou o debate sobre a interlocução eminente entre cultura e desenvolvimento, debate esse perpassado por inúmeras convenções e declarações em nível mundial, como também elaborou parâmetros para uma possível estratégia de *Cultura para o Desenvolvimento* como uma maneira de medir-se o desenvolvimento local, nas dimensões supracitadas, mensurado nos países latino-americanos em tela. Assim, vislumbrar-se-ia não somente o papel de cultura e desenvolvimento no âmbito institucional daqueles países, como também se criaria uma medida geral da associação deles - o que pode ser universalista, como também vista como um parâmetro para possíveis análises e melhorias. Tal medida é feita pela organização na metodologia denominada *The Culture for Development Indicators Suite* (CDIS), que oferece um diagnóstico específico e indica as melhorias necessárias para a melhor consecução do emprego da proposta estratégica em um país.

De maneira a atender-se o objetivo desta pesquisa, a tese está dividida em quatro capítulos, os quais visam uma revisão bibliográfica, conceitual e histórica das iniciativas elaboradas pela UNESCO e pelos países selecionados em seus respectivos setores culturais, que culminam no desenvolvimento socioeconômico local, a saber:

No primeiro capítulo, é realizada uma discussão dos conceitos de cultura e desenvolvimento, permeando-se sobretudo o contexto globalizante e latino-americano. Concomitantemente, expõe-se as conceituações realizadas pela própria UNESCO sobre ambos os conceitos, *vis-à-vis* ao discutido no âmbito acadêmico, mesclando-se e analisando-se as discussões existentes e desenvolvidas ao longo das

últimas décadas, principalmente ao longo do século XX, cenário de grandes mudanças políticas nessa seara no contexto global, sobretudo latino-americano.

No segundo capítulo, enfoca-se nas discussões e iniciativas enveredadas pela UNESCO no que tange à cultura, ao desenvolvimento e a conexão entre eles. Por meio de revisão histórica específica dessas iniciativas, apresenta-se todo o contexto no qual foram criadas tais propostas, impactos e relevâncias para as relações internacionais e para as discussões acadêmicas de *Cultura para o Desenvolvimento*, permeando-as por dados latino-americanos, deixando-se explícita que, ainda que uma proposta universalista da organização, devem ser ressaltadas as necessidades e características locais, salientando-se a diversidade cultural sobretudo em meio à globalização.

De modo a continuar-se analisando as iniciativas e propostas da UNESCO por meio de projetos e metodologias por esta elaboradas, no terceiro capítulo apresentam-se importantes marcos estratégicos de enaltecimento, preservação e identidades culturais imputados pela organização, com aplicabilidade nos países latino-americanos, tais como as intitulações de Cidades Criativas, Patrimônios Culturais Materiais e Imateriais da Humanidade, e a própria CDIS, assim como o funcionamento da metodologia proposta.

Finalmente, no quarto e último capítulo, expõe-se as razões para a escolha de ambos os países do continente, Colômbia e Peru, e a análise da CDIS realizada mais recentemente nas duas nações, entre o período de 2009 e 2013, com enfoque primordial nas dimensões supracitadas - governança, economia, sociedade e patrimônio - dimensões estas consideradas como alicerces à pesquisa proposta e, portanto, de suma relevância para a contextualização do apresentado. Entende-se aqui que toda e qualquer iniciativa que vise à preservação cultural e o estímulo do desenvolvimento local afigura-se fator de grande importância na contemporaneidade. Nesse âmbito, entende-se desenvolvimento como melhoria da qualidade de vida dos indivíduos de uma sociedade, que se valem de livre acesso ao exercício de sua cultura local e que possam viver econômico e socialmente dela, de maneira a entendê-la e senti-la em suas atividades habituais diárias, preservando-a e enraizando-a sobretudo em um contexto em que influências de culturas externas são basicamente inevitáveis.

Na América Latina, por exemplo, a adoção dessas medidas é sobretudo construída sob o impulso da mobilização social. Reconhece-se que tais iniciativas muitas vezes valeram-se de encorajamentos fundados nas próprias reformas consti-

tucionais, sobretudo ocorridas ao longo da segunda metade do século XX. Nesse sentido, o debate sobre diversidade incentivou a democratização da sociedade sem extinguir o risco de vicissitudes políticas que por vezes influenciaram sobremaneira o avanço da *Cultura para o Desenvolvimento* naqueles países.

Além das formas tradicionais de preservação cultural, material e imaterial, o respaldo de normas jurídicas e políticas institucionais que promovam a homogeneização das iniciativas, senão globalmente, localmente, é significativo na busca por diversidade, equidade e liberdade, desafios fundamentais para a valorização da cultura como elemento fundamental ao desenvolvimento humano, em todos os aspectos.

Todos estes tratam-se de pontos relevantes que se busca explorar em certa medida na presente tese, justamente por permearem e conformarem toda a propositura central da investigação, de *Cultura para o Desenvolvimento*.

1

CULTURA E DESENVOLVIMENTO: UMA TEIA COMPLEXA DE SIGNIFICADOS

A partir da metade do século XX a diversidade cultural e sua relevância para o mundo passam a ser enaltecidas em meios acadêmicos e debates políticos contemporâneos. Sobretudo diante das vicissitudes políticas ocorridas no período da Guerra Fria, quando inúmeros países passam por processos de descolonização, requerendo-se atenção às suas identidades culturais, muitas vezes reprimidas pela dos colonizadores (ARIZPE, 2001, p. 320).

Conta ainda no debate, o advento de processos de aproximação entre os povos do mundo, estimulados por alterações econômicas e por avanços tecnológicos, ambos por meio da globalização. Por esses anos, a temática de estratégias e de políticas que envolvam questões culturais começa a ser enaltecida em meios acadêmicos e nos debates políticos; porquanto a cultura passa a ocupar um lugar de destaque em meio à contemporaneidade. A rigor, tal afirmação caberia perfeitamente quando referida a outros momentos históricos; porém, nesse caso, contempla agora uma novidade que faz diferença: trata-se de que, nesse novo cenário, “a cultura transbordou os limites de seu campo específico. Ou seja, a modernidade teve como um de seus traços mais marcantes a emergência do campo da cultura - o ‘espaço social de relações objetivas’ ” (BOURDIEU, 1989, p. 64).

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura¹ (UNESCO), criada em 1945, teve relevante destaque ao balizar o papel e a importância da cultura no mundo e no novo contexto que se conformava - conforme será apresentado no segundo capítulo da tese. Por meio de conferências e mobilizações de Estados em nível mundial, a organização propõe conceitos e instrumentos de regulamentação, de promoção de estudos e de projetos que alçam a cultura a um patamar não antes visto nas relações internacionais e nos âmbitos governamentais. Cultura passou então a ser vista como instrumento de gestão governamental na

¹ Original: *The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.*

promoção do desenvolvimento. A UNESCO denomina tal associação como *cultura para o desenvolvimento*, proposta cerne de nossa investigação.

Autores em estudos culturais, como o antropólogo argentino Néstor García Canclini, pesquisador da esfera cultural na América Latina, e o sociólogo jamaicano Stuart McPhail Hall, autor destacado por suas reflexões na seara dos estudos culturais, abordam o papel fundamental que a cultura tem em meio aos processos de internacionalização e às dinâmicas mundiais relativas ao fenômeno da globalização e, ainda, os desdobramentos da diversidade cultural na sociedade contemporânea. Sobre a multiculturalidade, discorre Hall (2003, p.55):

As sociedades multiculturais não são algo novo. Bem antes da expansão europeia (a partir do século XV) - e com crescente intensidade desde então - a migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente "mistas" [...]. As pessoas têm se mudado por várias razões - desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração do trabalho, colonização, escravidão, semiescravidão, repressão política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico.

O tempo e o espaço social, de fato, passaram por inúmeras transformações ao longo do processo histórico, fomentando a multiculturalidade e, por conseguinte, as novas dinâmicas culturais. Para autores como Hall, a procura por entender-se o que ocorre na atualidade tem suas particularidades, sobretudo ao reproduzir-se enquanto fenômeno global na contemporaneidade. Canclini (1997) e Hall (2005) refletem sobre a conexão entre a cultura e todas as vertentes que convergem na formação do novo contexto global. Ressaltam que em países com elevado nível de heterogeneidade cultural e social, como os da América Latina, haveria um rompimento entre barreiras que separam o tradicional do moderno; o culto do popular. Referências estáveis da tradição que alicerça determinada cultura passam, então, a sofrer influências do choque cultural que acarreta, em consequência, alterações na própria cultura e na dinâmica da sociedade (CANCLINI, 1997; HALL, 2005).

Ao trabalhar com a multiculturalidade contida [por exemplo] na América Latina, com os enfoques e os interesses em confronto, perde força a busca de uma "cultura latino-americana". A noção pertinente é a de um espaço sociocultural latino-americano no qual coexistem diversas identidades e culturas (CANCLINI, 2006, p. 174).

Uma das formas de se entender tais processos, de maneira que sejam extraídos seus benefícios e mitigados seus os malefícios, seria por meio de estratégias políticas governamentais que assegurem a manutenção da cultura em meio a tais mudanças (CANCLINI, 1987, p. 22), não somente na América Latina como em todo o mundo. De acordo com a UNESCO, uma das precursoras em delinear como seriam tais estratégias político-culturais e de como devem ser empregadas - tratando-se de algo presente na contemporaneidade - a cultura e toda a sua multiculturalidade no mundo moderno podem ser preservadas ao serem utilizadas como impulsionadoras e facilitadoras do desenvolvimento global (CDIS, 2014). Em outras palavras, a UNESCO sugere que a integração de políticas que agreguem cultura e desenvolvimento propiciaria um ambiente favorável ao desenvolvimento e conseqüentemente promoveria e preservaria a diversidade cultural.

“Diversidade, pluralismo, interculturalidade...” são na atualidade valores que orientam o desenvolvimento de políticas culturais e, em geral, de todas as políticas públicas. Não somente ocupam um lugar central nas preocupações das organizações internacionais como a UNESCO, como também de instrumentos regionais [...] e nas mais recentes reformas legislativas de todos os países latino-americanos em matéria de cultura, desenvolvimento social, educação, justiça, saúde e meio ambiente (NIVÓN, 2014, p. 50, tradução nossa).

Nesta seara, a Organização das Nações Unidas (ONU)² e a UNESCO, como entidade no quadro da ONU responsável por discussões e diretrizes em relação à questão cultural, como será apresentado no segundo capítulo, organizara conferências e convenções e, até a atualidade, elaborara relatórios e pesquisas que visam subsidiar o entendimento da cultura nas agendas governamentais da sociedade contemporânea multicultural como impulsionadora e facilitadora do desenvolvimento, conforme supracitado (UNESCO, 2010) e como é o caso da metodologia *Culture for Development Indicators Suite*³ (CDIS). Quando da ratificação da Declaração do Milênio⁴ pela ONU, em 2000, ocasião em que 191 nações firmaram o compromisso

² Original: *The United Nations* (UN).

³ Metodologia de análise da estratégia de cultura para o desenvolvimento, elaborada pela UNESCO, a ser apresentada ao longo da presente tese.

⁴ A Declaração do Milênio da ONU, assinada em Setembro de 2000, objetivava não somente a instauração de diretrizes para um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo, como também, no que tange à questão cultural, uma maior cooperação internacional que visasse perpassar pelos desafios da globalização, preservando-se as identidades culturais, assim como incitar uma maior tolerância cultural relacionada à diversidade de línguas, crenças e demais características intrínsecas de um povo, o respeito à natureza, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável e a

de combater a pobreza no mundo, dentre outros males da sociedade, vislumbrou-se maior possibilidade de propiciar-se pela UNESCO diretrizes estratégicas que visassem uma diversidade sustentável, proposta por meio de uma nova estratégia global, que não somente integrasse a diversidade cultural *per se*, como também o desenvolvimento sustentável e a preservação de patrimônios culturais materiais e imateriais (APPADURAI, 2014, p. 46). Afora todo o trabalho envolvido em desenvolvimento e preservação cultural elaborados pela organização desde a década de 1940, é no início dos anos 2000, com o advento de uma globalização mais intensa - o que reverberou em desafios para a cultura em um mundo contemporâneo - que a relevância de *cultura para o desenvolvimento* e sua sustentabilidade ganharam maior notoriedade.

De maneira a permear-se todos esses conceitos necessários para a presente discussão, este capítulo introdutório busca desdobrar os conceitos de cultura e de desenvolvimento e seus papéis no contexto de globalização, em especial aplicado às condições imperantes no subcontinente latino-americano. Particularmente dar-se início ao exame do papel-chave da UNESCO no contexto, apoiado em análises extraídas de referenciais bibliográficos fundamentais aos estudos da região, a serem aprofundadas ao longo da tese.

1.1 O entendimento do que é cultura

Falar sobre cultura não é algo simples. Afinal, o que se pode entender como cultura? Pesquisas que abordem o tema não são poucas. Diferentes autores, em diversos contextos, argumentam sobre características e classificações do que entendem e concluem como sendo cultura.

Imaginemo-nos então analisando-a no contexto latino-americano de diversidade extrema. Acredita-se que explanar e analisar as culturas não se afigura tarefa fácil, tendo-se em vista dimensão e potencialidades, sobretudo em continente reconhecido por sua diversidade e características únicas, que o particularizam perante outros estudos culturais ao redor do mundo.

É nessa perspectiva latino-americana que Hall (1997, p. 1) utiliza a expressão “virada cultural” para explicar o que considera como “a enorme expansão de tudo o que está associado a ela [cultura], [...] e o seu papel constitutivo nos aspectos da vida

concepção de que a responsabilidade para o alcance desses objetivos é mútua, conjunta, requerendo uma gestão coletiva (DECLARAÇÃO DO MILÊNIO, 2000).

social” (HALL, 1997, p.1). Tal expansão se qualifica tanto como substantiva, quando anota a crescente centralidade da cultura “nos processos globais de formação e mudança, sua penetração na vida cotidiana e seu papel constitutivo e localizado na formação de identidades e subjetividades” (Ibidem, p. 21), quanto como epistemológica, ao chamar a atenção para a posição constitutiva da cultura “nas humanidades e ciências sociais de hoje e as modificações na teorização e na análise” (Ibidem, p. 21) do contemporâneo.

Da mesma forma, Antônio Albino Canelas Rubim explica o fato de que a propagação da cultura em outros campos que conformam uma sociedade não significa o desaparecimento deles como campo social específico. Ou seja, “na contemporaneidade, a cultura comparece como um campo social singular e, de modo simultâneo, perpassa transversalmente todas as outras esferas societárias, como figura quase onipresente” (RUBIM, 2007, p. 148).

Conforme se demonstrará, o desafio prontamente inicia-se pelo estabelecimento da relação entre cultura e todos os demais segmentos por ela permeados em meio à globalização, como estratégia fundamental na promoção do desenvolvimento. De acordo com Gilberto Dupas (2007, p. 8), o desafio contemporâneo é o de tentar constituir-se nova identidade coletiva da sociedade civil, em um contexto em que se acentua a necessidade intrínseca do ser humano de dar sentido à vida.

1.1.2 Cultura e suas nuances

A perspectiva da cultura, na qual este estudo se concentra, não deve ser vista como avessa à literatura antropológica ou sociológica sobre o tema; pelo contrário. Alicerçando-se sobre bases teóricas imprescindíveis ao entendimento do que é cultura, em seu teor *sui generes*, construir-se-á uma perspectiva dela vinculada ao desenvolvimento.

Inicia-se a análise pela conceituação etimológica da palavra cerne de nosso estudo: cultura. Apropriando-se, ainda que brevemente, dos estudos etimológicos, assume-se que o conceito surge para responder questões que se colocam em determinado período histórico, em contextos sociais e políticos específicos, sendo a principal forma de expressão do ser humano (CUCHE, 2002, p. 16). Segundo Denys Cuhe (2002), “nomear é ao mesmo tempo colocar o problema e, de certa maneira,

resolvê-lo” (CUCHE, 2002, p. 17). Logo, por meio de sua definição busca-se a sua compreensão.

O vocábulo *culture*, ou do latim *cultura*, advém dos termos francês e germânico, *civilization* e *kultur*, respectivamente, significando cultivo, que simbolicamente representa a essência espiritual de um povo em determinado lugar (TYLOR, 1871/2016). O primeiro termo surge no século XVIII, época em que a palavra cultura adquire seu sentido moderno, referindo-se tanto à “educação do espírito” quanto à “civilização”. O termo germânico, por sua vez, surge no século XIX, e designa tudo o que é autêntico, intrínseco a determinada civilização, e contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual dos indivíduos que nela habitam (CUCHE, 2002, p. 27).

Em meio a sentidos mais antigos do conceito, dois em especial se destacam. Sidney Wilfred Mintz explana que um deles seria o entendimento de que, em certas sociedades, determinados indivíduos possuem cultura e outros não. Ou seja, expõe-se um perfil hierárquico em civilizações antigas. O outro, em complemento, explicita o fato de que determinadas sociedades detinham culturas que outras não possuíam. Este abrange, portanto, escopo maior do que um único indivíduo - demarca quando uma sociedade tem certa cultura e outra não, ou como essas se diferenciam (MINTZ, 1982, p. 224).

Ainda que bastante similares, tais panoramas conceituais diferem qualitativamente: o primeiro estabelece diferenças de grau e, o segundo, diferenças intrínsecas de uma cultura a outra. Exemplo histórico latino-americano seria o Império Inca que, surgido no século XIII, constituía-se por um definido sistema hierárquico, conforme mencionado pelo antropólogo, escritor e político brasileiro Darcy Ribeiro, em seu livro *O processo civilizatório*, de 1975.

Quando nos referimos ao fato de, em uma mesma sociedade, indivíduos terem cultura enquanto outros não, queremos dizer que as pessoas se distinguem no sentido hierárquico - indivíduos se contrastam seja por nascimento, posição social, educação ou criação, diferenças que podem se traduzir em ideias e comportamentos. Podemos entender que seria, portanto, uma questão de privilégios (MINTZ, p. 226).

Em contrapartida, quando nos referimos às sociedades com culturas contrastantes deve-se inferir que a cultura é vista como um produto, ou seja, um bem cultural que pode ser comercializado (MIGUEZ, 2014, p. 367), sobretudo por ser composto por símbolos e características únicas que identificam determinado grupo de indivíduos, sobretudo no sentido espiritual e mitológico. Em ambos os antigos signi-

ficados, a diferença reside em estabelecer-se se a cultura poderia ser transmitida tanto àquelas sociedades cujos membros não a possuem quanto às que apenas alguns de seus membros a tem. Trata-se de uma simbologia que representa determinado perfil social ou a distinção de um grupo de indivíduos para com outro. Logo, a importância do entendimento do que é cultura transcende a etimologia e sentidos antigos. Ainda nas palavras de Cuche (2002, p. 2)

[...] a noção de cultura é inerente à reflexão das ciências sociais. Ela é necessária, de certa maneira, para pensar a unidade da humanidade na diversidade além dos termos biológicos. Ela parece fornecer a resposta mais satisfatória à questão da diferença entre os povos.

Tendo sua primeira definição oficial nos meios acadêmicos fornecida pelo antropólogo inglês Edward Burnett Tylor, em *Primitive culture*, de 1871, busca-se agora sumarizar a compreensão de cultura de maneira a entender-se o que ela realmente significa, à parte de sua aplicação às sociedades. Com base nisso, logo na primeira página de *Primitive culture*, Tylor fornece definição que se afigura uma de suas contribuições mais amplamente reconhecidas na antropologia: cultura é “aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, direito, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 2016, p. 1, tradução nossa). Dessa forma, Tylor abrangera em uma única palavra todas as possibilidades e características da realização humana, marcando fortemente na academia o caráter de aprendizado de cultura.

Ao longo do século XX, outros autores buscam utilizar o conceito elaborado por Tylor em diferentes contextos. Não obstante, assim como há evolução e alteração do mundo, os conceitos também continuam a ser moldados por perspectivas e acontecimentos históricos. Porém, não se pode dizer o mesmo do conceito de cultura em sua forma *sui generes*; como tal o conceito elaborado por Tylor se manteve. O que mudou foram as formas de aplicá-lo aos estudos socioculturais, como será apresentado nesta investigação.

Ou seja, ainda que sob muitas perspectivas cultura seja, em uma de suas definições, as características pelas quais os indivíduos expressam suas identidades (HALL, 2005), ela é o que nos distingue uns dos outros, seja no que tange aos nossos hábitos, às nossas línguas, aos nossos costumes alimentícios e de vestimentas, assim como nossas músicas, danças e representações simbólicas advindas de nossos antepassados e que se perpetuaram no tempo e no espaço (TYLOR, 2016). Dessa

forma, todas essas características, juntas, constituem a percepção do que conforma a identidade de um povo.

Conforme é possível ver-se por meio dos estudos de Tylor, a antropologia seria uma das principais áreas do conhecimento em que estudos atinentes à cultura estão imersos, sendo difícil dissociá-la do presente estudo. Afinal, os antropólogos não somente observam os comportamentos como também os traduzem, organizando e explicando partes de condutas, hábitos, costumes, dentre outras características, que juntas conformam o ser humano.

O estudo do termo cultura, no entanto, também abrange outra dimensão além da antropológica: a sociológica. Para o escopo da presente tese, é importante a relação do entendimento antropológico do que é cultura com a vertente sociológica. Afinal, é o entendimento da importância da cultura em uma sociedade e a forma como ambas as abordagens estão interligadas - e que, portanto, as tornam indissociáveis - que alicerça este trabalho. Nas palavras de Isaura Botelho (2001, p. 74), a

[...] dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los.

Em outras palavras, a dimensão sociológica de cultura se aproxima do conceito que conhecemos como civilização, pois cria toda uma estrutura no qual a cultura em si pode ser estabelecida e desenvolvida coletivamente. A fusão destas duas noções refere-se então às realizações materiais, modos de fazer e de ser de um povo, ou seja, sua identidade, incluindo-se a concepção de patrimônios e bens culturais, advinda de todo este simbolismo.

Falar em identidade cultural remete a um sujeito ou a um grupo em determinada cultura, os quais incluem todos os preceitos estipulados por Tylor, que detêm ou compartilham elementos culturais que lhe proporcionam o sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade. Tais identidades estão correlacionadas a certo sistema simbólico cultural que pode ser geral ou específico de um grupo, assim como material ou imaterial (BAUMAN, 2005; GIDDENS, 2002).

Tais sistemas simbólicos culturais são constituídos por diferentes elementos que, por conseguinte, têm diferentes valores em função da relevância que apresentam ao contexto da vida individual ou social (BAUMAN, 2005). Como dito por Max Weber, o homem está preso a uma teia de significados complexos que ele mesmo criou (WEBER, 1922/2012).

O antropólogo Clifford Geertz une tanto os elementos antropológicos quanto os sociológicos, oferecendo importante colaboração ao redefinir ou traduzir para os dias atuais o conceito de cultura como parte do ingrediente que forma a ação social. Para Geertz (1973, p. 26), a cultura afigura-se um sistema simbólico e, como tal, processos culturais devem ser interpretados. Ele parte do princípio de que essa interpretação seja pública, porquanto a linguagem da cultura é também universal. Assim, todo ser humano é culto, tendo capacidade para compreender os códigos culturais, mesmo que sejam diferentes entre si.

Ademais, assevera ele que muitas vezes a compreensão de culturas diferentes remete à familiaridade com o trato de recursos simbólicos, que faz com que pessoas se sintam participantes daquela forma de vida e suas características. Como festas comunitárias, hábitos e modos de criação, os recursos portam os significados que dão sentido à sociedade fazendo com que todo o imaginário de um povo de certa forma se torne público e palpável. Na contemporaneidade, com o advento e intensificação da chamada globalização, isso tende a tornar-se cada vez mais intenso. Ainda segundo Geertz (Ibidem, p. 76), que teve grande influência dos estudos desenvolvidos por Tylor, para que ocorra a compreensão mínima de outras culturas é preciso

[...] adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significados aos quais elas [as pessoas] levam suas vidas. Isso não requer sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é uma ideia impraticável e inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente.

Assim, todos os elementos ou significados que identificam uma cultura referem-se ao modo de vida dos membros da sociedade, ou de grupos a ela pertencentes; inclui o modo como se vestem, suas formas de interação, padrões de trabalho, cerimônias religiosas e atividades de lazer. Nas palavras de Anthony Giddens (2002, p.24),

O que une as sociedades é o fato de os seus membros se organizarem em relações sociais estruturadas segundo uma única cultura. As culturas não podem existir sem sociedades. Mas, do mesmo modo, nenhuma sociedade pode existir sem cultura. Sem cultura, não seríamos “humanos” sequer, no sentido em que habitualmente usamos o termo. Não teríamos linguagem para nos expressarmos, nenhum sentido de autoconsciência, e a nossa capacidade de pensar e raciocinar estaria severamente limitada (GIDDENS, 2002, P.24).

Nessa dimensão sociológica de cultura, Hall (2005) baliza a definição de identidade cultural na academia. Para Hall, identidade é formada na interação entre o indivíduo e a sociedade. O indivíduo tem sua essência interior, mas é sua interação e diálogo com demais identidades culturais que o determina e o caracteriza como sendo único. Com efeito, sob uma concepção sociológica, a identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior. Em outras palavras, “a identidade é sempre vista da perspectiva do outro” (HALL, 2005, p. 45). Conforme explanado,

[...] o fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis (Ibidem, p. 11-12).

Ainda, segundo Denys Cuche (2002, p. 182), identidade pode ser entendida como uma construção que se elabora por meio da relação entre grupos que estão em contato. Ou seja, a identidade surge na interação entre o diferente, podendo ser vista como uma construção cultural ocorrida por meio da interação social (ALSINA, 2004, p. 55).

Logo, na presente tese entende-se, com base em todos os autores e conceituações analisadas, que **cultura** é a conjunção de características, sejam símbolos, hábitos ou línguas, que identifica um determinado grupo de pessoas, as quais se reconhecem pelo mesmo sistema simbólico conformado por estas características únicas, que lhes proporciona um sentimento de pertencimento em uma mesma comunidade.

1.1.3 Cultura pela UNESCO

Da mesma forma, sob a perspectiva da UNESCO, que durante mais de 70 anos realizara encontros internacionais para debater políticas culturais globais e locais, a serem apresentados no segundo capítulo, encontros estes que discutem a importância da cultura e formas de sua manutenção em meio ao desenvolvimento das sociedades, alçando-a a instrumento de gestão governamental na promoção do desenvolvimento, também se elaborou um entendimento sobre o que é cultura. Em sua perspectiva, além de sua definição *per se*, cultura também passou a ser vista como instrumento de gestão governamental na promoção do desenvolvimento - ou seja, passou a existir uma associação entre ambos os conceitos, conforme abordado no início deste capítulo.

Além de promover discussões relativas à importância da cultura nos escopos governamentais, a UNESCO buscou conceituá-la e realizara uma tentativa de caracterizá-la, criando divisões nas quais a cultura e a sua diversidade poderiam ser reconhecidas. Cultura, então, seria um mescla de diferentes características, apresentadas pela organização no relatório *The power of culture for development* (UNESCO, 2010, p. 2), as quais seriam:

- i. Fonte de identidade, inovação e criatividade;
- ii. Conjunto diverso de características materiais, espirituais, intelectuais e emocionais de uma sociedade ou de um grupo social;
- iii. Teia complexa de significados, relacionamentos, crenças e valores que enquadram o relacionamento das pessoas com o mundo;
- iv. Adquirida por meio do processo de cultivo e de melhoria do indivíduo, especialmente por meio da educação;
- v. Envolve força dinâmica em evolução, relevante para todas as sociedades, local ou global;
- vi. Influencia e é influenciada por visões de mundo e formas de expressão;
- vii. Localizada em um tempo e em um lugar. No abstrato, é um conjunto de construções mentais, e está enraizada em lugar e momento da história, sendo sempre pertencente a um local; e
- viii. Recurso renovável, se for cuidadosamente alimentada para crescer e florescer. Quando negligenciada, é facilmente perdida ou destruída.

Portanto, suas estratégias elaboradas visam a preservação destas características que, de acordo com a organização, são as que convergem na conformação do que se conceitua como sendo cultura. Contudo, ainda que debates e projetos fossem desenvolvidos a partir da metade do século XX, foram três décadas antes, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, de 1982, que se anunciara a Declaração do México sobre as Políticas Culturais, na qual a organização apresentou seu conceito oficial de cultura, agregando-se a diversidade como parte indissociável da ideia de cultura. Destarte, de acordo com a organização, foi abolida a ideia da cultura única, puramente regional ou tipicamente nacional, incapaz de representar a totalidade em questão. Assim, para a UNESCO, desde 1982, **cultura** é o

[...] conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social. [...] engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças [...] a cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. Ela é que faz de nós seres especificamente humanos, racionais, críticos e eticamente comprometidos. Por meio dela discernimos os valores e efetuamos opções. Por meio dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo e se reconhece como um projeto inacabado, põe em questão as suas próprias realizações, busca incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, p.1, tradução nossa).

Portanto, para a UNESCO o conceito de cultura também se refere à dimensão simbólica da existência socionatural de cada povo como eixo construtor das identidades, assim como fator econômico gerador de riquezas e de novas possibilidades de desenvolvimento. Como aponta Jorge Werthein, cultura é “energia criadora e desejo de expressar identidade” (WERTHEIN, 2003, p. 33).

Ainda, a organização traz à tona outro conceito relacionado à cultura, o de patrimônio. Contudo, tal patrimônio não se trata daquele que se refere a bens exclusivamente materiais, mas sim de um patrimônio afetivo e, sobretudo, simbólico, seja este material, imaterial ou natural (CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL CULTURAL E NATURAL, 1972).

Como bem cultural material - ou tangível - a UNESCO em sua Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Mundial e Natural, de 1972, realizada em Paris, diz que são considerados patrimônios culturais, em seu Artigo 1º:

Monumentos: Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Conjuntos: Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Locais de interesse: Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972, p. 2).

A definição busca não somente o enaltecimento de importantes representações culturais históricas, com especificidades únicas, como também visa à proteção e aos registros desses simbolismos culturais.

O intitulado patrimônio cultural imaterial - ou intangível - por sua vez, seria importante representação cultural de características que constituem uma identidade, conforme apresentado, sendo expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo transmitem de geração a geração. Tal noção fora definida pela UNESCO apenas em 2003, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, como será apresentado no segundo capítulo, cujas principais finalidades são:

- i. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- ii. O respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos;
- iii. A conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco;
- iv. A cooperação e a assistência internacionais (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003, p. 4).

Em suma, para a UNESCO, cultura afigura-se um valor universal excepcional, patrimônio comum da humanidade e, ao mesmo tempo, uma forma de preservação e conservação de identidades culturais caras às sociedades.

1.2. Identidade e diversidade cultural em meio a um contexto globalizado

Após analisado o conceito de cultura sob a perspectiva de pesquisadores sobre o tema, com destaque para a sua relevância na determinação e na identificação de um grupo específico de pessoas e de uma sociedade, observa-se que a globalização pode aumentar a possibilidade das diferenças de identidades (GUEDES, 2013). Nesse sentido, a complexidade dessas diferenças de identidades, dos intercâmbios de identidades, instala-se e nos leva a pensar um indivíduo que não mais ocupe posição centralizada, mas uma identidade aberta a diversas possibilidades de articulação (HALL, 2005).

Hall (2005, p.21) apresenta um ponto central na questão das identidades culturais e a emergência do que se entende por identidade. Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é representado, essa passa a não ser automática, mas politizada de acordo com a estrutura social configurada. O que implica descrever o processo como constitutivo não apenas de uma política de identidade, mas que também pode gerar diferenças. Desse modo, Hall ressalva a importância da interpretação do complexo contraponto entre semelhanças e diferenças, pertencimento e não-pertencimento a etnias, códigos linguísticos, nacionalidades, dentre outras características culturais. Ou seja, releva-se agora a consideração dos diferentes códigos simbólicos que sustentam as interações de diferentes identidades culturais em uma sociedade contemporânea e globalizada (GUEDES, 2013).

Partindo-se de dimensões antropológicas e sociológicas de como a cultura se conforma por meio da interação social dos indivíduos, seja na América Latina ou em qualquer outro local do mundo, grupos se organizam socialmente e estabelecem sistemas sociais por meio de suas identidades. São por meio dessas interações que as identidades culturais se determinam e se reforçam, preservando suas diferenças e fortalecendo o sentimento de alteridade (HALL, 2005).

De maneira a contextualizar tal afirmação, retoma-se um pouco a história para entender-se, ainda que não profundamente, como esse processo surgiu. Emerge a partir da segunda metade do século XX, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial, intensificando-se nos primórdios dos anos 1980 e 1990, o fenômeno hoje conhecido como **globalização** - fenômeno este definido pelo cientista político Anthony McGrew (1992, p.101) como o termo que se utiliza para definir os processos que

atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço e tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.

De acordo com Bauman (2005) e Giddens (2002), ainda há dois posicionamentos acerca da globalização e de como seus impactos nas culturas leva à homogeneização cultural, gerando-se convergências e viabilizando-se maior conhecimento recíproco das culturas, seja no que tange às características, valores e práticas, possivelmente implicando na padronização; ou então em como gera heterogeneidade, desigualdade e ambiguidade, não se tratando de imposição da cultura global, e sim de releituras, apropriações, associações entre o que se obtêm nos processos de globalização e o que existe localmente, sendo possível assim manter-se características particulares dos povos (BAUMAN, 2005; GIDDENS, 2002).

Ambos os posicionamentos e preocupações ocorrem em um mundo globalizado e diverso, sendo que algumas culturas podem sofrer, mais do que outras, influências de outras, normalmente advindas de países economicamente dominantes e detentores de importantes meios de comunicação, que em muito contribuem para que tais influências ocorram. Nesse contexto, a cultura pode acabar por ser utilizada como estratégia política de poder e de desenvolvimento econômico que se impõe sobre outras.

Ainda que seja uma realidade - afinal “a modernidade é inerentemente globalizante” (GIDDENS, 2002, p. 63) - podem ser inúmeros os fatores que levam algumas culturas a sofrerem influências de outras. Segundo Hall (2005, p. 68), o período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi palco de mudanças rápidas e profundas em inúmeras características nas relações sociais, nas instituições dos Estados, em construções culturais e em várias outras configurações sociais desenvolvidas durante o período atual.

Estratégias de cunho liberal visando melhorar a inserção internacional de atores estatais e não estatais, incluindo-se empresas privadas e multinacionais, também foram disseminadas sobretudo com a instauração do Consenso de Washington⁵, em 1989, e após o término da Guerra Fria, em 1991 (BOAS; MAR-

⁵ “Consenso de Washington” é o termo dado à conjunção de medidas econômicas “neoliberais” elaborada por instituições financeiras de Washington D.C., adotadas pelos Estados Unidos e recomendadas a inúmeros países, sobretudo os da América Latina, em 1989, ao final da Guerra Fria (GILPIN, 2002).

CHAND; SHAW, 1999, p. 897). A abertura de mercado e a internacionalização de empresas, bem como o maior fluxo de capital e a disseminação dos avanços tecnológicos, também foram determinantes na aproximação de diferentes culturas (Ibidem, p. 898).

Para explicar tal aproximação, o conceito de **multiculturalismo** emerge a fim de caracterizar a cultura em meio à globalização. De acordo com Andrea Semprini (1999, p. 136), multiculturalismo não se restringe apenas às políticas identitárias, mas também às questões de diferenças sociais, de políticas multiculturais, bem como de diversidade e de integração, abarcando toda uma estrutura político-social. Ou seja, contempla a aproximação e a interação de diferentes culturas em um mundo globalizado, acoplando questões adicionais às de simbolismos culturais. “A diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social, que os homens empregam em suas práticas cotidianas e encontra-se inserida no processo histórico” (Ibidem, p.11). Para Semprini (1999), a existência do multiculturalismo provê o aprofundamento nas tensões geradas pela diferença e, portanto, configura uma demanda relevante na busca pela integração das diferenças no sistema social. Assim sendo, entende-se que a globalização torna multicultural o mundo, afinal a troca de informações e a aproximação intercultural é significativa e inequívoca, promovendo a conexão cultural e a disseminação de influências advinda dela.

Especificamente na esfera cultural, em meio aos processos de globalização, tal hibridização pode ocorrer em arquitetura, textos, romances; nas religiões, na música e na linguagem e em encontros e trocas de diferentes civilizações. Neste último caso, ela manifesta-se em mesclas, contradições e ambiguidades resultantes do encontro entre culturas, promovidos principalmente pela globalização (BURKE, 2003). No campo dos estudos culturais, a noção de hibridização é utilizada também por estudiosos como Homi Bahbha (1994) para caracterizar-se relações coloniais e suas assimetrias de poder.

O multiculturalismo na América Latina, por exemplo, tendo-se em vista sua diversidade cultural, pode ser visto como peculiar na modernidade, de acordo com Canclini (2006, p. 174). Isso porque a percepção de hibridização pode melhor resumir a característica do continente, uma vez que comporta melhor a ideia de mescla cultural entre tradicional e moderno, conforme anteriormente discutido (Idem, 1997).

Em Hall (2005), as consequências da globalização multicultural sobre as identidades podem configurar que as...

- i. Identidades desintegrar-se-ão;
- ii. Identidades reforçar-se-ão, como mecanismo de resistência à globalização; ou
- iii. Identidades desaparecerão, porém, novas identidades “híbridas” irão substituí-las (HALL, 2005, p.69).

Tendo-se em vista que o conceito de nação é distinto do conceito de Estado, e que muitas nações reivindicam a criação de seu próprio Estado, vale ressaltar que a questão das identidades se concerne às características culturais mencionadas na presente tese. Nas palavras de Luiz Carlos Bresser-Pereira (2017, p. 157), há três formas de entendermos o papel do Estado; Estado é uma organização, com poder de legislar e tributar, sendo que também é lei; ainda, Estado pode ser considerado como um tipo de sociedade com o poder de legislar e tributar. Thomas Hobbes (1642/2018) em *De Cive*, diz que “governo civil” corresponde àquilo que hoje chamamos de Estado, ou Estado-nação. Frente a essa conceituação, o estado-nação seria uma sociedade político-territorial soberana. Sob este contexto, o Estado como sociedade pode intervir, criar mecanismo e leis, de maneira a proteger sua cultura, sua identidade.

Logo, o Estado seria um grande gestor de um conjunto de características culturais, tradições, línguas, costumes, entre outros fatores, que formam uma identidade pela qual os indivíduos se identificam e se sentem partes de um grupo. É provedor de suporte à cultura e às identidades, auxiliando na integração e na conexão de comunidades e organizações, como a UNESCO, na busca por novas combinações de espaço e tempo, tornando uma determinada região mais interconectada. Identidade, por sua vez, iria além do Estado (VAN HAM, 2000).

Como resultante, frente a tamanha interconexão cultural que fomenta o mundo globalizado, são expressivas as discussões sobre diversidade e sobre a promoção das identidades locais, conforme abordadas no escopo da UNESCO pelos Estados. Na América Latina, por exemplo, tendo-se em vista sua grande heterogeneidade de línguas, crenças, costumes e tradições, as discussões são potencializadas, sobretudo pela imperante questão social.

De acordo com Manuel Castells (2000, p. 77), há no continente latino-americano o temor generalizado de uma unificação cultural decorrente da globalização. Tal temor estimula que organizações internacionais, como a UNESCO, criem estratégias governamentais que pressionam os governos nacionais de maneira a intensificar-se a defesa e a promoção das identidades locais e regionais por meio de políticas públi-

cas e mecanismos legislativos e com força de lei. Castells (2007) ainda destaca que o desejo latino-americano pela diversidade cultural deu ao tema da identidade no continente um poder mobilizador e politicamente bastante eficaz.

Contudo, vale salientar que, a mesma cultura perpassa diferentes níveis sociais e percepções identitárias distintas. Na América Latina, uma das regiões do mundo mais desiguais no que tange à distribuição de renda, por exemplo, as afinidades culturais entre elite e grupos sociais minoritários se divergem. Seus modos da vida, suas experiências cotidianas, suas oportunidades e condições de vida contrastantes propiciam experiências interculturais distintas, seja pela interação entre pessoas que compartilham valores e visão de mundo semelhantes, mas segmentados, seja pela distribuição desigual de iniciativas estatais em todo o país, ou pela influência díspar da globalização em localidades mais remotas, comparativamente às grandes capitais (REYGADAS, 2014, p. 19).

“O multiculturalismo tem sido questionado por colocar a atenção no reconhecimento do direito à diferença, relegando as questões de igualdade socioeconômica e redistribuição de riqueza” (Ibidem, p.24, tradução nossa). Logo, entende-se que tais especificidades requerem maior e melhor atenção por parte dos representantes políticos locais.

Sendo o mundo mutável e a globalização um processo espontâneo, de acordo com o Hall (2005), dificilmente identidades culturais conseguem ser mantidas, tendo-se em vista a interconexão e as influências diversas sofridas no processo, conforme já visto, assim como a discrepância existente dentro da mesma sociedade, que compartilha uma mesma cultura de modos distintivos. Logo, como explanado por Shiv Ganesh (2015, p. 28)

[...] essa é uma postura insustentável, tanto do ponto de vista moral quanto do político, no contexto dos movimentos e dos povos indígenas e da violenta história colonial que culminou no distanciamento das pessoas do seu lugar, e da destruição de culturas inteiras com base em argumentos etnocêntricos e econômicos. Do ponto de vista de uma hibridização profunda, a própria autenticidade é mais compreendida não como uma propriedade imanente, mas como uma relação, uma ligação particular entre pessoas, local e ambiente, em lugar de algo original em si mesmo.

Logo, de acordo com Ganesh (2015), ainda que haja uma hibridização profunda decorrente da globalização, não é ela que fará com que culturas sejam dizimadas,

como a própria história nos comprova, independentemente da globalização ou das diferenças sociais internas. Estas apenas intensificam as conexões e influências, e reforçam a questão da identidade, criando combinações culturais únicas.

Como explanado em seu livro *Culturas híbridas*, Canclini (1997) afirma que, à época, não faltavam estudos sobre a hibridização de áreas culturais específicas, como gastronomia, dentre outras, mas que eram poucos os que abordavam uma visão geral dos processos identitários culturais, que sofrem vicissitudes ao longo das décadas frente a fatores inexoráveis como a globalização. Porquanto, define-se que culturas híbridas podem ser entendidas como “processos socioculturais nas quais estruturas ou práticas discretas, que existiam em forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 1997, p. 14).

Pode-se entender que, em um mundo globalizado, tais processos multiculturais são fomentados tendo-se em vista as aproximações decorrentes do aumento da variedade de meios de comunicação, de tecnologias e, portanto, da disseminação das informações, assim como dos fatores e distinções sociais inerentes das sociedades.

A globalização supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais diversas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais está agindo (CANCLINI, 2003, p. 32).

Tal modificação, por conseguinte, ainda que propicie novas variações culturais, pode vir a transformar o comportamento humano em função do meio e dos processos que interligam os indivíduos em associações, grupos e instituições. Pode interferir em crenças, hábitos e costumes, de maneira não somente individual, mas coletiva, alterando-a substancialmente a depender de como a hibridização ocorrerá, se intensa ou paulatinamente. Nesse primeiro momento, não se analisa se tais processos de hibridização são benéficos ou maléficos às culturas, mas sustenta-se que se tratam de processos contínuos e, portanto, presentes e inerentes ao mundo globalizado.

Retomando-se os posicionamentos supracitados sobre globalização e seus impactos nas culturas, o sociólogo inglês e teórico de globalização, Roland Robertson (1995, p. 27, tradução nossa), afirma que “não é uma questão de homogenia ou heterogenia, mas sim das maneiras pelas quais essas duas tendências se tornaram características da vida em grande parte do mundo do final do século XX”.

No cenário de globalização da cultura, em função do contexto, um mesmo indivíduo pode assumir identificações múltiplas que mobilizam diferentes elementos de língua, de cultura, de religião. Tais alternâncias, como expresso por Hall (2005, p. 13), não são um fenômeno recente - sempre ocorreram ao longo dos séculos, com o passar da história. As culturas que temos hoje não são as mesmas de séculos atrás, ainda que muito de suas características permaneçam intactas. Trata-se de um processo natural, mas sobremaneira intensificado pela globalização.

Ainda que se defenda o posicionamento de Canclini (1997), o qual afirma que as culturas se tornam híbridas, mas não desaparecem, salienta-se que dinâmicas de poder nas relações internacionais configuram uma pressão que, muitas vezes, pode ser utilizada em reforço à manutenção de culturas locais (HALL, 2005, p. 69), como também podem, por outro lado, sobrepor-se a esta de maneira maciça.

Segundo Joseph Nye (2002, p.30), poder “é a capacidade de obter-se resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-lo”. Nesse contexto, a globalização influenciaria nas áreas política, econômica e social, dependendo do segmento em que fosse conduzida e por qual agente. Ou seja, pode interferir diretamente em qualquer área que gere uma sociedade.

Ainda, de acordo com Nye (2002, p.32), um ator, que pode ter o poder de utilizar os processos decorrentes da globalização a seu favor, pode exercê-los pela conjunção do poder bruto *hard power*, refletido na força militar e econômica, com o chamado poder brando *soft power*. O *soft power* seria exercido de maneira que outros países cooperem por meio de valores que possam refletir-se em entretenimento, arte e música, dentre outros fatores, como a aquisição de bens culturais advindos ou impostos por outras culturas, que acabam por conformar a cultura de determinada sociedade (Ibidem, p. 33). Seria “a capacidade de afetar os outros para obter-se os resultados desejados através da atração, em vez de coerção ou contribuição” (NYE, 2008, p. 94, tradução nossa).

Antony Gramsci conceitua a atuação cultural de determinadas sociedades sob outras como *hegemonia cultural*. Hegemonia cultural seria a dominação de uma sociedade culturalmente diversa por uma sociedade dominante, seja no que tange às crenças como às explicações, percepções, valores e costumes, de modo que sua visão de mundo imposta seja aceita (GRAMSCI, 1992).

Na filosofia e na sociologia, o termo *hegemonia cultural* associa-se a denotações e conotações derivadas da palavra grega antiga *ἡγεμονία* (hegemonia),

indicando liderança e domínio. Na política, hegemonia é o método de domínio imperial indireto, com o qual o *hegemon* (estado líder) governa estados subordinados, pela ameaça de intervenção, um meio implícito de poder, e não por força militar direta, isto é, invasão, ocupação e anexação (GRAMSCI, 1992).

Ao entendermos a globalização como fenômeno político, econômico e social, tal exercício do *soft power* por países pode, inclusive, infiltrar-se em áreas como meio ambiente, política, relações sociais e mídia (STIGLITZ, 2002, p. 36), incluindo-se a presença de transnacionais em diferentes países, influenciando fortemente, por exemplo, na área da cultura.

A crescente presença de transnacionais e empresas privadas nacionais no campo da cultura, assim como o papel desempenhado por consórcios culturais de base e associações privadas nos processos de democratização latino-americanos, mostram a necessidade de estender a problemática das políticas culturais ao conjunto de ações desenvolvidas por grupos e instituições que intervêm nessa área (CANCLINI, 2003, p. 19).

Leonardo Botelho Brant corrobora tal ponto de vista, afirmando que é preciso evitar, em meio a esse processo, a perda da hegemonia nacional na cultura, justamente pela questão levantada (BRANT, 2009). Samuel Huntington em seu clássico *Choque de Civilizações*, de 1996, no qual afirmou que as identidades culturais e religiosas dos povos são a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria, ainda defende que há forte identidade estática de superioridade ocidental sobre outros blocos culturais, o que em um contexto globalizante pode maximizar-se, sobretudo de países economicamente desenvolvidos aos em desenvolvimento (HUNTINGTON, 1996).

Partindo-se do princípio de que a globalização ao mesmo tempo interfere e miscigena todas as áreas que contemplam e conformam a sociedade - política, econômica e social - a influência cultural interfere, reorganiza e dirige a produção e a circulação de bens culturais, com forte impacto sobre o modo de fazer, criar e viver de um povo. Contudo,

[...] a globalização é, no entanto, um fato. Não se trata, portanto, de tentar negá-la. Nem tampouco devemos ter uma postura de xenofobia. Ao contrário, prezamos profundamente as trocas culturais e a sua diversidade que nos enriquecem e ampliam os nossos horizontes na produção dos nossos próprios conteúdos (BRANT, 2009, p. 37)

A elaboração de políticas públicas para a cultura híbrida, mencionada por Canclini (1997), pressupõe o entendimento do conceito de cultura, a compreensão dos aspectos diferenciais das terminologias da política cultural e das políticas públicas, e das dimensões nas quais tais conceitos estão inseridos.

“A dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado” (BOTELHO, 2001, p. 74), pois está voltada para a construção de sentidos e seu alcance por meios específicos, pelo público pretendido. Diz respeito às condições, às estruturas, às normas, aos públicos, aos profissionais e às instituições que colocam em prática seus objetivos em um circuito organizacional e econômico.

Botelho (2001) propõe que seja necessário elaborar-se políticas públicas que deem conta das dimensões antropológicas e sociológicas supracitadas, e cada qual exigirá instrumentos, modelos e planejamentos específicos por parte dos governos. Nesse processo, a escuta e a participação dos diversos atores tornam-se importante. Observa-se que

[...] o Estado é geralmente subsidiado pelas opiniões dos intelectuais e artistas e ressaltamos que dentro do plano político, a forma como a cultura será tratada está inteiramente ligada às plataformas das correntes políticas adotadas pelos governantes [...]. O engajamento político pessoal dos intelectuais é determinante para o estabelecimento das correntes do pensamento político, estando, deste modo, muitas vezes submisso às vontades governamentais e não aos interesses da população (VALENTIM, 2010, p. 5).

Sendo assim, na base de argumentação exposta assume-se que a globalização influi intensamente nas culturas, seja de forma homogênea ou heterogênea, posto que a variação cultural se dá de acordo com a força das influências sofridas e possíveis estratégias governamentais para preservá-las. Uma forma de as identidades locais serem preservadas seria por meio da instauração de políticas públicas culturais apropriadas, de acordo com a realidade da sociedade na qual seja empregada (CANCLINI, 1987).

Sob essa concepção, a UNESCO como uma das precursoras em delinear como seriam as possíveis estratégias político-culturais para estes fins, sobretudo nos primórdios dos anos 1980 e 1990, também é considerada como uma organização que, por meio de suas diretrizes, busca padronizar a cultura ou suas dimensões para o desenvolvimento, com um viés universalista. Como observado por Thomas Eriksen

(2001, p. 133), organizações internacionais muitas vezes utilizam dimensões culturais para o desenvolvimento, sobretudo econômico, sem considerarem condições locais específicas e sem o entendimento de qual desenvolvimento uma determinada região necessita ou quais os fatores requeridos para que isto ocorra. Ou seja, não se trata de uma receita única; é preciso o entendimento de que diretrizes existem, mas precisam ser adequadas às necessidades locais. Porquanto, a UNESCO propõe uma metodologia aos Estados como parâmetro para análise das práticas específicas existentes e melhorias possíveis ao desenvolvimento local, a ser apresentada nesta pesquisa.

Sobretudo em regiões culturalmente diversas, como a América Latina, tal argumento deve ser considerado, posto que diretrizes devem ser ponderadas e analisadas caso a caso, de maneira a não se generalizar ou impor-se políticas que não condizem com as necessidades locais. Nesse escopo, o Estado tem papel crucial nas sociedades modernas, justamente pelo poder de administra-las e adequá-las ao contexto local (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 165). Conforme exposto brevemente, ele é a grande instituição normativa e organizacional que regula e coordena políticas estratégicas que podem ser utilizados em prol da sociedade, da cultura e do desenvolvimento local, ainda que se utilize, como base, diretrizes previamente delineadas por organizações internacionais, como a UNESCO.

1.3. O entendimento do que seria “desenvolvimento”

Assim como se fez com o conceito de cultura, outra importante palavra para o escopo deste trabalho é “desenvolvimento”, justamente para entender-se a proposta de *cultura para o desenvolvimento* da UNESCO. Cultura sente-se, vivencia-se; é o que nos dá identidade; são músicas, objetos, hábitos que nos remetem ao nosso local de origem. Vivemos em um mundo extremamente diverso, as identidades culturais são inúmeras, e a América Latina nos fornece uma amostra contundente de como a diversidade cultural interage, hibridiza, ao mesmo tempo que busca se elevar. Como visto, em um mundo globalizado os sistemas culturais sofrem influências, sejam locais, sejam externas. Desenvolvimento não é diferente nesse aspecto.

A palavra desenvolvimento pode nos remeter a processos de crescimento econômico, progresso, mudanças positivas ou até mesmo a, e principalmente, componentes econômicos, ambientais, sociais e demográficos. Assim como o conceito de

cultura, pode-se dizer que desenvolvimento também apresenta características únicas, afinal crescimento e progresso, ainda que conceitos aparentemente pontuais, podem divergir dependendo da cultura e da sociedade em que se analise.

Tal observação se faz fundamental para o entendimento de *cultura para o desenvolvimento* que se analisará na presente tese, tal como proposto pela UNESCO. Diretrizes foram criadas, mas sugere-se que a realidade e as necessidades locais - assim como a cultura e as identidades pertencentes à determinada sociedade - sejam consideradas ao aplicar-se diretrizes e políticas estratégicas elaboradas e disseminadas por organizações internacionais em prol do desenvolvimento. Dito isso, conseqüentemente pode-se interferir no planejamento de políticas de desenvolvimento das cidades, tendo o Estado o papel de buscar a legitimação das ações públicas para melhoria da qualidade de vida da população e de modo equipolente. O Estado deve compartilhar a decisão sobre prioridades, mediando interesses dos atores sociais e culturais e analisando a viabilidade de diretrizes advindas de organizações externas (VAN HAM, 2000).

No intuito de aprimorar-se a discussão, foca-se agora no Estado moderno que nasce no norte da Itália, no século XIV, com as cidades-estados governadas como repúblicas. Os estados-nação surgem então na França e na Inglaterra, em sistemas de monarquias absolutas que se constituem na Europa depois da revolução comercial, e da emergência de uma burguesia associada à monarquia, sendo os tratados de Vestefália geralmente identificados nas relações internacionais com o momento do surgimento do estado-nação (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 157).

Sendo assim, ainda que as identidades sofram influências dos efeitos da globalização, o Estado como entidade legisladora pôde prover ferramentas que propiciam a manutenção cultural, uma vez que, conforme Hobbes (1642/2018), o poder do Estado não deve ser legitimado pela tradição e pela religião, mas pelo povo. Assim, o poder do Estado está sempre baseado na sociedade que ele regula.

Há autores, como o trabalho de Seymour Martin Lipset, *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy* (1959), que reforçam a relação entre desenvolvimento econômico e democracia. O autor explana que

[...] talvez a generalização mais comum, associando os sistemas político a outros aspectos da sociedade, seja a de que a democracia está relacionada com a situação de desenvolvimento econômico.

Quanto mais próspera for a nação, tanto maior são as probabilidades de que ela sustenha a democracia” (LIPSET, 1959, p. 105).

Lipset (1959) cita uma série de estudos sugerindo que o desenvolvimento econômico dá origem a uma cultura política democrática, em parte devido ao aumento da educação. Ainda que, embasada e corroborada por dados estatísticos, não contemple o exponencial crescimento econômico de países orientais que não adotam o sistema democrático.

Logo, neste estudo não se enviesa desenvolvimento com o regime político que é aplicado em uma determinada localidade, ainda que na presente tese se embase em políticas de Estados e organizacionais como a UNESCO, que propõe o papel que a cultura deve ocupar no desenvolvimento local e como este pode ser alcançado. A proposta de *cultura para o desenvolvimento* deve transcender regimes políticos, ainda que estes influenciem sobremaneira em seu *modus operandi*.

Sob a noção de cultura, alicerçando-se em bases teóricas imprescindíveis ao entendimento do que é desenvolvimento em seu teor *sui generes*, inicia-se, na sequência, a análise pela conceituação etimológica da palavra.

1.3.1 Desenvolvimento e seus significados

A etimologia de desenvolvimento significa “o ato ou o efeito de desenvolver”, e pressupõe crescimento a partir de um determinado *status quo*, tendo como ideia subjacente o progresso, que pode ser econômico, político ou social. Trabalha-se aqui com a ideia de que desenvolvimento, assim como cultura, seria diverso. Contudo, desenvolvimento pode - e deve, nesta concepção - abranger todos esses quesitos quando tratado como uma política de Estado em prol da sociedade que o conforma.

Ainda que se conheça e se utilize a palavra em significações variadas, sobretudo em meio aos processos de globalização anteriormente descritos, a origem do conceito de desenvolvimento também está presente na biologia. Com Charles Darwin, em 1838, a palavra desenvolvimento passa a ter a concepção de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas (BROWNE, 1995).

Tal noção de desenvolvimento evolutivo é aplicada aos estudos acadêmicos das relações internacionais que respaldaram o chamado Paz de Vestfália de 1648, supracitado, famoso acordo que estabelece os princípios que caracterizam o Estado

moderno, destacando-se a soberania, a igualdade jurídica entre Estados, a territorialidade e a não intervenção. Ou seja, a partir desse acordo, as sociedades passam a ser compreendidas como entidades que poderiam desenvolver-se, o que se faz entender que elas seriam capazes de produzir seus próprios movimentos para o alcance do bem-estar humano (DICKMANN, 1959).

Nye (2002), por sua vez, considera que a globalização, expressa como o aumento da conexão e da interdependência do mundo, seja tão antiga quanto a história humana. Afinal, expansão e relações culturais sempre estiveram presentes na história, e foram justamente o que transformara o mundo no que é hoje. Porém, Nye reitera o anteriormente discutido nesta tese, de que a novidade está no fato de tais conexões serem atualmente mais densas e complexas, sob a égide da globalização (NYE, 2002).

Sob essa concepção, pode-se dizer que a globalização transcende as tradicionais distinções entre local, nacional, global e entre assuntos domésticos e internacionais. Torna-se assim, conseqüentemente, uma questão a ser tratada pelos governantes para a identidade cultural de suas sociedades (HALL, 2005).

No cerne das ciências econômicas, por sua vez, de maneira preliminar a obra de Adam Smith de 1776, *The Wealth of Nations*, apresenta o desenvolvimento como fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista. Smith (1776/1994) diz que o desenvolvimento de determinado país seria acelerado quando os agentes econômicos satisfizessem espontaneamente seus interesses individuais, sendo que o indivíduo, movido pelo desejo do lucro, passaria a produzir cada vez mais e o excedente da reprodução seria um benefício para toda a sociedade.

Neste tocante, segundo Miguez (2014):

A relação entre cultura e economia não é, obviamente, recente. Resulta do desenvolvimento capitalista e deve ser percebida a partir de dois momentos específicos. Em um primeiro momento, quando, entre os séculos XVIII e XIX, o capitalismo avança sobre a esfera da circulação dos bens culturais transformando-os em mercadorias. Ou seja, liberta das imposições históricas do mecenato e dos ditames da igreja católica, a cultura estabelece, a partir de então, uma relação direta com um público consumidor de seus produtos, os bens culturais, por meio de uma nova instância intermediadora, o mercado. O segundo momento, a partir da metade dos oitocentos, quando o capitalismo ingressa em sua fase monopolista-oligopolista, corresponde à captura da cultura pela lógica mercantil-capitalista no exato instante de sua produção, ou seja, quando os bens culturais passam a ser concebidos já como mercadorias no ato mesmo de sua criação, portanto, como

produtos destinados à troca e ao consumo no mercado (MIGUEZ, 2014, p. 366-367).

Perpassado esse período, foi na segunda metade da década de 1940, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, que desenvolvimento recebeu o *status* de objeto de pesquisa científica com o surgimento da denominada Economia do Desenvolvimento (CLIVE, 1987, p. 814). Economia do Desenvolvimento é o ramo da economia científica que lida com os aspectos econômicos do processo de desenvolvimento dos países menos ricos. Foca não apenas em métodos para promover-se o crescimento econômico e a mudança estrutural, mas também em como melhorar o potencial da massa humana, por exemplo, através da melhoria das condições de saúde, educação e trabalho, seja por meio de instrumentos privados ou públicos (Ibidem, p. 818).

Com o surgimento da Economia do Desenvolvimento, o desenvolvimento passa então a ser objeto específico de investigação, contemplando-se quesitos sociais afora os relativos à economia. A disciplina obteve êxito em termos de produção científica e repercussão social, sendo utilizada como alicerce na formulação de políticas públicas de muitos países no pós-Segunda Guerra. Ainda, o seu arcabouço teórico foi substancialmente composto pelas propostas da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina⁶ (CEPAL), organização criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da ONU, com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros por meio do avanço tecnológico e a industrialização dos países latino-americanos, tornando-os independente economicamente de países dominantes à época (SANAHUJA, 2009; FURTADO, 1986).

Da mesma maneira, a então integração dos países fazia-se importante não somente no âmbito político, mas também na economia, no comércio internacional e na segurança regional, propiciando o surgimento de um elevado número de iniciativas regionais análogas aos demais continentes, sobretudo por meio da conformação de organizações, ocorrida de maneira densa até os anos 1970 (BRESLIN; HIGGOTT, 2000).

Destarte, desenvolvimento para a América Latina foi durante muitas décadas sinônimo de industrialização e crescimento econômico. O estruturalismo cepalino e a Teoria da Dependência foram conceitos teóricos elaborados à época que embasaram

⁶ Original: *Economic Commission for Latin America and the Caribbean* (ECLAC).

tal definição no contexto conformado no pós-Segunda Guerra e ao longo da Guerra Fria no continente. Além de áreas de atuação para o alcance destes fins, por meio de alternativas macroeconômicas, a CEPAL também criou uma área de desenvolvimento social, cujo objetivo essencial seria a eliminação da pobreza e da desigualdade (BIELSCHOWSKY, 2009).

Tais mudanças ocorrem justamente em momento histórico rico de acontecimentos e conseqüentemente favorável aos estudos das relações internacionais e dos estudos atinentes a *cultura para o desenvolvimento*, quando se instaura um mundo bipolarizado, no qual não se busca a volta do antigo sistema econômico internacional do *laissez-faire*, do século anterior - ao contrário, a CEPAL é criada quatro anos após o estabelecimento do Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional, o qual representou uma nova etapa para os países do continente, sobretudo no que tange à sua industrialização, exercendo forte influência sobre a conformação da integração no continente (Ibidem, p. 175).

Na América Latina, ainda que mais adiante na história tenha sofrido influências externas na sua integração regional, política e econômica, iniciaram-se, logo em meados dos anos 1950, projetos de desenvolvimento regional, tanto com a criação da CEPAL e de outras organizações regionais, como também projetos advindos da ONU por meio, por exemplo, da UNESCO (Ibidem, p. 175).

Como mencionado por Ernest Haas (1967, p. 315), variáveis importantes como economia, sociedade e política exercem forças diferentes nos principais atores que coordenam uma região de maneira geral, mas talvez isso auxilie a elucidar os motivos que tornam os aspectos que envolvem o regionalismo latino-americano tão ricos e distintos dos regionalismos de outras regiões. Por essa razão que diretrizes devem ser ponderadas e analisadas caso a caso, como anteriormente discutido na presente tese, de maneira a tentar-se não generalizar ou impor-se políticas que não condizem com as necessidades regionais, sejam sociais, políticas, econômicas ou culturais.

Ainda há discussão apresentada pelos pesquisadores Kamen Daron Acemoğlu, Simon Johnson e James A. Robinson (2005), de que a cultura, no impacto econômico, desempenha um papel ainda mais profundo ao relacionarmos com desenvolvimento.

A explicação fundamental final para o crescimento econômico enfatiza a ideia de que diferentes sociedades (ou talvez diferentes raças ou grupos étnicos) têm culturas diferentes, por causa de diferentes

experiências compartilhadas ou religiões diferentes. A cultura é vista como uma chave determinante dos valores, preferências e crenças de indivíduos e sociedades e, segundo o argumento, essas diferenças desempenham um papel fundamental na definição do desempenho econômico de uma localidade (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2005, p. 401, tradução nossa).

Partindo-se dessa perspectiva, não somente características intrínsecas da região como também seu passado atrelado ao colonialismo podem influenciar no modo como todas as iniciativas engendradas pelos governos locais foram elaboradas, assim como as oscilações políticas perpassadas por períodos democráticos e ditatoriais, assim como quanto aos resultados obtidos no âmbito político e social.

Adiciona-se à questão de desenvolvimento, com destaque, a criação do conceito de “desenvolvimento como liberdade”, de Amartya Kumar Sen. Mesmo apresentando supostamente um caráter muito mais social que o expresso por Smith (1776/1994), Sen (1999) que, reconhece no trabalho deste autor inspiração para suas teses sobre justiça social baseada em liberdades e capacidades individuais, apropria-se do viés humano considerado pela economia do desenvolvimento (SEN, 1999). Afinal, de certa maneira, ao procurar seu próprio interesse o indivíduo promove o interesse da sociedade mais do que se realmente procurasse promovê-lo.

O desenvolvimento, e todos os fatores que o permeiam, sempre foi foco de sua análise. Na proposta de analisá-lo, Sen (1999) vislumbra em seus estudos outras vertentes que contribuem para uma definição do conceito que vá além da econômica e política; explora então a possibilidade de falar-se em desenvolvimento também na esfera social.

Quando do lançamento de *Development as freedom*, de 1999, Sen já havia criado, seis anos antes, juntamente com o economista Mahbub ul Haq, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e sido premiado com o Prêmio Nobel (*Prêmio do banco da Suécia para as ciências econômicas em memória de Alfred Nobel*) no ano anterior por sua contribuição teórica fundamental para a economia do bem-estar, sobretudo aos países em desenvolvimento, como será exposto adiante.

Por meio desse livro, Sen contempla o enfoque puramente econômico complementando-o com aquilo que acredita ser relevante ao desenvolvimento: a expansão das liberdades. Em outras palavras, desenvolvimento (diferentemente de crescimento econômico) não deve ser um fim em si mesmo; porquanto tem de abranger fatores que configuram diferentes formas de liberdade. Com efeito, a ausência desses fatores

acarreta privação, destituição e opressão, sobretudo violação dos direitos humanos. Logo, o autor afirma que medidas de desenvolvimento não podem ser baseadas somente em fatores econômicos. Eles são, sim, um componente importante, entretanto não são suficientes, já que não levam em conta o fator social, este imprescindível a um Estado de bem-estar (SEN, 1999).

Para Sen, o desenvolvimento está, na verdade, atrelado à liberdade em seus vários tipos, seja ela instrumental ou constitutiva - tal desenvolvimento é possível quando se viabiliza e se expanda diferentes formas de liberdade individual, sejam políticas, sociais ou culturais (Ibidem, 1999). Essa é a principal ideia do livro.

Desenvolvimento, subdesenvolvimento ou políticas desenvolvimentistas são pressupostos de um conjunto de critérios e objetivos que devem estar previstos quando se quer alcançar o bem-estar individual ou coletivo. A busca pelo alcance desses critérios por meio de intervenções planejadas com vistas à transformação de uma dada realidade é teórica, na medida que reúne um conjunto de modelos abstratos com base em parâmetros de uma realidade objetiva (OLIVEIRA, 2007, p. 13). A noção de “desenvolvimento como liberdade”, nesse contexto, abarca um leque maior de realidades, de maneira a minimizar possíveis infrações a especificidades locais, ainda que em formato generalista.

Trata-se de um discurso similar ao de Milton Friedman, ainda que em contexto diferenciado, em seu livro *Capitalism and freedom*, de 1962:

Ao desenvolver-se em fins do século XVIII e princípios do século XIX o movimento intelectual que tomou o nome de liberalismo enfatizava-se a liberdade como objetivo último e o indivíduo como a entidade principal da sociedade. O movimento apoiou o *laissez-faire* internamente como uma forma de reduzir o papel do Estado nos assuntos econômicos, ampliando assim o papel do indivíduo; e apoiou o mercado livre no exterior como um modo de unir as nações do mundo pacífica e democraticamente. No terreno político, apoiou o desenvolvimento do governo representativo e das instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos (FRIEDMAN, 1962, p. 14).

Em resumo, para Sen (1999) “desenvolvimento é a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 1999, p. 10). Nesta tentativa de analisar-se os pressupostos da UNESCO de *cultura para o desenvolvimento* talvez a definição de Sen para desenvolvimento não ofereça um respaldo preciso, ainda que,

em suas próprias palavras, “é mais importante ser vagamente correto do que precisamente errado” (Idem, 1993, p. 320).

Contudo, parte-se da afirmação de que culturas, tradições e hábitos de determinado povo inferem diretamente nas oportunidades e nas liberdades do indivíduo, afetando-o e conseqüentemente a sociedade em que habita, influenciando no desenvolvimento de uma região em específico (SEN, 1999). Sendo as culturas dinâmicas, sobretudo no processo de hibridização (CANCLINI, 1997), como visto, e em meio a uma globalização que estimula o multiculturalismo, conforme exposto por Semprini (1999), políticas públicas culturais que porventura sejam implementadas em determinada sociedade, por certo governo, podem prover alternâncias e adaptar-se às necessidades locais. É o que Canclini propõe em seu livro *Políticas culturales en America Latina*, de 1987.

Canclini (1987) expõe ser inegável a afinidade e a interpenetração entre as esferas da cultura e da política ao longo da história. Assim como Raymond Williams (2011), acadêmico, crítico e novelista galês, com importantes escritos em política e cultura, Canclini diz que a confluência entre políticas e cultura surge a partir de missões pedagógicas e centros de cultura da República Espanhola nos anos 1930, com a criação do Conselho das Artes da Inglaterra na década de 1940 e, por fim, com a instituição do Ministério dos Assuntos Culturais da França, em 1959 (CANCLINI, 1987).

Assim, *vis-à-vis* ao abordado por Canclini (1987) e Sen (1999) políticas públicas culturais e iniciativas governamentais deveriam não somente adequar-se ao contexto local e mundial, mas principalmente às necessidades e realidades sociais específicas de determinada cultura. A proposta para que isso seja feito por meio da “expansão das liberdades” se daria com o fomento de práticas governamentais que estimulem a sociedade, por meio da educação, de melhor distribuição de renda, de acesso à saúde e participação institucionalizada nas iniciativas governamentais. Com efeito, haveria melhoria das capacidades humanas que conseqüentemente reverberariam em um desenvolvimento mais igualitário da sociedade, preservando-se identidades culturais importantes concomitantemente a um crescimento econômico (SEN, 1999, p. 374-375).

Essa distinção [entre liberdade humana e crescimento econômico] tem uma influência prática sobre a política pública. Embora a prosperidade econômica ajude as pessoas a ter opções mais amplas e a levar uma

vida mais gratificante, o mesmo se pode dizer sobre educação, melhores cuidados com a saúde, melhores serviços médicos e outros fatores que influenciam causalmente as liberdades efetivas que as pessoas realmente desfrutam (SEN, 1999, p. 375).

Saliente-se ainda que o surgimento das políticas culturais, de acordo com Canclini (1987) e Williams (2011), ocorre justamente após o término da Segunda Guerra Mundial, quando a nova ordem mundial se configura e a UNESCO passa a tratar cultura como estratégia global, ao balizar o seu papel e a importância no mundo por meio de conferências e mobilizações de Estados. Assim, em consonância com o abordado pela ONU e UNESCO, no que tange à melhor qualidade de vida das pessoas, preservação cultural, dentre outras iniciativas, observa-se que a cultura passou cada vez mais a apresentar-se em enlaces com o campo da economia, demandando a atenção do mundo científico-acadêmico, de instituições governamentais, de agências multilaterais, de bancos de desenvolvimento e de organizações não governamentais (MIGUEZ, 2014). Afinal, como prega-se na presente tese, cultura e desenvolvimento detém, em meio às sociedades, grande associação que cada vez mais faz-se fundamental em meio aos avanços da globalização.

1.3.2 Desenvolvimento pela UNESCO

De acordo com a UNESCO, colocar a cultura no centro da política de desenvolvimento representa um investimento substancial na ação pública e trata-se de condição prévia para processos de globalização bem-sucedidos que consideram os princípios da diversidade cultural (UNESCO, 2010). Ou seja, sob essa perspectiva, a inserção da cultura como política de Estado seria inerente ao desenvolvimento de uma nação.

Desde 1945, quando de sua fundação, a UNESCO parte do princípio de que desenvolvimento não é apenas sinônimo de crescimento econômico, e sim um meio para alcançar uma existência intelectual, emocional, moral e espiritual mais satisfatória por parte dos cidadãos que vivenciam tal desenvolvimento (UNESCO, 2010).

Em outras palavras, desenvolvimento deveria embarcar diferentes esferas do desenvolvimento global de uma maneira sistêmica, considerando-se não somente questões econômicas e sociais como também ambientais. Deve ser o denominado “desenvolvimento sustentável”. Caso desenvolvimento se restrinja apenas ao cresci-

mento econômico, estar-se-iam desconsiderando culturas cujas raízes estão em lugares inóspitos, e que porventura não desfrutariam da fortuna tanto econômica quanto cultural, social e criativa da democracia, o que seria um equívoco (HALL, 2003).

Afinal, como visto cultura não tem relação automática com sistemas políticos e econômicos convencionais, justamente por ser diversa. A diversidade cultural e seu respeito influem no desenvolvimento, que possui diversas facetas não restritas apenas ao lado econômico. O desenvolvimento sustentável, nesse contexto, seria determinante para o alcance de bem-estar social, econômico e ambiental global, tendo-se o indivíduo como peça-chave determinante para tal alcance (DECLARACIÓN DE LA CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982).

No relatório resultante da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, consta que pessoas são o centro do desenvolvimento sustentável, e abordagens holísticas e integradas ao desenvolvimento sustentável devem ter como foco o desenvolvimento humano, sobretudo pelo reconhecimento de que há diferentes abordagens, visões, modelos e ferramentas disponíveis para cada país (RELATÓRIO RIO+20, 2012).

O papel da cultura nesse contexto, sobretudo sob a óptica das relações internacionais, tem cada vez mais se entrelaçado e demonstrado sua importância aos estudos de desenvolvimento, para além de questões conflitivas e bélicas, como demonstrado nos estudos de Samuel P. Huntington (1996), na década de 1990.

Se alcançar a sustentabilidade é, antes de tudo, fazer um uso adequado dos recursos do planeta, a cultura deve estar no centro de nossas estratégias de desenvolvimento, uma vez que as culturas moldam o relacionamento das pessoas com outras pessoas em sua sociedade e o mundo ao seu redor, incluindo o ambiente natural, e condiciona seus comportamentos. Iniciativas e abordagens de desenvolvimento que levem em consideração as condições e culturas locais provavelmente resultarão em resultados mais sensíveis ao contexto e terão resultados equitativos, além de melhorar a apropriação pelos beneficiários-alvo. A integração da cultura nas políticas e programas de desenvolvimento, portanto, contribui fundamentalmente para sua eficácia e sustentabilidade (RELATÓRIO RIO+20, 2012, p. 20).

Como será abordado no segundo capítulo, a influência da cultura no desenvolvimento iniciou-se muito antes da globalização; é algo intrínseco da construção social e que permeia as relações internacionais desde a Grécia antiga. O

que se vê no mundo contemporâneo é a intensificação de processos que, da maneira correta, podem auxiliar mecanismos que sobremaneira auxiliem a sociedade moderna a desenvolver-se (STELOWSKA, 2015, p. 53).

É sob essa perspectiva que, para a UNESCO, a relação de cultura com desenvolvimento identifica a razão de alguns países e grupos étnicos estarem melhor economicamente do que outros; a UNESCO sugere que recursos culturais sejam aplicados de maneira que atuem de efetivo na promoção do desenvolvimento. Afinal, o mundo passou por profundas transformações e avanços, como os da ciência e da tecnologia, as quais modificaram o lugar do homem no mundo e a natureza de seus relacionamentos sociais. Educação e cultura, nesse contexto, tiveram seus significados amplamente expandidos, sendo ainda mais essenciais para o verdadeiro desenvolvimento do indivíduo e da sociedade (DECLARACIÓN DE LA CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, p. 1).

Dessa forma, para a UNESCO desenvolvimento é conceituado como sustentável, sendo

[...] em essência, [...] um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico; e as mudanças institucionais estão em harmonia e aumentam o potencial atual e futuro de atender necessidades e aspirações humanas (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987, p. 43, tradução nossa).

Adicionalmente, a UNESCO também reitera outros pontos a serem destacados em resumo quanto ao que seria um desenvolvimento benéfico e sustentável, a saber (Ibidem, p. 41-42):

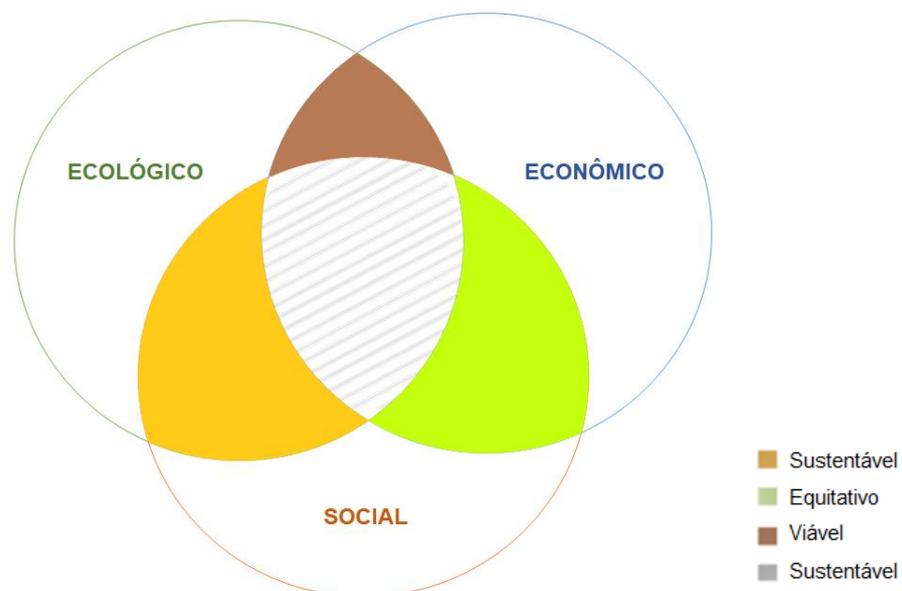
- i. Atender às satisfações humanas e suas aspirações que objetivem o desenvolvimento, considerando-se todos os aspectos que permeiam a vida em sociedade, como o acesso à comida, abrigos, empregos, roupas e quaisquer outras que porventura sejam específicas daquela cultura local;
- ii. Compreender que os padrões de vida que vão além do mínimo básico são sustentáveis apenas se o consumo em todos os lugares respeitarem a sustentabilidade a longo prazo, considerando-se fortemente a questão ambiental;
- iii. Buscar atender necessidades essenciais para o crescimento potencial, sendo o desenvolvimento econômico essencial, desde que esse não afete os âmbitos supracitados. Portanto, o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, aumentando o potencial produtivo e garantindo oportunidades equitativas para todos;

- iv. Portanto, o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, aumentando o potencial produz-tivo e garantindo oportunidades equitativas para todos (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987, p.41-42, tradução nossa).

Dentre os desafios frente ao contexto globalizado, a organização diz que os objetivos críticos que as políticas locais devem atender em prol do desenvolvimento, seguindo o conceito de desenvolvimento sustentável (vide suas três dimensões e as intersecções delas na Ilustração 1), ainda que não excludente a outros quesitos específicos locais e em bastante consonância com o abordado por Sen (1999), como supracitado, incluem:

- i. Retomadas de crescimento;
 - ii. Mudanças da qualidade do crescimento;
 - iii. Atendimento às necessidades essenciais de emprego, alimentos, energia, água e saneamento.
 - iv. Garantir um nível sustentável à população;
 - v. Conservar e aprimorar a base de recursos;
 - vi. Reorientar a tecnologia e gerenciar riscos; e
 - vii. Fundir ambiente e economia na tomada de decisões
- RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987, p. 46, tradução nossa).

ILUSTRAÇÃO 1 - Intersecções do Desenvolvimento Sustentável.



FONTE: DRÉO, 2006. Elaboração própria. Tradução nossa.

Destarte, fortalecer a contribuição da *cultura para o desenvolvimento* seria algo natural e imprescindível para o alcance de metas, inúmeras vezes reforçadas nas conferências mundiais promovidas pela organização. Assim sendo, iniciativas promovidas pela UNESCO visam promover abordagens inovadoras e criativas que melhorem a cultura como uma ponte para o desenvolvimento socioeconômico e humano, de maneira sustentável, e que, por conseguinte, estimulem a criatividade, as indústrias culturais e o patrimônio cultural em todas as suas formas, como uma ferramenta única de entendimento mútuo, que incentive novas oportunidades de cooperação internacional. Assim, a UNESCO sugere que a dimensão cultural do desenvolvimento, que contempla toda a ideia de desenvolvimento sustentável, leve em conta os seguintes aspectos (DECLARACIÓN DE LA CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, p.2):

- i. Cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e contribui e fortalece a independência, a soberania e a identidade das nações. O crescimento se concebe frequentemente em termos quantitativos, sem levar em conta sua necessária dimensão qualitativa; a satisfação das aspirações espirituais e culturais do homem. O desenvolvimento autêntico persegue o bem-estar e a satisfação constante de cada um e de todos;
- ii. É indispensável humanizar o desenvolvimento. Seu fim único é a pessoa em sua dignidade individual e em sua responsabilidade social. O desenvolvimento supõe a capacidade de cada indivíduo e de cada povo para informar-se, aprender e comunicar suas experiências;
- iii. Proporcionar a todos os homens a oportunidade de realizar um melhor destino supõe ajustar permanentemente o ritmo de desenvolvimento;
- iv. Um número cada vez maior de mulheres e homens desejam um mundo melhor. Não somente perseguem a satisfação das necessidades fundamentais, senão o de desenvolvimento humano, seu bem-estar e a possibilidade de convivência solidária com todos os povos. Seu objetivo não é a produção, a ganância ou o consumo *per se*, senão sua plena realização individual e coletiva, e a preservação da natureza;
- v. O homem é o princípio e o fim do desenvolvimento;
- vi. Toda política cultural deve resgatar o sentido profundo e humano do desenvolvimento. Se requer novos modelos, e nesse âmbito a cultura e a educação devem encontrar-se;
- vii. Somente pode-se assegurar o desenvolvimento equilibrado mediante a integração dos fatores culturais e as estratégias para alcançá-lo; em consequência, tais estratégias deveriam levar em conta sempre a dimensão histórica, social e cultural de cada sociedade.

A presente tese tem como um de seus objetivos esmiuçar não somente o conceito de desenvolvimento que a UNESCO trabalha, como também os mecanismos de análise para a avaliação de suas propostas e resultados decorrentes de iniciativas que promovam a intersecção de cultura e de desenvolvimento no contexto globalizado da sociedade contemporânea. No segundo capítulo, apresentar-se-ão todas as iniciativas históricas promovidas pela organização para o alcance dos objetivos propostos.

2

A UNESCO E A PROMOÇÃO DA CULTURA PELO DESENVOLVIMENTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Segundo Eduardo Nivon Bolán (2006, p. 54), a novidade é a percepção de políticas culturais enquanto globalidade, como uma concepção que articula ações culturais até então isoladas; ações estas que contemplam questões culturais e que vão além do somatório de políticas setoriais relacionadas com a arte e a educação. Trata-se de um leque de possibilidades muito mais amplo. Para tanto, a institucionalização da cultura em meio à contemporaneidade é uma das características e necessidades mais básicas do período que vivemos.

Organizações internacionais, nesse ínterim, podem prover ambiente favorável para a disseminação de ideias que reverberem em propostas adequadas de utilização da cultura como política de governo em prol do desenvolvimento, assim como o Estado, conforme abordado no primeiro capítulo. Na América Latina, a CEPAL, como outras comissões instituídas pela ONU, teve papel imprescindível no período após a Segunda Guerra Mundial, refletindo a inserção das economias, das sociedades e das culturas do continente no novo contexto mundial que se conformava. Trocas comerciais e transferências culturais invariavelmente passaram a intensificar-se e tornar-se objeto de discussão em âmbito regional, enaltecendo-se assim que o ambiente internacional, cada vez mais complexo e interativo, não seria unilateral. Para além disso, foi de grande relevância a aproximação regional na busca pela convergência de ideias e diretrizes que auxiliassem no desenvolvimento local (FURTADO, 1986).

Ainda que a interação entre cultura e esferas institucionais que visem a promoção do desenvolvimento não seja um processo exclusivamente recente nas relações internacionais, foi com o advento da globalização que as interações e intersecções regionais e globais, multidirecional com muitas facetas, abrangeram de maneira cada vez mais rápida e em maior volume a circulação de praticamente tudo, desde capitais às pessoas, passando por mercadorias, informações, ideias e crenças, por meio de eixos que se modificam constantemente. Os conceitos de cultura e de desenvolvi-

mento passam a ser tão interconectados que se tornam um só. Frente a todos os processos sofridos pela sociedade moderna, ambos criam uma ligação única, de difícil desassociação.

Nas palavras de Tolina Loulanski (2006, p. 213), “com a democratização da cultura e sua definição socioantropológica expandida [...] a distância entre patrimônio cultural como monumento e as pessoas como suas criadoras, guardiãs e usuárias, foi muito reduzida”. Nesse contexto, a ONU, por meio de uma de suas organizações especializadas - a UNESCO - oferecera um marco histórico para estudos culturais, mesclados ao de desenvolvimento.

A organização, como uma das precursoras a delinear no que consistem estratégias políticas que envolvam cultura e desenvolvimento, e de como devem ser empregadas, sublinha que tal interação se trata de algo inevitável na contemporaneidade. Diz que a cultura e toda a multiculturalidade no mundo moderno devem ser preservadas ao serem utilizadas como impulsionadoras e facilitadoras do desenvolvimento global (UNESCO, 2010). Surge assim uma ideia de organização formada por diferentes Estados e, portanto, identidades, mas cuja relação de cooperação depende substancialmente do processo de formação de identidade entre eles, com um objetivo em comum (WENDT, 1999). Na busca pela convergência dos conceitos de cultura e de desenvolvimento em forma de estratégias governamentais, a UNESCO propôs-se a estabelecer um terreno comum a fim de que seus atores o integrem em políticas e estratégias e, por conseguinte, construam capacidades em nível nacional.

De maneira a entender-se o contexto histórico no qual tal construção estratégica está inserida, neste capítulo será feita uma imersão no papel-chave dessa organização na conjuntura em questão, situando-se a história dela e a evolução dos conceitos propostos dentro de seu escopo e seu papel nas relações internacionais.

2.1 A UNESCO: conhecendo a história da organização sob a perspectiva das relações internacionais

Conforme exposto no primeiro capítulo, Bordieu (1989), Semprini (1999) e Bolán (2006) dizem que um dos aspectos marcantes de nosso tempo é o papel da cultura no contexto globalizado. Na modernidade, cultura também se trata de um somatório de políticas setoriais relacionadas com arte e educação - mas a sua

institucionalização em outras esferas também é relevante na contemporaneidade (BOLÁN, 2006, p. 54).

Tal institucionalização, por sua vez, ainda que cada vez mais notória nas agendas governamentais, teve parte de sua difusão nos anos 1940, sobretudo com a criação da ONU, primeira grande organização internacional a unir mais de cinquenta países após a Segunda Guerra Mundial e a fundar a UNESCO, no mesmo ano de sua criação, em 1945, como responsável por discussões e diretrizes em relação à questão cultural dentro de sua estrutura (Ibidem, 2006).

Na seara das discussões da promoção da cultura e da relevância desta na esfera institucional, as relações internacionais oferecem importante arcabouço histórico e teórico. Contudo, ainda que imbricada em choques políticos e sociais, muitas vezes enviesando embates relacionados à soberania e à identidade nacional, cultura sempre foi um conceito negligenciado ao comparar-se com questões econômicas e militares, por exemplo (STELOWSKA, 2015, p. 51).

De acordo com a pesquisadora Diana Stelowska (2015, p. 51-52), as teorias de relações internacionais talvez não tenham dado devida notoriedade à cultura, posto que são normalmente relacionadas à poder e guerras (ótica realista), economia, cooperação internacional (ótica liberal) e relações de classe e conflitos sociais (ótica marxista). Nesta última ótica, deriva-se o *construtivismo*, teoria que tem como principal teórico Alexander Wendt, cujo livro *Social Theory of International Politics*, de 1999, busca explicar as relações internacionais sob uma perspectiva social. De fato, a análise das relações internacionais nessa perspectiva cresce desde os anos 1980, tendo bem menos emprego nas análises que proliferaram ao longo dos três séculos que se seguiram ao marco da assinatura da Paz de Vestfália, de 1648, pedra angular das relações internacionais, como visto anteriormente.

Nas palavras de Emanuel Adler (1999, p. 205), o construtivismo seria a perspectiva de que “o modo pelo qual o mundo material forma-se e é formado pela ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material”. Em outras palavras, o construtivismo diz que os Estados, assim como a identidade cultural, não devem ser considerados como verdades exógenas, pois tratam-se de construções sociais desenvolvidas ao longo da história (WENDT, 1999).

Sob o ponto de vista construtivista, o contexto globalizante em que estão inseridos e como este incide nas percepções e entendimentos do coletivo, dentro de

uma organização internacional ou não, são também inevitáveis na análise do fenômeno cultural. Ainda que organizações não-estatais tenham cada vez mais relevância nas relações internacionais, sobretudo no pós-Segunda Guerra, mudanças sistêmicas ainda assim ocorrem por meio dos Estados. Logo, juntos os Estados criam o que Wendt (1999) denomina como a “identidade corporativa”.

Identidade corporativa seria o conjunto de qualidades intrínsecas dos Estados, desenvolvidas por meio de suas experiências e de sua construção social. Logo, seria o equivalente à conjunção das identidades de seus membros e dos recursos físicos, sendo as identidades a base da construção dos interesses que os relacionam. Estas, por sua vez, seriam formadas por basicamente quatro interesses, a saber (WENDT, 1999):

- Segurança física;
- Segurança ontológica;
- Reconhecimento por parte dos demais membros; e
- Desenvolvimento como desejo por uma vida melhor, na qual os Estados são repositórios desse desejo coletivo.

Como os Estados satisfazem tais interesses depende, por sua vez, de como se definem com relação aos demais membros, o que também depende de sua identidade doméstica, cultura e social. Porquanto, o princípio da soberania também é imprescindível, posto que é ela que dá ao Estado o direito de existir como entidade independente, ainda que dentro de uma organização com fins de cooperação (Ibidem, 1999).

Ademais, ainda de acordo com o construtivismo, as possíveis causas que motivam os Estados a participarem da cooperação de maneira não coercitiva seriam: desejo de mudança, ocorrida por modificação social ou política, e/ou possíveis sanções ou recompensas que podem advir de outros Estados e que porventura podem influir em uma autorreflexão e no desejo de alteração do posicionamento do Estado (ADLER, 1999).

O construtivismo mostra que mesmo nossas instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos; que elas são estruturas reificadas que foram um dia consideradas *ex nihilo* pela consciência humana; e que esses entendimentos foram subsequentemente difundidos e consolidados até que fossem tidos como inevitáveis. Além disso, os construtivistas acreditam que a capacidade humana de reflexão ou aprendizado tem seu maior impacto no modo pelo qual os indivíduos e atores sociais dão sentido ao mundo material

e enquadram cognitivamente o mundo que eles conhecem, vivenciam e compreendem. Assim, os entendimentos coletivos dão às pessoas razões pelas quais as coisas são como são e indicações de como elas devem usar suas habilidades materiais e seu poder (WENDT, 1999, p. 206).

Ainda, essa teoria entende as relações internacionais como uma estrutura que guia seus atores para a redefinição de suas identidades no processo de coexistência com o outro (STELOWSKA, 2015, p. 52). Dentro de uma organização, as identidades dos Estados podem conformar identidades corporativas sob diferentes circunstâncias, como (Ibidem, p. 52):

Contexto Estrutural da organização, formado por fatores intersubjetivos, como entendimentos coletivos, expectativas e conhecimentos sociais. Sob uma perspectiva *hobbesiana*, os Estados podem se comportar de maneira egoísta, não favorecendo a cooperação ou, sob uma perspectiva *lockeana* de respeito à soberania nacional, os Estados dentro da organização sentem-se seguros, favorecendo assim as iniciativas de cooperação;

Processos sistêmicos dentro de uma organização favorecem a interdependência, promovendo mais fortemente a criação de uma identidade coletiva, corporativa, mas centrada na convergência das identidades domésticas, buscando homogeneizar valores sociais e de consumo de bens;

Práticas estratégicas para a elaboração não somente de uma identidade corporativa, como também de integração entre os Membros. Ações positivas decorrentes dessas práticas devem produzir uma nova percepção de si próprio, influenciando que os demais membros cooperem também.

A UNESCO, sob essa perspectiva teórica, pode ser entendida como uma representação de instituições internacionais do mundo contemporâneo que objetiva o entendimento coletivo e a construção de propostas que visem essa diversidade, como mencionado por Adler (1999, p. 206). Ainda com base no construtivismo, observa-se que as circunstâncias supracitadas, que conformam identidades corporativas, também se encontram presentes na ONU e na UNESCO. Tal entendimento faz-se de suma relevância para a abordagem apresentada na presente tese.

Ainda de acordo com Jeffrey T. Checkel (1996, p. 324), não se deve preocupar somente com diferentes escopos, como o social e o político, mas com concepções subjacentes de como estes funcionam. Não se trata necessariamente de uma teoria construtivista, mas sim de uma abordagem da investigação social baseada em duas suposições. A primeira, quanto ao ambiente no qual Estados, indivíduos e agentes

tomam decisões no que tange às questões sociais e materiais; a outra, em como esse ambiente e configuração podem promover os entendimentos e consonâncias nas ações relativas aos seus respectivos interesses.

Para tanto, a abordagem do papel das instituições e das organizações internacionais, assim como os efeitos das normas internacionais, faz-se relevante para o estabelecimento de base comparativa, principalmente pelo estudo da UNESCO. Aos estudos das organizações internacionais, a publicação de 1984 de Robert Keohane, *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*, é importante para a compreensão do papel político dessas entidades no contexto global, bem com as razões de suas criações sob uma óptica liberal. Estas seriam um importante reduto no qual interesses e identidades convivem, influenciando fortemente não somente no âmbito da organização como em nível doméstico de seus membros (KEOHANE, 1984).

No que tange às normas internacionais, Martha Finnemore (1996) diz que organizações *per se* criam diretrizes a serem adotadas por todos os seus membros, os quais detém características políticas, sociais, econômicas e culturais diversas. Assim, ainda que beneficiem a confluência de ideias, projetos e perspectivas que visem melhorias em determinado seguimento, elas podem constranger o comportamento dos Estados em nível nacional e internacional, influenciando na distribuição de poder e nos resultados advindos de ações conjuntas, muitas vezes não beneficiando a todos os membros de maneira equânime.

Conforme abordado no primeiro capítulo, Huntington (1996) afirma que as identidades culturais e religiosas dos povos são a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria, e defende que há forte identidade estática de superioridade ocidental sobre outros blocos culturais, o que em um contexto globalizante pode maximizar-se, sobretudo de países economicamente desenvolvidos aos em desenvolvimento.

Dentro de uma organização internacional, tal afirmação também está presente, posto que países economicamente mais fortes podem impor seus interesses de maneira mais assertiva sobre países que não detém a mesma força (KEOHANE, 2001; NYE, 2002). Assim, os Estados e as normas que os regem dentro de uma organização tornam-se imprescindíveis nos estudos das relações internacionais e sobretudo para o desempenho das atividades desenvolvidas dentro do escopo organizacional, e que conseqüentemente refletem no âmbito doméstico de seus membros. Tornam assim a cooperação regional ou multilateral, transnacional e

transgovernamental, envolvendo a sociedade civil, a principal receptora das ações e das iniciativas elaboradas (FINNEMORE, 1996). Finnemore (1996) argumenta ainda que uma lógica construtivista de adequação para o melhor desempenho das organizações é possível quando um torna os interesses dos outros uma variável dependente, e lógicas de adequação podem ser criadas e tornarem-se fundamentais para determinar como a organização irá prosperar. Nesse escopo que o debate sobre *cultura para o desenvolvimento* dentro de uma organização internacional deve considerar diferentes aspectos, com características únicas, o que pode tornar a discussão muito mais delicada, assim como necessária.

No escopo das discussões e das teorias, ainda que em primeira instância normalmente relacionadas apenas às artes ou outros tópicos que sugerem uma não associação às questões políticas ou econômicas, cultura passou a ser inserida mais fortemente na academia e nas relações internacionais, como visto, sobretudo no pós-Segunda Guerra. Disciplinas relacionadas a estudos interculturais, relações internacionais interculturais, política externa cultural, diplomacia, *soft power* e *nation branding* para a promoção nacional, por exemplo, foram algumas das que passaram a ganhar notoriedade na academia aos longos das últimas décadas.

Contudo, o tema da cultura sempre esteve presente. Conforme dito por Stelowska (2015, p. 53), cultura consta nas relações entre países e regiões, na criação dos Estados, nas conquistas territoriais e nos processos migratórios. Todas essas iniciativas trazem e levam características culturais que influenciaram as dinâmicas sociais e sobremaneira alteram as percepções de mundo dos indivíduos e das formas de vidas locais. Do período medieval à descoberta do continente americano no século XV, até a criação da *Alliance Française* pelo Cardinal Richelieu na França, nos anos 1635, para preservação institucional da língua francesa, e de sua cultura como patrimônio, diversos processos culturais conformaram a sociedade contemporânea e as relações internacionais que hoje são conhecidas. Por exemplo, com a institucionalização dos idiomas inglês e alemão, pelo Reino Unido em 1934 e pela Alemanha, em 1951, ou ainda as políticas externas de utilização da cultura como influenciadora na dominação de outros países, em meio à Primeira e à Segunda Guerra Mundial, assim como durante a Guerra Fria, como anteriormente discutido na presente tese (STELOWSKA, 2015, p. 54).

Ou seja,

[...] às tensões que historicamente balizaram as relações entre a cultura e a sociedade, agregam-se hoje, ampliando e redefinindo tais relações, fenômenos e elementos, como as novas tecnologias da comunicação e da informação, interculturalidades, multiculturalidades, hibridismos, localismos, globalismos, que, em seu conjunto, dão forma a complexas e multifacetadas possibilidades e desafios em um jogo que é próprio do mundo (MIGUEZ, 2014, p. 364-365).

Nos Estados Unidos, por exemplo, tal política era tão institucionalizada como políticas externa e estratégica que bolsas de estudos para pesquisadores e artistas eram oferecidas para que projetos de *soft power* fossem desenvolvidos de maneira a auxiliarem nas dominações e influências disseminadas durante as guerras, sobretudo em países latino-americanos (STELOWSKA, 2015, p. 53).

Assim, as organizações internacionais, sob essa perspectiva, em um contexto globalizante, tratam-se de uma maneira de cooperação regional ou multilateral em nível global, formando regimes internacionais para governar a globalização (KEOHANE, 2001; NYE, 2002).

De acordo com Akira Iriye (1979), a cultura nas relações internacionais ainda tem importante conexão com a ciência política e a antropologia, pois é justamente essa influência e relação entre as áreas que conformam as diferenças culturais e as similaridades entre as nações, uma vez que assim elas foram criadas. Logo, as nações seriam conformadas por um sistema cultural e, portanto, as relações internacionais são interações entre sistemas culturais.

No entendimento coletivo das organizações internacionais, somando-se a importância da cultura nas relações Internacionais à perspectiva construtivista, a UNESCO, sob um enfoque multilateral, incorporou inúmeros países em prol do entendimento mútuo sobre a promoção da cultura e a preservação de patrimônios culturais de diferentes regiões como políticas de Estado, visando a cooperação entre estes (STELOWSKA, 2015, p. 56). Na sequência, iremos explorar as mais importantes iniciativas tocadas pela organização nesse aspecto, visando o enaltecimento da cultura em prol do desenvolvimento em consonância com a iniciativa de desenvolvimento sustentável global, no primeiro capítulo abordado.

2.1.1 A criação de uma organização internacional pela cultura e desenvolvimento

A Carta das Nações Unidas - ou Carta da ONU, documento fundador da organização, foi elaborada pelos 51 países presentes na conferência que ocorreu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. Entretanto, a organização internacional começou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e ex-União Soviética, bem como pelos demais signatários, sendo, destes, 17 países latino-americanos (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).⁷

A importância desse documento, além da criação da ONU em si, está na disseminação à época de importantes ideias, propósitos e princípios fundamentais, tendo-se em vista o contexto internacional de então, mas ainda assim válido até os dias atuais. Logo em seu Artigo 1º são informados os propósitos balizadores da organização, a saber - com destaques nossos (Ibidem, 1945):

- i. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
- ii. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
- iii. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de **caráter econômico, social, cultural** ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos **direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos**, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e
- iv. **Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.**

⁷ A ONU passou a existir com a ratificação da Carta da ONU pelos 5 membros permanentes do Conselho de Segurança, França, República da China, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos da América, e pelos outros 46 signatários, a saber: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Bielorrússia, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Egito, El Salvador, Equador, Etiópia, Filipinas, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Reino Unido, República Dominicana, Síria, Turquia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela (CARTA DA ONU, 1945).

No inciso 3º desse mesmo Artigo é possível verificar que os ideais de diversidade, desenvolvimento econômico e social e a menção da cultura, como objeto de análise e de discussão para os membros da organização, foi algo notório e institucionalizado. Ao longo da Carta da ONU, a cultura ainda é citada diversas vezes, como quando da menção da constituição de sua Assembleia Geral, sendo uma de suas atribuições

[...] promover cooperação internacional nos terrenos econômico, social, cultural, educacional e sanitário e favorecer o pleno usufruto dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (CARTA DA ONU, Art. 13º, inciso 1º, 1945).

No Artigo 55º, por sua vez, a cultura é novamente citada, mas dessa vez associada às questões sociais e econômicas, constantes do Capítulo IX, responsável justamente pelos propósitos da ONU no que tange à cooperação internacional econômica e social. Em complementação, no Artigo 62º é possível vislumbrar-se a institucionalização do tema, em que é determinado que o Conselho Econômico e Social, incumbido deste fim,

[...] fará ou iniciará estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e demais e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos Membros das Nações Unidas e às agências especializadas interessadas (Ibidem, Artigo 62º, inciso 1º, 1945).

Contudo, são nos Artigos 56º e 57º, com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as nações, sobretudo em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, que os membros da ONU são incumbidos de agir, em conjunto ou separadamente, para que todos os propósitos mencionados, sejam desenvolvidos. Reforça-se, ainda, que

[...] as várias agências especializadas, criadas por acordos intergovernamentais e com amplas responsabilidades internacionais, definidas em seus instrumentos básicos, nos campos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos, serão vinculadas às Nações Unidas [...]. (Ibidem, Artigo 57º, 1945).

É nesse contexto que a ONU criou suas organizações especializadas, sendo três voltadas para aspectos sociais: a Organização Internacional do Trabalho (OIT),⁸ a Organização Mundial de Saúde (OMS),⁹ e a UNESCO, a qual oferece um marco histórico para estudos culturais cerne da presente tese.

2.1.1.1 Escopo institucional

A UNESCO, com sede em Paris desde a sua criação, foi fundada em 16 de novembro de 1945 - exatos vinte e quatro dias após a criação da ONU. Seu objetivo principal é o de

[...] contribuir para a paz e a segurança, promovendo a colaboração entre as nações por meio de educação, ciência e cultura, a fim de promover o respeito universal pela justiça, pelo Estado de Direito e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais que são afirmados para os povos do mundo, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião (CONSTITUIÇÃO DA UNESCO, Artigo 1º, inciso 1º, 1945, tradução nossa).

Conforme determinado em sua Constituição, que foi assinada por todos os seus membros fundadores, e de maneira a alcançar esse objetivo, a organização deveria

- i. Colaborar no trabalho de promover o conhecimento e a compreensão mútuos dos povos, através de todos os meios de comunicação de massa e, para esse fim, recomendar os acordos internacionais que forem necessários para promover o livre fluxo de ideias por palavra e imagem;
- ii. Dar um novo impulso à educação e à disseminação da cultura, colaborando com os membros, a pedido deles, no desenvolvimento de atividades educacionais; instituindo colaboração entre as nações para promover o ideal de igualdade de oportunidades educacionais, sem levar em consideração raça, sexo ou qualquer distinção econômica ou social; sugerindo métodos educacionais mais adequados para preparar as crianças do mundo para as responsabilidades da liberdade; e
- iii. Manter, aumentar e difundir o conhecimento, garantindo a conservação e a proteção da herança mundial de livros, obras de arte e monumentos da história e da ciência, e recomendando às nações envolvidas as convenções internacionais necessárias; incentivando a cooperação entre as nações em todos os ramos da atividade intelectual, incluindo o intercâmbio internacional de pessoas ativas nos campos da educação, ciência e cultura e o intercâmbio de publicações, objetos de interesse artístico e científico e outros

⁸ Original: *International Labour Organization* (ILO).

⁹ Original: *World Health Organization* (WHO).

materiais de informação; iniciando métodos de cooperação internacional calculados para dar às pessoas de todos os países acesso aos materiais impressos e publicados produzidos por qualquer um deles (CONSTITUIÇÃO DA UNESCO, Artigo 1º, inciso 2º, 1945, tradução nossa).

Ao membro da ONU, é dado o direito automático de integrar-se à UNESCO, conforme Artigo 2º da Carta da ONU. Sendo assim, na atualidade, a UNESCO possui 193 Membros e 11 Membros associados,¹⁰ sendo todos os países latino-americanos participantes. Ainda, os Estados que não são membros da ONU podem ser admitidos na UNESCO mediante recomendação do Conselho Executivo, por maioria de dois terços dos votos em votação realizada pela Conferência Geral da organização (Ibidem, 1945).

A maioria dos Estados Membros possui delegações permanentes que, chefiadas por embaixadores dos países, mantém a ligação entre a organização e seus respectivos governos. Por conseguinte, todos os Estados Membros estabeleceram uma Comissão Nacional destinada à UNESCO, ou seja, comissões que se tratam de órgãos nacionais de cooperação criados com o objetivo de associar seus órgãos governamentais e não governamentais ao trabalho desenvolvido pela UNESCO. O intuito é o de preservar a independência, a integridade e a diversidade frutífera das culturas e dos sistemas educacionais dos Estados Membros, sem intervir em assuntos que são essencialmente de sua jurisdição nacional (Ibidem, Artigo 1º, inciso 3º, 1945).

Por abordar temas que afetam a maioria das sociedades, sobretudo no mundo globalizado, a UNESCO sempre visou estabelecer conceitos, diretrizes e propostas que busquem abranger toda essa diversidade. Como discutido no primeiro capítulo, a partir dos anos 1950, sobretudo nos primórdios dos anos 1980 e 1990, foi precursora na conceituação e na discussão de estratégias que envolvam cultura e desenvolvimento, sobretudo pelas discussões sobre a preservação de cultura, patrimônios, diversidade e bens culturais em meio ao mundo globalizado. Contudo, conforme observado por Eriksen (2001), organizações internacionais muitas vezes utilizam dimensões culturais para o desenvolvimento, sobretudo econômico, sem considerarem condições locais específicas e sem o entendimento de qual desenvolvimento uma determinada região necessita ou quais os fatores requeridos para que isto ocorra, como abordado no início do presente capítulo. Porquanto, a questão de identidade

¹⁰ A afiliação à UNESCO é regida pelos artigos II e XV da Constituição e pelas regras 98 a 101 do Regulamento da Conferência Geral (UNESCO, 1945).

dos Estados e participação efetiva dentro da organização faz-se relevante. Ou seja, quaisquer propostas de preservação e a relação de cultura com desenvolvimento não se tratarão de uma receita única (ERIKSEN, 2001, p. 133).

Logo, é preciso o entendimento de que diretrizes existem, mas precisam ser adequadas às necessidades locais. Nesse sentido, a UNESCO foi uma das organizações a engendrar ambos os conceitos desde sua criação, mas de maneira abrangente, cabendo aos governos a devida adequação às necessidades locais.

Assim, a governança da organização é estabelecida por meio das deliberações ocorridas em sua Conferência Geral,¹¹ a qual é conformada por todos os Membros e associados. Estes reúnem-se a cada dois anos, juntamente com observadores de países parceiros, organizações intergovernamentais e organizações não governamentais (ONGs). É importante salientar que cada país tem um voto (CONSTITUIÇÃO DA UNESCO, 1945).

Em resumo, a UNESCO é apresentada como a entidade, no quadro da ONU, responsável por discussões e diretrizes em relação à questão cultural. Logo, de acordo com sua Constituição, teve e tem dentre os seus fins discutir questões culturais e propor estratégias de promoção de sua disseminação, preservação e institucionalização. Em seus quase 75 anos de história, foi responsável por 28 Convenções Internacionais e 14 Declarações Universais, balizadas em cinco grandes áreas/temas principais: educação, cultura, ciências naturais, ciências sociais e humanas e comunicação e informação (Ibidem, 1945).

Embora esteja inscrita em seus princípios a promoção de um verdadeiro diálogo entre os povos, baseado no respeito pelos valores compartilhados entre civilizações, culturas e pessoas, a UNESCO tem suas propostas muitas vezes questionadas por serem universalistas e não contemplarem todas as realidades e características de seus Estados Membros (FINNEMORE, 1996).

¹¹ Ainda, a Conferência Geral determina as políticas e as principais linhas de trabalho da Organização. Seu dever é definir os programas e o orçamento da UNESCO. Ele também elege os Membros do Conselho Executivo e nomeia, a cada quatro anos, o Diretor-Geral. Os idiomas de trabalho da Conferência Geral são árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol (CONSTITUIÇÃO DA UNESCO, 1945).

2.2 Iniciativas de preservação da cultura e sua associação com o desenvolvimento

Sendo a organização pioneira em delinear como seriam as estratégias político-culturais e de como devem ser empregadas, a UNESCO diz que a cultura e toda sua multiculturalidade no mundo moderno podem ser preservadas ao serem utilizadas como impulsionadoras e facilitadoras do desenvolvimento global (CDIS, 2014). Em outras palavras, a UNESCO sugere que a integração de políticas que agreguem cultura e desenvolvimento propicia um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, promove e preserva a diversidade cultural.

Em meio a tal contexto, no qual busca-se a convergência dos conceitos de cultura e de desenvolvimento em forma de estratégias governamentais em um mundo globalizado e multicultural, a UNESCO propôs-se a estabelecer consenso a fim de que os atores da cultura e do desenvolvimento de seus Estados Membros integrem em políticas e estratégias de desenvolvimento e, por conseguinte, construam capacidades em nível nacional para que visem principalmente (Ibidem, p.9):

- i. Fortalecer os sistemas nacionais de estatística e informação sobre cultura e desenvolvimento;
- ii. Informar políticas culturais para o desenvolvimento; e
- iii. Posicionar a cultura nas estratégias e agendas nacionais e internacionais de desenvolvimento.

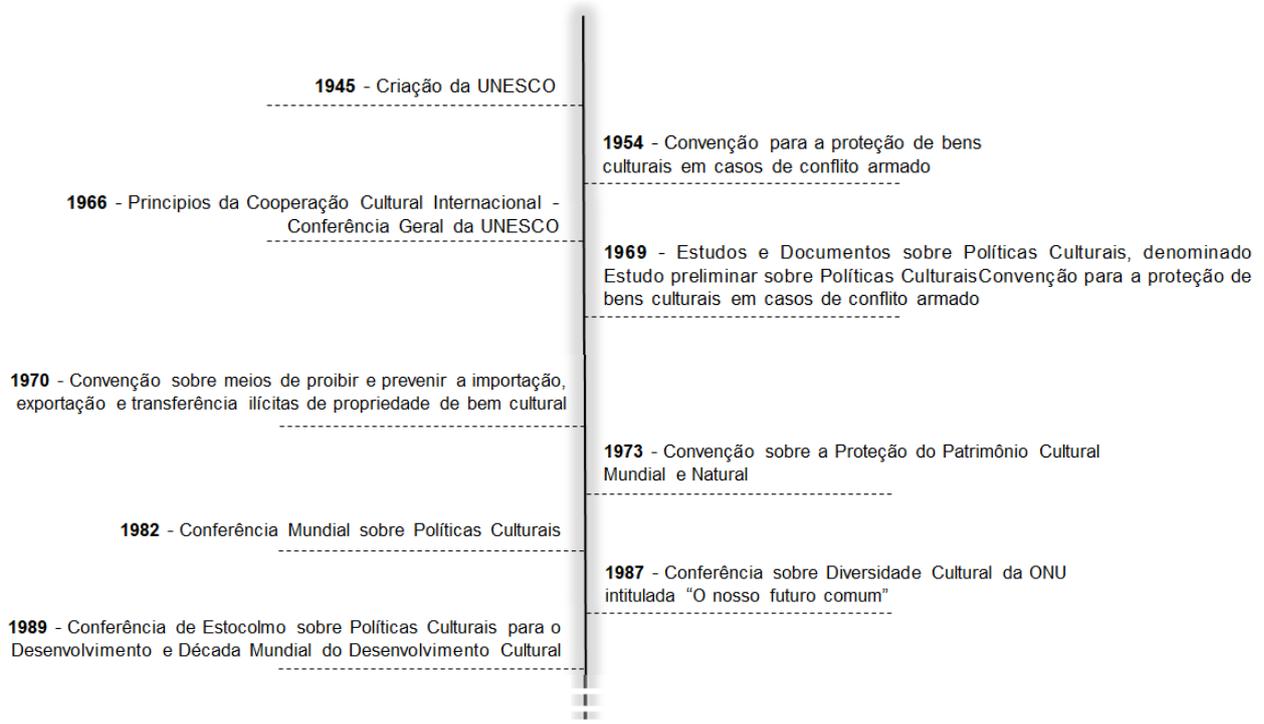
Recorrendo-se às relações internacionais, pode-se dizer, portanto, que o lugar destacado de que desfruta a cultura no contexto contemporâneo sugere seu deslocamento do leque das *low politics* (educação, saúde, emprego, segurança etc.) em direção às *high politics*, com sua exclusiva e restrita agenda de temas considerados vitais para os Estados, como por exemplo política exterior, comércio internacional, segurança e economia (WELDES, 2015).

Assim, o significado de *low* e *high politics* vai cada vez mais perdendo o sentido à medida que as relações econômicas e sociais se aprofundam entre os Estados, causando um aumento da interdependência destes, sobretudo dentro de um escopo organizacional. Essa interdependência vai reduzindo a fronteira entre as diferenças, possivelmente fazendo com que objetivos da organização se entrelacem (KEOHANE, 2001; NYE, 2002).

Sendo seu intuito, por meio de atividades de cunho cultural, o de salvaguardar o patrimônio cultural, o estímulo à criatividade, bem como a preservação de entidades culturais e tradições, ou seja, preservar patrimônios culturais materiais e imateriais da humanidade (CONSTITUIÇÃO DA UNESCO, 1945), como abordado brevemente no primeiro capítulo, as iniciativas da UNESCO propiciaram tal confluência de *low* e *high politics* nas relações internacionais, por meio da associação entre cultura e desenvolvimento. Inúmeras iniciativas foram elaboradas para este fim, conforme será exposto na sequência.

Dentre convenções, conferências e declarações universais promovidas pela UNESCO, diversos instrumentos legais que envolvam cultura e desenvolvimento, de imposição legal aos membros, foram elaborados ao longo das décadas. Para tanto, convenções e conferências que reforçaram a importância da cultura no contexto global foram realizadas, promovendo sua institucionalização e promoção nas agendas governamentais dos Estados Membros, ocorrem ao longo da história da organização, a saber conforme Ilustração 2 abaixo.

ILUSTRAÇÃO 2 - Linha do tempo das atividades promovidas pela UNESCO em cultura e desenvolvimento.





FONTE: UNESCO, 2020. Elaboração nossa.

2.2.1 Patrimônios culturais materiais e naturais pela UNESCO

Fundada em 1945, apenas em 1972 na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Mundial e Natural a UNESCO define o que são considerados patrimônios culturais, mesmo antes de definir o conceito cerne de todas as suas iniciativas: cultura. A iniciativa surge de um evento que suscitou especial preocupação internacional; a decisão de construir-se a grande represa da Assuan no Egito que inundaria o vale em que se encontravam os templos de Abu Simbel, um tesouro da antiga civilização egípcia (UNESCO, 2020).

Em 1959, a UNESCO decide lançar uma campanha internacional a partir de uma solicitação dos governos de Egito e Sudão, de maneira a ressaltar-se a importância da preservação de patrimônios culturais, previsto em sua Constituição de 1945 (UNESCO, 2003). Acelerou-se a pesquisa arqueológica nas áreas que seriam inundadas, sendo que o templo de Abu Simbel foi então completamente desmontado e transportado a um terreno a salvo da inundação e restaurado. O sucesso dessa campanha conduziu a outras de salvamento, tais como a de Veneza, na Itália, a de Moenjodaro, no Paquistão e a de Borobodur, na Indonésia, para citar apenas alguns exemplos. Em seguida, a UNESCO iniciou, com a ajuda do Conselho Internacional de

Monumentos e Sítios (ICOMOS), a elaboração o então projeto de convenção sobre a proteção do patrimônio cultural que viria a ocorrer em 1972 (UNESCO, 2003).

A ideia de combinar-se a conservação dos sítios culturais com a dos sítios naturais, por sua vez, foi dos Estados Unidos. Em conferência na Casa Branca, em 1965, em Washington, os Estados Unidos solicitam que se crie uma "Fundação do Patrimônio Mundial" que estimule a cooperação internacional a fim de proteger as áreas naturais e paisagísticas do mundo e os sítios históricos para o presente e para o futuro de toda a humanidade. Em 1968, a União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (IUCN) elaborou propostas similares para seus membros, que foram apresentadas à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, organizada em Estocolmo, também em 1972. Por último, todas as partes interessadas se puseram de acordo quanto à adoção de um único texto. Assim, a Conferência Geral da UNESCO aprovou, em 16 de novembro de 1972, a referida Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Ibidem, 2003).

Destarte, em 1972 ressurgiu no âmbito da organização o conceito encontrado preliminarmente por ela para a preservação de bens culturais significativos a determinada sociedade ou à humanidade: o de patrimônio cultural¹².

Constatando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através de fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes;

Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo;

Considerando que a proteção de tal patrimônio à escala nacional é na maior parte das vezes insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e da insuficiência de recursos econômicos, científicos e técnicos do país no território do qual se encontra o bem a salvaguardar;

Considerando que determinados bens do patrimônio cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do patrimônio mundial da humanidade no seu todo; [...]

Considerando que, perante a extensão e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, incumbe à coletividade internacional, no seu

¹² Vide página 33, capítulo 1.

todo, participar na proteção do patrimônio cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência coletiva que sem se substituir à ação do Estado interessado a complete de forma eficaz;

Considerando que se torna indispensável a adoção, para tal efeito, de novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos; [...]

Adopta no presente dia 16 de novembro de 1972 a presente Convenção (CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL CULTURAL E NATURAL, 1972, p. 1).

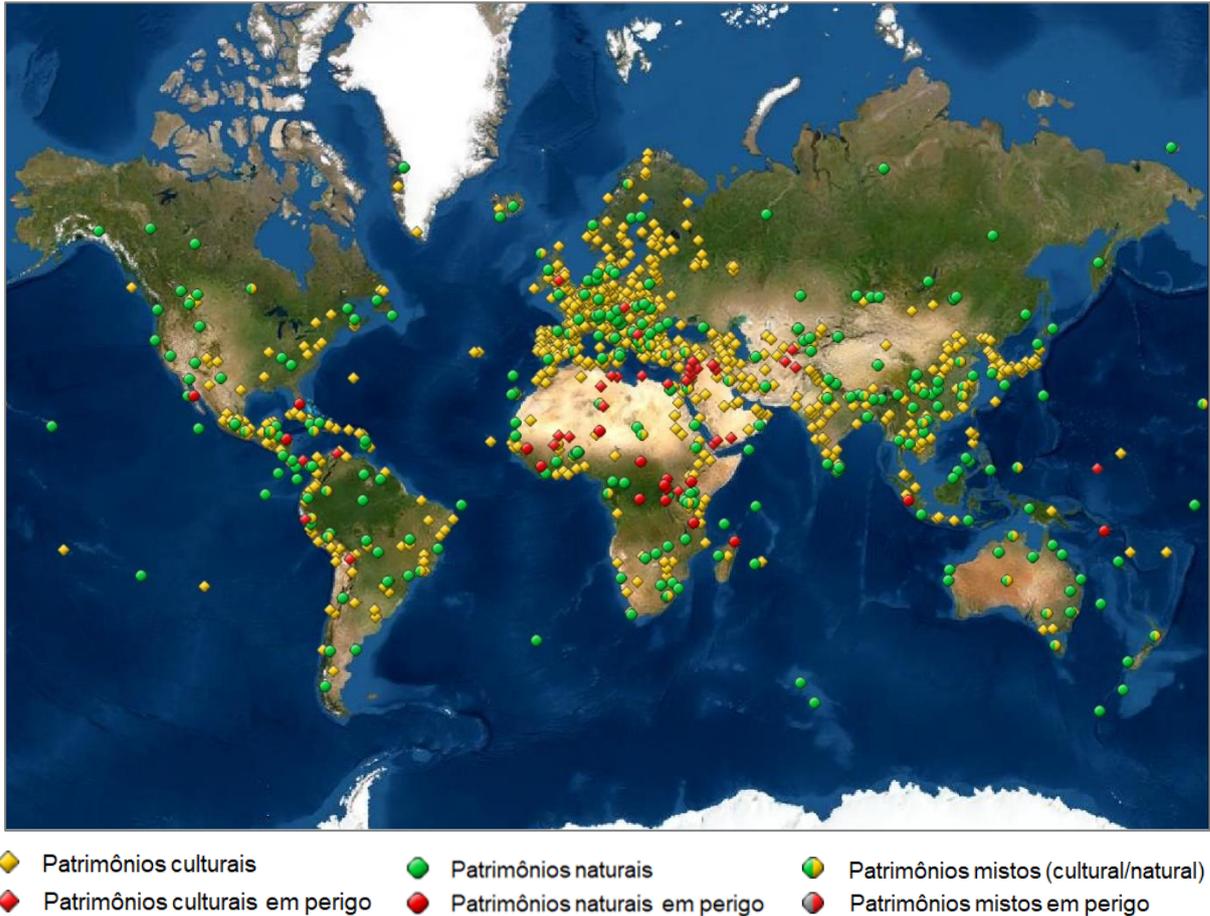
Palavra de origem latina *patrimonium* significa “tudo o que pertence ao pai, ‘pater’ ou ‘pater família’, pai de família” (FUNARI; PELEGRINI, 2009). Patrimônio, sob a perspectiva da UNESCO, conforme visto no primeiro capítulo da tese, trata-se de bem cultural afetivo e, sobretudo, simbólico às culturas, seja material e imaterial, ou até mesmo natural.

Porquanto, “patrimônios naturais”, por sua vez, seriam definidos no Artigo 2º, como

- i. Características naturais que consistem em formações físicas e biológicas ou grupos de tais formações, com um valor universal notável do ponto de vista estético ou científico;
- ii. Formações geológicas e fisiográficas e áreas delineadas com precisão que constituem o *habitat* de espécies ameaçadas de animais e plantas de notável valor universal do ponto de vista da ciência ou conservação; e
- iii. Sítios naturais ou áreas naturais delineadas com precisão e de valor universal extraordinário do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (Idem, p.2).

Os principais patrimônios culturais identificados pela UNESCO aparecem na Ilustração 3.

ILUSTRAÇÃO 3 - Patrimônios culturais materiais e naturais da humanidade, UNESCO, dados de 2020.



FONTE: *World Cultural Heritage*, UNESCO, 2020, tradução nossa.

Todos os membros da UNESCO, na ocasião, declararam, conforme Artigo 3º, que garantiriam a identificação, proteção, conservação, apresentação e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural referidos nos Artigos 1º e 2º, situados em seus territórios, sendo que fariam todo o possível para esse fim, com o máximo de seus próprios recursos e, quando apropriado, com qualquer assistência e cooperação internacional, em particular financeira, artística, científica e técnica (CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL CULTURAL E NATURAL, 1972).

De maneira a cumprir-se o que está determinado no Artigo 3º, o Artigo 5º estabelece que os membros devem

- i. Adotar uma política geral que tenha como objetivo atribuir ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da comunidade e integrar a proteção desse patrimônio em programas abrangentes de planejamento;
- ii. Estabelecer em seus territórios, onde esses serviços não existam, um ou mais serviços para a proteção, conservação e apresentação do patrimônio cultural e natural com um pessoal adequado e possuindo os meios para desempenhar suas funções;
- iii. Desenvolver estudos e pesquisas científicas e técnicas e elaborar métodos operacionais que tornem o Estado capaz de combater os perigos que ameaçam seu patrimônio cultural ou natural;
- iv. Adotar as medidas legais, científicas, técnicas, administrativas e financeiras necessárias para a identificação, proteção, conservação, apresentação e reabilitação desse patrimônio; e
- v. Promover o estabelecimento ou desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de treinamento em proteção, conservação e apresentação do patrimônio cultural e natural e incentivar a pesquisa científica nesse campo (CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL CULTURAL E NATURAL, 1972, p. 5).

Atualmente, 1121 patrimônios foram nomeados pela UNESCO, sendo destes 869 culturais materiais e 213 naturais. Destes, 149 encontram-se na América Latina, sendo 110 patrimônios culturais (ANEXO I) - sendo considerados 4 ameaçados¹³ - e 47 patrimônios naturais (ANEXO II) - sendo considerados 2 ameaçados¹⁴ - destes, 8 patrimônios mistos (cultural/natural).

Ainda, é importante salientar a importância da América Latina nessa iniciativa da UNESCO de listagem e de proteção dos patrimônios culturais, no caso material. A primeira cidade, em sua totalidade, a se inscrever e a receber o título foi Quito, capital do Equador, consagrada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1978, tanto pela sua integridade cultural patrimonial, quanto pela autenticidade dos bens culturais existentes, assim como pelas iniciativas de governança - gestão e proteção¹⁵.

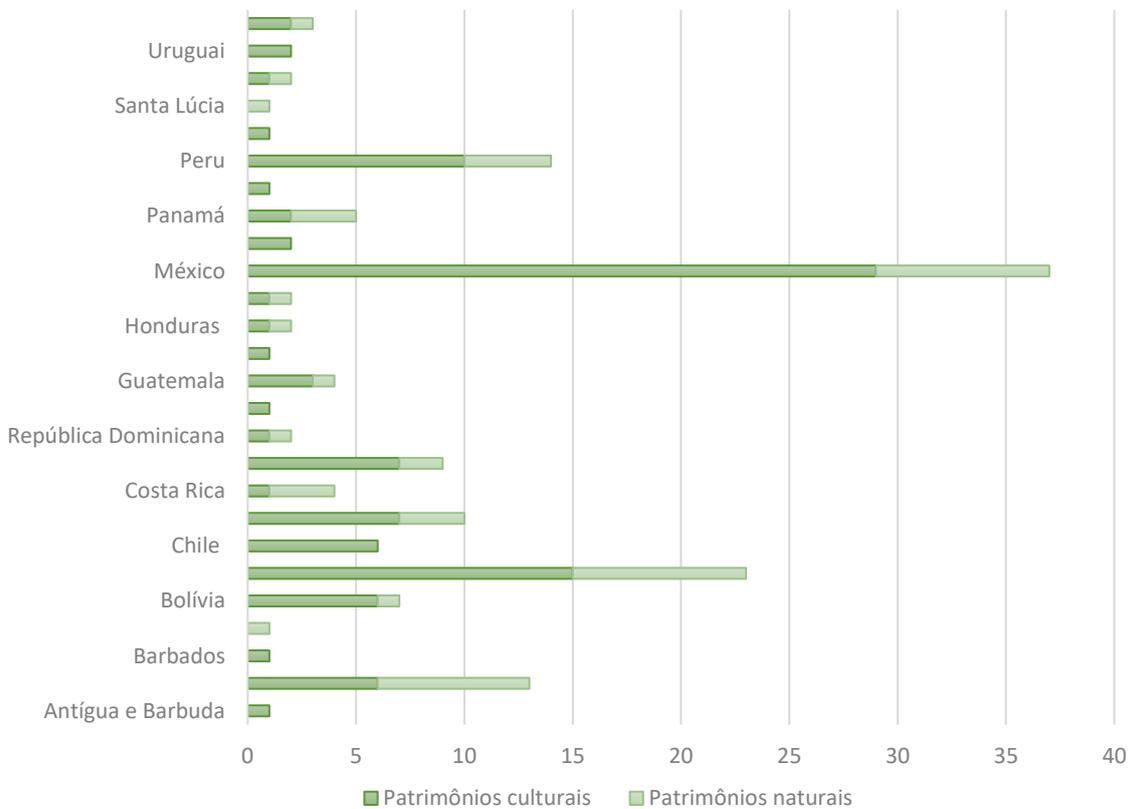
O Gráfico 1 indica o número de patrimônios culturais em cada país da América Latina identificados pela UNESCO.

¹³ Os patrimônios culturais atualmente considerados pela UNESCO como ameaçados/em perigo, na América Latina, são: Cidade de Potosí, Bolívia; Fortificação do lado caribenho no Panamá: Portobelo-San Lorenzo, Panamá; Zona arqueológica Chan Chan, Peru; e a Cidade de Coro e seu Porto, Venezuela (World Cultural Heritage, UNESCO, 2020).

¹⁴ Os patrimônios naturais atualmente considerados pela UNESCO como ameaçados/em perigo, na América Latina, são: Reserva de biosfera do Río Plátano, Honduras e Ilhas e zonas protegidas do Golfo da Califórnia, México (Idem, 2020).

¹⁵ Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/2/>>. Acesso em: Janeiro de 2020.

GRÁFICO 1 - Patrimônios culturais materiais e naturais na América Latina, UNESCO, 2020, por países.



FONTE: World Cultural Heritage, UNESCO, 2020. Elaboração nossa.

Ainda, o bem cultural material - ou tangível - para tornar-se patrimônio, deve:

- i. Representar uma obra-prima do gênio criativo humano; ou
- ii. Ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou...
- iii. Aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido; ou
- iv. Ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
- v. Constituir um exemplo excepcional de *habitat* ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis; ou
- vi. Está associado diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (CONVEN-

ÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL CULTURAL E NATURAL, 1972, p. 6).

Então, em 1982, é na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, no México, que a UNESCO define cultura, conforme apresentado no primeiro capítulo. Ainda que aparente tardia conceituação de cultura, vale ressaltar que a UNESCO elaborou ao longo de sua trajetória iniciativas que tiveram de ser desenvolvidas em meio ao contexto bipolar da Guerra Fria, no qual muitos de seus membros sofriam influências bélicas, políticas, econômicas, sociais e culturais dos Estados Unidos e da União Soviética. Dentre estes, sobretudo países do continente africano, asiático e do Oriente Médio, passaram por processos de descolonização, requerendo atenção às suas identidades culturais abaladas pela dos colonizadores, muitas vezes ocasionados pelo chamado vácuo de poder, decorrente das invasões militares e posterior evacuação, requerendo toda uma reestruturação destes países (BRAUDEL, 2009).

As questões de soberania nacional e manutenção das identidades culturais, nesse íterim, eram substanciais e as discussões empregadas pela organização, de suma relevância ao contexto global que emergia. A União Soviética, por exemplo, tornou-se membro da UNESCO apenas em 1954. A África do Sul, do *apartheid*, e membro fundadora da organização, sob a alegação de que a UNESCO interferia em "problemas raciais" do país, retirou-se em 1956 e retornou apenas com Nelson Mandela, em 1994 (UNESCO, 2003).

Logo, não se trata apenas da criação de um conceito - foi literalmente a construção de uma ideia que progressivamente foi-se delineando, perpassando por diferentes contextos e circunstâncias históricas até sua última definição, nos anos 2001, conforme será apresentado adiante.

Em 1986, por sua vez, na Conferência sobre Diversidade Cultural da ONU que resultou no Relatório Brundtland, de 1987, elaborado em conjunto com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, intitulado "O nosso futuro comum", foram incluídos os conceitos de sustentabilidade e de biodiversidade para discussão do conceito de cultura. Essa integração representa importante avanço no trabalho de manutenção de centros históricos e arqueológicos, porque a partir desse momento a preservação sustentada é adotada como princípio norteador das atividades de manutenção e de recuperação dos patrimônios histórico, natural e humano (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

Esta Comissão acredita que as pessoas podem construir um futuro mais próspero, mais justo, e mais seguro. Nosso relatório, *Nosso Futuro Comum*, não é uma previsão de sempre crescente decadência ambiental, pobreza e dificuldades em um mundo cada vez mais poluído entre os recursos decrescentes. Em vez disso, vemos a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que deve ser baseado em políticas que sustentem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos que esse crescimento é absolutamente essencial para aliviar a grande pobreza que está se aprofundando em grande parte do mundo em desenvolvimento (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987, p.11, tradução nossa).

Assim, surge no escopo da ONU e da UNESCO o conceito de desenvolvimento como sendo sustentável, entendido como sistêmico e que se traduz em um modelo de desenvolvimento global que incorpora aspectos gerais, como visto anteriormente. No Relatório Brundtland ainda consta que, na contemporaneidade, o desenvolvimento deve procurar

[...] satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (Ibidem, p.56, tradução nossa).

Ou seja, desenvolvimento sustentável, comparado à ideia de desenvolvimento via liberdades de Sen (1999), trata-se de uma junção de fatores e áreas que, atrelados à economia, favorece de maneira abrangente e equilibrada diversos setores que compõe um Estado, uma sociedade. Sob essa ótica que se busca explicar o papel fundamental da cultura nesse contexto. Afinal, entende-se cultura como junção de características que determinam a identidade da sociedade. Da mesma maneira, ela pode sobremaneira influir nas construções sociais, nos “modos de fazer” e na maneira como iniciativas e procedimentos públicos e privados são exercidos (CANCLINI, 2003).

Por sustentabilidade, entendemos a necessidade de considerar os efeitos de nossas ações sobre a capacidade do meio ambiente de se reproduzir ou regenerar. No Relatório Brundtland das Nações Unidas, a ideia de desenvolvimento sustentável é apresentada nos seguintes termos: “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que supre as necessidades do presente, sem comprometer a habilidade de

gerações futuras em suprir suas próprias necessidades. Ele contém em si dois conceitos-chave:

- O conceito de necessidades, particularmente as necessidades essenciais da população pobre do planeta, para quem deve ser dada prioridade; e
- A ideia da limitação na maneira como tecnologia e formas de organização social afetam a capacidade que o meio ambiente possui de prover para as necessidades do presente e do futuro (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987, p. 43, tradução nossa).

Até então, desenvolvimento estava ligado à economia, a termos quantitativos, sem levar-se em consideração a dimensão qualitativa, isto é, a satisfação espiritual, cultural e emocional do ser humano.

É indispensável humanizar o desenvolvimento; seu fim último é a pessoa em sua dignidade individual e em sua responsabilidade social. O desenvolvimento supõe a capacidade de cada indivíduo e cada povo para informar-se, aprender e comunicar suas experiências (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, p. 1).

Com isto, porém, desenvolvimento passa a ser compreendido no âmbito da organização enquanto um processo complexo, holístico e multidimensional, que vai além do crescimento econômico, que integra todas as energias da comunidade e deve estar fundamentado no desejo que cada sociedade tem de expressar sua profunda identidade.

Embora a prosperidade econômica ajude as pessoas a ter opções mais amplas e a levar uma vida mais gratificante, o mesmo se pode dizer sobre [...] outros fatores que influenciam causalmente as liberdades efetivas que as pessoas realmente desfrutam. Esses “desenvolvimentos sociais” têm de ser considerados diretamente “desenvolvimentistas”, pois nos ajudam a ter uma vida mais longa, mais livre e mais proveitosa, juntamente com o papel que desempenham no aumento da produtividade, do crescimento econômico ou das rendas individuais” (SEN, 1999, p. 375).

Durante a década de 1980, problemas econômicos decorrentes dos choques do petróleo (1969 e 1973) dificultaram os avanços da educação básica em muitos países em desenvolvimento, como foi o caso da América Latina, resultando além disso na chamada “década perdida”, quando surgiram inúmeras crises que consistiam em dívidas externas impagáveis, grandes déficits fiscais e volatilidade inflacionária e cambial (GILPIN, 2002). Nesse contexto que em janeiro de 1988 a ONU lançou a

Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997). De acordo com Javier Pérez Cuéllar, diplomata e político peruano, então Secretário-Geral da ONU (1982-1991), essa importante iniciativa deveu-se à compreensão de que os esforços em favor do desenvolvimento haviam muitas vezes fracassado “porque a importância do fator humano - a teia complexa de relações, crenças, valores e motivações existente no centro de toda cultura - fora subestimada em muitos projetos de desenvolvimento” (ONU, 1989, p. 9).

Simultaneamente ao lançamento da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, foi criada a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, que coordenada diretamente por Pérez Cuéllar contava, dentre outros renomados intelectuais, com a presença de Claude Lévi-Strauss e Celso Furtado. Do trabalho da Comissão resulta um relatório intitulado Nossa Diversidade Criativa, publicado em 1996, o qual, na mesma linha das reflexões iniciadas, em 1982, reafirma a ideia de que “o desenvolvimento divorciado do seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma” (NOSSA DIVERSIDADE CRIATIVA, 1996, p. 21, tradução nossa).

Desenvolvimento compreende não apenas o acesso a bens e serviços, mas também a possibilidade de escolher um estilo de coexistência satisfatório, pleno e agradável. Em uma palavra, o desabrochar da existência humana em suas várias formas (Ibidem, p. 21, tradução nossa).

Retomando no tempo, nos anos 1980, mais precisamente à Conferência Mundial do México de 1982, deparamo-nos com os conceitos de cultura e de desenvolvimento, sendo expressos com tal proximidade que poderiam facilmente permutar um pelo outro, sem prejuízo dos respectivos conteúdos. A recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1989, p. 17) conceitua

- i. Cultura como o conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social e engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças; e
- ii. Desenvolvimento como um processo complexo, holístico e multidimensional, que vai além do crescimento econômico e integra todas as energias da comunidade e deve estar fundado no desejo de cada sociedade de expressar sua profunda identidade (ONU, 1989, p.17).

Ainda, no relatório Nossa Diversidade Criativa, de 1996, diversidade cultural foi alçada à categoria de “patrimônio comum da humanidade”, “tão necessária para o gênero humano como a diversidade biológica para os organismos vivos” (NOSSA DIVERSIDADE CRIATIVA, 1996, p. 8). Na Conferência de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, de 1998, fixaram-se objetivos como os da promoção da criatividade, da participação na vida cultural, da diversidade cultural e linguística e a adoção da política cultural como chave da estratégia de desenvolvimento. As políticas culturais passaram a ser concebidas com o papel destacado no sentido de reforçar as identidades dos povos, por meio de suas tradições, e desta maneira reforçando a coesão social, orientadas pela diversidade cultural e pelo desenvolvimento humano (CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1998).

Então, concebeu-se a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, em 2002, na qual diversidade cultural também é, pela primeira vez pela organização, oficialmente prevista como fator de desenvolvimento, em seu Artigo 3º, a saber:

A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha à disposição de todos; é uma das origens do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DA DIVERSIDADE CULTURAL, 2002, p. 3).

Em resumo, pode-se afirmar que a evolução do pensamento da UNESCO sobre a cultura foi importante construção no campo das ideias que, ao longo do tempo, veio agregando complexidade ao entendimento do processo cultural.

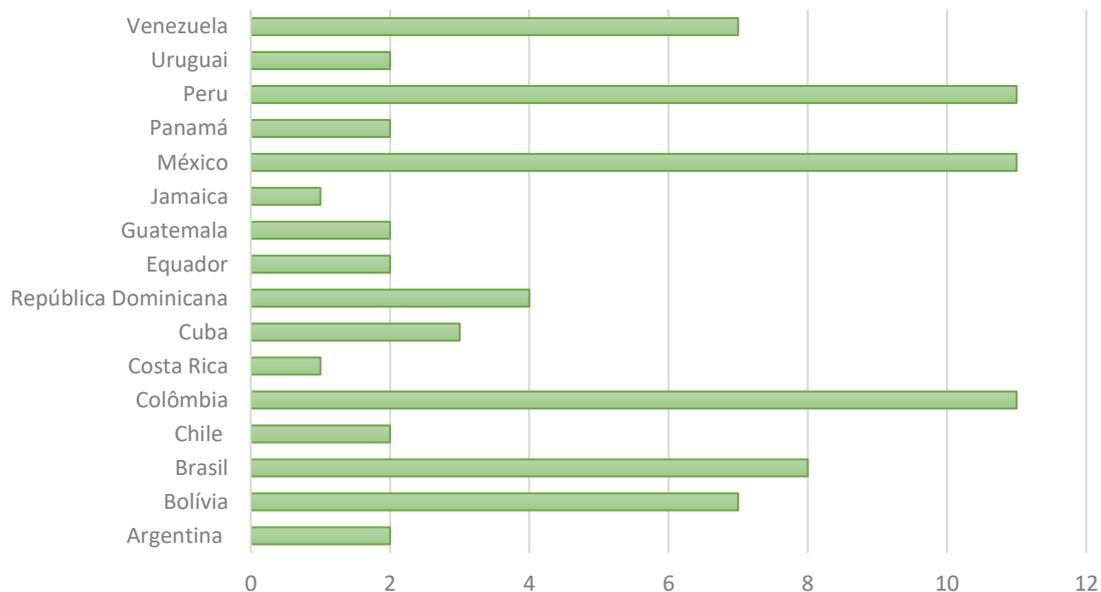
2.2.2 Patrimônios culturais imateriais pela UNESCO

Em 2003, a UNESCO define na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial outra vertente de patrimônio cultural ao contemplá-lo também como imaterial ou intangível. Conforme abordado no primeiro capítulo, o patrimônio cultural imaterial, por sua vez, seria importante representação cultural de características que constituem uma identidade, sendo expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo transmitem de geração a geração.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências - bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados - que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003, Artigo 2º).

A participação e o enaltecimento de representações simbólicas culturais latino-americanas, por exemplo, compõe cerca de 14% da listagem da UNESCO, porcentagem expressiva, mas que possivelmente não coaduna com a riqueza cultural pertencente ao continente (WORLD INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE, 2020). Atualmente, as representações locais registraram e configuraram no âmbito da UNESCO um total de 548 registros.

GRÁFICO 2 - Patrimônios culturais materiais e naturais na América Latina, UNESCO, 2020, por países.



FONTE: World Intangible Cultural Heritage, 2020. Elaboração nossa.

Na América Latina há a patrimonialização de 77 expressões culturais, sejam artísticas, alimentícias ou rituais, dentre outros (ANEXO III). Ainda, há o compartilhamento de 3 desses patrimônios imateriais entre mais de um país latino-americano

e europeu¹⁶. O Gráfico 2 quantifica por país latino-americano os patrimônios reconhecidos pela UNESCO.

Ademais, na primeira listagem de patrimônios culturais imateriais consagrados divulgada pela organização, em 2008, dos 91 registrados, 16 eram pertencentes à América Latina¹⁷. Além de representativos, os patrimônios culturais materiais e imateriais podem ser vistos como alternativas estratégicas de desenvolvimento de uma região. Canclini pondera que integrar a América Latina, que se compõe por tantas culturas diferentes, seria uma utopia, contudo, “desenvolver políticas socioculturais que promovam o avanço tecnológico e a expressão multicultural de nossas sociedades” (CANCLINI, 2003, p.35) talvez seja uma forma de desenvolvimento regional e de valorização de sua cultura. A iniciativa de patrimonializar tais representações culturais via UNESCO, talvez possa ser entendida como uma dessas alternativas.

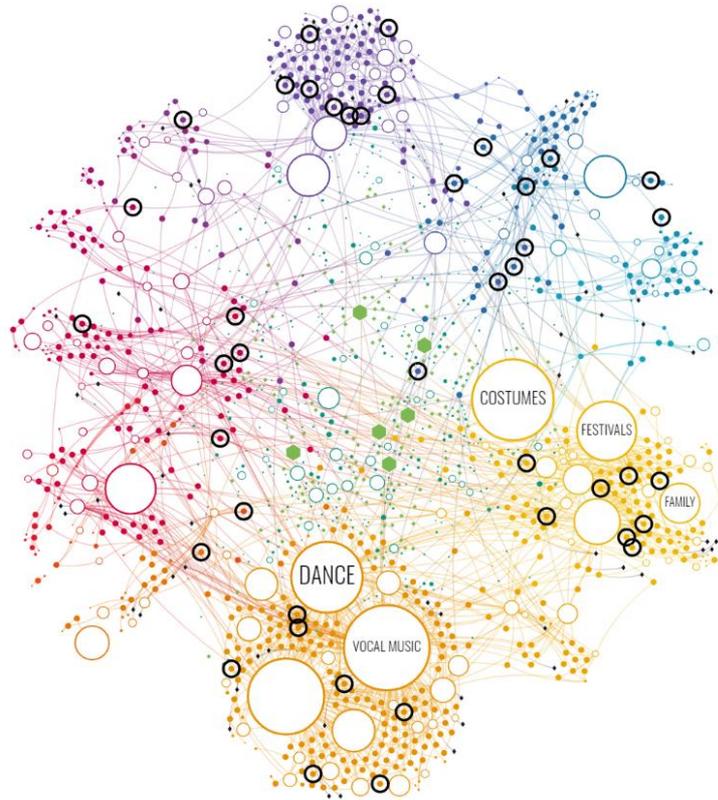
Com efeito, a UNESCO conseguiu, ao longo de quase oito décadas, conceituar cultura, desenvolvimento, patrimônio cultural material e imaterial, e ainda elevar a diversidade cultural a patrimônio comum da humanidade e, além disso, associar cultura com desenvolvimento, que sob sua perspectiva, deve ser sustentável.

A Ilustração 4 revela o mapa de relações entre os patrimônios culturais imateriais identificados pelo órgão da ONU, a saber:

¹⁶ Os patrimônios culturais imateriais compartilhados no continente latino-americano, atualmente considerados pela UNESCO, são: Tango, entre Argentina e Uruguai; Salvaguarda do patrimônio cultural intangível das comunidades Aymara, entre Bolívia, Chile e Peru; e Música Marimba, entre Colômbia e Equador. Ainda, o México compartilha com a Espanha, o patrimônio imaterial dos processos artesanais de Puebla e Tlaxcala (México) e Talavera de la Reina e El Puente del Arzobispo (Espanha) (World Intangible Cultural Heritage, 2020).

¹⁷ Os primeiros patrimônios culturais imateriais latino-americanos, registrados na UNESCO, em 2008, foram: Cosmovisión andina de Kallawayá e Carnaval de Oruro, Bolívia; Carnaval of Barranquilla e Espaço cultural de Palenque de San Basilio, Colômbia; Tradicional dança dramática de Cocolo e Espaço cultural de Congos da Villa Mella, República Dominicana; El Güegüense, Nicarágua; Festividades indígenas dedicadas aos mortos, México; La Tumba Francesa, Cuba; Expressões orais e gráficas de Wajapi e Samba de roda do Recôncavo Bahiano, Brasil; Patrimônio oral e manifestações culturais do povo Zápara, Equador e Peru; Tradição de carro de boi, Costa Rica; Tradicional dança dramática Rabinal Achí, Costa Rica; Arte têxtil Taquile, Peru; Linguagem, dança e música Garifuna, Belize, Guatemala, Honduras e Nicarágua (Ibidem, 2020).

ILUSTRAÇÃO 4 - Constelação elaborada pela UNESCO para mapear todas os patrimônios culturais imateriais registrados no mundo.



FONTE: World Intangible Cultural Heritage, 2020.

Porquanto, com base em todo o arcabouço histórico desenvolvimento pela UNESCO ao longo das décadas, destaca a participação dos Estados na elaboração e convergência de ideias e propósitos que conformam a proposta de *cultura para o desenvolvimento* e, com base no ressaltado sobre o papel e participação relevante dos Estados nesse contexto, será apresentado, no terceiro capítulo, os mecanismos de possíveis convergências e aplicabilidade dos conceitos de cultura e de desenvolvimento na sociedade contemporânea, que podem ser utilizadas por estes como estratégias de manutenção cultural, enaltecimento identitário e desenvolvimento local.

3

CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO: UMA FORÇA DINÂMICA EM EVOLUÇÃO

Envidar esforços na conceituação de cultura e de todos os significados que a permeiam é, por si só, um desafio, conforme discutido até o momento na presente tese. No primeiro capítulo, apresentou-se que - em resumo - uma cultura é constituída por diferentes características que, por conseguinte, resultam na identidade de determinada sociedade. Outrossim, ao falar-se sobre desenvolvimento, igualmente é necessário deixar-se claro sobre qual desenvolvimento está-se referindo, como será analisado e sob quais parâmetros, realidades ou circunstâncias.

Logo, dificilmente seria possível resumir-se em poucas palavras a importância e o significado que tais conceitos têm sob diferentes perspectivas, ainda que abordagens distintas tenham sido elaboradas por renomados pesquisadores, como Canclini (1997) e Hall (2005), e organizações internacionais como a UNESCO.

Conforme dito por Sen (1993, p. 320), muitas vezes a tentativa de equalizar-se o que é cultura, ou impor-se o que se considera como desenvolvimento a determinada sociedade, pode não ponderar especificidades locais. Contudo, ainda que tal padronização não seja absolutamente possível, existem propostas que podem ser utilizadas, ainda que requeiram complementações ou adequações a depender do objeto de análise no qual as políticas serão empregadas (Idem, p. 320-321).

Em um mundo globalizado em que diferentes identidades culturais interagem e conectam-se, tal complexidade torna-se ainda mais ampla, tendo-se em vista a amplitude das possibilidades. Como explanado por Giddens (2002, p. 19) e Hall (2005, p. 72), enquanto o espaço, o lugar onde determinada cultura está presente, é específico, concreto, conhecido, familiar e delimitado, são as interações que a partir dele ocorrem que moldam e formam as identidades e práticas sociais que caracterizam uma cultura.

Sendo assim, no mundo globalizado, ou moderno,

[...] os locais são inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes [...] o que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 2002, p. 19).

Com efeito, locais permanecem fixos, enraizados em dada sociedade e cultura. Através do tempo e das interações sofridas, tais espaços podem conhecer modificações, positivas ou negativas, conforme anteriormente discutido nesta investigação. Nesse contexto, formas nacionais de identidade cultural podem ser redefinidas ou extintas; reforçadas ou segmentadas.

As identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas as identidades locais e regionais e comunitárias têm-se tornado mais importantes. Colocadas acima do nível da cultura nacional, as identificações “globais” começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar as identidades nacionais (HALL, 2005, p. 73-74).

Com tal reflexão, Hall (2005) ilustra o papel que a cultura tem dentro da sociedade. Demonstra que, com alterações sofridas no âmbito da globalização, culturas locais têm-se modificado. Canclini (1997), por sua vez, ao denominar tal fenômeno como “culturas híbridas”, vislumbra a mescla entre o que é tradicional e o que é moderno, o que reforça a ideia de que, sobretudo na América Latina, mas como fenômeno global, há longa história de construção de cultura híbrida, em que modernidade é sinônimo de pluralidade, assim como deve-se considerar a noção de hibridização com base nas relações coloniais e suas repercussões nas assimetrias sociais e de poder (BAHBHA, 1994).

Para justificar sua forma de abordagem, Canclini (2003) apresenta-nos três hipóteses: a primeira, de que a incerteza em relação ao sentido e ao valor da modernização deriva não apenas do que separa nações, etnias e classes, mas também das mesclas socioculturais entre o tradicional e o moderno; a segunda, de que estudos sobre a temática podem gerar outro modo de conceber-se a modernização, ao não vislumbrá-la enquanto sobreposição do moderno com o tradicional, mas sim como tentativa de renovação de processos culturais; e, a terceira

e última, a hipótese de que o olhar transdisciplinar sobre circuitos híbridos tem consequências que extrapolam a investigação cultural. Em suas palavras,

[...] o estudo da heterogeneidade cultural é uma das vias para explicar os poderes oblíquos que misturam instituições liberais e hábitos autoritários, movimentos sociais democráticos e regimes paternalistas, e as transações de uns com outros” (CANCLINI, 2003, p. 24-25).

Afinal, culturas nacionais ao produzirem sentidos sobre a sociedade, sentidos estes que lhe proporcionam a sensação de “identificar-se”, acabam por construir identidades que, ainda que sofram influências externas, são intrínsecas de uma ou mais localidades. As variações podem ser inúmeras, sendo específicas a cada sociedade a razão das distinções culturais e das construções sociais. Nas palavras de Anderson (1983), identidade nacional é uma “comunidade imaginada” pela sociedade.

Anderson, na mesma perspectiva apresenta por Hall (2003), afirma que as diferenças entre as nações se encontram sobretudo no imaginário dos indivíduos que a habitam - ou seja, suas diferenciações são determinadas pelo grupo de símbolos que para os indivíduos representa uma determinada cultura, distinguindo-se das demais (ANDERSON, 1983, p. 54). Dessa forma, tal sistema simbólico no qual o indivíduo está inserido lhe proporciona o sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade.

Conforme explanado por Hall (2005) e Bauman (2005), ao examinar-se o fenômeno da identidade coloca-se em destaque a importância do lugar físico como elemento principal da percepção do indivíduo a respeito de sua própria identidade. Contudo, são os efeitos e ações decorrentes do fenômeno da globalização que favorecem a alteração desse “lugar” (GIDDENS, 2002).

Em tal perspectiva, de que um lugar fixo, repleto de representações simbólicas, físicas e imaginárias, gera identidade e sensação de pertencimento, pode-se dizer que cultura é o alicerce da construção social (CANCLINI, 1997). Por essa razão que ao analisar-se uma cultura e sua conexão com o desenvolvimento o estudo de certa localidade física em específico se faz relevante, assim como o fato de algumas das representações culturais que determinam a sociedade que a habita passarem a ser consideradas como um produto, bem cultural, sobretudo em um contexto globalizado.

Nesse sentido, diferentes discussões e propostas foram elaboradas, no âmbito da ONU e as UNESCO, no intuito de conseguir-se propor uma maneira de analisar-se quantitativa e qualitativamente ações e manifestações culturais que desempenhem e afigurem papel relevante no desenvolvimento local, de maneira a não somente entender-se o papel dos bens culturais no desenvolvimento, como também de não mercantiliza-lo de modo a fragilizar determinada representação simbólica cultural. Uma delas já foi apresentada no segundo capítulo: a preservação e enaltecimento de Patrimônios Culturais da Humanidade, os quais, por conseguinte estimulam iniciativas locais de gestão por parte dos governos locais. Em outras palavras, a iniciativa busca não somente o enaltecimento de importantes representações culturais históricas, com especificidades únicas, como também visa a proteção e registros destes simbolismos culturais. Contudo, as iniciativas engendradas demonstraram que, frente a todo o contexto de globalização, afora a diversidade cultural e temores com relação à preservação de identidades, demais estratégias são cada vez mais demandadas (CASTELLS, 2000).

Logo, na busca por realizar um processo relacional entre cultura e desenvolvimento - seja sustentável, sob a perspectiva da UNESCO, estritamente econômico ou de outro viés - verificou-se que 123 dissertações de mestrado e teses de doutorado no Brasil a apresentam.¹⁸ Dessas, apenas 28 são teses de doutorado, sendo que não se localizou nenhuma cujo enfoque sejam as estratégias de *cultura para o desenvolvimento* imputadas pela UNESCO ou por outra organização ou governo, ou aplicadas ao continente latino-americano.

Mesmo tratando-se de uma consulta base, tais informações auxiliam a sugerir que a presente discussão do tema pode - e deve - contribuir muito para a confluência de forma institucionalizada de dois conceitos relevantes e significativos para a sociedade contemporânea. Para tanto, este terceiro capítulo busca desdobrar a proposta da UNESCO de análise da possível convergência entre cultura e desenvolvimento, explorando os caminhos dessa possibilidade, a serem analisadas no quarto capítulo em países do continente latino-americano.

¹⁸ Dados obtidos por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, um dos principais bancos de dados de trabalhos acadêmicos do país, utilizando-se as palavras-chave “cultura” e “desenvolvimento”, acessada em outubro de 2018 e revisada em janeiro de 2020.

3.1 *Cultura para o Desenvolvimento* como metodologia de análise

Referências à importância da cultura como motor e facilitadora do desenvolvimento, no âmbito da UNESCO, seja por meio de conferências, instrumentos de regulamentação ou de promoção de estudos e de projetos que alcem a cultura a um patamar relevante nos âmbitos governamentais, que seria o de enxergá-la como instrumento de gestão na promoção do desenvolvimento, foram discutidas e propostas ao longo das últimas décadas, como visto, especialmente a partir da metade do século XX.

De fato, no segundo capítulo observou-se que a estratégia que visa *cultura para o desenvolvimento* há muito constava na agenda da UNESCO, na busca por indicadores que propiciassem uma interlocução documentada da interação e sua análise entre ambos os conceitos na sociedade contemporânea.

A internacionalização foi uma abertura das fronteiras geográficas de cada sociedade para incorporar bens materiais e simbólicos das outras. A globalização supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo (CANCLINI, 2003, p. 32).

Em meio à globalização, criatividade e inovação passaram a ser uma importante fonte locomotora da economia. Não somente organizações internacionais como as economias regionais passaram a abarcar cultura e suas expressões criativas enquanto importante ferramenta de gestão pública. Em consequência, cada vez mais cultura passou a integrar agendas políticas tanto de países em desenvolvimento como dos desenvolvidos (POL, 2007, p. 344).

Na perspectiva da UNESCO, cultura passou a ser vislumbrada como instrumento ativo no mercado e na economia dos países, os quais conseqüentemente passaram por radicais transformações tanto econômicas, quanto sociais, tendo-se em vista a eminência da criação, consumo e interação da sociedade com bens culturais (Ibidem, p. 344).

Ainda que as iniciativas engendradas pela UNESCO mereçam destaque, como a de 1969, quando da publicação do primeiro volume da coleção Estudos e Documentos sobre Políticas Culturais, denominado Estudo preliminar sobre Políticas Culturais (vide Ilustração 2), no qual constou a primeira definição da organização sobre

“políticas culturais”, acentuando a relação entre as políticas culturais e a questão nacional, alçou-se a questão cultural ao parâmetro institucional, na qual residiria sua legitimidade. Porém, como visto, o entendimento de *cultura para o desenvolvimento* surgiria décadas adiante.

Em 1982, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais começou-se a esboçar os primeiros entendimentos formais da conexão entre cultura e desenvolvimento. Conforme analisado por Paulo Miguez (2014, p. 374), na declaração final da conferência tal intenção fica bastante clara, posto que é explicitado que “cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento” e que “o homem é o princípio e o fim do desenvolvimento”, competindo às políticas culturais a incumbência de “resgatar o sentido profundo e humano do desenvolvimento” (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES, 1982, p. 2, tradução nossa).

Cultura para o desenvolvimento como objeto de análise, então, passa a ganhar maior notoriedade, mas sobretudo, aplicabilidade, com a elaboração do relatório intitulado Nossa Diversidade Criativa, de 1996, mencionado no segundo capítulo, e com a Convenção da UNESCO de 2005 sobre Proteção e Promoção da Nossa Diversidade Criativa das Expressões Culturais. Apesar de ambiente promissor e de todo o arcabouço teórico elaborado, a organização, desde sua criação em 1945, buscou o planejamento e a implementação de projetos de preservação e de enaltecimento cultural em diferentes segmentos. Contudo, não conseguiu estabelecer rapidamente uma maneira de analisar e quantificar a contribuição da *cultura para o desenvolvimento* local, tendo-se em vista sua complexidade, possivelmente levando tal proposta à marginalização nas estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento, sob a ótica de pesquisadores do tema (NIVÓN; REYGADAS, 2014). De qualquer forma, ainda assim, sua posição é fundamental frente às possibilidades apresentadas, assim como sua liderança frente aos Estados, mobilizando-os e propondo estratégias que de certa forma possa abarcá-los, adaptando-se às necessidades reais.

Ainda, mesmo com entendimento de desenvolvimento pela dimensão cultural, conforme abordado no primeiro capítulo desta tese, sustenta-se a necessidade do desenvolvimento ser sustentável, posto que, ao pensar-se em pluralidade cultural, a sustentabilidade reitera que

[...] o planejamento coletivo e a exigência de motivação, e o que a motiva, o coletivo individual poderia emergir de culturas entendidas como integradoras de pontos de referência de significados, realizações, conhecimentos e valores. Sustentabilidade é indivisível em suas múltiplas dimensões: cultural, econômico, social, político, etc (APPA-DURAI, 2014, p.37).

Conforme discutido ainda no primeiro capítulo, não somente no que tange ao econômico e à diversidade cultural, mas também aspectos de governança e social, tal como distribuição de renda dentre outros, são imprescindíveis para uma análise coesa do papel da cultura no desenvolvimento. Jan Nederveen Pieterse (2007, p.1), por exemplo, diz que esse papel dificilmente poderia ser quantificado, pois cultura sempre esteve presente na vida em sociedade, não sendo algo novo devido à globalização; e porque cultura seria sempre considerada uma estrutura análoga ao Estado, mas que, tendo-se em vista sua diversidade, dificilmente seria computada no escopo do desenvolvimento, sobretudo em estudos de localidades, sendo possível fazê-la apenas de maneira informal.

A reproblemática não se inicia em uma lousa em branco, mas sim com discursos já estabelecidos sendo reciclados. A articulação entre cultura e desenvolvimento é tanto renegada pelo desacordo com práticas preexistentes, como seria mais um tijolo na parede dos clichês. Cultura entra nos estudos de desenvolvimento em momento de recuo das abordagens estruturais e macroeconômicas na teoria de desenvolvimento em favor de abordagens microeconômicas (Ibidem, p. 1, tradução nossa).

Eriksen (2001, p. 129) diz que, mesmo sendo tópico debatido frequentemente no âmbito da organização, a proposta recebeu pouca atenção fora da esfera de influência da UNESCO. A razão principal seria a de que diretrizes imputadas pelo Relatório Brundtland, intitulado “O nosso futuro comum”, de 1987, relativas à inserção de conceitos como sustentabilidade e biodiversidade na discussão do conceito de cultura e de desenvolvimento, eram mais facilmente aplicáveis às demandas populares e governamentais à época, do que a propositura não absolutamente clara de *cultura para o desenvolvimento* - a definição de cultura e suas formas de participação em meio a uma sociedade não era algo substancialmente reivindicado, assim como ocorria com o desenvolvimento sustentável (Ibidem, p. 130).

Ainda, Eriksen (2001, p. 133) diz que, por décadas, antropólogos e estudiosos culturais pleitearam que agências de desenvolvimento considerassem a dimensão

cultural, especialmente ponderando condições locais que auxiliassem no entendimento do desenvolvimento de determinada localidade. Contudo, a persistência em tópicos sobre diversidade cultural como constitutivos da sociedade não viabilizaram o avanço de tais discussões, sobretudo pela inviabilidade de equiparar-se toda essa pluralidade em um modelo comum que se adeque às diferentes circunstâncias - trata-se do perfil universalista das propostas enviesadas por organizações internacionais, anteriormente abordado.

Como contrapartida, em 2005, na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, a UNESCO apropriando-se do seu entendimento de desenvolvimento, o sustentável, que passou a receber grande notoriedade da comunidade global, sobretudo após a Declaração do Milênio de 2000, reiterou a importância de relacionar-se cultura com o desenvolvimento, pois sua operacionalização promoveria e protegeria a diversidade cultural, possibilitando o alcance do desenvolvimento sustentável. Ao considerar-se expressões culturais como bens, também se justificaria a utilização de financiamentos públicos em determinadas políticas a serem promovidas pelos Estados (BEUKELAER; FREITAS, 2015, p. 205).

Sendo a cultura um dos motores fundamentais do desenvolvimento, os aspectos culturais deste são tão importantes quanto os seus aspectos econômicos, e os indivíduos e povos têm o direito fundamental de dele participarem e se beneficiarem (CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 2005, p. 5).

Salientando-se a relevância dessa Convenção, além das já conceituadas “diversidade cultural” e “interculturalidade”, foram ainda oficialmente definidas pela organização termos como “expressões culturais”, “atividades, bens e serviços culturais”, “indústrias culturais” e “políticas e medidas culturais” (Ibidem, p. 6-7), a saber:

Expressões culturais são aquelas expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural;

Atividades, bens e serviços culturais referem-se às atividades, bens e serviços que, considerados sob o ponto de vista da sua qualidade, uso ou finalidade específica, incorporam ou transmitem expressões culturais, independentemente do valor comercial que possam ter. As atividades culturais podem ser um fim em si mesmas, ou contribuir para a produção de bens e serviços culturais;

Indústrias culturais referem-se às indústrias que produzem e distribuem bens e serviços culturais, tais como definidos no parágrafo [4] acima; e

Políticas e medidas culturais referem-se às políticas e medidas relacionadas à cultura, seja no plano local, regional, nacional ou internacional, que tenham como foco a cultura como tal, ou cuja finalidade seja exercer efeito direto sobre as expressões culturais de indivíduos, grupos ou sociedades, incluindo-se a criação, produção, difusão e distribuição de atividades, bens e serviços culturais, e o acesso aos mesmos (CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 2005, p. 6-7).

As definições apresentadas nessa Convenção tratam-se de um marco para o entendimento de expressões culturais como bens que podem ou não ser comercializados - fator esse que denota atenção. Da mesma maneira, evidenciou-se que políticas culturais poderiam ter maior evidência em agendas governamentais. Com efeito, na seara das discussões de *cultura para o desenvolvimento*, tal Convenção fora fundamental ao aprofundamento da integração de cultura e indústrias criativas na agenda de desenvolvimento dos Estados (POL, 2007, p. 344).

ILUSTRAÇÃO 5 - Aspectos cruciais da *cultura para o desenvolvimento* pela UNESCO.



FONTE: UNESCO, 2010. Elaboração própria. Tradução nossa.

Por fim, é no relatório *The power of culture for development*, de 2010, mencionado no primeiro capítulo, que a organização utiliza o termo *cultura para o desenvolvimento* oficialmente, esmiuçando quais são os aspectos cruciais da cultura para o alcance do desenvolvimento, a saber, conforme a Ilustração 5.

Note-se que, em grande medida, os aspectos cruciais para a intersecção entre cultura e desenvolvimento pela UNESCO, abarcam os aspectos culturais até o momento estudados, sejam características intrínsecas de uma sociedade, ou patrimônios culturais materiais ou imateriais, descritos no segundo capítulo.

De acordo com os aspectos acima ilustrados, a UNESCO (2010, p. 3) caracteriza-os da seguinte maneira:

- i. Meios tradicionais de subsistência relacionados a formas culturais e práticas locais cujas habilidades e conhecimentos podem ser transmitidos de geração para geração;
- ii. Formas culturais e expressões artísticas distintivas, incluindo edifícios e arquiteturas, literatura, arte, dança, música, artesanato, histórias e filmes;
- iii. Ética global que celebra o pluralismo cultural e o diálogo, promovendo-se direitos humanos, igualdade para todos os indivíduos e os grupos, incluindo-se igualdade de gênero e democracia;
- iv. Práticas sociais, incluindo-se linguagem, religião, educação, práticas familiares, sistemas de tomada de decisão e processos institucionais; e
- v. Práticas e processos de habitação enraizados no local de conhecimento, acumulados ao longo do tempo, incluindo-se práticas, conhecimento e tecnologia, alimentação, saúde, uso dos recursos naturais e gestão ambiental.

Além dos aspectos que relacionam cultura e desenvolvimento em uma sociedade, sob a perspectiva da UNESCO, as esferas nas quais a cultura, por meio de políticas públicas governamentais, ou seja, de maneira institucionalizada, pode coexistir com desenvolvimento local são indústrias culturais, turismo cultural, infraestruturas e instituições culturais, microempresas culturais e meios de subsistência culturais.

[Cultura é] componente fundamental para o desenvolvimento sustentável. Como um setor de atividade, através de patrimônios tangíveis e intangíveis, indústrias criativas e outras várias formas de expressões artísticas, cultura é uma poderosa contribuidora para o desenvolvimento econômico, a estabilidade social e a proteção ambiental. Enquanto um repositório de conhecimento, significados e valores que permeiam todos os aspectos das nossas vidas, cultura

também define os modos como os seres humanos vivem e interagem local e globalmente (UNESCO, 2010, p.2).

De acordo com a UNESCO (2010), **Indústrias culturais** são uma das esferas mais consideradas devido ao poder econômico global que fomenta a geração de emprego e de renda. Dados de 2005 demonstram que indústrias culturais detiveram 7% do PIB global. Durante os anos 1990, cresceram em uma taxa anual duas vezes maior que indústrias de serviços e quatro vezes mais que a manufatura em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹⁹ (UNESCO, 2016).

Turismo cultural, por exemplo, representa cerca de 40% do turismo global. As visitas a patrimônios culturais materiais, não somente, mas sobretudo àqueles considerados como Patrimônios Culturais da Humanidades pela UNESCO, produzem grande receita, assim como as vendas locais de artesanato, música e demais produtos culturais que geram empregos para a comunidade (UNESCO, 2016).

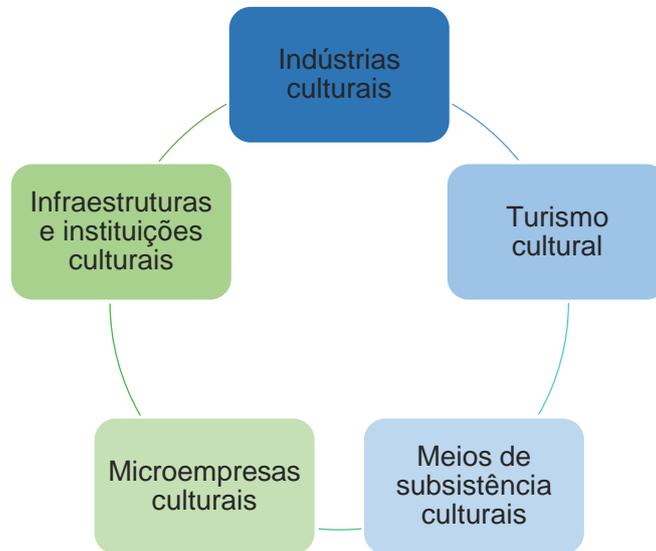
Infraestruturas e instituições culturais, no caso, tratam-se de universidades, museus, centros culturais, cinemas, teatros, centros de artesanatos e qualquer outra instituição que gere receita e emprego com produtos culturais. **Microempresas culturais**, por sua vez, baseando-se em materiais e habilidades disponíveis na comunidade, normalmente conseguem oferecer bens e serviços culturais a baixo investimento de capital.

Da mesma forma, são considerados pela UNESCO como **meios de subsistência culturais** os que ajudam a reter o conhecimento local e a gerar empregos, enquanto permitem o desenvolvimento econômico local. Isso pode variar de artesanato à agricultura, assim como gestão de recursos naturais (UNESCO, 2010).

A Ilustração 6 identifica as áreas de atuação e de coexistência da *cultura para o desenvolvimento*.

¹⁹ Original: *Organization for Economic Co-operation and Development*.

ILUSTRAÇÃO 6 - Áreas de atuação e coexistência da *Cultura para o Desenvolvimento*.



FONTE: UNESCO. *O Poder para da Cultura para o Desenvolvimento*, 2010. Elaboração própria.

Atualmente, a cultura é um dos setores de mais rápido crescimento nas economias pós-industriais. Conhecer seu funcionamento, além de ampliar seu desempenho como fator de ingresso para a economia, nos permitirá associar a melhoria de condições de vida como parte da mesma estratégia, favorecendo-se a criação endógena, melhor organização do processo de produção e acesso a bens culturais (REIS, 2011). A categorização dos meios pelos quais a cultura pode convergir com o desenvolvimento local se torna relevante nesse contexto.

3.1.1 Políticas culturais e indústrias criativas: breve discussão dos conceitos

Conforme visto, a gênese do conceito de “expressões culturais” como bens nasce oficialmente na UNESCO por meio da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, de 2005. Mais do que ser a pedra miliar das discussões acerca da valorização da cultura como ativo para o desenvolvimento no âmbito da organização, tal Convenção destacou, em seu Artigo 14º, como deveria ocorrer a cooperação entre os Estados em prol da expansão dos setores culturais, discussão essa difundida no início do segundo capítulo,

(CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 2005, p. 11-12), a saber:

As Partes procurarão apoiar a cooperação para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza, especialmente em relação às necessidades específicas dos países em desenvolvimento, com vistas a favorecer a emergência de um setor cultural dinâmico pelos seguintes meios, dentre outros:

a) O fortalecimento das indústrias culturais em países em desenvolvimento:

- i. criando e fortalecendo as capacidades de produção e distribuição culturais nos países em desenvolvimento;
- ii. facilitando um maior acesso de suas atividades, bens e serviços culturais ao mercado global e os circuitos internacionais de distribuição;
- iii. permitindo a emergência de mercados regionais e locais viáveis;
- iv. adotando, sempre que possível, medidas apropriadas nos países desenvolvidos com vistas a facilitar o acesso ao seu território das atividades, bens e serviços culturais dos países em desenvolvimento;
- v. apoiando o trabalho criativo e facilitando, na medida do possível, a mobilidade dos artistas dos países em desenvolvimento;
- iv. encorajando uma apropriada colaboração entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, em particular nas áreas da música e do cinema.

b) O fortalecimento das capacidades por meio do intercâmbio de informações, experiências e conhecimentos especializados, assim como pela formação de recursos humanos nos países em desenvolvimento, nos setores público e privado, no que concerne notadamente às capacidades estratégicas e gerenciais, a formulação e implementação de políticas, a promoção e distribuição das expressões culturais, o desenvolvimento das médias, pequenas e micro empresas, e a utilização das tecnologias e desenvolvimento e transferência de competências;

c) A transferência de tecnologias e conhecimentos mediante a introdução de medidas apropriadas de incentivo, especialmente no campo das indústrias e das empresas culturais;

d) O apoio financeiro mediante:

- i. o estabelecimento de um Fundo Internacional para a Diversidade Cultural;
- ii. a concessão de assistência oficial ao desenvolvimento, segundo proceda, incluindo a assistência técnica, a fim de estimular e incentivar a criatividade;
- iii. outras formas de assistência financeira, tais como empréstimos com baixas taxas de juros, subvenções e outros mecanismos de financiamento.

Todas as definições apresentadas pela UNESCO representaram, à época, movimentos que estavam em crescimento desde os primórdios dos anos 1950 e 1960, quando as temáticas começaram a ser discutidas no âmbito da organização. Todavia, tal deslocamento e sua materialização em políticas culturais cada vez mais transversais, sintonizadas e sincronizadas com o conjunto das outras políticas sociais, não dependeria tão somente do trabalho de convencimento aos Estados membros. Requereria também que gestores dispusessem de informações, dados e análises capazes de alimentar o processo de formulação, acompanhamento e avaliação de tais políticas (UNESCO, 2016).

Verificou-se que o período que tem início na última década do século XX e se estende aos dias atuais tem, dentre seus processos distintivos, o da ocorrência de um intenso movimento de institucionalização da cultura no campo das políticas públicas (CALABRE, 2006, p. 329). Ou seja, ainda que iniciativas tenham sido desenvolvidas ao longo da segunda metade do século XX, foi apenas em período mais recente que tal temática ganhou maiores proporções (CANCLINI, 2003).

Assim, o desafio foi o de essencialmente produzir-se conhecimento teórico e prático das várias dinâmicas culturais e mapear-se as cadeias produtivas das economias da cultura e criativa com base nos conceitos estabelecidos pela UNESCO. Foi então o que a organização se propôs a fazer.

No continente latino-americano, pode-se dizer que se vive em uma conjuntura fruto de processo histórico originado nas décadas de 1920 e 1930, momento de fortalecimento e modernização dos Estados nacionais na América Latina, no qual o campo da cultura, vinculado ao da educação, também foi objeto de elaboração de políticas, como iremos demonstrar no quarto capítulo. Nas décadas de 1960 e 1970, novas iniciativas podem ser identificadas, por parte dos governos em inserir a cultura no campo das políticas públicas; afinal, já vimos que a temática começava a ganhar maior notoriedade em âmbito mundial.

Em alguns países da América Latina, tal período coincidiu com o momento em que as representações políticas eram caracterizadas por governos autoritários. A partir da década de 1980, de maneira gradativa e diferenciada, novas questões das políticas culturais passaram a ser incorporadas aos programas de governo, dentro da perspectiva da construção de sociedades menos desiguais (CANCLINI, 2003, p. 37).

Segundo Canclini (Ibidem, p.35), já no século XXI a base do conceito de política cultural é o da ação articulada entre o Estado e a sociedade como um todo - nas suas

frações organizadas ou não. Ou seja, a premissa é a de que uma política cultural, por essência, deveria ser construída de forma participativa.

No âmbito da UNESCO, o surgimento do conceito de política cultural surgira em 1969, conforme supracitado, a saber:

Entende-se por “política cultural” um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. Obviamente, não pode haver uma política cultural adequada para todos os países; cada Estado-Membro determina sua política cultural de acordo com os próprios valores culturais, metas e escolhas (ESTUDO PRELIMINAR SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS, 1969, p. 4, tradução nossa).

Canclini (1987), por sua vez, analisa o conceito no campo dos estudos latino-americanos em cinco movimentos distintos. De acordo com o autor, na América Latina, sobretudo nas últimas décadas do século XX, descrições burocráticas passaram a ser conceituadas criticamente; cronologias e discursos tornaram-se pesquisas empíricas; políticas governamentais passaram a ter associação com demandas provenientes de movimentos sociais; as pesquisas deixaram de ser estritamente nacionais e começaram a ter relações com pesquisas internacionais; e, por fim, a documentação sobre propostas anteriores conheceu revisão, análise crítica e novos planejamentos (CANCLINI, 1987). Com isso, passou-se a existir movimentos de entendimento e aperfeiçoamento do que se compreendia como políticas culturais.

Nesse contexto, pela UNESCO, ainda são mencionados dois parâmetros relevantes aos Estados membros para a implementação de políticas culturais. Estes seriam: a utilização otimizada de recursos físicos e humanos disponíveis ao atendimento de necessidades culturais e a associação da cultura com o desenvolvimento humano, em prol do desenvolvimento sustentável.

A “política cultural” deve ser compreendida como a totalidade consciente e deliberada de práticas, ações ou ausência de ações em uma sociedade, visando a atender certas necessidades culturais por meio da utilização otimizada de todos os recursos físicos e humanos disponíveis àquela sociedade em dado momento. Determinados critérios deverão ser definidos para o desenvolvimento cultural, e que a cultura deva ser associada ao cumprimento do desenvolvimento individual, econômico e social (ESTUDO PRELIMINAR SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS, 1969, p. 10, tradução nossa).

Reitera-se que na história das políticas culturais na América Latina, por sua vez, encontra-se governos autoritários que se preocupam com as questões culturais naquilo que dizia respeito à censura e à repressão da oposição política (CANCLINI, 2003). Com efeito, também existiram aqueles que construíram e reformularam instituições culturais, incentivando a produção e a difusão das manifestações culturais - sem desprezar o fato de que estes últimos também perseguiram as oposições políticas, reprimindo muitas vezes expressões culturais que apresentem antagonismos ao grupo no poder. Por outro lado, houve governos democráticos que optaram por uma política “neoliberal”, entregando o investimento e o poder de decisão ao mercado, não se preocupando em construir modelos de gestão participativos ou inclusivos (CALABRE, 2006, p. 330). Ou seja, dificilmente vislumbrou-se uma equidade ou breve aproximação na elaboração de políticas culturais no continente.

Ainda neste campo, a questão que se coloca é a do próprio conceito de cultura com o qual a política opera. Uma política elaborada a partir do conceito de cultura, priorizará o conhecimento, o letramento, as manifestações artísticas eruditas, a literatura universal, a música clássica, enfim, um conceito mais amplo que toma a cultura como o conjunto de fazeres e saberes (CATENACCI, 2001).

A política a ser implementada pode ser a que objetiva levar cultura para o povo, destacando-se entre um repertório estabelecido por elementos que devam ser disseminados, o que, muitas vezes, pode vir a desqualificar o que é praticado e produzido culturalmente pelas camadas mais populares de uma sociedade. Contudo, uma prática política que toma a cultura como o conjunto de saberes e fazeres de uma sociedade deve buscar e trabalhar com o diverso, com o plural, e investir no diálogo que promova e fortaleça a diversidade cultural (CALABRE, 2006, p. 338).

Há ainda a visão de cultura que pode estar mais estritamente ligada à indústria cultural, à produção de bens culturais dominada pela lógica do mercado e que vai resultar em maior ausência do Estado (principalmente no campo de decisão política) (Idem, p. 339). Portanto, a elaboração de políticas culturais demanda a formulação de ações com metas bem definidas, de forma a convergir com as dinâmicas comerciais presentes nesse meio.

Partindo-se dessas definições, Canclini (2003, p.26) definira como política cultural

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.

Em complemento, Canclini (2003) acrescenta o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais, considerando-se a necessidade de se rever conceitos centralizados em realidades nacionais. Canclini ainda alerta para o fato de que os fluxos comunicacionais atravessam fronteiras nacionais, seja por meio de comunicações tradicionais ou dos processos de informatização das sociedades, e que a construção das identidades simbólicas não ocorre mais de forma restrita ao espaço nacional (Ibidem, p. 28). Logo, a análise local e das particularidades da região na qual determinada política será elaborada, desenvolvida e aplicada também deve ser considerada de maneira a obter-se uma otimização dos possíveis resultados decorrentes de tal política cultural.

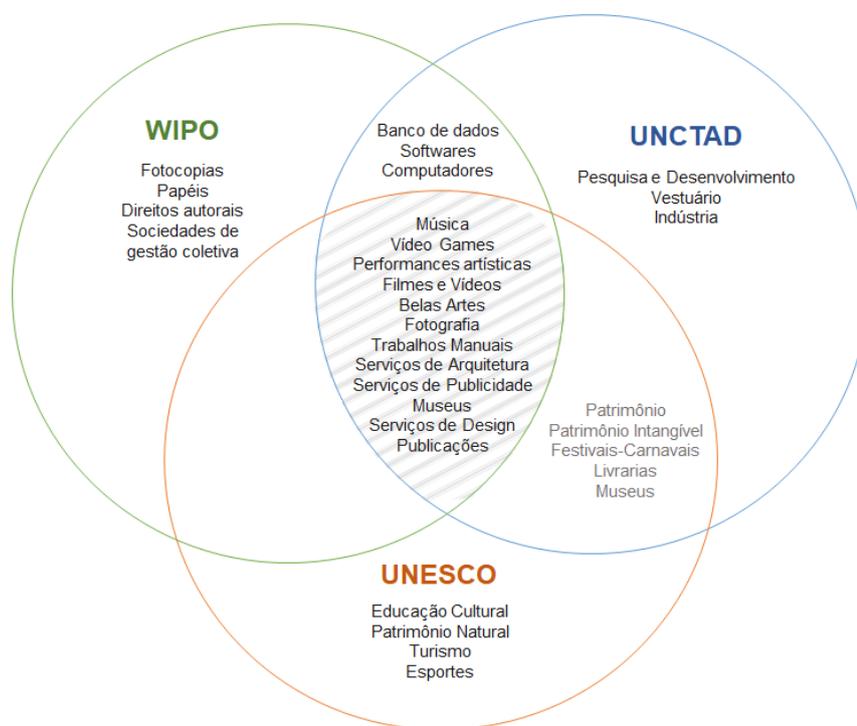
Para tanto, as indústrias culturais figuram com importante papel nesse escopo. De acordo com a UNESCO (2005, p. 6), indústrias culturais seriam as que produzem e distribuem bens e serviços culturais, os quais, conforme apresentado a seguir, foram de certa forma categorizadas pela ONU de maneira a auxiliar na elaboração de projetos e de políticas específicas, assim como uma forma de analisar-se e computar-se dados relevantes para o mercado cultural.

Atividades, bens e serviços culturais em meio às indústrias culturais, por sua vez, seriam categorizados em diferentes bens dentro do escopo da ONU, em 2009, de maneira a relacionar-se os trabalhos da UNESCO com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO)²⁰ e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD),²¹ ambas entidades da ONU. Dessa forma, se vislumbraria uma padronização e intersecção das três organizações no que tange às indústrias culturais e ao papel da cultura na economia mundial, conforme Ilustração 7.

²⁰ Original: *World Intellectual Property Organization*.

²¹ Original: *The United Nations Conference on Trade and Development*.

ILUSTRAÇÃO 7 - Intersecção das categorias de indústrias criativas entre a UNESCO, UNCTAD e WIPO.



FONTE: UNESCO. *The globalization of cultural trade: a shift in consumption*, 2016. Elaboração própria. Tradução nossa.

Observa-se que, dentro do escopo da UNESCO, grande parte do que é categorizado como bem cultural tem conexão com a UNCTAD, organização responsável pela promoção da integração entre os países em desenvolvimento na economia mundial, elaborando propostas intergovernamentais para esse fim (UNESCO, 2016). Ou seja, nota-se uma colaboração entre uma entidade cultural e outra de desenvolvimento econômico dentro do âmbito da ONU, o que pode demonstrar forte iniciativa da organização em promover a *cultura para o desenvolvimento*.

De acordo com o *UNESCO Institute for Statistics (UIS)*, de 2016, no contexto global o mercado de bens culturais tem crescido exponencialmente nos últimos anos, principalmente nos países em desenvolvimento, como os do continente latino-americano. Na América Latina, a cultura participou de até 4% do PIB dos países do continente na última década, o que pode ser considerado um índice expressivo de acordo com as necessidades locais. Nesse continente, tais ações exercem um relevante papel ao estimularem a construção de novas agendas políticas, somadas aos esforços de alguns países em elaborar legislações culturais e implementar planos relativos à cultura (UNESCO, 2016).

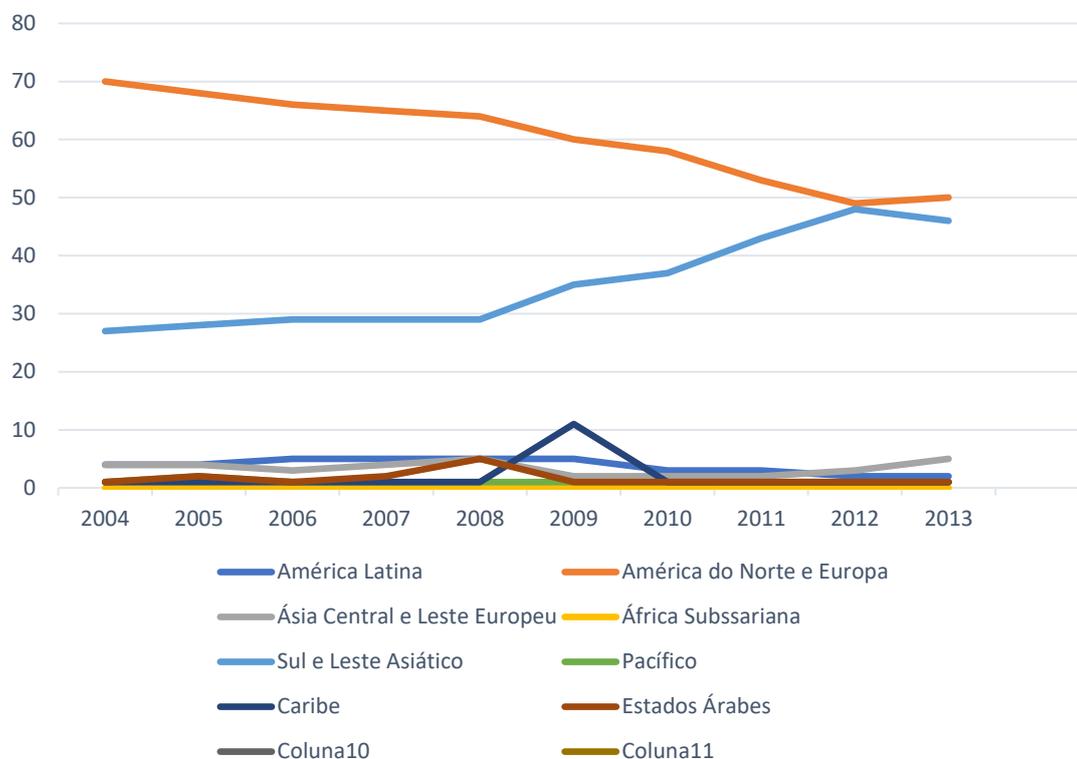
Porém, de acordo com o UIS e conforme demonstrado no Gráfico 3 que se referente às exportações de bens culturais por região, apresentado a seguir, há uma discrepância alarmante entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento no consumo de bens culturais advindos de outras regiões, sendo os Estados Unidos e países da Europa ocidental os principais na exportação de seus bens culturais aos demais países do mundo.

Ainda que o continente latino-americano seja um dos que menos exporta bens culturais, figura como o terceiro continente em importação, em um total de 3,4%, do montante mundial conforme os dados do UIS em 2016, o que equivale a cerca de US\$ 5,8 bilhões naquele ano (UNESCO, 2016).

A questão da influência cultural e os impactos que levam à uma possível homogeneização cultural (BAUMAN, 2005; GIDDENS, 2002), discutidas brevemente no primeiro capítulo, podem demonstrar estratégias políticas de poder e de desenvolvimento econômico que se impõe de um país a outro. Tratar-se-ia do *soft power* mencionado por Nye (2002, p. 33) e por Stiglitz (2002, p. 36), dimensionado pelos efeitos da globalização, o qual pode viabilizar que algumas culturas sofram, mais que outras, influências das demais culturas, normalmente advindas de países economicamente dominantes e detentores de importantes meios de comunicação.

Em 2013, por exemplo, o continente latino-americano exportou 1,3% de bens culturais, figurando como o 4º continente com maior exportação. Contudo, trata-se de porcentagem cinco vezes menor do que a exportação de demais bens, sendo, no mesmo ano, de 6,1%. Ainda, ao comparar-se tais índices com os demais países e continentes, observa-se que há grande discrepância. Os Estados Unidos e os países da Europa ocidental, por exemplo, foram responsáveis pela exportação de 49,1% de bens culturais para o restante do mundo (UNESCO, 2016).

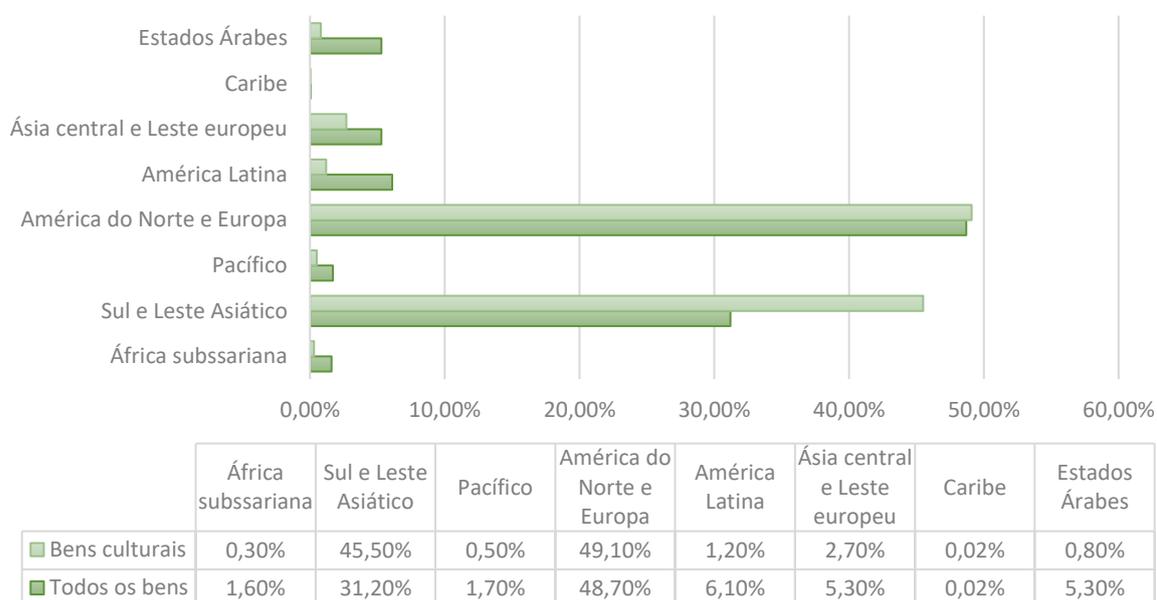
GRÁFICO 3 - Exportação de bens culturais por região de acordo com o UIS, de 2004 a 2013, em porcentagem.



FONTE: UNESCO. *The globalization of cultural trade: a shift in consumption*, 2016, p.17. Tradução nossa.

O Gráfico 4 mostra o percentual de importação de bens culturais em sete regiões do planeta. É notória a trajetória das políticas culturais e de dominação econômica, sobretudo dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial e ao longo da Guerra Fria, seja por meio de *soft power* ou por *hard power*, o que sobremaneira os auxiliou na chamada hegemonia cultural, conforme já apresentado no primeiro capítulo da tese (GRAMSCI, 1992). Como visto, hegemonia é método de domínio imperial indireto, com o qual o *hegemon* (estado líder) governa estados subordinados, pela ameaça de intervenção, um meio implícito de poder, e não por força militar direta, isto é, invasão ou ocupação. “A globalização cultural não é um ramo da engenharia genética cuja finalidade seja reproduzir em todos os países clones do *american way of life*” (CANCLINI, 2003, p. 30).

GRÁFICO 4 - Importação de bens culturais por região de acordo com o UIS, em 2013, em porcentagem.



FONTE: UNESCO. *The globalization of cultural trade: a shift in consumption*, 2016, p.19.

Tal assimetria das indústrias culturais em meio à globalização não gera só desigualdade na distribuição de benefícios econômicos. Canclini (2003, p. 29) diz que esse desequilíbrio histórico também incide fortemente nas áreas sociais dos países, como por meio da falta de empregos e na decadência do desenvolvimento educativo e cultural.

Ainda que o continente latino-americano apresente relevante potencial para esse segmento de mercado, assim como grande riqueza cultural, a trajetória do continente foi diferenciada dos Estados Unidos e do próprio continente europeu, ainda que práticas e projetos tenham sido elaborados nesse escopo, seja na esfera econômica, nuclear, assim como bélica e tecnológica (Ibidem, 2003).

De acordo com Canclini, grande parte de setores e bens culturais latino-americanos encontra-se hoje vinculada a segmentos dos Estados Unidos e da Europa. Ou seja, a influência ainda é presente. Assim, a representação e a divulgação desses setores por meio da globalização trazem novos administradores do que Canclini chama de “imagem do latino-americano”, categorizando-os em cinco forças-chave:

- i. Os grupos editoriais espanhóis;
- ii. Algumas empresas de comunicações estadunidenses;
- iii. Os *latinoamerican studies*, concentrados nas universidades estadunidenses, canadenses e europeias;
- iv. Os estudos latino-americanos, como conjunto heterogêneo de especialistas em processos culturais; e
- v. Os governos latino-americanos e suas políticas socioculturais, as quais têm pouca participação no que diz respeito às tendências estratégicas do desenvolvimento (CANCLINI, 2003, p. 26-27).

Em outras palavras, parte do que hoje é vislumbrado no continente latino-americano como políticas culturais e estratégicas vinculadas ao desenvolvimento, seja econômico ou não, está fortemente associada às políticas advindas de países dominantes. Como análise crítica, as diretrizes imputadas pela UNESCO podem ser consideradas, da mesma forma, como padronizantes. Requer aos governos locais a adequação às realidades locais, mitigando-se os malefícios e aproveitando-se das ferramentas e métricas para aprimorar-se os processos internos.

3.1.1.1 Economias criativas e da cultura como abordagens teóricas

Ainda que as indústrias culturais e todo os demais segmentos dos setores culturais desempenhem na contemporaneidade um papel relevante às economias latino-americanas, não dispõe de instrumentos que avaliem a qualidade das diretrizes e políticas públicas que as regem. Contudo, afora da metodologia utilizada pela UNESCO no intuito de justamente avaliar-se os modos práticos de aplicação da proposta de *cultura para o desenvolvimento*, outros conceitos que se relacionam com os conceitos de políticas e indústrias culturais também foram desenvolvidos na academia como teorias que alicerçam tais propostas.

Os trabalhos de Maria Trinidad Garcia (2011), Lala Deheinzelin (2006) e Guiomar Alonso (2001), por exemplo, expõem os caminhos que levariam a determinadas localidades à assim denominada economia criativa e cultural. Evidencia-se, destarte, a importância das alianças entre setores público, privado e sociedade civil, criando-se modelos de indústrias culturais como plataforma de expressão da diversidade e da criatividade, permitindo que pequenas e microempresas culturais possam ingressar no mercado e distribuir seus produtos. Neste tipo de modelo, a diversidade e a criatividade são imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável das culturas (REIS, 2011).

Partindo-se dessa premissa, a pesquisadora Ana Carla Fonseca Reis (2011) discorre sobre os conceitos de economia da cultura e economia criativa, os quais definem o papel da cultura quando suas expressões se tornam bens, produtos de valor simbólico e também central do desenvolvimento, tornando-se o próprio objeto do desenvolvimento.

Reis (2011, p. 26) ainda explana que a economia da cultura e a economia criativa tratam-se de processos composto por fluxos e trocas, produção, distribuição e demanda de bens culturais, e todo o reconhecimento, valores e preços que os compõem. Parte-se do princípio de que bens culturais tendem a ser consumidos e distribuídos para transmitir suas mensagens e valores.

A **economia da cultura** é a utilização metodológica dos instrumentos e do conhecimento da economia a favor da cultura. Ou seja, existem várias manifestações e expressões culturais que acabam não tendo impacto no mercado, mas a economia da cultura se utiliza do instrumental teórico para que os objetivos de políticas públicas sejam alcançados. “A economia da cultura não diz como a política será, mas sim como melhor tratar determinada política” (Ibidem, 2011, p. 27). A **economia criativa**, por sua vez, apoia-se na criatividade individual. Sendo uma evolução do conceito de indústria criativa. Essa permeia toda a economia, sendo um conceito que abrange a economia da cultura e mais alguns setores que antes não eram considerados culturais (Ibidem, 2011).

Assim, ambas as economias, da cultura e criativa, auxiliam na análise metodológica das oportunidades e dos desafios apresentados na área cultural de um país, posto que se trata de uma área bastante influente para o desenvolvimento econômico, humano e social, requerendo assim atenção das autoridades locais. Com os processos que ambas as economias oferecem é possível a busca por oportunidades de negócios para empresas no setor cultural, seja público ou privado. Anota-se, então, que se afiguram como formas teóricas que também tratam do que tem sido discutido até o momento na presente tese.

3.2. Metodologias de análise propostas à *Cultura para o Desenvolvimento*

Contudo, o enfoque principal na investigação, conforme apresentado ao longo deste capítulo, é a metodologia elaborada pela UNESCO. A organização buscou

convergir, ao longo dos seus setenta anos, cultura e desenvolvimento, por meio de conceituações e estratégias, disseminando algumas importantes iniciativas, como as Convenções e Declarações que, em âmbito internacional, foram substanciais para a história das relações internacionais no que tange às propostas de *cultura para o desenvolvimento*, assim como a iniciativa promovida pelos Patrimônios Culturais da Humanidade.

Contudo, dentre suas iniciativas, há apenas uma que busca a análise quantitativa e qualitativa da relação entre ambos os conceitos em países do mundo inteiro, que estipula métricas que visam um estudo mais abrangente de tais iniciativas, a metodologia denominada *Culture for Development Indicators Suite* (CDIS), a ser apresentada na sequência.

Conforme já apresentado, o conceito da UNESCO sobre desenvolvimento, de desenvolvimento sustentável, emerge como um *slogan* no debate sobre desenvolvimento (LÉLÉ, 1991). Assim como a UNESCO, demais organizações internacionais, como as entidades da ONU aqui mencionadas, WIPO e UNCTAD, adotam tal conceito como sendo o novo paradigma do desenvolvimento. Contudo, Sharachchandra Lélé (1991) assevera que, ainda assim, para essa proposta faltaria consistência em sua interpretação.

Embora a natureza abrangente do conceito viabilize uma força política, justamente pela tentativa em contemplar-se diferentes realidades, sua formulação atual pela corrente principal do pensamento contém pontos fracos significativos, tais como uma percepção incompleta dos problemas relacionados à pobreza e à degradação ambiental, assim como uma análise vaga sobre o crescimento econômico e sobre os conceitos de sustentabilidade e participação social, peças-chave da proposta (Ibidem, 1991).

Em contrapartida, fora do escopo da UNESCO, nos anos 1990 já havia sido criado importante índice de avaliação não apenas de desenvolvimento econômico ou sustentável, mas que propunha a avaliação do desenvolvimento humano. Outros índices foram elaborados posteriormente, como o próprio SD, mas o IDH prevalece como o índice mais utilizado no mundo para avaliação da qualidade de vida da população (PNUD, 2019).

O conceito de desenvolvimento humano nasce como um processo de ampliação das escolhas dos indivíduos para que tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser (SEN, 1999). Diferentemente da perspectiva do

crescimento econômico, que prevê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda gerada, a abordagem de Desenvolvimento Humano procura olhar diretamente para as necessidades dos indivíduos (PNUD, 2019).

A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2019). Tal definição relaciona-se sobremaneira com o que foi apresentado na presente tese até o momento.

Portanto, o objetivo da criação do IDH, em 1990, foi o de oferecer um contraponto e suplementação a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera exclusivamente a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração com Sen, ganhadores do Prêmio Nobel de Economia em 1998 por este trabalho, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano (Ibidem, 2019).

Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da felicidade das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados por ele (SEN, 1999).

Desde 2010, quando o IDH completou 20 anos, novas metodologias foram incorporadas para o seu cálculo. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH, são mensurados da seguinte forma (PNUD, 2019):

- a) Longevidade: uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- b) Educação: o acesso ao conhecimento (educação) é medido por:
 - i. Média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e
 - ii. A expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;

c) PIB: o padrão de vida (renda) é medido pela renda *per capita* e expressa o poder de compra dos indivíduos.

A Tabela 1 explica e sintetiza as três dimensões, em termos de indicadores e índices, consideradas na avaliação e medição do IDH.

TABELA 1 - Dimensões consideradas pelo IDH.

Dimensões	Longevidade	Educação		PIB
<i>Indicadores</i>	Expectativa de vida no nascimento	Anos de escolaridade	Principais anos da escolaridade	PIB <i>per capita</i>
<i>Índices</i>	Índice de expectativa de vida	Índice educacional		Índice PIB

FONTE: PNUD. Human Development Report, 2019. Elaboração própria.

O referido índice em muitas das iniciativas da UNESCO auxiliou sobremaneira na elaboração de estudos e de pesquisas voltados para o entendimento e aplicabilidade de *cultura para o desenvolvimento*. Contudo, como será exposto na sequência, a elaboração da CDIS talvez abranja demais aspectos, estes mais viesados aos setores culturais e aos que estes interferem socialmente, em prol do intuito principal da elaboração da referida metodologia. Verifica-se, a seguir, outras propostas da organização.

3.2.1 Cidades Criativas e outros projetos culturais da UNESCO

Dentre as iniciativas da UNESCO de promoção da cultura e do desenvolvimento, uma de grande notoriedade mundial é a denominada pela organização como “Cidades Criativas”. A proposta surgiu em 2004 na comissão intitulada *The UNESCO Creative Cities* (UCCN), com o fim de promover-se a cooperação com e entre as cidades que, sob a perspectiva da organização, são consideradas como estratégicas ao setor cultural local, incidindo fortemente em seu desenvolvimento sustentável.

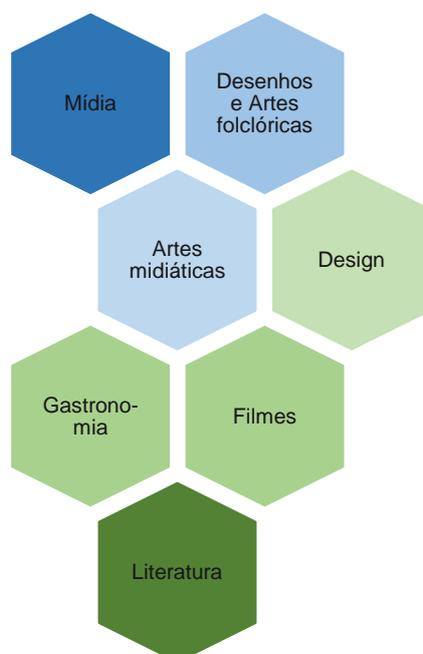
Trata-se de cerca de 250 cidades consideradas como Cidades Criativas sob a chancela da UNESCO, as quais apresentam seus projetos locais e os compartilham para desenvolvimento de novas estratégias com o intuito de galgar a criatividade e as indústrias culturais no cerne dos planos desenvolvimentistas locais (UCNN, 2017). Os

objetivos da UCCN (2017, p. 12, tradução nossa), informados em seu Estatuto, são os de:

- i. Fortalecer a cooperação internacional entre as cidades que são reconhecidas pela criatividade e pelos fatores estratégicos nos seus respectivos desenvolvimentos sustentáveis;
- ii. Estimular e fomentar iniciativas que visem que as cidades membros façam de suas criatividades um componente essencial do desenvolvimento urbano, viabilizado por meio de parcerias que envolvam os setores público e privado, assim como a sociedade civil;
- iii. Fortalecer a criação, produção, distribuição e disseminação das atividades culturais, bens e serviços;
- iv. Desenvolver mecanismos de criatividade e inovação e fomentar oportunidades para criadores e profissionais do setor cultural;
- v. Aprimorar o acesso à participação na vida cultural, assim como o usufruto de bens culturais e serviços, sobretudo à grupos marginalizados e vulneráveis de indivíduos; e
- vi. Integrar fortemente a cultura e a criatividade nas estratégias e projetos de desenvolvimento local.

A forma elaborada pela UCCN de categorizar as Cidades Criativas foi por meio de esferas que representam segmentos culturais dentro de uma sociedade, a saber, conforme Ilustração 8, na sequência:

ILUSTRAÇÃO 8 - Categorias das Cidades Criativas da UNESCO.



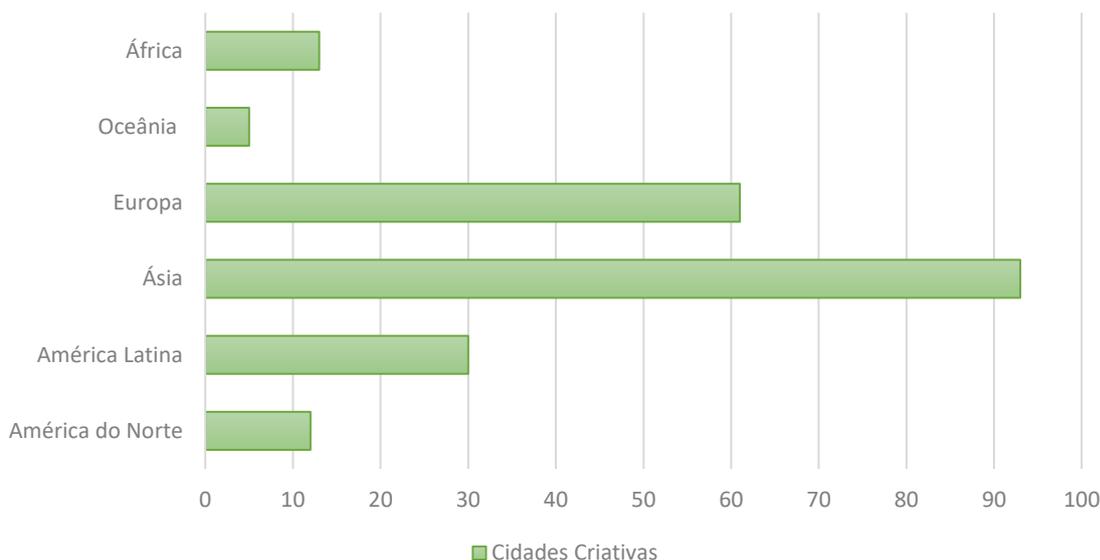
FONTE: UNESCO Creative Cities (UCCN), 2017. Elaboração própria.

Ainda, a UCCN (2017, p. 14, tradução nossas) em seu Estatuto informa que todos os objetivos supracitados serão implementados em nível nacional e internacional, por meio das seguintes áreas:

- i. Compartilhar experiências, conhecimento e boas práticas;
- ii. Desenvolver projetos pilotos, parcerias e iniciativas que associem setores públicos e privados, além da sociedade civil;
- iii. Promover a troca e o *networking* entre profissionais do setor cultural;
- iv. Elaborar estudos, pesquisas e avaliações sobre as experiências das Cidades Criativas;
- v. Desenvolver políticas e métricas para o desenvolvimento sustentável urbano; e
- vi. Fomentar atividades de comunicação e conscientização cultural.

A distribuição numérica das Cidade Criativas entre os continentes ampara-se no Gráfico 5 a seguir:

GRÁFICO 5 - Cidades Criativas da UNESCO por continente, dados de 2016.



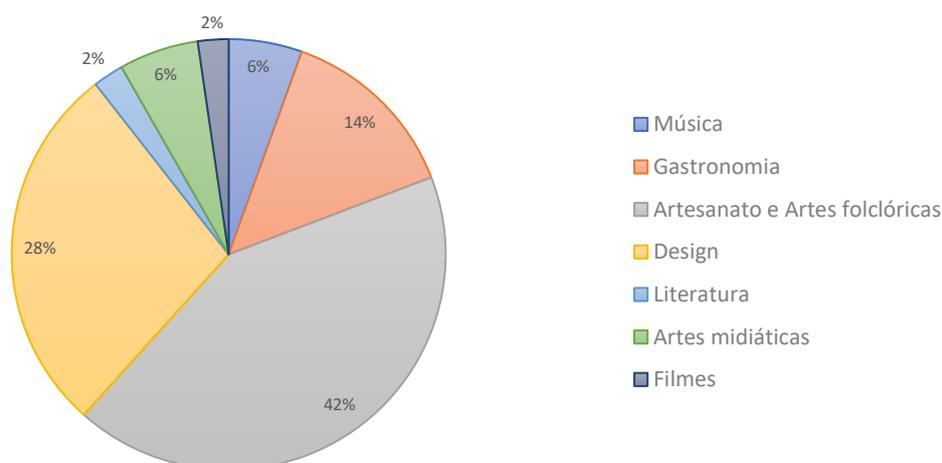
FONTE: UNESCO Creative Cities (UCCN), 2016. Elaboração própria.

Dentro dessas categorias, as cidades consideradas como criativas são provenientes de todos os continentes, sendo a América Latina o terceiro continente a figurar com mais Cidades Criativas - 36 cidades ao todo, de acordo com os dados de 2018 (ANEXO IV) - cujos países de onde provêm são Argentina, Bahamas, Brasil, Bolívia,

Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Haiti, Jamaica, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai (UNESCO, 2020).

Assim como realizado pelas titulações de Patrimônios Culturais da Humanidade, tratar-se-ia de uma maneira de ressaltar-se a cultura local, fomentando-se o turismo cultural e o desempenho governamental no incentivo das atividades culturais locais e melhorias nas políticas estratégicas. Portanto, ainda que cultura seja algo intrínseco a uma sociedade, assim como o simbolismo e as expressões culturais, seu fomento, expansão e associação ao desenvolvimento local na maioria das vezes precisa estar relacionado à instauração de políticas culturais governamentais que estimulem tal criatividade e forneçam o *modus operandi* para um bom desempenho em todas as esferas culturais, econômicas, políticas e sociais (SUCIU, 2009, p. 83-84).

GRÁFICO 6 - Categorias da UNESCO para Cidades Criativas, dados de 2020.



FONTE: UNESCO Creative Cities (UCCN), 2020. Elaboração própria.

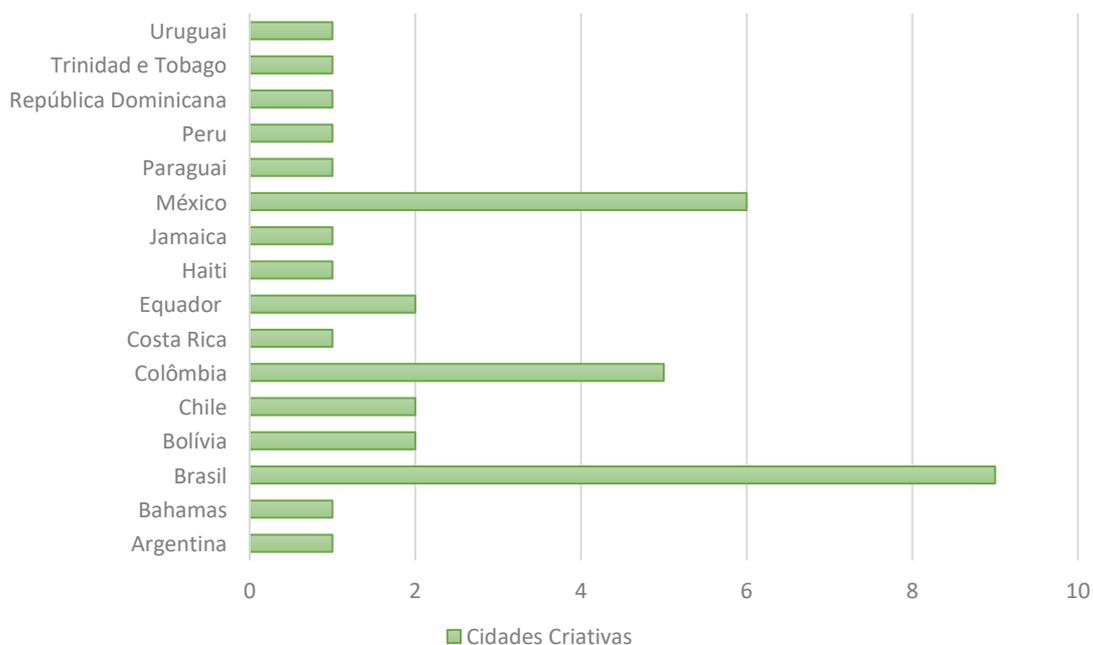
Para o recebimento do *status* de Cidade Criativa, por assim dizer, as cidades não são selecionadas pela UNESCO diretamente. É necessário que as cidades se candidatem para o recebimento do título em chamadas abertas anualmente, assim como ocorre com os Patrimônios Culturais (UCCN, 2016). O Gráfico 7, abaixo, mostra a distribuição de Cidades Criativas no continente latino-americano por países.

De maneira a fomentar a conexão e a troca de ideias entre representantes das cidades criativas, em 2004 a UNESCO lançou a *UNESCO's Global Alliance for Cultu-*

ral Diversity launched the Creative Cities. A proposta da rede é a de conectar cidades criativas para que possam compartilhar experiências, *know-how*, treinamento e tecnologia de negócios em nível global. A intenção é a de incentivar a diversidade de produtos culturais em mercados doméstico e internacional, assim como a geração de emprego e o desenvolvimento social e econômico (UNESCO, 2016).

As cidades criativas representam uma política branda para a conjuntura urbana neoliberal, defendendo gastos públicos modestos e discricionários em ativos criativos, ao mesmo tempo em que promovem um conjunto favorecido de estilos de vida da classe média com base em formas autoindulgentes de excesso de trabalho, brincadeiras expressivas e consumo conspícuo - ao status de um objetivo de desenvolvimento urbano. O homem criativo opera com uma forma especialmente atomizada de capital humano (talento), enquanto prospera positivamente na competição implacável e nas longas horas de trabalho. Os líderes urbanos também são instados a fazer o que é necessário para transformar suas cidades em magnatas dos talentos, tendo sido conscientizados do risco - se eles não atendem adequadamente às necessidades dos jovens e inquietos - de que perderão o status de uma economia brilhante e criativa (LANDRY, 2005, p. 37, tradução nossa).

GRÁFICO 7 - Cidades Criativas da UNESCO na América Latina por país, dados de 2018.



FONTE: UNESCO Creative Cities (UCCN), 2020. Elaboração própria.

Ainda de acordo com Siciu (2009, p. 86), ser Cidade Criativa vai além de um título; trata-se de um planejamento político de longo prazo. A capacidade de ser criativo é culturalmente determinada e muitas cidades têm áreas urbanas em dificuldades sofrendo de problemas econômicos, sociais e ambientais e exigindo nova abordagem para regeneração. Projetos e propostas que visem à obtenção do *status* de Cidade Criativa podem melhorar a qualidade de vida nessas áreas, tornando-se um desafio ao tornar políticas culturais relevantes, assim como o fazem com sua prática e realização.

3.3 A proposta da *Culture for Development Indicators Suite* (CDIS)

A metodologia *Culture for Development Indicators Suite* (CDIS) visa justamente analisar todas essas iniciativas e outras elaboradas por governos locais, de maneira a aprimorar-se as políticas existentes e propor-se melhorias.

Iniciado em 2009, a UNESCO por meio da CDIS promoveu a construção de uma metodologia que atrela toda a pesquisa desenvolvida até então a dados qualitativos e quantitativos relevantes a estes estudos e que fornecem base métrica para a avaliação de políticas culturais adotadas por determinados Estados.

Foram criados 22 indicadores quantitativos e qualitativos. Estes, por sua vez, foram agrupados em 7 dimensões que se destinam a iluminar o papel da cultura no desenvolvimento, em países de renda baixa a média, como os da América Latina. Assim, a UNESCO, por meio da CDIS, visa fornecer uma abordagem baseada em evidências, e informada para a introdução da cultura nas estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento, bem como nas políticas culturais (CDIS, 2014).

O desenvolvimento e implementação da CDIS ocorrera em um contexto global em evolução. Afinal, como visto, existe ampla discussão sobre como as políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento devam ser reorientadas de maneira que possam ser mais eficazes na promoção do desenvolvimento, reduzindo-se as desvantagens e aumentando-se as perspectivas de crescimento em diversos segmentos (Ibidem, 2014).

Conforme apresentado, a associação entre cultura e desenvolvimento tem sido fomentada pela UNESCO e, ao longo de muitas décadas, fora direcionada aos objetivos fundamentais do desenvolvimento sustentável. No entanto, o sucesso das

estratégias de desenvolvimento na melhoria do bem-estar humano depende do reconhecimento do contexto cultural em que o desenvolvimento ocorre. Em outras palavras, como a cultura é intrínseca à sociedade e permeia todos os aspectos da vida, na verdade constitui o ambiente em que o desenvolvimento acontece. Além disso, cultura cria as condições que facilitam o progresso econômico e social, e, portanto, torna-se um facilitador do desenvolvimento (UNESCO, 2010).

Contudo, o papel da cultura no desenvolvimento vai além disso. O setor cultural faz uma contribuição direta em seu próprio direito ao crescimento econômico e melhoria social. Indústrias culturais e criativas, por exemplo, geram rendimentos, emprego e outros benefícios econômicos, proporcionando ao mesmo tempo uma via de cumprimento, tanto a nível nacional como local, conforme visto anteriormente. Nesta e em muitas outras formas, a cultura pode ser interpretada não apenas como um facilitador, mas também como um impulsionador de processos de desenvolvimento (SUCIU, 2009).

A CDIS, neste contexto, busca ter aplicação prática estruturando uma análise que integra cultura e desenvolvimento de uma forma que seja consistente com o pensamento teórico e aplicado contemporâneo neste campo (CDIS, 2014).

Assim, as sete dimensões estipuladas pela UNESCO, de maneira que todas as formas de atuação da cultura possam ser empregadas, estão dispostas na Tabela 2.

TABELA 2 - Dimensões e modo de contribuição de *Cultura para o Desenvolvimento* da UNESCO.

Economia	Setor cultural para o desenvolvimento econômico e seu potencial crescimento.
Educação	Prioridade dada pelas autoridades públicas para apoiar um sistema de educação que ofereça cobertura mais ampla possível, e que valorize a diversidade e a abertura que promova o desenvolvimento de uma classe competitiva e criativa.
Governança	Compromisso público para criar as condições para estruturar o setor cultural, fortalecendo-se os processos culturais e promovendo a diversidade.
Participação social	“Modos de fazer” e práticas culturais, valores e atitudes que orientem o comportamento, inclusão, cooperação e capacitação individual.
Igualdade de gêneros	Lacunas objetivas e subjetivas entre mulheres e homens em suas oportunidades e direitos de participar na vida cultural social, econômica e política.
Comunicação	Condições de acesso aos conteúdos diversos e à liberdade de expressão.

Patrimônio

Compromisso público de estabelecer e fazer cumprir normas, políticas e medidas para proteger e promover o patrimônio, garantindo acesso e sustentabilidade.

FONTE: CDIS, 2014. Elaboração própria.

Enquanto algumas dessas dimensões estão diretamente relacionadas ao impacto da cultura nos processos de desenvolvimento, outras concentram-se no papel da cultura na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento ou tem foco nos processos necessários para explorar plenamente o potencial da cultura. Para tanto, os indicadores são esmiuçados em uma matriz, conforme expõe-se abaixo na Tabela 3. O desafio, então, é atrelar essas dimensões às atividades práticas de aplicabilidade da *cultura para o desenvolvimento* em determinada localidade.

O desenvolvimento da metodologia CDIS exigiu a contribuição de muitos atores. Envolveu extensa pesquisa interna, ampla consulta com especialistas em desenvolvimento, profissionais, especialistas em cultura e estatísticos, bem como testes rigorosos e implementação participativa em 12 países. Seu protótipo foi testado em 6 países preliminares - primeira fase (Bósnia-Herzegovina, Colômbia, Costa Rica, Gana, Uruguai e Vietnã) e uma segunda reunião de interesse foi realizada em 2011 para analisar os resultados dos países.

TABELA 3 - Matriz das dimensões de *Cultura para o Desenvolvimento* da UNESCO.

Economia	PIB	Empregos	Renda <i>per capita</i>		
Educação	Educação inclusiva	Educação multilíngue	Educação artística	Treinamento profissional	
Governança	Configuração de estrutura padronizada	Estrutura política e institucional	Infraestrutura	Sociedade civil na governança	
Social	Participação	Construção de identidade participativa	Confiança intercultural	Confiança interpessoal	Autodeterminação
Gêneros	Igualdade	Percepção da igualdade			
Comunicação	Liberdade de expressão	Uso da internet	Diversidade do conteúdo midiático		
Patrimônio	Sustentabilidade				

FONTE: CDIS, 2014. Elaboração própria.

Nesta etapa, vários indicadores foram eliminados, bem como a camada intermediária de *subdimensões* supracitada. Novos indicadores foram concebidos e testados em mais 6 países - segunda fase (Burkina Faso, Camboja, Equador, Namíbia, Peru e Suazilândia). Esta segunda fase de testes permitiu que a CDIS fosse totalmente compatível com o propósito dos indicadores após o refinamento metodológico.

3.3.1 A metodologia das dimensões

Com base no exposto, e de maneira a poder analisar a metodologia e como ela deve ser empregada de maneira proveitosa nos países que visam *cultura para o desenvolvimento* como estratégia, entende-se na presente investigação que, ainda que todas as dimensões sejam de suma relevância para a proposta - afinal foram escolhidas justamente por serem imprescindíveis nesse processo - quatro delas destacam-se pela sua importância ao discutido até o momento. Tratam-se das dimensões Governança, Economia, Social e Patrimônio.

Conforme Tabela 2, tais dimensões abarcam grande parte das estruturas primordiais para não somente o entendimento, como aplicabilidade e bom desempenho da estratégia de *cultura para o desenvolvimento* em uma localidade. Para tanto, as especificidades metodológicas para a análise de tais dimensão, de acordo com a CDIS (2014), são:

a) Economia

A dimensão Economia trata-se de uma das mais importantes e com metodologia mais detalhada de todas as setes delineadas pela CDIS. Observa-se que, tendo-se em vista todo o papel adquirido pela cultura no desenvolvimento, sobretudo nas últimas décadas, seja pela sua participação na economia mundial, seja por meio da atração turística aos patrimônios culturais, ou pela circulação de bens e serviços relacionados à cultura, como visto, a referida dimensão requer uma atenção especial. Ademais, também se trata de um campo mais discutido e que fornece mais ferramentas de análise, amplamente difundidas no mundo, conforme abordado quanto às economias criativas e da cultural.

Todos esses quesitos viabilizam não somente um maior detalhamento, como também inferem para que a economia detenha importante papel na proposta estratégica de *cultura para o desenvolvimento*. Ainda, a CDIS informa que, sendo vetor de importância ímpar, sobretudo pela sua intersecção com as áreas social e política, assim como a ambiental, é uma dimensão que “fomenta a criatividade assim como o capital social de um país” (CDIS, 2014, p. 20). Por último, considera e foi elaborada em consonância com as diretrizes imputadas pela Declaração do Milênio,²² anteriormente mencionada nesta tese, que tem como um dos objetivos a erradicação da pobreza extrema e da fome, sendo uma das possibilidades, para tanto, empregos, melhor distribuição de renda e melhoria da renda *per capita*.

Tendo em conta o nível de capacidade nas estatísticas culturais e a disponibilidade de dados na maioria dos países de alta, média e baixa renda, a CDIS adota uma política simplificada e pragmática [...]. A elaboração do núcleo dos indicadores da dimensão econômica devem, portanto, ser considerados como um primeiro passo no processo de reforço das capacidades técnicas e sistemas de informação sobre a medição da contribuição da *cultura para o desenvolvimento* em nível nacional, apontando áreas prioritárias de intervenção e os principais potenciais e lacunas que exigem explorações adicionais para a formulação de políticas (CDIS, 2014, p. 21, tradução nossa).

A Tabela 4 lista os indicadores e as categorias da dimensão Economia.

TABELA 4 - Dimensão Economia: resumo do método.

Tipo de indicador	Descritivo e contextual
Objetivo	Examinar a contribuição do setor cultural no desenvolvimento econômico.
Parâmetros	<i>The International Standard Industrial Classification of Economic Activities (ISIC)</i> , <i>The International Standard Classification of Occupations (ISCO)</i> e <i>The Classification of Individual Consumption According to Purpose (COICOP)</i> .

²² Tratam-se de 8 objetivos: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS, 2000). Os objetivos foram estabelecidos em 2000 para que as metas fossem cumpridas até 2015, sendo que em 2015 elas foram revisados e expandidos, a saber: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; igualdade de gênero; água Potável e saneamento; energia limpa e acessível; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; trabalho decente e crescimento econômico; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; e parcerias e meios de implementação (OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR NOSSO MUNDO, 2015).

Categoria	PIB
Propósito	<p>Avaliar a contribuição das atividades culturais centrais e de equipamentos/apoio ao PIB. Pretende fornecer informações sobre a contribuição geral do setor cultural para a economia em um determinado país.</p>
Definições	<ul style="list-style-type: none"> - Bens e serviços culturais: produtos que se distinguem de outros bens e serviços econômicos, pois "abrangem valores artísticos, estéticos, simbólicos e espirituais"; - Domínios culturais centrais: conjuntos comuns de indústrias, atividades e práticas culturalmente produtivas diretamente associadas à criação, produção, distribuição e gozo de conteúdo cultural central, a saber: Patrimônio Cultural e Natural; Performances e Celebrações; Artes visuais; Livros e Imprensa; Mídia audiovisual e interativa; Design e serviços criativos; e Patrimônio Cultural Imaterial (domínio transversal); - Equipamentos de suporte aos domínios centrais: indústrias de apoio, bem como serviços auxiliares que facilitam ou permitem a criação, produção e distribuição de produtos que fazem parte de domínios culturais centrais; - Produção de atividades culturais: atividades que estão sob a responsabilidade de um indivíduo ou grupo de pessoas que transformam insumos (força de trabalho, bens e serviços e capital) em bens e serviços (produtos), e que são remuneradas e se enquadram em um domínio cultural; - Estabelecimentos: unidades estatísticas para medir a produção. Os estabelecimentos estão ativos em apenas um local e concentram-se em uma atividade única ou principal que gera pelo menos metade do valor agregado total, sempre relacionados às atividades culturais.
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> - Contas Nacionais; - Pesquisas comerciais e de serviços; - Pesquisas de pequenos estabelecimentos; - Registros governamentais; - Inquéritos às receitas e despesas das famílias; - Pesquisas de empresas domésticas; - Fontes da força de trabalho; - Pesquisas culturais especiais, registros de artistas, etc.; e - Fontes do setor privado. Por exemplo: pesquisas especiais feitas por guildas ou anunciantes da mídia.
Interpretação dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Este indicador mede apenas a contribuição de atividades culturais e de equipamentos/centrais culturais privados e formais ao PIB e, portanto, os resultados refletem apenas a "ponta do iceberg" da contribuição geral das atividades culturais ao PIB nacional; - Sugere a apresentação, por parte dos governos locais, de dados de demais setores econômicos, de maneira a poder-se compará-los com o desempenho do setor cultural.

Categoria	Empregos
Propósito	Enfocar no papel da cultura como empregadora, de maneira a melhor entender-se seu impacto na economia nacional e desenvolvimento social.
Definições	- Emprego cultural: aquele em que o indivíduo desempenha uma ocupação cultural em estabelecimento engajado ou não com atividades culturais; ou indivíduo que trabalha em estabelecimento engajados com atividades culturais, seja em ocupações relacionadas ou não à cultural.
Fontes	- Censos populacionais; - Pesquisas sobre mão-de-obra e emprego doméstico; - Registros administrativos (por exemplo, registros de seguridade social).
Interpretação dos resultados	- Este indicador mede, por meio de dados qualitativos, como o setor cultural contribui na criação de trabalhos relacionados à cultura; - Permite detalhamento instantâneo e desagregado do emprego nas profissões culturais centrais e de apoio, e fornece algumas indicações básicas da situação de emprego de mulheres e homens neste setor; - Sugere a apresentação, por parte dos governos locais, de dados de empregabilidade em demais setores, com similar nível de contribuição.
Categoria	Renda per capita
Propósito	Verificar potencial demanda, valoração e poder de compra de indivíduos no mercado nacional de atividades, bens e serviços culturais.
Definições	- Despesas com bens culturais: despesas com produtos culturais como livros, ingressos de cinema comercial, apresentações de teatro e entradas pagáveis à museus. Cobre despesas domésticas não apenas em bens e serviços culturais produzidos no país, mas também os importados e comprados no exterior.
Fontes	- Relatórios de receitas e despesas das famílias locais; - Pesquisas e censos da indústria; - Pesquisas de serviço; - Pesquisas de pequenos estabelecimentos.
Interpretação dos resultados	Despesas de consumo final das famílias em atividades, bens e serviços culturais: consistem em todas as compras realizadas por famílias residentes de um país em bens e serviços culturais individuais fornecidos a preços economicamente e não economicamente significativos.

FONTE: CDIS, 2014, p. 19-43, tradução nossa.

b) Governança

A dimensão Governança visa focar nos regulamentos, políticas, medidas, mecanismos institucionais e infraestruturas culturais instituídos pelas autoridades pú-

blicas para estruturar setores culturais dinâmicos, fortalecer processos culturais e proteger e promover a diversidade cultural em todas as suas formas. Dessa forma, pretende fornecer uma visão geral do sistema cultural de um país no que tange à governança e à institucionalidade.

Por conseguinte, a governança do setor cultural deve abranger, por um lado, estruturas de definição de padrões e políticas públicas e, por outro lado, capacidades institucionais e infraestruturas culturais. Logo, todos os quatro indicadores supracitados (Tabela 2) são reconhecidos como indispensáveis para a criação de ambientes favoráveis que permitam à cultura contribuir plenamente para o desenvolvimento humano, oferecendo um respaldo institucionalizado e técnico aos governos locais em prol da *cultura para o desenvolvimento* (CDIS, 2014, p. 64).

Em vista da disponibilidade internacional de dados, os indicadores propostos são principalmente estruturais (refletindo a ratificação e adoção de instrumentos legais, sua incorporação na legislação nacional e a existência de mecanismos institucionais básicos para facilitar a realização de direitos), medindo-se o cumprimento de tratados e princípios acordados internacionalmente e, em menor grau, indicadores de processo (mostrando-se os instrumentos políticos e os esforços envidados de fato para implementar direitos e princípios de cultura e de desenvolvimento acordados internacionalmente) (CDIS, 2014, p. 63, tradução nossa).

A Tabela 5 resume a dimensão Governança em termos de indicadores e categorias.

TABELA 5 - Dimensão Governança: resumo do método.

Tipo de indicador	Estrutural qualitativo
Objetivo	Analisar o comprometimento e a ação de autoridades públicas na formulação e na implementação de diretrizes e regulamentações políticas e institucionais em prol do desenvolvimento de infraestruturas e mecanismos institucionais que visam o desenvolvimento cultural, direitos culturais e promoção e proteção da diversidade.
Parâmetros	- Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos; - Escritório de Assuntos Jurídicos das Nações Unidas; - Bases de dados da UNESCO.
Categoria	<i>Configuração de estrutura padronizada</i>
Propósito	Analisar a estrutura de proteção e promoção da cultura, direitos culturais e diversidade cultural existentes e executadas no país.
Definições	- Estrutura de definição de padrões para a cultura: corpo institucional, legal e regulatório relacionado à cultura do Estado, assim como a

	ratificação de instrumentos internacionais, regionais e bilaterais para tanto.
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> - Contas Nacionais; - Pesquisas comerciais e de serviços; - Pesquisas de pequenos estabelecimentos; - Registros governamentais; - Inquéritos às receitas e despesas das famílias; - Pesquisas de empresas domésticas; - Fontes da força de trabalho; - Pesquisas culturais especiais, registros de artistas, etc.; e - Fontes do setor privado. Por exemplo: pesquisas especiais feitas por guildas ou anunciantes da mídia.
Interpretação dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Níveis internacionais e supranacionais²³: contempla os instrumentos legais ratificados pelo país e adotados, assim como as suas execuções por meio das autoridades públicas, por meio da implementação de medidas que atendam esses princípios (peso de 40% do indicador); - Nível nacional: foco nas diretrizes estruturais que permitam a incorporação e a construção das obrigações previstas pelos acordos supranacionais ratificados (peso de 30% do indicador); - Leis nacionais e regulamentos administrativos internos na esfera cultural, aplicadas por meio de diretrizes e políticas públicas que, de fato, viabilizem ações em prol dos setores e iniciativas culturais (peso de 30% do indicador).
Categoria	<i>Estrutura política e institucional</i>
Propósito	Analisar as prioridades estratégicas para a promoção dos setores culturais e processos de perspectiva de desenvolvimento, além das principais características políticas e administrativas implementadas e se estas são descentralizadas.
Definições	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura política: principais políticas públicas de promoção cultural, setores culturais, criatividade e diversidade cultural, assim como as suas integrações nos planos de desenvolvimento; - Estrutura institucional: mecanismos institucionais que fomentam a criação e operacionalização das políticas públicas culturais.
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> - Leis culturais; - Estrutura governamental.²⁴
Interpretação dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Indicador de 0 a 1, sendo 1 a indicação de otimização máxima da categoria. Quando o valor está abaixo de 1, há especial atenção e comparação com políticas públicas similares em âmbito regional; - Analisa-se a amplitude do sistema político e a implementação de diretrizes;

²³ A CDIS indica quais devem ser os acordos que possivelmente precisam ser ratificados pelo país analisado, os quais são, em grande parte, da UNESCO, assim como da ONU e Organização Mundial da Propriedade Intelectual (CDIS, 2014, p. 65-66).

²⁴ A CDIS indica órgãos, secretarias, departamentos e setores que propiciam uma melhor estrutura político-cultural em órgãos governamentais (CDIS, 2014, p. 68-69).

	<ul style="list-style-type: none"> - Analisa-se o nível de prioridade do setor cultural às autoridades públicas; - Analisa-se a existência coerente de estrutura institucional e administrativa e suas principais características; - Verifica-se a extensão das características culturais na governança cultural e na descentralização dos processos.
Categoria	<i>Infraestrutura</i>
Propósito	Verificar a distribuição da infraestrutura cultural de uso público no país.
Definições	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão administrativa (departamentos, regiões, províncias): número de infraestruturas culturais ativas nas regiões e sua divisão a nível de Estado; - Museus: instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público e que preserve características culturais e históricas, com propósito educacional e interativo; - Livrarias e centros de recursos midiáticos: instituições que detenham coleções e ofereçam à comunidade facilidades para acesso aos diferentes materiais para acesso à informação, pesquisa e educação, fundadas por autoridades públicas; - Exibições dedicadas a performances artísticas: facilidades culturais físicas, específicas para uso cultural e performances públicas teatrais, musicais, dentre outras variedades. A definição inclui desde teatros até anfiteatros.
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> - Registro/diretório/listagem de infraestruturas culturais nacionais, regionais e internacionais no país; - Sistemas nacionais de informação cultural; - Diretórios internos do país.
Interpretação dos resultados	Analisa-se a porcentagem da população total do país para cada divisão administrativa relacionada à cultural, assim como a de distribuição de museus, livrarias e recursos midiáticos e a média relativa de todas as categorias culturais existentes, medindo-se a equidade da sua distribuição entre a população.
Categoria	<i>Sociedade civil na governança</i>
Propósito	Avaliar as oportunidades abertas à participação da sociedade civil, sobretudo das minorias, na formulação e implementação de políticas culturais.
Definições	- Minorias: sob uma perspectiva nacional, seriam as minorias étnicas, culturais, religiosas e de identidade linguísticas, abarcando nômades, imigrantes que sofrem resistência cultural ou religiosa na integração e indígenas.
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> - Participação institucionalizada de representantes das minorias em instâncias de decisão governamentais; - Participação institucionalizada de representantes de setores culturais nas instâncias de decisão governamentais.
Interpretação dos resultados	- Indicador de 0 a 1, sendo 1 a indicação de otimização máxima da categoria. Quando o valor está abaixo de 1, há especial atenção

quanto à participação das minorias nas tomadas de decisões relacionadas à cultura;

- Orienta-se que as duas fontes de dados sejam analisadas em separado para identificar-se as características e peculiaridades dos mecanismos de consulta participativa para os profissionais do setor cultural e das minorias em nível nacional, assim como por regional, município, etc.

FONTE: CDIS, 2014, p. 61-78, tradução nossa.

c) Social

A dimensão Social alicerça todo o embasamento apresentado até o momento frente às duas dimensões anteriores, posto que representa as percepções individuais frente às tomadas de decisões governamentais no que tange às ações políticas culturais que permeiam tanto a inclusão, a qualidade e a equidade das mesmas à população que destas usufrui. Cultura, ainda, é decisiva para o aperfeiçoamento das capacidades humanas, desenvolvendo o capital humano, construindo blocos que possibilitam inclusive, dentre muitas melhorias, o desenvolvimento sustentável (CDIS, 2014, p. 82).

Ainda, a maneira pela qual os indivíduos de uma determinada localidade tomam suas decisões reflete, de acordo com a CDIS, na sua percepção de identidade cultural, discutida fortemente na presente tese, assim como desempenham suas funções em comunidade, seja individual ou coletivamente. De certa maneira, tal definição em muito coaduna-se com a ideia de “expansão das liberdades”, abordada por Sen (1999). Afinal, a percepção do que é oferecido e gerido em uma comunidade reflete sobremaneira no desempenho individual e coletivo, auxiliando no desenvolvimento como um todo, ao entendermos tal conceituação de Sen como parâmetro.

Com base nestas premissas e considerando que é possível se beneficiar e participar na vida cultura, trata-se de um meio de experimentar conexões sociais positivas e de bem-estar, além de ser um direito humano cultural amplamente reconhecido pela comunidade internacional (CDIS, 2014, p. 82, tradução nossa).

A Tabela 6 sintetiza a dimensão Social em tipo de indicador e categoriais.

TABELA 6 - Dimensão Social: resumo do método.

Tipo de indicador	Estrutural qualitativo
Objetivo	<p>Demonstrar como práticas culturais, valores e atitudes influenciam no senso comunitário e individual de inclusão, cooperação e empoderamento, assim como a multiculturalidade influencia na preservação e no progresso do desenvolvimento ambiental e social.</p>
Parâmetros	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa de Valores Mundiais (WVS); - Série Global de Barômetros; - Pesquisa Mundial do Gallup (WP); - Programa Internacional de Pesquisa Social (ISSP); - Inquéritos harmonizados de uso da hora na Europa; - Estatísticas da União Europeia sobre rendimento e condições de vida (EU-SILC).
Categoria	<i>Participação</i>
Propósito	<p>Analisar os níveis de participação cultural de maneira a se acessar os níveis de vitalidade cultural e engajamento social em atividades culturais e potenciais divisões ou exclusões em meio a sociedade.</p>
Definições	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas culturais: <i>home-based</i> seriam aquelas que se referem à quantidade de tempo dispendida pelas famílias assistindo TV ou ouvindo no rádio, assim como usando o computador e a internet; <i>going-out</i> inclui-se visitas a espaços culturais, cinemas, teatros, sítios patrimoniados etc.; e <i>identity-building</i> cobre práticas culturais, cultura popular, étnica e comunitária; - Participação cultural: inclui práticas culturais que envolvam a consumo de atividades desenvolvidas em meio à comunidade, refletindo a qualidade de vida, tradições e crenças.
Fontes	<ul style="list-style-type: none"> - Dados oficiais de pesquisa nacional (por exemplo, pesquisas sobre participação cultural, pesquisas com usuários temporais) que contemplem: atendimento a filmes/cinema/festivais de cinema; Atendimento ao teatro ou a um show de dança; atendimento a apresentações musicais ao vivo; atendimento a parques históricos/culturais ou patrimônios históricos; atendimento a museus, galerias de arte ou exposições de artesanato; participação em festivais nacionais ou locais; participação em celebrações comunitárias de eventos culturais/históricos; e participação em ritos/eventos/cerimônias comunitárias.
Interpretação dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Análise primária dos dados de participação em atividades culturais <i>going-out</i> e <i>identity-building</i>, pois isso oferecerá uma propositura da vitalidade cultural naquela localidade em específico, assim como o engajamento sociocultural, potenciais divisões e exclusões na sociedade e a definição dos espaços culturais de maior interação da população local; - Sugere-se a comparação desses dados com as dimensões de Economia e Governança.

Categoria	<i>Construção de identidade participativa</i>
Propósito	Avaliar o grau de tolerância e abertura à diversidade, provendo o nível de interconectividade da sociedade.
Fontes	- Pesquisa de Valores Mundiais (WVS); - Pesquisas Nacionais Oficiais; - Pesquisas Regionais.
Interpretação dos resultados	- Indicador de 0 a 1, sendo 1 a indicação de otimização máxima da categoria. Quando o valor está abaixo de 1, há especial atenção quanto à confiança dos indivíduos quanto à outras culturas; - Quanto maior o valor desse indicador, melhor representação do sistema de valores culturais locais, demonstrando o respeito à diferença e à diversidade, fomento à tolerância e reciprocidade e respeito mútuo.
Categoria	<i>Confiança intercultural e interpessoal</i>
Propósito	Avaliar o nível de confiança e senso de solidariedade e cooperação na sociedade.
Fontes	- Pesquisas nacionais; - Pesquisas regionais; - Barômetro: a maioria das pessoas pode ser confiável (Q024); - Barômetro afro: a maioria das pessoas pode ser confiável ou confiar em outras (nacionalidades); - Pesquisa de Valores Mundiais (WVS); - Pesquisa Mundial Gallup (GPW).
Interpretação dos resultados	Quanto mais próximo o resultado de 100%, maior o nível de confiança interpessoal e sentimento de cooperação e conseqüentemente eleva-se o nível de capital social; - Sugere-se análise comparativa com todas as categorias da dimensão Social.
Categoria	<i>Autodeterminação</i>
Propósito	Focar na porcentagem de pessoal que acreditam estarem com controle sobre suas vidas, demonstrando o direito dos indivíduos à autodeterminação, e escolha dos modos de vida de acordo com seus valores e crenças.
Fontes	- Pesquisas oficiais nacionais com perguntas relacionadas à liberdade de autodeterminação; - Pesquisa de Valores Mundiais (WVS); - Pesquisas regionais com perguntas relacionadas à liberdade de autodeterminação, como o Latinobarômetro.
Interpretação dos resultados	- Indicador de 0 a 1, sendo 1 a indicação de otimização máxima da categoria. Quando o valor está abaixo de 1 há especial atenção quanto à participação das minorias nas tomadas de decisões relacionadas à cultura; - O resultado próximo ao ideal ilustrará que uma determinada sociedade fornece um contexto político, econômico, social e cultural favorável ao bem-estar individual e à satisfação com a vida e construção de valores, normas e crenças comuns que conseguem

	capacitar os cidadãos a viver a vida que valorizam e orientar o seu desenvolvimento.
Propósito	Focar na porcentagem de pessoal que acreditam estarem com controle sobre suas vidas, demonstrando o direito dos indivíduos à autodeterminação, e escolha dos modos de vida de acordo com seus valores e crenças.

FONTE: CDIS, 2014, p. 81-99, tradução nossa.

d) Patrimônio

Patrimônios culturais, como amplamente discutido ao longo da presente investigação, são de suma relevância tanto para a cultura quanto para a economia local. Não somente desenvolvem a economia como também são marcos simbólicos culturais imprescindíveis para a preservação identitária de uma sociedade (CDIS, 2014, p. 130).

Assim, igualmente às demais dimensões, sua metodologia requer uma atenção especial no que tange aos mecanismos de análise oferecidos.

A noção de patrimônio é importante para a cultura e o desenvolvimento, na medida em que constitui o "capital cultural" das sociedades contemporâneas. Contribui para a revalorização contínua de culturas e identidades e é um veículo importante para a transmissão de conhecimentos, habilidades e conhecimentos entre gerações. Também fornece inspiração para criatividade e inovação, que resultam em produtos culturais contemporâneos e futuros. O patrimônio cultural possui o potencial de promover o acesso e o gozo da diversidade cultural. Também pode enriquecer capital, moldando um sentimento individual e coletivo de pertencimento, o que ajuda a apoiar as questões sociais e territoriais. Além disso, o patrimônio cultural adquire grande significado econômico para o setor de turismo em muitos países, ao mesmo tempo em que gera novos desafios para sua conservação (Ibidem, p. 130).

A Tabela 7 sintetiza os indicadores e as categorias da dimensão Patrimônio.

TABELA 7 - Dimensão Patrimônio: resumo do método.

Tipo de indicador	Estrutural qualitativo
Objetivo	Abordar o grau de comprometimento e ação das autoridades públicas na formulação e implementação de uma estrutura multidimensional para a proteção, salvaguarda e promoção da sustentabilidade do patrimônio.
Parâmetros	- Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO;

	<ul style="list-style-type: none"> - Listas provisórias do patrimônio mundial da UNESCO; - Lista representativa da UNESCO do patrimônio cultural imaterial da humanidade; - Lista da UNESCO como Patrimônio Mundial em Perigo; - Lista de patrimônio imaterial da UNESCO que precisa de salvaguarda urgente; - Lista de registros nacionais e internacionais do patrimônio sub-aquático.
Categoria	<i>Sustentabilidade</i>
Propósito	Analisar a estrutura de proteção e de promoção da cultura, direitos culturais e diversidade cultural existentes e executadas no país.
Definições	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de gerenciamento do patrimônio: refere-se a um documento que define os aspectos significativos do patrimônio de um local ou site e detalha as políticas apropriadas para gerenciá-lo, a fim de que seus valores sejam retidos para uso futuro e apreciação; - Centro de documentação do patrimônio: refere-se às instituições públicas ou privadas que coletam, processam, codificam, armazenam e disseminam conhecimentos, informações e descobertas relacionados ao patrimônio, utilizando várias técnicas para fornecer às informações documentais o máximo de acessibilidade e usabilidade.
Interpretação dos resultados	- Indicador de 0 a 1, sendo 1 a indicação de otimização máxima da categoria. Quando o valor está abaixo de 1, há especial atenção quanto ao método de registros dos patrimônios, proteção, salvaguarda e gerenciamento.

FONTE: CDIS, 2014, p. 130-138, tradução nossa.

No quarto capítulo, buscar-se-á expor e analisar os resultados de dois estudos de caso aplicado à metodologia CDIS e seus desdobramentos.

4

ANÁLISES PRÁTICAS DE CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Ao longo da presente tese, observou-se que o período que tem início na metade do século XX e se estende aos dias atuais apresenta, dentre seus processos distintivos, a ocorrência de um intenso movimento de institucionalização da cultura no campo governamental, o que coaduna com as iniciativas da UNESCO nesse tempo - ou melhor dizendo, reflete sobremaneira a importância da instituição nessa seara, tendo-se em vista todas as suas contribuições nesse contexto ao longo das décadas. Dentre elas, como abordado, ressaltam-se as que vinculam cultura e desenvolvimento como propostas de políticas governamentais estratégicas.

Afinal, sendo para a UNESCO cultura um valor universal excepcional, patrimônio comum da humanidade e, ao mesmo tempo, sua associação com desenvolvimento, uma forma de preservação, conservação e enaltecimento de identidades culturais caras às sociedades, sua junção acaba por tratar-se de um contraponto ao desenvolvimento social, econômico e humano de maneira sustentável, e que, por conseguinte, estimula a criatividade, as indústrias culturais e a preservação de patrimônios culturais em todas suas formas, como ferramenta única de entendimento mútuo e incentivo de extrema relevância à novas oportunidades de cooperação e de desenvolvimento nacional e internacional (UNESCO, 2010).

Em alguns documentos da organização é citado o termo *cultura para o desenvolvimento*, como no suprarreferido relatório *The power of Culture for Development* e a metodologia *Culture for Development Indicators Suite* (CDIS), ambos apresentados no terceiro capítulo. Não obstante, em nenhum deles observa-se a utilização de *cultura para o desenvolvimento* como conceito. Buscar-se fazê-lo nesta tese *vis-à-vis* o trabalho desenvolvido pela UNESCO, como predito em seu início.

Adicionalmente, propõem-se uma análise histórica e analítica das propostas desenvolvidas e empregadas por países latino-americanos ao longo das últimas décadas, culminando-se nos dados quantitativos e qualitativos levantados pela metodologia CDIS. Em síntese, neste último capítulo, sob essa perspectiva, buscar-se-á

realizar revisão das propostas governamentais de casos do continente latino-americano, condicionada pelos resultados elucidados por meio da metodologia CDIS da UNESCO e de como esta avalia cada caso.

4.1 Panoramas históricos de políticas culturais para o desenvolvimento em países da América Latina

Quando da elaboração da CDIS pela UNESCO em 2009, o intuito era o de criar-se evidências que tanto quantificassem quanto qualificassem o papel da cultura como abordagem em estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento, assim como o seu fomento e a criação de políticas que melhor envolvam a cultura nesse contexto (CDIS, 2014). Tratar-se-ia de um modo pelo qual os governos poderiam visualizar a participação da cultura no desenvolvimento local, viabilizando-se a identificação de problemas, de necessidades e de modos de melhorias por meio da referida associação.

Em um contexto globalizado, o papel da cultura é uma preocupação particular, posto, como visto, que contribui para o desenvolvimento direta ou indiretamente, ao passo que, não se limitando a uma perspectiva exclusivamente artística, econômica ou social, detém importante papel como projeto de Estado, sobretudo no contexto contemporâneo e devido à sua amplitude e inserção (BRANT, 2009, p. 13). Conforme abordado por Isabel Botelho (2016, p. 20), embora as dimensões culturais antropológica e sociológica sejam igualmente importantes e fundamentais para o entendimento do que tem sido estudado até o momento na tese, uma vez que cada uma delas “tem determinado o tipo de investimento governamental em diversos países, alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura, outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação” (Ibidem, p. 20-21), conforme apresentado no primeiro capítulo, do ponto de vista do papel da cultura no desenvolvimento como estratégia e política pública, a proposta de *cultura para o desenvolvimento* não somente abarca ambas dimensões, como ainda exige análise diferenciada para seu melhor entendimento.

Afinal, tendo-se em vista suas características estruturais mais amplas, as perspectivas devem ser objeto de responsabilidade compartilhada dentro do aparato governamental. É dizer que, ainda que país realizem políticas culturais efetivas e de notória consecução, não necessariamente cultura é vista como estratégia de

desenvolvimento sob uma perspectiva ampla, observando, analisando e utilizando-se todas as possíveis vertentes por esta permeadas, assim como dados e possibilidades advindas de sua utilização como projeto político.

Ao realizar-se a conexão com o conteúdo apresentado nos capítulos anteriores, emerge-se mais profundamente nas nuances que a cultura apresenta e que podem vir a se configurar no âmbito governamental. Como dito, partindo-se da dimensão antropológica, a fim de que a cultura sofra alguma influência política ou interfira no desenvolvimento local da sociedade, é necessária a efetuação de medidas socioeconômicas que interfiram “no estilo e na qualidade de vida de cada um” (BRUNNER, 1992, p. 19, tradução nossa); em outras palavras, mudanças políticas estruturais que modifiquem hábitos, costumes e tradições, tratam-se de processos que pode levar décadas.

Partindo-se de sua dimensão sociológica, por sua vez, tratar-se-ia da vertente da cultura que trata do circuito institucional em que atua. Nesse caso, mudanças políticas estruturais inferem diretamente na produção de sentidos, utilizando-se linguagens específicas. Políticas atuam assim como vetores de demandas institucionais, políticas e econômicas, tornando-as visíveis e palpáveis aos indivíduos demandantes. Tal dimensão da cultura “é composta por circuitos organizacionais variados e complexos, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso, já que é menos palpável” (BOTELHO, 2016, p. 22).

Destarte, a dimensão sociológica de cultura se aproxima do conceito que conhecemos como civilização, pois cria toda uma estrutura na qual a cultura em si pode ser estabelecida e desenvolvida coletivamente. Inclui-se nessa análise, sob a perspectiva governamental, toda e qualquer política que justamente viabiliza o desenvolvimento da - e pela - cultura na sociedade, seja por meio de investimentos nas indústrias criativas e culturais, infraestruturas e instituições culturais, fomento do turismo cultural ou de meios culturais de subsistência em pequenas localidades ou, ainda, grandes polos turísticos da qual a população local dependa (UNESCO, 2016).

Toda e qualquer iniciativa de política cultural, seja em nível nacional ou inclusive local, sob a égide de uma organização internacional como a UNESCO, visa não somente o atendimento das demandas das sociedades locais como também seu desenvolvimento e sua preservação cultural *vis a vis* a dimensão antropológica de cultura. A fusão dessas duas noções refere-se a algo muito mais lapidado, que contempla realizações materiais, modos de fazer e de ser de um povo, ou seja, sua

identidade. Conforme já visto, segundo Canclini (2003, p. 35) a base do conceito de política cultural é o da ação articulada entre o Estado e a sociedade como um todo - nas suas frações organizadas ou não. Ou seja, a premissa é a de que uma política cultural, por essência, deveria ser construída de forma participativa e interligada.

Questões de democracia e de identidade nacional não se reduzem à defesa do popular entendido como o lugar do valor e da autenticidade. O que está em jogo é a circulação das várias formas de expressão e conhecimento, o uso de linguagens diversificadas e a promoção de formas de cultura que propiciem avanços tanto na arte quanto na qualidade de vida (BOTELHO, 2016, p. 26).

No contexto latino-americano, a elaboração de políticas culturais, em parte, tem a contribuição da sociedade civil, mas não é possível aferir que tenha sido sempre assim. Conforme explorado por Lia Calabre (2017, p. 325), o continente foi perpassado por governos autoritários e democráticos os quais, à sua maneira, lidaram diferentemente com a questão cultural. De maneira a configurar-se políticas que, de fato, sejam condizentes com a realidade local e benéficas à sociedade, requer-se esforço articulado entre governos e sociedades, pois o bom desempenho da *cultura para o desenvolvimento* dificilmente seria possível sem políticas para tanto, sobretudo quando se entende que sua realização visa o combate a barreiras de ordem social, simbólica e econômica com o propósito de um desenvolvimento sustentável.

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS, 1948, Art. 22).

Partindo-se dessas definições e entendimentos, e sendo cultura intrínseca a uma sociedade, permeando todos os aspectos que a conformam e a desenvolvem, a UNESCO entende que cultura consequentemente constitui o ambiente no qual o desenvolvimento ocorre, conforme apresentado no segundo capítulo. Na busca pela convergência entre os conceitos de cultura e de desenvolvimento, em forma de estratégias governamentais, a organização propõe estabelecer parâmetro a fim de que seus atores a integrem em políticas e estratégias locais; e, por conseguinte, construam capacidades em âmbito nacional. Afinal, de acordo com a UNESCO, cultura por meio da associação de suas dimensões antropológica e sociológica,

alçada como plano de governo, pode criar condições que facilitem progresso social e econômico, e conseqüentemente torna-se facilitadora do desenvolvimento (CDIS, 2014).

Sob tal perspectiva e baseado em todo o conteúdo analisado na presente tese, entende-se que ***Cultura para o Desenvolvimento*** é conceituada como plano estratégico de incentivo e viabilização de mecanismos que fomentam diferentes setores culturais, ao passo que preserva as culturas de sociedades detentoras de relevantes arcabouços simbólicos, possibilitando-se assim o desenvolvimento social e econômico local ou nacional por meio de sua associação, alicerçada por uma governança adequada e condizente com tal propósito. Trata-se de uma conceituação ampla, repleta de significações e aplicabilidades, a depender do contexto que se analisa. À vista disso, um dos modos de mensuração da junção de interligação e eficiência seria, em princípio, a metodologia apresentada pela CDIS.

[...] o papel da cultura no desenvolvimento vai além disso. O setor cultural faz uma contribuição direta, por si só, ao crescimento econômico e à melhoria social. As indústrias culturais e criativas, por exemplo, geram renda, emprego e outros benefícios econômicos, ao mesmo tempo em que oferecem uma avenida à realização cultural, tanto nacional como localmente. Desta e de muitas outras maneiras, a cultura pode ser interpretada não apenas como facilitadora, mas também como impulsionadora dos processos de desenvolvimento (CDIS, 2014, p. 9, tradução nossa).

Com base na conceituação proposta, ao analisar-se o contexto latino-americano, nota-se que o processo de institucionalização da cultura no continente, de maneira geral, não é absolutamente tardio. Iniciou-se mais oficialmente nos primórdios dos anos 1960, o que de certa maneira coincide com todo o processo engendrado mundialmente após o final de Segunda Guerra e com a criação da UNESCO em 1945 (STELOWSKA, 2015).

Processos paralelos e muitas vezes isolados foram promovidos nos países. De forma heterogênea, a história do continente enriquece o pensamento com histórias locais. Histórias estas, distintas, que abrangem diversidade política, sobretudo no que tange a regimes militares e às propostas de industrialização e de desenvolvimento econômico concebidas pela CEPAL ou localmente pelos respectivos governos. Os países latino-americanos passaram assim, pouco a pouco, a discutir cultura de forma a entendê-la como parâmetro de política pública e de gestão (CANCLINI, 2003).

As denominadas políticas culturais, tais como conceituadas pela UNESCO, tratam-se de políticas e de medidas que tenham como foco a cultura “ou cuja finalidade seja exercer efeito direto sobre as expressões culturais de indivíduos, grupos ou sociedades, incluindo-se criação, produção, difusão e distribuição de atividades, bens e serviços culturais, e o acesso aos mesmos” (CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS. UNESCO, 2005, p. 6).

Ao entendê-la como política aplicada por meio da atuação do Estado e dos governos, em detrimento das disputas políticas entre os diversos agentes do campo cultural no estabelecimento de suas normas, depara-se com outro conceito dentro da literatura - a distinção entre o que se considera políticas culturais (*cultural policy*), previamente discutidas na presente tese, e políticas de cultura (*cultural politics*). Abre-se parênteses para uma breve discussão dos termos.

Políticas de cultura são atinentes às disputas de poder em torno dos valores simbólicos existentes entre diferentes grupos que conformam a sociedade. Tratam-se de políticas referentes a confrontos de ideias, disputas institucionais e das relações de poder na produção, na circulação e na distribuição de bens culturais. Ainda que se tratem de conceitos distintos, eles são interdependentes. Em resumo, enquanto **Políticas de Cultura** estão relacionados às disputas de poder em torno de valores culturais dentro de determinada sociedade, **Políticas Culturais** tratam-se de políticas públicas voltadas à cultura e implementadas por um governo (MCGUIGAN, 1996). Concentrara-se nestas últimas.

Na América Latina, políticas públicas culturais têm respondido ao desafio de funcionar, no contexto globalizado, como contraponto ao mercado. Os governos atuam nas indústrias culturais, setor privilegiado do mercado simbólico, e buscam por iniciativas que fortaleçam as respectivas identidades culturais locais fomentar diferentes áreas de atuação e de coexistência da *Cultura para o Desenvolvimento* (vide Ilustração 6).

Conforme abordado por Marcel Mauss (2003), entende-se, nesta tese, que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação, sendo o simbolismo fundamental para a vida social - vide discussão realizada no primeiro capítulo. Para além das modalidades de trocas nas sociedades arcaicas, e de muitas delas persistirem nas atuais, Mauss argumenta que, na análise da economia da cultura nas sociedades, deve-se incluir não só a cultura, mas todos os fenômenos humanos de

natureza econômica, política, religiosa, dentre outros, sem haver nenhuma hierarquia prévia que justifique uma economia natural que preceda os demais fenômenos sociais. Conclui, ainda, que a natureza desses bens produzidos pelos membros das comunidades não se afigura apenas material, mas também, e sobretudo, simbólica (MAUSS, 2003).

Partindo-se desse pressuposto, com forte presença também no campo do patrimônio histórico material ou imaterial da cultura popular e de expressões artísticas, talvez as políticas culturais latino-americanas quase não se voltem para os meios mais amplos de divulgação, como os televisivos ou por meio da internet, meios estes de suma relevância na formação de identidades nacionais na era globalizada (BARBALHO, 2011, p. 33). É dizer que muitas das manifestações culturais, ainda que sob efeitos da globalização, continuam existindo apenas localmente, enraizados e preservados, sem distribuição em grande escala.

De relação tênue com os setores que convergem com indústrias culturais, decorrentes em grande parte das oscilações políticas ao longo das décadas ou da influência de culturas externas, houve pouco incentivo governamental no fomento de iniciativas culturais, ficando-as restringidas às chamadas “expressões da cultura erudita e das expressões artísticas de vanguarda que necessitam das benesses governamentais para poderem existir” (Ibidem, p. 31). Contudo, conforme apresentado no terceiro capítulo, ainda assim o setor cultural no continente apresenta expressiva participação no PIB da região, sendo de extrema relevância a determinadas localidades e aos governos locais. Não se quer dizer que toda e qualquer atividade cultural deve ser apropriada pelas indústrias criativas para promoção do desenvolvimento econômico *per se*, mas vale a reflexão sobre como estas estão sendo preservadas e se o acesso e participação é facilitado à toda a sociedade local, ao entendermos o desenvolvimento de maneira mais ampla, como discutido ao longo da investigação.

Portanto, o desafio seria a transposição da concepção à elaboração e execução de políticas culturais, aproveitando-se oportunidades já existentes culturalmente nesses países, enaltecendo-se o simbolismo ao passo que auxilia no fomento do desenvolvimento local - desenvolvimento este social, econômico, natural; sustentável. Como defende Canclini (1987), são as organizações populares e seus movimentos que podem estimular e socializar os meios de produção cultural e apropriar-se criticamente do melhor deles em prol da boa consecução de seus objetivos locais e

nacionais, disseminando-se a cultura e enaltecendo-se sua identidade (CANCLINI, 1987, p. 48).

Manuel Antonio Garretón foi um dos estudiosos que apresentou algumas hipóteses sobre o papel da cultura na América Latina da contemporaneidade. Garretón diz que a dimensão cultural do continente é determinante para a conformação de um bloco latino-americano que, unido, conseqüentemente teria mais forças para participar do mundo globalizado e, frente a tal cenário, a América Latina seria um dos espaços culturais mais relevantes ao contexto mundial, tendo-se em vista sua diversidade. Por sua vez, argumenta que para a obtenção de melhores resultados seria necessária a transposição das comunidades nacionais frente ao contexto globalizado, com esforços governamentais para a minimização da exclusão social, bem como a maior motivação dos governantes na construção do espaço cultural identitário latino-americano, conformado por suas identidades, patrimônio, educação, ciência, tecnologia e indústrias culturais (GARRETÓN, 2008, p. 45-48).

Frente a tal cenário, as métricas elaboradas pela UNESCO na análise da *Cultura para o Desenvolvimento* podem ser absorvidas e adequadas às realidades locais no intuito de incentivar-se e aprimorar-se um crescimento desse importante segmento nos países do continente, que passou a receber maior notoriedade no século XXI, mas que ainda assim requer maior dinamismo.

4.2 A escolha dos países: análises comparativas de *Cultura para o Desenvolvimento*

Frente à diversidade latino-americana, a seleção de análises práticas de possibilidades que enveredem cultura e desenvolvimento não se faz algo simples. Dessa forma, a possibilidade encontrada na presente tese foi a de efetuar-se um levantamento dos países que mais apresentem patrimônios culturais materiais e imateriais e Cidades Criativas consagradas pela UNESCO, ou seja, um maior escopo cultural previamente considerado e avalizado pela organização, juntamente com os estudos analíticos, a partir de 2009, desenvolvidos pela metodologia CDIS.

Dentre os doze países mundialmente analisados pela metodologia CDIS em

sua primeira fase,²⁵ entre 2009 a 2013, cinco foram países latino-americanos: Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru e Uruguai. Posteriormente, o México também concorda em participar dos estudos, contudo a análise dos dados ainda não fora disponibilizada ao público ou nas plataformas da UNESCO.

A participação dos cinco países selecionados justifica-se pela grande contribuição aos estudos latino-americanos sob o âmbito da UNESCO, tendo-se em vista que, sob sua óptica, se tratam dos mais ativos no que tange às políticas culturais no continente - bem como Argentina, Brasil e México (CDIS, 2014).

Conforme analisado nos segundo e terceiro capítulos, a UNESCO ao longo de muitas décadas, fora direcionada aos objetivos fundamentais do desenvolvimento sustentável. Contudo, está-se trabalhando com países com contextos históricos de desenvolvimento particulares, envolvidos em traços coloniais que, em muito, contribuíram para o formato de desenvolvimento presente na região latino-americana, assim como para sua cultura local, conforme argumentado pelos pesquisadores Acemoğlu, Johnson e Robinson (2005, p. 401) e Bahbha (1994).

Sob a perspectiva dos pesquisadores, que em muito corrobora com a afirmação de que, ainda que exista uma métrica que avalie *Cultura para o Desenvolvimento*, cada caso deve ser analisado de acordo com sua realidade local, especificidades culturais que podem contribuir para o desenvolvimento de uma determinada localidade - mesma linha utilizada por Weber ao mencionar que a industrialização na Europa Ocidental foi delineada pelo Protestantismo e pelo Calvinismo (WEBER, 1930/2012).

Logo, ao pensar-se em *Cultura para o Desenvolvimento*, dentre todas as possibilidades inerentes à cultura de determinada região, tanto as Cidades Criativas como a preservação cultural e a atração turística relacionada aos Patrimônios Culturais materiais e imateriais da Humanidade, reconhecidos pela UNESCO, tratam-se de parâmetros para a análise da relação entre ambos os conceitos em determinado país ou certa região, sempre tendo-se em vista a diversidade inerente da localidade e os efeitos históricos decorrentes de determinadas políticas, sobretudo por contemplarem todo um arcabouço simbólico de variegadas sociedades, construindo-se a identidade que será apropriada por diferentes categorias de indústrias criativas e políticas culturais (UNESCO, 2003).

²⁵ Os países analisados pela CDIS em sua primeira fase (2009 a 2011), foram: Bósnia e Herzegovina, Colômbia, Costa Rica, Gana, Uruguai e Vietnã. Na segunda fase (2011 a 2013/2014), foram: Burquina Faso, Camboja, Equador, Namíbia, Peru e Suíça (CDIS, 2014, p. 15).

Na Tabela 8 apresenta-se a participação dos países supracitados e eleitos pela UNESCO para análise pela metodologia CDIS, expondo-se a contribuição e a contabilização de todas os patrimônios e as iniciativas culturais consideradas nos respectivos países e apresentadas à UNESCO, para então o recebimento dos títulos imputados pela organização.

TABELA 8 - Participação dos países latino-americanos da CDIS nas propostas elaboradas pela UNESCO em sua primeira fase.

Países	Patrimônios culturais*	Patrimônios materiais**	Patrimônios imateriais	Cidades Criativas	TOTAL
<i>Colômbia</i>	9	7	11	5	33
<i>Costa Rica</i>	4	1	1	1	7
<i>Equador</i>	5	3	3	3	14
<i>Peru</i>	12	10	11	1	34
<i>Uruguai</i>	2	2	1	1	6

(*) Inclui-se patrimônios naturais e históricos (materiais).

(**) Extraídos dos patrimônios culturais.

FONTES: UNESCO Intangible cultural heritage, 2020; World Heritage Convention, 2020; UNESCO Creative Cities Network, 2020. Elaboração nossa.

Ainda, ao confrontar-se os dados, observa-se que além dos parâmetros da UNESCO de *Cultura para o Desenvolvimento*, uma maneira de medir-se o desenvolvimento local seria por meio do IDH, como citado no terceiro capítulo da tese, posto que assim vislumbrar-se-ia não somente o PIB *per capita*, que considera a dimensão econômica do desenvolvimento, como também uma medida geral de desenvolvimento humano, de um índice já consagrado e que prevalece como o mais utilizado no mundo para avaliação da qualidade de vida da população (PNUD, 2019). Apresenta-se abaixo a Tabela 9, na qual é possível verificar-se o crescimento ascendente do IDH²⁶ de todos os países latino-americanos estudados pela CDIS.

²⁶ Publicado pela primeira vez em 1990, o índice é calculado anualmente. Desde 2010, é recalculado devido ao movimento de entrada e saída de países e às adaptações metodológicas, o que possibilita uma análise de tendências. Sob essa perspectiva, os países são analisados e enquadrados nas seguintes categorias: IDH baixo: países que apresentam IDH abaixo de 0,500; IDH médio: países com IDH entre 0,500 a 0,799; IDH alto: países com IDH entre 0,800 a 0,899; e IDH muito alto: países com IDH igual ou acima de 0,900 (PNUD, 2019).

TABELA 9 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países latino-americanos participantes da CDIS, entre os anos de 2009 e 2013.

Países CDIS	2009	2010	2011	2012	2013
<i>Colômbia</i>	0,729	0,735	0,736	0,746	0,750
<i>Costa Rica</i>	0,751	0,754	0,768	0,774	0,777
<i>Equador</i>	0,716	0,742	0,740	0,751	0,750
<i>Peru</i>	0,721	0,734	0,734	0,742	0,752
<i>Uruguai</i>	0,774	0,783	0,788	0,797	0,800

FONTE: PNUD Human Development Index (HDI), 2020, Elaboração nossa.

Sob essa perspectiva, os países são analisados e enquadrados na categoria de IDH médio, demonstrando relativa estabilidade, sendo o Uruguai, em 2013, enquadrado na categoria de IDH alto. Com base na participação destes países latino-americanos da CDIS nas propostas elaboradas pela UNESCO, assim como na estabilidade do crescimento/evolução correlativos do IDH de 2009 a 2013, iremos analisar, na presente tese, os casos e dados da Colômbia e do Peru.

4.2.1 Colômbia: uma breve reflexão histórica

Como apresentado, ainda que após o término da Segunda Guerra Mundial, diferentes estratégias e políticas tenham sido implementadas, ao redor do mundo e sobretudo em países em desenvolvimento, na América Latina políticas culturais começaram a ser oficialmente implementadas nos primórdios dos anos 1960. Contudo, todo esse processo histórico teve raízes nas décadas de 1920 e 1930, momento de fortalecimento e modernização dos Estados nacionais na América Latina, no qual cultura e educação foram objetos de políticas governamentais por muitos de seus governantes (CALABRE, 2017, p. 323).

As então novas repúblicas latino-americanas, em meio a importantes movimentos culturais e educacionais ocorridos desde o final do século XX - movimentos literários, universitários e artísticos, como a Semana de Arte Moderna realizada na

cidade de São Paulo, Brasil, em 1922 - viabilizaram um fortalecimento das categorias culturais na região, revigorando a temática e sua importância no âmbito regional. Inclui-se, por exemplo, a adoção de um modelo de diplomacia cultural por parte de alguns países, como o Brasil, de cooperação e de aproximação por meio de estratégias de políticas externas com intercâmbio e incentivo cultural de artistas brasileiros com artistas de demais países latino-americanos (NEPOMUCENO, 2015). Os desdobramentos dessas importantes iniciativas, isoladas ou regionalmente elaboradas, passaram, pouco a pouco, a demandar melhor estruturação e institucionalização.

A Colômbia, um dos poucos países latino-americanos que não vivenciou um regime ditatorial duradouro nas décadas subsequentes, ainda que tenha sofrido a pressão interna e de todo um continente cuja situação política se modificava brusca-mente, teve um importante marco nas políticas culturais com a fundação da Biblioteca Nacional, em 1777, a mais antiga das Américas, e a fundação do Museu Nacional, em 1824 (Ibidem, p. 18).

O mesmo ocorreu a partir dos anos 1930, década em que tais transformações educacionais e culturais foram fortemente conduzidas pelo Estado, resultantes da conclusão do período denominado República Conservadora (1886-1930) - que abarcou a guerra civil denominada Guerra dos Mil Dias (1899-1902) e a separação do Panamá na virada do século (1903), sob a presidência personalista de Rafael Reyes Prieto (1904-1909). A república conservadora colombiana, além de refletir processos socioeconômicos e políticos relevantes à história do país, representou processos culturais distintivos no que tange à percepção do Estado frente à sua cultura local, que de certa maneira estava em consonância com as demais iniciativas na maior parte do continente, cujos países também buscavam por esse resgate identitário (BRAVO, 2009).

Do final do século XIX ao início do século XX, ao tratar-se de cultura sob uma perspectiva institucional, esta era “concebida como um instrumento educacional para civilizar um povo inculto” (GUTIERRÉZ, 2016, p. 43). Portanto, pode-se dizer que suas primeiras políticas eram envoltas sob uma perspectiva educacional, com forte apelo social. Desde a criação, em 1870, da Secretaria de Instrução Pública, trouxe-se a ideia de civilizar a população colombiana, sobretudo a parcela considerada indígena e mestiça, por meio de um projeto educacional que refletia fortemente as políticas adotadas em diferentes países do continente à época (BRAVO, 2009).

Na década de 1930, assim como em um bom número de países latino-americanos, tentava-se enterrar os últimos elementos da herança colonial por meio do desenvolvimento de visões nacionalistas nas quais se reivindicava a tradição indígena (GUTIERRÉZ, 2016, p. 44).

Inicia-se então a denominada República Liberal (1930-1946), em que se destaca o processo de modernização estatal e a tentativa de minimizar-se a herança colonial por meio do desenvolvimento de visões nacionalistas nas quais se reivindicava a tradição indígena (DUARTE, 2005). Retoma-se assim o processo identitário abordado no primeiro capítulo e substancial para a discussão do papel da cultura na sociedade. Na Colômbia, tal visão refletiu-se na revalorização de seu passado indígena.

Na Colômbia, Maria Elena Bravo argumenta que a década de 1930 viabilizou as transformações no campo da educação, da cultura e da modernização nas práticas de gestão do Estado. Foi neste período que houve a reestruturação da Biblioteca Nacional e a incorporação das aldeias ao processo educativo e cultural. Ainda, a pesquisadora diz que é quando da criação da Escola Normal Superior, em 1936, que se forma a primeira geração de cientistas sociais na Colômbia (BRAVO, 2009, p. 45). Tal Escola, por meio de suas pesquisas de caráter histórico e de trabalhos de campo de diversos tipos, difundiu a melhor percepção do país quanto ao patrimônio cultural legado pelas populações pré-colombianas distribuídas por todo seu território. Sob esse aspecto, as políticas culturais evoluíram na direção de incluir-se a preservação e a difusão desse patrimônio, material ou imaterial, contribuindo sobremaneira para o fortalecimento e a reconstrução da identidade nacional (GUTIERRÉZ, 2016, p. 44).

Com a polarização do movimento político entre conservadores e liberais, há, em 1946, o retorno do conservadorismo autoritário, iniciando-se o período ditatorial de quatro anos findado pela Frente Nacional em 1958, a qual representou um acordo político de alternância de poder entre liberais e conservadores. Nesse ínterim, foi criado o Instituto Colombiano de Cultura (COLCULTURA), em 1968, órgão ligado ao Ministério da Educação que deveria, de alguma forma, reunir outros órgãos vinculados ao campo da cultura que se encontravam dispersos em meio ao bipartidarismo, impulsionando-se assim a criação de políticas culturais. O *Colcultura* teve uma importância tão relevante para o legado das políticas culturais no país que foi um dos

processos incentivadores ao início da elaboração de um plano de cultura e a criação oficial de um ministério para a cultura em 1974 (BRAVO, 2009, p. 8).

Observa-se que, assim como a grande maioria dos países latino-americanos, a Colômbia passara por diferentes vicissitudes políticas e econômicas que se refletiram na sociedade de maneira contundente. De 1974 até 1991, o país teve forte influência e participação nas iniciativas da UNESCO de incentivo à cultura e fomento ao desenvolvimento por meio dela.

Depois da Frente Nacional assumiu a Presidência o partido liberal com Alfonso López Michelsen. Um momento chave ao trabalho cultural, pois impulsionou publicações, a Biblioteca Nacional, o desenvolvimento das belas artes, dentre outras importantes iniciativas culturais no país (Ibidem, p. 8, tradução nossa).

Inclui-se, dentre os eventos representativos da ênfase à cultura, sediar a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na América Latina e Caribe, em 1978, em Bogotá, que enfatizou a necessidade de vincular a questão do desenvolvimento cultural à ideia de melhoria global da vida das pessoas, e trouxe a questão da identidade cultural e preservação dos patrimônios culturais materiais e imateriais como as principais questões da agenda (CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 1978). Trata-se de uma Conferência chave para o que então viria a ser discutido na importante Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, no México, na qual cultura foi definida pela UNESCO, conforme apresentado no segundo capítulo.

Em 1982, há a retomado do poder pelo partido conservador com Belisario Betancur, cujo governo tinha como ênfase a concepção cultural de uma identidade nacional, que ele afirmava ser o vínculo entre as gerações e a ponte entre o cidadão, a nação e o universo. Propôs então a descentralização das ações culturais no país, por meio da criação de Juntas Regionais de Cultura, sendo o Departamento de Antioquia, onde se encontra a segunda cidade mais populosa do país, Medellín, o primeiro a formular, em 1984, um plano regional de cultura (BRAVO, 2009, p. 10).

Em 1991, por sua vez, logo no início do governo de César Gaviria, em meio a um momento político e social nebuloso e violento no país, com a morte de um dos candidatos à Presidência, Luis Carlos Galán, foi promulgada nova Constituição que centraliza a cultura como o fundamento da nacionalidade. No ano seguinte, estabeleceu-se o novo Plano Nacional de Cultura - com validade de dois anos - cujo mote era

a cultura pela paz (FIGUEIREDO, 2016, p. 204). Com isso, houve uma maior abertura internacional da política na Colômbia, havendo maior intercâmbio cultural e compartilhamento de experiências, em atividades discutidas no âmbito da UNESCO, com os demais países latino-americanos.

Essa é uma mudança inédita e fundamental para o país. Embora, em sua evolução, a política cultural houvesse estabelecido, como objetivo primário, a educação e, secundário, a preservação do patrimônio cultural, com sua respectiva contribuição para a identidade nacional, agora o panorama mudava dramaticamente. Adotar a cultura como fundamento da nacionalidade implicava uma mudança muito profunda na consciência nacional. O que antes parecia motivo de vergonha, como no caso da existência de notável diversidade étnica e cultural, passava a ser [institucionalmente] motivo de orgulho e de definição da nacionalidade (GUTIERRÉZ, 2016, p. 44).

Com uma visão de maior institucionalização da cultura é aprovada a Lei Geral de Cultura no governo seguinte, de Ernesto Samper, em 1997, criando-se o Ministério da Cultura no país. Surge da transformação do então Instituto Colombiano de Cultura (*Colcultura*), de 1968, tornando-o um órgão ministerial (BRAVO, 2009, p. 11), com reflexo de muitas políticas regionais e de organizações internacionais tal como a UNESCO.

Esta lei surge de um complexo de fontes e circunstâncias, como a evolução das instituições culturais públicas e privadas colombianas e as normas sobre patrimônio cultural, propriedade intelectual, proteção ao artista, imposto para espetáculos públicos, proteção para a indústria editorial e o cinema, regulamentação dos meios de comunicação e reconhecimento dos direitos das comunidades étnicas, dentre outros assuntos. Da mesma forma, observa-se a presença dos acordos e convênios internacionais, particularmente as declarações e recomendações da ONU, da UNESCO e da OEA (SANABRIA, 2000, tradução nossa).

Vale destacar que para a criação da referida lei foram realizados diversos fóruns, *workshops*, reuniões e numerosas outras atividades, cujo principal intuito era a participação ativa de minorias étnicas, movimentos camponeses, trabalhadores da cultura, artistas, criadores e um abundante conjunto de grupos de interesse aos quais a lei afetava de alguma forma. A partir desse momento, foram geradas políticas de diversos tipos e com diferentes objetivos destinados ao fortalecimento do setor cultural

(GUTIERRÉZ, 2015, p. 45). Assim, foi prioridade ao Ministério da Cultura a realização de um compêndio das políticas culturais no país, com a finalidade de entendê-las e dar-lhes coerência. Para isso, em 2009 o Ministério da Cultura publica-o, informando que visava constituir

[...] uma tarefa monumental de compilação que nos permite incluir, em uma mesma e única edição, todas as políticas culturais produzidas pelo Ministério da Cultura. Um documento que nasce da soma de muitos esforços, com o qual as ações no campo cultural terão uma orientação e permitirão as grandes definições em termos de cultura que o país precisa, com a ativa participação do Estado, das entidades privadas, da sociedade civil, das suas organizações e dos grupos comunitários (COMPENDIO DE POLÍTICAS CULTURALES, 2009, p. 11, tradução nossa)

Pode-se dizer que por meio da intenção de diálogo com a sociedade, iniciou-se um processo cultural histórico naquele país a partir de então.

4.2.1.1 A perspectiva de *Cultura para o Desenvolvimento* na Colômbia sob a análise da CDIS

Dados de 2018 apontam que existe cerca de 45 milhões de indígenas na América Latina - o equivalente a 8% da população do continente (BANCO MUNDIAL, 2018). Países como México, Guatemala, Peru e Bolívia têm as maiores populações, com mais de 80% do total da região, ou seja, 34 milhões. Na Colômbia a população indígena equivale a 3,82% da população, de acordo com dados de 2019 (DANE, 2019). Tanto em uma perspectiva local, quanto continental, ainda que a população indígena não represente um número expressivo, a população latina de maneira geral é extremamente miscigenada e, portanto, diversa (SOARES, 2012). Trata-se de uma única localidade que detém inúmeras identidades dentro de si mesma, conformando um arcabouço simbólico cultural único.

Afora os diferentes processos de miscigenação e distintas dinâmicas culturais e sociais que podem interferir nas questões identitárias locais, o que distingue latino-americanos uns dos outros são hábitos, línguas, costumes alimentícios e de vestimentas, bem como músicas, danças e representações simbólicas advindas de seus respectivos antepassados e que se perpetuaram no tempo e no espaço (HALL, 2005). Assim sendo, os movimentos decorrentes da globalização impactam de modo distinto

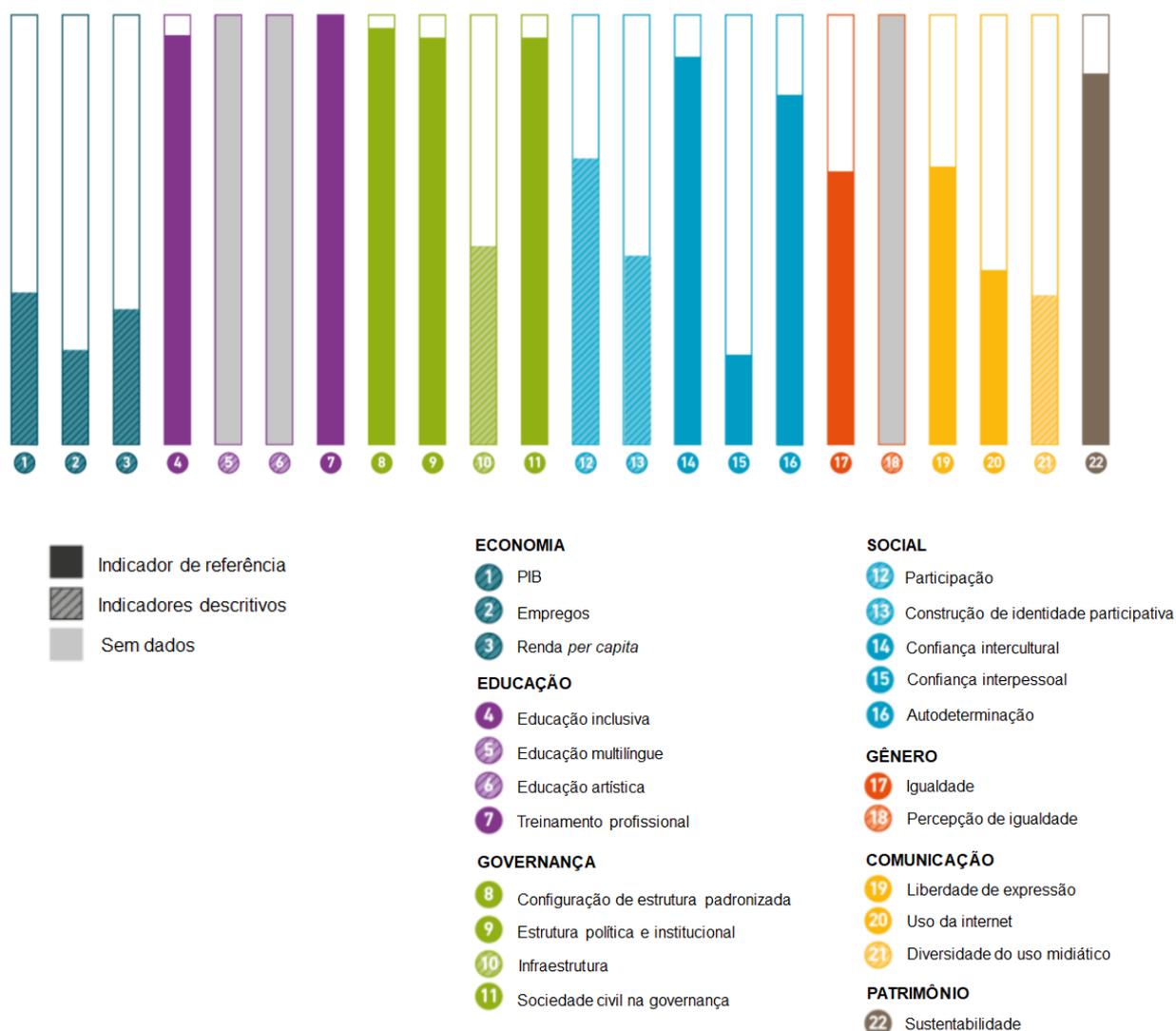
os diferentes âmbitos locais, o que dificulta a análise profunda do fenômeno da cultura nesse contexto, conforme visto anteriormente. Na Colômbia não seria diferente.

O Compêndio de Políticas Culturais do Ministério da Cultura da Colômbia, de 2009, diz que “abrir-se” é o melhor verbo para resumi-lo (2009, p. 12). Diz claramente que o país visa maior abertura ao debate de políticas culturais, sobretudo com aqueles detentores das atividades culturais *per se*: populações locais, artesãos, gestores culturais, representantes de indústrias criativas e quaisquer que contribuam com as ideias de cultura no país, citando a importância da economia, saúde e educação para a melhor consecução de seu desenvolvimento *vis-à-vis* o ideal de desenvolvimento sustentável da UNESCO.

A partir de 2010, o papel da cultura no desenvolvimento foi reconhecido na legislação e na Constituição colombiana e integrado nos planos de desenvolvimento em todo o país, desde o nível municipal até estadual, inclusive em documentos importantes como o Plano Nacional de Desenvolvimento (2010-2014) e os objetivos do Conselho Nacional de Política Social e Econômica. As autoridades nacionais, ainda, por meio do Convênio Andrés Bello, também investiram em estatísticas culturais por meio da criação da “Conta Satélite da Cultura” (CSC), outro método de análise de fomento da participação cultural na economia, tornando a Colômbia uma líder no campo. Houve forte investimento do governo colombiano na instauração do CSC a partir de 2010, dado este considerado pela CDIS como índice de investimento na proposta de *Cultura para o Desenvolvimento*, a ser apresentado adiante. A proposta define o campo cultural como “um conjunto de atividades humanas e produtos cuja razão de ser consiste em criar, expressar, interpretar, conservar, e transmitir conteúdos simbólicos (VALIATI, 2007, p. 35).

Nos parâmetros oferecidos pela UNESCO por meio da CDIS é possível uma boa observação das dinâmicas de *Cultura para o Desenvolvimento* na Colômbia. O país apresenta um setor cultural consideravelmente desenvolvido, ao comparar-se com os demais países da região. Observa-se que o setor cultural contribuiu o equivalente a 3,4% do PIB em 2008, de acordo com a CDIS (2014, p.5). Contudo, ainda há entraves na formulação da análise de políticas culturais colombianas, tanto por nomenclaturas insuficientemente desagregadas, dados dispersos e as poucas informações confiáveis. As medidas adotadas para contornar tais obstáculos, principalmente os coeficientes técnicos para desagregação setorial, possuem limitações, prejudicando os resultados das estimações.

ILUSTRAÇÃO 9 - DNA de *Cultura para o Desenvolvimento* na Colômbia, CDIS, 2014.



FONTE: CDIS, 2014, p.3, tradução nossa.

Sendo a análise da *Cultura para o Desenvolvimento* pela CDIS um dispositivo de visualização de dados criado para facilitar uma análise transversal de indicadores e uma síntese da contribuição inclusiva e multidimensional da *Cultura para o Desenvolvimento* em nível nacional, foi elaborado um código de barras denominado pela UNESCO de DNA, em que 22 barras resumem os resultados obtidos em nível nacional para os 22 indicadores principais, conforme Matriz das dimensões de *Cultura para o Desenvolvimento* da UNESCO (Tabela 1) apresentada no terceiro capítulo, sendo que cada cor ilustra uma das sete dimensões consideradas pela UNESCO para este fim (Tabela 2). Os indicadores de referência são representados por uma barra

colorida sólida, enquanto os indicadores descritivos são representados por uma barra padronizada. Quando um indicador principal não foi inserido devido à falta de dados relevantes, a barra é colorida em cinza (CDIS, 2014, p.13). Vide a Ilustração 9.

No país, a CDIS foi realizada entre os anos de 2011 e 2014, logo em sua primeira fase. A partir de 2010, o papel da cultura no desenvolvimento foi reconhecido na legislação e na Constituição colombianas e integrado nos planos de desenvolvimento em todo o país, desde o nível municipal até a União, inclusive em documentos importantes como o Plano Nacional de Desenvolvimento (2010-2014) e nos objetivos do Conselho Nacional de Política Social e Econômica. Logo, a CDIS atuou no país justamente quando diferentes reformulações ocorriam em seu escopo (CDISCOL, 2014).

Os dados resultantes da CDIS ajudaram a destacar áreas para melhorar ainda mais as estatísticas culturais e obter o máximo impacto político, por meio de um processo participativo de implementação que visa fortalecer os caminhos para o diálogo entre ministérios e instituições a respeito do desenvolvimento de um sistema de informação abrangente para a melhor integração de cultura em suas estratégias (CDISCOL, 2014, p. 27). Porquanto, tem sido influente metodologia, levando o Departamento de Desenvolvimento do Ministério da Cultura a lançar um projeto nacional para medir a contribuição da *Cultura para o Desenvolvimento* e servir como uma ferramenta para a análise da gestão cultural, o Diagnóstico Cultural da Colômbia: rumo à construção de um índice de desenvolvimento cultural.

Verificar-se-á, na sequência, especificamente o que a CDIS diz sobre a contribuição da Colômbia na *Cultura para o Desenvolvimento*.

4.2.1.2 O que a CDIS diz

Com base no DNA elaborado pela CDIS no período de 2011 a 2014 na Colômbia, apresentar-se-á, em todos os indicadores das sete dimensões, a contribuição da Colômbia na *Cultura para o Desenvolvimento* e vice-e-versa. Para efeito, como exposto no terceiro capítulo, trabalhar-se-á com quatro dessas dimensões, relacionadas ao tema da presente tese: **Economia** - Setor cultural para o desenvolvimento econômico e seu potencial crescimento; **Governança** - Compromisso público para criar as condições para estruturar o setor cultural, fortalecendo os processos culturais e promovendo a diversidade; **Social** - “Modos de fazer” e práticas culturais,

valores e atitudes que orientem o comportamento, inclusão, cooperação e capacitação individual; e **Patrimônio** - Compromisso público de estabelecer e fazer cumprir normas, políticas e medidas para proteger e promover o patrimônio, garantindo acesso e sustentabilidade, a saber:

a. Economia

Com base no observado no DNA de *Cultura para o Desenvolvimento* na Colômbia da CDIS (Ilustração 9), observa-se que seus três indicadores ficam abaixo de 50% do ideal de acordo com os parâmetros da UNESCO. No que tange à economia, importante dimensão aos estudos da presente tese, tais indicadores abrangidos, são: PIB (1), Empregos (2) e Renda *per capita* (3). Aos três indicadores pertencentes a essa dimensão, a CDIS incumbe a tarefa de contribuir para a obtenção de um *database* que demonstre a contribuição do setor cultural para desenvolvimento econômico dos países, o que propicia, por sua vez, a manutenção e/ou melhora da qualidade de vida dos cidadãos (CDISCOL, 2014, p. 6).

(1) PIB: A contribuição de atividades culturais no PIB do país representa a porcentagem de contribuição dos setores privados e formais neste, como apresentado na Tabela 6. A CDIS informa que se observou nos anos precedentes à CDIS um crescimento ascendente do PIB colombiano, como demonstra o Gráfico 8, abaixo (CDISCOL, 2014, p. 5). Em 2008, por exemplo, houve contribuição do setor cultural em 3,41% do PIB, sendo destes 51% advindos de atividades culturais de apoio e 49% de atividades centrais.²⁷ De acordo com a CDIS, isto indica que a cultura é um setor dinâmico, responsável por uma parte significativa da produção nacional e ajuda a gerar renda e a sustentar os meios de subsistência de seus cidadãos. A criação da CSC, anteriormente mencionada, por exemplo, auxiliou sobremaneira na evolução da contribuição da cultura no PIB, sobretudo entre os anos 2005 e 2008. As atividades centrais que mais contribuíram foram as relacionadas às mídias, como televisão, rádio e publicidade (cerca de 20,25% do total em 2008) (CDIS, 2014, p. 6).

²⁷ A CDIS entende e define como atividades centrais aquelas exclusivamente culturais e, atividade de apoio, aquelas desenvolvidas e oferecidas ao mercado, que podem ou não ser advinda de áreas culturais, porém que facilitam a criação, produção, distribuição de bens, serviços e produtos culturais (CDIS, 2014, p. 21).

GRÁFICO 8 - PIB da Colômbia entre 2011 e 2014, em bilhões de dólares.

FONTE: Banco Mundial, 2020. Elaboração nossa.

Ainda, a contribuição geral da cultura para a economia nacional denota-se como significativa ao compará-la aos demais setores importantes das indústrias, como o de transporte terrestre (3,21%) e construção civil (3,20%) (CDISCOL, 2014, p. 6). Contudo, a contribuição da cultura para o PIB é subestimada por esse indicador, pois só leva em consideração atividades culturais formais e privadas. Por exemplo, pode-se citar aqui, afora o relatado pela CDIS, os eventos culturais oficiais daquele país, como o *Festival Latinoamericano de Teatro de Manizales*, o *Festival Iberoamericano de Teatro de Bogotá* ou a *Bienal de Arquitectura*. Porém, as atividades culturais que ocorrem na economia informal e nos estabelecimentos que não são de mercado, bem como os impactos indiretos e induzidos do setor cultural, não são incorporadas nos cálculos, mas podem ser significativas. Como exemplo, pode-se citar pequenas festividades religiosas e de carnavais, ou a produção e venda de artesanatos locais (OEI, 2012).

(2) Empregos: Trata-se da porcentagem de pessoas engajadas em ocupações culturais em meio à empregabilidade total da população do país, conforme Tabela 6. A CDIS apresentou que, em 2012, 2,1% da população empregada na Colômbia ocupava posições em estabelecimentos culturais - o equivalente a cerca de 430 mil indivíduos (CDISCOL, 2014, p. 6). Destas, 72% dos indivíduos trabalhavam em atividades culturais centrais, descritas na Tabela 6, enquanto 28% em equipamentos/atividades relacionadas ao apoio destas. Embora significativa, a contribuição global

do setor cultural para o emprego é subestimada neste indicador, uma vez que não abrange ocupações culturais realizadas em estabelecimentos não culturais ou ocupações induzidas com forte vínculo com a cultura, dados estes de difícil mensuração. Ainda que a CDIS defina e considere a existência desse tipo de ocupação, esta não é computada. Como resultado, esse número provavelmente não cobre todo o emprego informal no setor cultural, devido à relutância de alguns participantes em revelar tais ocupações durante pesquisas oficiais realizadas pelos censos oficiais do governo colombiano (CDIS, 2014, p. 6).

(3) *Renda per capita*: Refere-se à porcentagem da renda de consumo destinada às atividades, bens e serviços culturais. Na Colômbia, 2,75% das despesas de consumo das famílias foram dedicadas a atividades, bens e serviços culturais em 2007, de acordo com a CDIS (2014, p. 7). Cerca de 65,4% das despesas de consumo das famílias foram gastas em bens e serviços culturais centrais e 35% em equipamentos/bens e serviços de apoio. A CDIS salienta alguns dados em específico, como a compra de livros técnicos e material escolar (29,4%), serviços de TV a cabo (26,6%), ingressos para cinemas (4,5%) e shows ao vivo (3,5%), os quais foram responsáveis pela maior parcela de bens e serviços culturais centrais adquiridos pela população (CDISCOL, 2014, p. 7). Nesse indicador, a subnotificação incide na não inclusão de gastos de bens e serviços adquiridos em lojas informais, feiras, dentre outras localidades, assim como aqueles advindos de instituições sem fins lucrativos.

Outra observação da CDIS, é a distinção de distribuição de renda e poder de compra das famílias. A CDIS descreve que, mais da metade dos gastos com atividades, bens e serviços culturais é realizada por família com mais alto poder aquisitivo (54% contra 5% das famílias de mais baixo poder aquisitivo). Ainda, a CDIS aponta que os consumos ocorrem majoritariamente nos centros urbanos (Ibidem, p. 8).

b. Governança

Com base no observado no DNA de *Cultura para o Desenvolvimento* na Colômbia da CDIS (Ilustração 9), observa-se que seus quatro indicadores, três destas destacam com aproveitamento de quase 100%. No que tange à governança, importante dimensão aos estudos da presente tese, tais categorias abrangidas, são:

Configuração de estrutura padronizada (8), Estrutura política e institucional (9), Infraestrutura (10) e Sociedade civil na governança (11).

(8) Configuração de estrutura padronizada: Trata-se de índice de desenvolvimento de estrutura padrão institucionalizada para a proteção e promoção da cultura, direitos e diversidade cultural, conforme Tabela 7. A CDIS pontua a Colômbia com o resultado de 0,96/1, o qual indica marco normativo importante da cultura no país, com suficiente arcabouço legal, seja pela ratificação de instrumentos internacionais ou criação de outros em âmbito nacional. O país, de acordo com a CDIS, demonstra alto compromisso com os direitos culturais, diversidade e desenvolvimento cultural. Não só ratificou grande parte das convenções promovidas pela UNESCO, como a de Proteção de Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de 1972, e a Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, ambos citados no segundo capítulo, como também elaborou marcos legislativos de suma relevância ao setor cultural, por meio de mobilizações e iniciativas políticas que sobremaneira contribuirão para o desenvolvimento do setor, conforme apresentado no breve histórico de políticas culturais do país (CDISCOL, 2014, p. 14).

(9) Estrutura política e institucional: Trata-se de índice de desenvolvimento de estrutura institucional e política de proteção e promoção da cultura, direitos e diversidade cultural. Nesta categoria, o resultado do país foi igualmente alto, de 0,95/1. A CDIS informa que reflete grandes esforços por parte das autoridades colombianas a fim de criar uma estrutura política e institucional abrangente para a promoção do setor cultural como parte do desenvolvimento, estabelecendo-se políticas e mecanismos direcionados por meio de um sistema político e administrativo adequado à implementação dos instrumentos legais supracitados. A CDIS afirma que a Colômbia apresenta resultado máximo em sub-indicador que se refere ao marco político de conjunto de estratégias políticas culturais e setoriais, que auxiliam na promoção da cultura no país, como por exemplo, a realização do Compendio de Políticas Culturales do Ministério de Cultura, realizado em 2010 e citado anteriormente, assim como grande escopo de políticas culturais que abrangem diferentes segmentos. Por fim, no sub-indicador de marco institucional, o resultado do país foi de 0,92/1, tendo-se em vista todos os mecanismos institucionais criados e a

descentralização cultural empregada, de maneira a distribuir-se a administração do setor por todo o país.

(10) Infraestrutura: Distribuição de infraestruturas culturais selecionadas relativas à distribuição da população do país em divisões administrativas subordinadas ao Estado. O resultado final da Colômbia nesse importante indicador é de 0,48/1, resultado este que se contrapõem ao até então apresentado pela CDIS. Ainda que forte instrumentalização legal internacional e nacional, assim como administração descentralizada e provida de políticas públicas assertivas ao setor, o resultado do país nesse indicador demonstra distribuição desigual dos serviços culturais pela Colômbia, em seus 32 departamentos/estados. Alguns dos exemplos apontados pela CDIS (2014, p. 16), são:

- Resultado de aprovação de 0,39/1 para Museus;
- Resultado de 0,46/1 para locais de exposição dedicados às artes cênicas; e
- Resultado de 0,58/1 para a distribuição de bibliotecas e centros de recursos midiáticos naquele país.

Observa-se, ainda, que varia muito a concentração de instalações em relação ao tamanho da população. Por exemplo, embora os departamentos pouco povoados de Vaupés e Guainía tenham acesso às bibliotecas, estes não têm outras instalações culturais. Pelo contrário, o departamento de Bogotá é o reduto de 16% da população e tem um total de 57 Museus (13%), 117 Locais de Exposições (28%), mas o departamento não é equipado com bibliotecas suficientes em relação à sua população. De um modo geral, a maioria de todas as instalações está localizada na capital e em áreas povoadas que atraem significativo turismo. De fato, mais da metade de todos os museus e locais de exposições do país (52% e 56% respectivamente) são encontrados em apenas quatro departamentos - Antioquia, Bogotá, Boyacá e Valle del Cauca, departamentos estes que correspondem à 42% da população. De acordo com a CDIS, esse é um desafio crucial e comum para todos os países onde a CDIS foi implementado, pois a média desse indicador é de 0,43/1 de aprovação (CDISCOL, 2014, p. 16).

(11) Sociedade civil na governança: Refere-se ao índice de promoção da participação de profissionais do setor cultural e de minorias na formulação e implementação de políticas culturais, métricas e programas relativos ao setor. O resultado final para o país é de 0,95/1, o que indica que existem muitas oportunidades de diálogo e representação de profissionais e minorias culturais no que diz respeito à formulação e implementação de políticas, medidas e programas culturais. A CDIS aponta que, na Colômbia, existem 11 Conselhos Nacionais destinados ao setor cultural, 32 Conselhos Departamentais de Cultura e 944 Conselhos Municipais de Cultura (85,7% do total), sendo que em todos estes há participação de agentes da sociedade civil advindos de setores culturais (CDISCOL, 2014, p. 17).

c. Social

Com base no observado no DNA de *Cultura para o Desenvolvimento* na Colômbia da CDIS (Ilustração 9), observa-se que de suas quatro categorias três se destacam com alto aproveitamento. No que tange à dimensão social, outra importante dimensão aos estudos da presente tese, tais categorias abrangidas, são: Participação (12), Construção de identidade participativa (13), Confiança intercultural (14), Confiança interpessoal (15) e Autodeterminação (16).

(12) Participação: Trata-se da porcentagem da população que participou, ao menos uma vez, em atividades culturais nos últimos 12 meses. A CDIS informa que, na Colômbia, 65,9% da população de 12 anos ou mais participou de pelo menos uma vez de alguma atividade cultural, sejam estas visitas à cinemas, teatros, shows, festivais de música, galerias, museus e bibliotecas, ou até mesmo visitas a monumentos históricos e arqueológicos. O resultado sugere um grau relativamente alto de participação nas atividades gerais e uma base constante para o público cultural doméstico; a média para os países participantes da CDIS situa-se em 46,1%. Ainda, a CDIS informa que, desse percentual, 66,2% são homens e 65,6% mulheres, o que demonstra uma distribuição equivalente, sendo que ao analisar-se as faixas etárias, essa é decrescente conforme esta aumenta - 78,9% dos indivíduos são de 12 a 25 anos. Ainda, denota atenção para o grau de participação de acordo com poder aquisitivo dos participantes, como visto na dimensão Economia: 45,8% dos participantes de mais alto poder aquisitivo no país, enquanto 33,2% dos participantes

de mais baixo poder aquisitivo participaram de ao menos uma atividade cultural no país em 2010 (CDISCOL, 2014, p. 18).

(13) Construção de identidade participativa: Refere-se à porcentagem da população que participou, ao menos uma vez, de atividade cultural de construção identitária, nos últimos 12 meses. A CDIS informa que, em 2010, 44,1% da população de 12 anos ou mais participou de, pelo menos, uma atividade cultural relacionada à construção identitária. Dentre essas atividades, inclui-se participar de práticas culturais amadoras, cultura popular, cultura étnica, práticas comunitárias e cultura jovem, conforme Tabela 8. Para fins deste indicador, essas atividades incluem carnavais, bem como festivais municipais, departamentos e nacionais. Este número não inclui a participação em atividades de construção identitária, como cerimônias, rituais ou eventos comunitários (por exemplo, nascimentos, casamentos, funerais, ritos de passagem), pois esses dados não são coletados em nível nacional, assim como não são mencionados na metodologia da CDIS. A CDIS sugere que a porcentagem de 44,1% demonstra um grau relativamente baixo de participação da população em atividades culturais fortalecedores da identidade, já que menos da metade da população participa. Ainda, observa-se que, destes, 46,9% são homens e 41,5% são mulheres, o que também demonstra equidade entre gêneros. Outro detalhe relevante é que há boa distribuição de participação entre os grupos de poder aquisitivo, assim como nos grupos de diferentes graus escolares. Salienta-se que o governo da Colômbia fez da sustentabilidade do patrimônio imaterial uma prioridade, havendo expressiva presença do país nas Listas de Patrimônios Culturais Materiais e Imateriais da UNESCO (ANEXOS I e III).

Contudo, o resultado de 44,1% sugere um grau relativamente baixo de participação da população em atividades culturais de construção identitária (CDISCOL, 2014, p. 21).

(14) Confiança intercultural: Este indicador fornece uma avaliação do grau de tolerância e abertura à diversidade, fornecendo assim uma visão dos níveis de interconectividade dentro de uma determinada sociedade. É um resultado composto das respostas dos entrevistados em relação ao outro, que se enquadram em três categorias: pessoas de uma etnia diferente; pessoas de uma religião diferente e grupos indígenas. De acordo com a CDIS, cerca de 93,17% dos colombianos, em

2005, concordam que não consideram pessoas de uma cultura diferente como “indesejáveis”. Observou-se variações nos resultados entre faixas etárias e educacionais. O nível mais baixo de tolerância foi registrado para os entrevistados com 50 anos ou mais (89,97%), enquanto os entrevistados com idades entre 15 e 29 e 30 a 49 tiveram 93,9% e 94,07% respectivamente. Uma clara tendência ascendente da tolerância corresponde a níveis de educação obtidos que variam de 87,33% para aqueles sem educação formal a 97,13% daqueles com educação universitária. A CDIS reitera que o indicador, ainda que expresse tolerância básica entre a população, não sugere a inexistência de discriminações e exclusões, os que podem ser potencializados por atributos não só culturais, como econômicos e sociais (CDISCOL, 2014, p. 21).

(15) Confiança interpessoal: Este indicador avalia o nível de confiança e o senso de solidariedade e cooperação na Colômbia, fornecendo informações sobre seu capital social. De acordo com a CDIS, em 2010 20,5% da população colombiana concordou que a maioria das pessoas pode ser confiável. O resultado de 20,5% indica um nível relativamente baixo de confiança e solidariedade, pois apenas um quinto da população respondeu favoravelmente (Ibidem, p. 22). Somente variações mínimas nos resultados podem ser vistas entre sexo e idade. Enquanto 22% das mulheres concordam que a maioria das pessoas pode ser confiável, apenas 19,1% dos homens concordam. Ainda, apresentou-se variação entre níveis educacionais, sendo os entrevistados com maior nível superior com mais confiança (26,4%), enquanto os de nível secundário apresentam menos confiança (17,1%).

(16) Autodeterminação: Nota média de percepção de liberdade em sua autodeterminação e realização de suas escolhas sem intervenção externa ou do Estado. O resultado da Colômbia quanto a esse indicador é de 8,13/10, conforme Tabela 8. De acordo com a CDIS, o resultado representa que os indivíduos acreditam que há “muita liberdade de escolha e controle”. Logo, indica que a maioria dos colombianos sente que tem um grau relativamente alto de controle sobre suas vidas e são livres para viver a vida que escolherem, de acordo com seus próprios valores e crenças.

d. Patrimônio

Com base no observado no DNA de *Cultura para o Desenvolvimento* na Colômbia da CDIS (Ilustração 7), a única categoria desta dimensão destaca-se pelo alto aproveitamento. No que tange à dimensão Patrimônio, tal categoria é a de Sustentabilidade (22).

(22) Sustentabilidade: Esta dimensão trata-se de um índice de desenvolvimento de uma estrutura multidimensional para a sustentabilidade dos patrimônios do país. O resultado da Colômbia é de 0,86/1, o que reflete o alto nível de prioridade dado à proteção, salvaguarda e promoção da sustentabilidade dos patrimônios pelas autoridades colombianas. Como visto, no país o desenvolvimento de políticas institucionais e de gestão em relação ao patrimônio tem sido significativo nos últimos anos. Nos sub-indicadores, a Colômbia apresenta o resultado de 0,87/1 para registros e inscrições dos patrimônios culturais, materiais e imateriais; 0,80/1 na proteção, salvaguarda e gestão dos mesmos, por meio de políticas e medidas legais definidas; 0,93/1 para a transmissão e a mobilização de apoio populacional, que reflete nos esforços de sensibilização sobre o valor e as ameaças dos patrimônios. Os resultados dos sub-indicadores demonstram que, ainda que requeira aprimoramento, o governo colombiano por meio de sua histórica trajetória em políticas culturais, vem alcançando bons resultados no quesito sustentabilidade de seus patrimônios culturais (CDISCOL, 2014, p. 34).

4.2.2 Peru: uma breve reflexão histórica

Como dito por Patricia Balbuena Palacios, *Viceministra de Interculturalidad* do Peru, de 2013 a 2016, “cultura, diversidade, a maneira como as pessoas vivem, trabalham, se relacionam, amam, sonham e criam são reconhecidos no mundo inteiro como os pilares do desenvolvimento humano” (PALACIOS, 2014, p. 6, tradução nossa). Tal colocação representa, em grande parte, tudo o que foi apresentado ao longo desta tese: a importância da cultura e o seu papel para o desenvolvimento de uma sociedade. Ainda, relaciona-a com o então abordado por Amartya Sen e seu conceito de “desenvolvimento como liberdade”; quanto maior a expansão das liberdades individuais, políticas, sociais e culturais o desenvolvimento poderá ser

alcançado (SEN, 1999, p. 377).

Além disso, enquanto seu papel primordial na proteção e estímulo cultural no país, Palacios argumenta não ser mais possível trazer o entendimento de progresso sem associá-lo à ideia de civilização e ao valor das contribuições dos povos, por meio de suas tradições, conhecimentos e memórias. Conclui: “Em toda a era da globalização, diferenças culturais estão mudando para todo o seu potencial, enriquecendo em nossas sociedades, suas trocas e os projetos futuros que eles abrigam” (PALACIOS, 2014, p. 6, tradução nossa).

Assim como a Colômbia, o Peru também tem um papel de suma relevância nos estudos culturais latino-americanos, seja por suas raízes pré-colombianas ou pela extrema diversidade cultural tão preservadas até os dias atuais, assim como por todo o arcabouço cultural e simbólico logrado, por sua sociedade e governantes, como válvula motriz ao desenvolvimento da nação. Logo, em plena globalização, tal diversidade cultural é mostrada em todo seu potencial, propiciando meios de renda à sociedade, trocas e projetos futuros (Ibidem, p. 7).

Contudo, assim como anteriormente discutido, diversidade e particularidades culturais também foram vistas naquele país como atrasos ou vestígios “tradicionais”, culminantes do subdesenvolvimento endêmico e do atraso “histórico” latino-americano. Em outras palavras, um obstáculo à modernização (SANDOVAL, 2014, p. 9).

Por muito tempo, desenvolvimento e cultura foram imaginados como polos antagônicos e lacunas intransponíveis. Isto foi assim, pois existia uma distribuição desigual do poder econômico, político e simbólico entre os distintos grupos étnicos-culturais que coexistiam em nossos países. Essa situação se traduziu na formação de ideologias e práticas de discriminação que concluíram na exclusão de povos indígenas e na população afrodescendente (SANDOVAL, 2014, p. 9, tradução nossa).

Oficialmente as manifestações de concretização de políticas culturais no país iniciam-se em 1965 com a criação da primeira Lei de Fomento do campo de cultura (Lei nº 15.621/65). Foi por meio dela que se criou o Conselho Superior de Fomento da Cultura e os Departamentos do Peru, distribuídos entre seus “estados”, alçando a cultura ao patamar institucional, findando a iniciativa anterior, de 1962, da criação da Casa da Cultura (FIGUEIREDO, 2016, p. 149). A sede na capital do país, Lima, foi inaugurada em 24 de julho de 1963, na Casa de Pilatos.

Porém, foi em 1941 que as primeiras iniciativas enveredavam no entendimento de cultura como parte integrante do desenvolvimento do país, enaltecendo-se a importância de discuti-la e exaltá-la quando da criação da Lei nº 9359, que incumbia o Ministério da Educação de criar e desenvolver a Direção de Educação e Extensão Cultural, que visava criar bases para uma educação voltada às artes e às humanidades de maneira geral. Assim, houve o início de uma descentralização do setor cultural, passando tais instâncias locais a contarem com o apoio financeiro do Estado, propiciando uma maior difusão cultural em diferentes regiões do país. “É dizer que as Casas de Cultura [passaram] a difundir as expressões regionais da cultura peruana e a integrá-las a uma visão global do homem” (ROZAS; URBANO, 2008, p. 267).

Em 1965, por sua vez, dissolvia-se a referida comissão, criando-se o Sistema Nacional de Promoção da Cultura, composto pelo Conselho Superior de Promoção da Cultura, pela Casa da Cultura do Peru e pelas casas departamentais da cultura - secretarias por estado. O então Conselho Superior para a Promoção da Cultura era formado pelo Ministro da Educação, pelos diretores do Arquivo Nacional, pela Biblioteca Nacional, pela Casa da Cultura do Peru, pelo Conservatório Nacional de Música e pela Escola Nacional Autônoma Superior de Belas Artes. A instituição teve uma atividade editorial profusa, além da notável revista *Cultura y pueblo* (1964-1970) e da "Revista peruana de cultura" (Lima, 1963-1970), e no mimeógrafo o "Boletim Informativo da Casa de Cultura do Peru" (1964-1969). Contudo, as Casas de Cultura do Peru seriam dissolvidas em 1971, quando o Instituto Nacional da Cultura (INC) fora criado (MUCHOTRIGO, 2006, p. 43).

O INC surge durante o governo militar de Juan Velasco Alvarado (1968-1975), que não apenas findou as Casas de Cultura regionais, mas também promoveu maior independência do Ministério da Educação no que tange à esfera cultural, viabilizando-se uma inserção educacional mais nacionalista, com grande comprometimento das camadas mais populares. Neste momento, em 27 de maio de 1975, reconheceu-se o *quéchua*, idioma originário dos povos pré-colombianos que habitam os Andes Peruanos, como língua nacional, enaltecendo-se as culturas e as línguas nativas (Ibidem, p.43).

Nas eleições de 1980 - as primeiras, após doze anos de governo militar - com o retorno do regime democrático no Peru, período este bastante tumultuado pela presença de grupos guerrilheiros e promoção de violência no país, o INC é mantido, e permanece com vínculo no Ministério da Educação. Contudo, cria-se ainda o

Conselho Nacional de Cultura (CNC) que contava, em suas deliberações, com a presença e a participação da sociedade civil (MUCHOTRIGO, 2006).

Nesse íterim, houve importante atenção ao patrimônio histórico e arqueológico do país, tendo sido, por exemplo, o sítio arqueológico de Machu Picchu declarado como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO em 1983, propiciando-se assim maior visibilidade e atração turística à região. Ainda, houve ação especial quanto aos museus, com a criação da Direção de Museus, ligada ao INC, assim como a Formação em Arte e a Biblioteca e Informação Cultural, duas direções de promoções culturais em seus respectivos escopos (ROZAS; URBANO, 2008).

Quanto à ação cultural do segundo governo de Fernando Belaúnde Terry (o primeiro havia sido antes do regime militar, entre 1963 e 1968), pode-se dizer que sua melhor contribuição fora a criação da Lei Geral de Proteção do Patrimônio Cultural (CORNEJO, 1993). No governo de Alan García (1985-1990), por sua vez, não havia propriamente uma política cultural orgânica e explícita, mas demonstrava apoio às organizações externas regionais, como o Conselho Latino-Americano de Integração Cultural (CICLA). Em resumo, pouca consistência foi observada no campo do desenvolvimento e da política cultural no país entre 1985 e 1990.

Contudo, com o governo de Alberto Kenya Fujimori, entre 1990 e 2000, vislumbrava-se uma mudança mais contundente do escopo cultural no Peru - mas infelizmente não foi o que efetivamente ocorreu. Houve a reorganização das esferas de atuação locais, nos departamentos, mantendo-se o INC como pilar das ações de políticas culturais no país; mas também resultou na minimização de seus poderes e possibilidades reais de ação. Ou seja, foram considerados como “dez anos que podem ser caracterizados pela inércia das instituições culturais” (ROZAS; URBANO, 2008, p. 273).

Com os desdobramentos regionais ocasionados a partir de 2010, alternâncias de poder contundentes e reforço do papel cultural com a Declaração do Milênio pela ONU, dentre outras iniciativas, notou-se no Peru uma grande expectativa com o novo governo que sucedeu a Alejandro Toledo até 2006. Nesse governo foi publicado o documento intitulado *Lineamientos y programas de política cultural del Peru 2003-2006*, que destaca o objetivo institucional do INC de estímulo à identificação dos peruanos consigo mesmos e com o meio ambiente, a fim de que seus padrões de pensamento, sentimento e ação respondam às demandas de desenvolvimento que propunha ao país, eliminando-se os fatores negativos que afetariam sua autoestima e

a visão do futuro. Incitou-se o livre desenvolvimento de sua capacidade criativa e de trabalho, com expectativas de bem-estar e efeitos positivo na produção, no desenvolvimento científico e na criação artística. Em resumo, o documento propunha uma reflexão profunda da área cultural, com estímulos pouco presentes nos governos anteriores (MUCHOTRIGO, 2006, p. 44).

No governo de Toledo, começou-se a discutir a possibilidade de criar um Ministério da Cultura. Após reeleito em 2006, e permanecendo no cargo até 2011, impactou a área cultural com a criação desse Ministério finalmente possível em 2010, com mais dois Vice ministérios, o Viceministerio de Patrimonio Cultural e Industrias Culturales e o Viceministerio de Interculturalidad.

Ainda, observa-se o fomento de incentivos provados nas áreas culturais, o que auxiliara nas estratégias de *marketing* e de promoção cultural no país. Por exemplo, houve notória expansão no campo das publicações de livros sobre os direitos culturais do Peru, sobretudo aqueles relacionados aos patrimônios culturais do país e à sua diversidade. A pesquisadora Beatriz Helena Ramsthaller Figueiro afirma que o Peru é um dos países latino-americanos de maior tradição no campo da gestão pública de cultura, tendo-se em vista sua preocupação constante, ainda que suscetível as vicissitudes políticas, de descentralização e de fomento das ações culturais, desde 1965, e com extenso número de publicações sobre o tema, fomentados a partir de 2010 (FIGUEIRO, 2016, p. 132).

4.2.2.1 A perspectiva de *Cultura para o Desenvolvimento* no Peru sob a análise da CDIS.

De acordo com a UNESCO, a definição de uma agenda pública destinada a revelar informações importantes sobre o papel da cultura nos processos de desenvolvimento é necessária no Peru. O papel da cultura deve ser reconhecido como uma grande oportunidade ao país, ajudando a orientar diretrizes, estratégias, políticas, programas e projetos em níveis nacional e local. Nesse contexto, a nova riqueza de dados resultante da implementação da CDIS está ajudando a reconhecer o papel da cultura e a urgência de sua inclusão em vários planos nacionais de desenvolvimento. Os indicadores forneceram dados para analisar e criar políticas informadas, mas

também criaram um diálogo intersetorial para a inclusão da cultura como uma questão transversal em todas as instituições governamentais.

Em um país com mais de 4 milhões de indígenas, com mais de 47 línguas distintas, a diversidade cultural tem duas facetas: a riqueza cultural *per se*, relevante arcabouço simbólico e de inúmeras possibilidades de preservação e de fomento cultural, como também imensa dificuldade em registra-se e preserva-se tamanha diversidade (IWGIA, 2020).

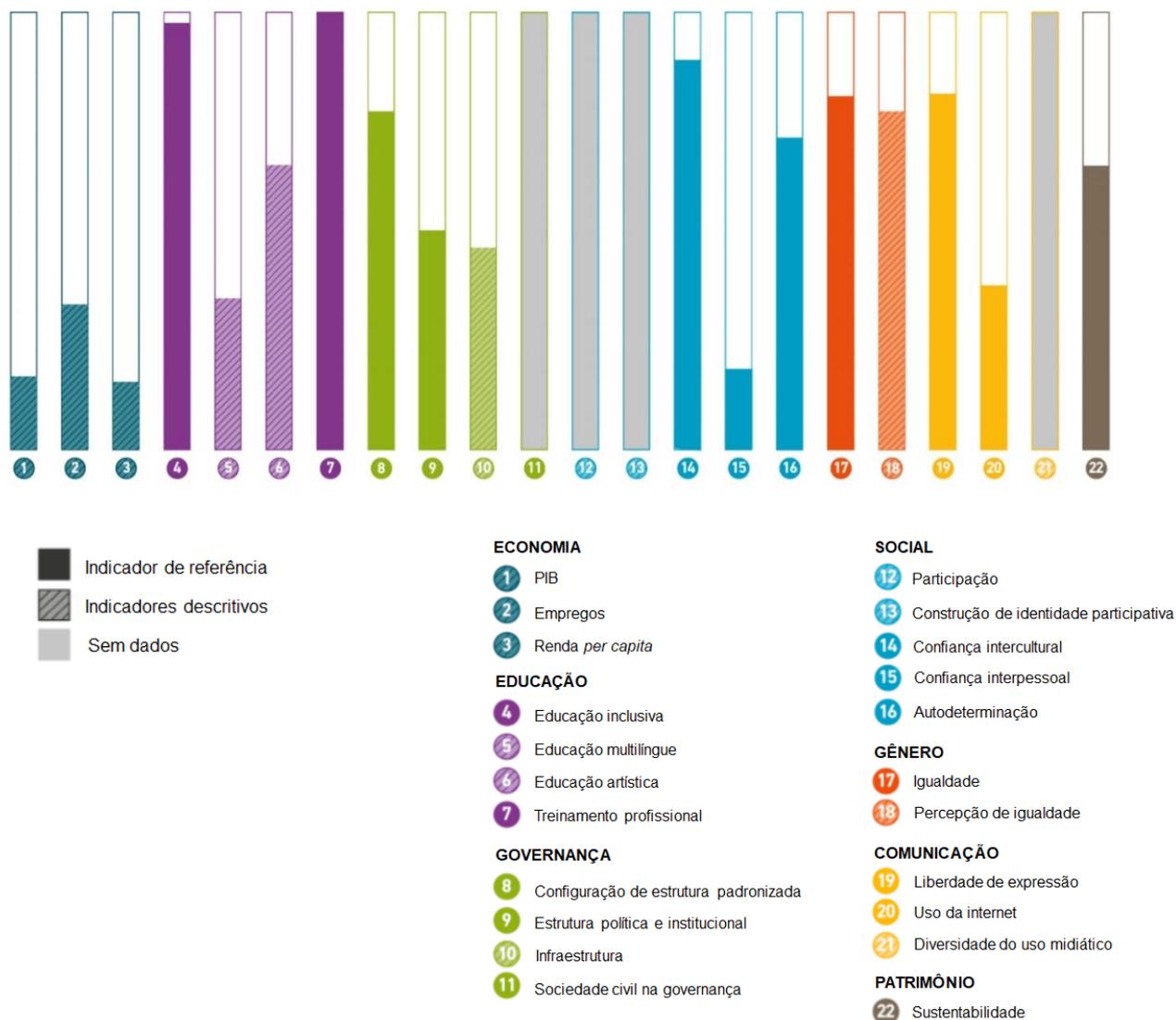
A partir de 2010, o papel da cultura no desenvolvimento foi notoriamente reconhecido pelo governo peruano, não somente pela criação do Ministério da Cultura como também mais recentemente pela criação do Plan Estratégico Sectorial Multi-anual de Cultural (PECEM), de 2016, com estratégias de expansão cultural, sobretudo da dimensão histórica e patrimonial, com efetiva participação da sociedade civil.

O privilégio de enredar uma história milenar à necessidade de inserir a sociedade peruana em um mundo globalizado em construção supõe, para o setor governamental incumbido da cultura pelo Peru, um duplo desafio. Por um lado, implica investigar, preservar e colocar no seu devido patamar o patrimônio histórico e, por outro lado, construir simultaneamente espaços públicos para potencializar nossa identidade (PECEM, 2017, p. 4).

Nos parâmetros oferecidos pela UNESCO por meio da CDIS é possível uma boa observação das dinâmicas de *Cultura para o Desenvolvimento* no Peru. O país apresenta um setor cultural consideravelmente desenvolvido e de grande valor histórico, que desde 1965 busca fomentá-lo.

Sendo feita a análise da *Cultura para o Desenvolvimento* pela CDIS, observa-se o DNA do Peru apresentado na Ilustração 10 abaixo.

ILUSTRAÇÃO 10 - DNA de *Cultura para o Desenvolvimento* na Peru, CDIS 2013-2014.



FONTE: CDIS, 2014, p.4, tradução nossa.

4.2.2.2 O que a CDIS diz

Com base no DNA elaborado pela CDIS em 2013 e finalizado em 2014 no Peru apresentar-se-á, em todos os indicadores das sete dimensões, a contribuição do Peru na *Cultura para o Desenvolvimento*. Para o referido, iremos trabalhar com as mesmas quatro dimensões, assim como apresentado no caso Colômbia: **Economia**; **Governança**; **Social** e **Patrimônio**, a saber:

a. Economia

Com base no observado no DNA de *Cultura para o Desenvolvimento* no Peru da CDIS (Ilustração 10), observa-se que suas três categorias ficam abaixo de 50% do ideal de acordo com os parâmetros da UNESCO.

(1) PIB: A contribuição de atividades culturais no PIB do país representa a porcentagem de contribuição dos setores privados e formais neste, como apresentado na Tabela 6. As atividades culturais privadas e formais, excluindo-se as atividades informais, como visto, contribuíram com 1,58% do PIB do Peru no período de análise, em 2007, por exemplo, de acordo com a CDIS. Cerca de 26% dessa contribuição vieram de atividades centrais e 74% de atividades de apoio (CDISPERU, 2014, p. 6). A contribuição de 1,58% é significativa quando comparada referencialmente com outras indústrias importantes, como madeira e indústria moveleira (0,9%), produção pesqueira e aquicultura (0,7%) ou produção de eletricidade, gás e água (1,7%). Embora significativo, o resultado demonstra que a contribuição do setor cultural para o PIB, assim como no caso colombiano, é subestimada, uma vez que não computa atividades culturais informais. A CDIS salienta que o setor cultural informal no país, assim como as atividades advindas de agências públicas e instituições sem fins lucrativos, também não estão inclusas neste indicador. O que infere que, contribuições relevantes como as atividades que permeiam o sítio arqueológico de Machu Picchu, Patrimônio Cultural da Humanidade, que é gerida por uma entidade pública, não estão inclusas nesse resultado (Ibidem, p. 7).

(2) Empregos: Trata-se da porcentagem de pessoas engajadas em ocupações culturais em meio a empregabilidade total da população do país, conforme Tabela 6. De acordo com a CDIS, cerca de 3,3% da população peruana em 2007 estava empregada no setor cultural do país, dos quais 90% eram em atividades culturais centrais. Ainda, a CDIS apresenta um dado adicional no caso peruano, que é a distinção de gênero nas ocupações do setor cultural, das quais 62% eram mulheres e 38% homens (CDISPERU, 2015, p. 7). As ocupações que mais contribuíram para o emprego cultural nacional foram os peleiros, bordadeiras e trabalhadores relacionados (29,5%), tecelões (31,7%) e trabalhadores em tratamento de couro (4,8%). Ainda que expressivo, assim como no caso colombiano, a subestimação dos dados por não computar os empregos informais afeta a análise desse indicador substancialmente.

(3) Renda *per capita*: Refere-se à porcentagem da renda de consumo destinada às atividades culturais, bens e serviços relacionados. No Peru, cerca de 1,56% dos gastos das famílias foram em atividades, bens e serviços culturais em 2007, de acordo com a CDIS (CDISPERU, 2014, p. 8). Em todo o país, 58% da despesa total foi gasta em bens e serviços culturais centrais e 42% em bens e serviços de apoio ou equipamento. De acordo com a CDIS isso significa que as famílias peruanas gastam mais no consumo de bens e serviços de puro conteúdo cultural (como livros, ingressos para teatros e apresentações teatrais etc.) do que em equipamentos ou bens e serviços de apoio que permitam a produção e distribuição de bens e serviços culturais (por exemplo, computadores e processamento de informações, equipamentos de música etc.). Esse resultado destaca uma demanda significativa por bens culturais (Ibidem, p. 8).

A CDIS observa que há diferenças entre as despesas nas áreas rurais e urbanas, explicadas ao comparar-se as despesas com bens culturais, correspondentemente ao aumento no poder de compra. De fato, 96% das despesas foram realizadas por famílias em áreas urbanas e 57% por famílias de alto poder aquisitivo econômico. Assim como no caso colombiano, dados de aquisições realizadas em locais informais não são considerados. Ademais, o Peru não utiliza o COICOP, indicador esse recomendado pela CDIS, conforme Tabela 6 (CDIS, 2014, p. 22).

b. Governança

Com base no observado no DNA de *Cultura para o Desenvolvimento* no Peru da CDIS (Ilustração 10), observa-se que de suas quatro categorias uma delas destaca-se com bom aproveitamento e outra não apresenta dados.

(8) Configuração de estrutura padronizada: Trata-se de índice de desenvolvimento de estrutura padrão institucionalizada para a proteção e promoção da cultura, direitos e diversidade cultural, conforme Tabela 7. De acordo com os cálculos da CDIS, o resultado do Peru foi de 0,78/1, o que indica uma estrutura institucional para a cultura razoável. O país fez muitos esforços para ratificar os principais instrumentos jurídicos internacionais que afetam o desenvolvimento cultural, os direitos e a diversidade cultural, além de estabelecer uma estrutura nacional para reconhecer e implementar essas obrigações. Por essa razão, por apresentar dificuldades na implementação dessas diretrizes em âmbito nacional, e por integrar a segunda fase

da pesquisa, a CDIS incluiu uma avaliação da configuração em âmbito exclusivamente nacional, resultando em 0,68/1. Parte substancial do relativo baixo desempenho dá-se pela necessária implementação de instrumentos de gestão para patrimônios nacionais, assim como trabalho complexo decorrente do alto número de solicitações de registro de propriedade cultural. A CDIS salienta que se observa um aumento de diretrizes e regulamentos, mas que ainda assim encontram-se aquém da demanda, sobretudo no que tange à leis e políticas públicas para indústrias culturais (CDISPERU, 2014, p. 13).

(9) Estrutura política e institucional: Trata-se de índice de desenvolvimento de estrutura institucional e política de proteção e promoção da cultura, direitos e diversidade cultural. O resultado final do país é de 0,50/1, o que significa que ainda requer-se fortalecer sua estrutura institucional para a cultura. Também demonstra que houve algum esforço por parte das autoridades nacionais para estabelecer-se políticas e mecanismos para a promoção do setor e cumprir-se obrigações e prioridades encontradas na legislação nacional, assim como a criação de medidas focadas na estrutura de políticas setoriais e no sistema administrativo. Igualmente, nos sub-índices de marco institucional e políticos, mantem-se com médias de 0,64/1 e 0,48/1, respectivamente. A CDIS infere que possivelmente a dificuldade do país em avançar em uma maior estruturação institucional das diretrizes culturais se dá pela incompreensão da relevância dessas políticas públicas e dos benefícios decorrentes delas.

(10) Infraestrutura: Distribuição de infraestruturas culturais selecionadas relativas à distribuição da população do país em divisões administrativas subordinadas ao Estado. O resultado final do Peru é 0,46/1, o que de certa forma confirma os resultados dos índices anteriores. Tal resultado reflete, portanto, que nas 25 regiões/estados do Peru há uma distribuição desigual de infraestruturas culturais. Alguns dos exemplos apontados pela CDIS (2014, p. 16), são:

- Resultado de aprovação de 0,53/1 para Museus;
- Resultado de 0,28/1 para locais de exposição dedicados às artes cênicas; e
- Resultado de 0,58/1 para a distribuição de bibliotecas e centros de recursos midiáticos.

Com relação ao número de museus por habitantes, existem apenas 7 regiões com distribuição equitativa. Em relação aos locais de exibição dedicados às artes cênicas, por sua vez, a situação é mais preocupante; apenas 4 regiões têm distribuição equitativa. Nesse caso, existem 8 regiões sem locais apropriados para esse tipo de atividade cultural. Em relação às bibliotecas e centros de mídia, existem 11 regiões com distribuição equitativa (CDISPERU, 2014, p. 17).

(11) Sociedade civil na governança: Refere-se ao índice de promoção da participação de profissionais do setor cultural e de minorias na formulação e implementação de políticas culturais, métricas e programas relativos ao setor. O país não apresentou dados ao indicador, sobretudo pela discordância expressada pelas unidades técnicas no desenvolvimento dos instrumentos sugeridos para a construção do indicador, conforme Tabela 7 (Ibidem, p. 17).

c. Social

Com base no observado no DNA de *Cultura para o Desenvolvimento* no Peru da CDIS (Ilustração 10), observa-se que de suas quatro categorias duas delas destacam-se com alto aproveitamento e outras duas não apresentaram dados.

(12) Participação: Trata-se da porcentagem da população que participou, ao menos uma vez, em atividades culturais nos últimos 12 meses. Não foram apresentados pelo país dados condizentes com a metodologia proposta pela CDIS para esse indicador, conforme Tabela 8. Contudo, a CDIS informa que cerca de 18,1% da população do Peru pesquisada na Pesquisa Nacional sobre o Uso do Tempo (INEI) relatou ter participado pelo menos uma vez em uma atividade cultural por semana. Com base nesses dados, a CDIS infere que este demonstra nível relativamente baixo de participação nas atividades culturais pela população peruana. Cabe ressaltar que esse indicador está subestimado, pois a pesquisa utilizada considera apenas participar de uma atividade na semana, que é um período de tempo muito limitado. De acordo com a metodologia CDIS, o período de referência deve ser superior aos 12 meses anteriores, já que a maioria das pesquisas de uso de tempo usa esse período (CDISPERU, 2014, p.18).

(13) Construção de identidade participativa: Refere-se à porcentagem da população que participou, ao menos uma vez, de atividade cultural de construção identitária nos últimos 12 meses. Não foram apresentados pelo país dados condizentes com a metodologia proposta pela CDIS para esse indicador, conforme Tabela 8. Contudo, a CDIS informa que, com base nos dados apresentados pelas autoridades peruanas, 14% da população com idade acima de 12 anos participou ao menos de uma atividade cultural na última semana. De acordo com a metodologia CDIS, o período de referência deve ser superior aos 12 meses anteriores, já que a maioria das pesquisas de uso de tempo usa esse período (CDISPERU, 2014, p. 19).

(14) Confiança intercultural: Este indicador no Peru procura medir o grau de abertura a diversidade e tolerância de determinada sociedade. É um resultado composto das respostas dos entrevistados a respeito de vizinhos que se enquadram em três categorias: pessoas de uma etnia diferente, imigrantes/trabalhadores estrangeiros e pessoas de uma religião diferente. Cerca de 89,3% dos peruanos em 2012 concordaram que geralmente podem aceitar pessoas de diferentes culturas. As mulheres têm um grau maior de abertura (90,2%) para outras culturas, em comparação aos homens (88,5%) no país. Observando-se a diferença de idade, entre 18 e 29 anos há mais tolerância com outras culturas, atingindo uma média de 91,4%, seguido pela faixa etária de 30 a 49 anos, com 89,6% e finalmente a faixa etária de 50 anos ou mais, na qual o valor médio é de 86,3% de tolerância (Ibidem, p. 19).

(15) Confiança interpessoal: Este indicador procura avaliar o nível de confiança associado aos sentidos de solidariedade e de cooperação, fornecendo informações sobre o capital social existente no Peru. Cerca de 18% dos peruanos concordaram que a maioria das pessoas pode ser confiável, de acordo com dados de 2011. O resultado de 18% indica um baixo nível de confiança e solidariedade, pois cerca de 1/5 da população respondeu favoravelmente. Pequenas variações podem ser observadas ao longo da desagregação por gênero. Cerca de 19% dos homens contra 16% das mulheres concordaram que a maioria das pessoas pode ser confiável. As variações entre idade nos grupos variam de 17% das pessoas entre 16 e 25 anos a 15% nas pessoas de 26 a 40 anos, 19% entre 41 e 60 anos e 24% nas pessoas com 61 anos ou mais (Ibidem, p. 19).

(16) Autodeterminação: Nota média de percepção de liberdade em sua autodeterminação e realização de suas escolhas sem intervenção externa ou do Estado. O resultado desse indicador para o Peru é de 7,1/10, de acordo com a Tabela 8. De acordo com a CDIS, representa que os indivíduos acreditam que existe "muita liberdade de escolha e controle" no país. Logo, o resultado ainda indica que a maioria dos peruanos sente que tem um grau relativamente alto de controle sobre si e tem a liberdade de viver a vida que escolher, de acordo com seus próprios valores e crenças.

d. Patrimônio

Com base no observado no DNA de *Cultura para o Desenvolvimento* no Peru da CDIS (Ilustração 10), a única categoria desta dimensão destaca-se pelo alto aproveitamento.

(22) Sustentabilidade: Esta dimensão trata-se de um índice de desenvolvimento de uma estrutura multidimensional para a sustentabilidade dos patrimônios do país. O resultado do Peru é de 0,65/1, o que reflete bom nível de prioridade dado à proteção, salvaguarda e promoção da sustentabilidade dos patrimônios pelas autoridades colombianas. Como visto, no país o desenvolvimento de políticas institucionais e de gestão em relação ao patrimônio, ainda que existem, requer aprimoramento, sobretudo no que tange à proteção, salvaguarda e gestão dos patrimônios culturais. Nos sub-indicadores, o Peru apresenta o resultado de 0,90/1 para os registros e inscrições dos patrimônios culturais, materiais e imateriais; 0,52/1 na proteção, salvaguarda e gestão dos mesmos, por meio de políticas e medidas legais definidas; 0,57/1 para a transmissão e a mobilização de apoio populacional, que reflete nos esforços de sensibilização sobre o valor e as ameaças dos patrimônios. Os resultados dos sub-indicadores demonstram que o governo peruano requer desenvolver uma maior estrutura governamental direcionada à gestão dos patrimônios culturais por meio de políticas culturais, sobretudo no que concerne ao registro e preservação destes, como iremos expor na sequência. (CDISCOL, 2014, p. 34).

4.3 Análise dos dados apresentados: Colômbia e Peru

Com base em todo o discutido na presente tese, seja no que tange à relação de cultura e desenvolvimento, quanto a conceituação de *Cultura para o Desenvolvimento* e sua aplicabilidade com base no apresentado pela metodologia CDIS da UNESCO e seus estudos atinentes aos países latino-americanos, observou-se algo não previsto ao iniciar-se a revisão da análise da CDIS dos dois casos apresentados.

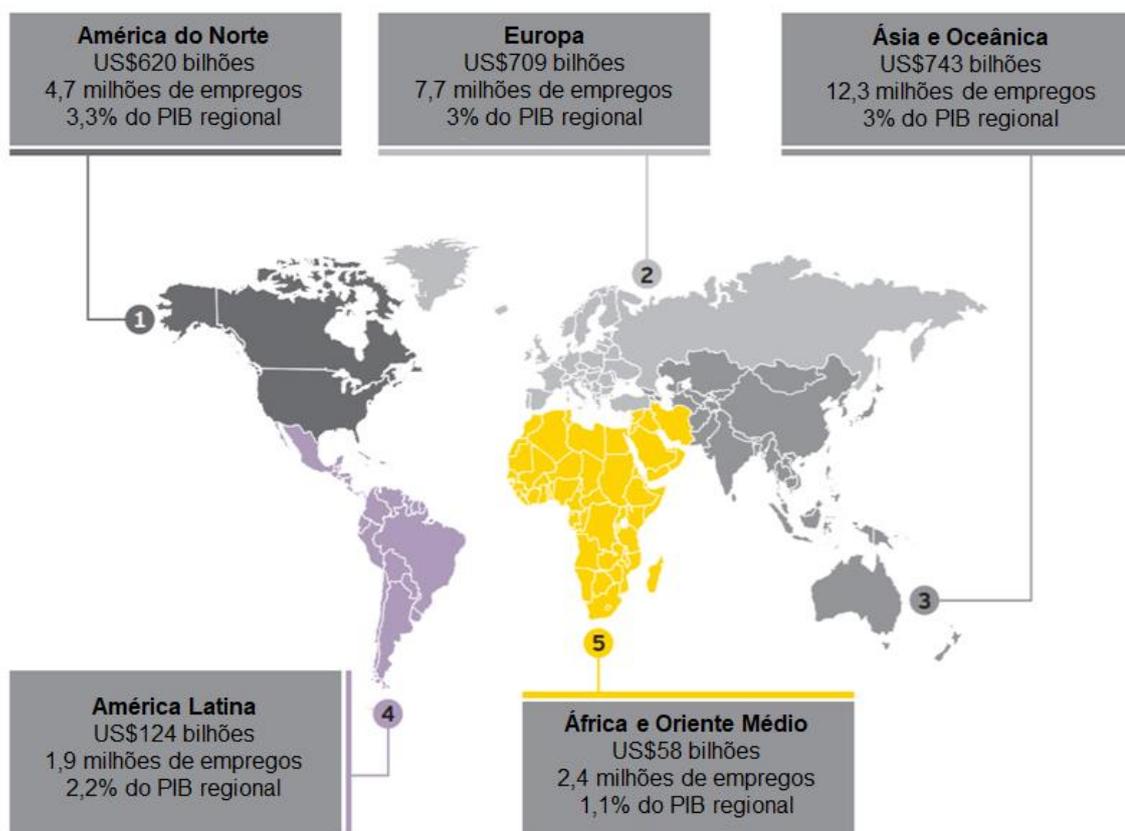
Ainda que nesta investigação não analise-se casos específicos de dinâmicas e iniciativas culturais nos países selecionados, mas sim a propositura de *Cultura para o Desenvolvimento* sob uma perspectiva mais ampla, assume-se que Colômbia e Peru têm notória relevância no que tange à identidade cultural do continente, seja no sentido de percepção sensorial de riqueza cultural e representatividade latino-americana no que concerne à exportação de bens culturais em escala global (músicas, comidas, praias e ilhas na costa caribenha, patrimônios pré-colombianos históricos, dentre outros), quanto pelas suas contribuições como arcabouços culturais regionais *per se* (NETTO; TRIGO, 2016).

Como apresentado, ambos foram indicados com base não somente na seleção realizada pela CDIS para seus estudos no continente, como sobretudo pelo número elevado de Patrimônios Culturais (materiais e imateriais) e Cidades Criativas consagradas pela organização cerne deste estudo, como suprarreferido. O número elevado demonstra infraestrutura cultural e iniciativas governamentais assertivas de enaltecimento cultural, para fins econômicos ou não, e de preservação dos patrimônios dos países. Trata-se de um dado positivo.

Contudo, observou-se que, ainda que os países coadunem quanto ao histórico atinente às políticas culturais de grande relevância e tradição, assim como o referido arcabouço identitário cultural do continente, estes divergem em certa medida quanto aos aspectos que concernem à execução das práticas governamentais atreladas à todas as dimensões e características relacionadas à cultura e ao desenvolvimento.

Como exposto no terceiro capítulo, observa-se que, ainda que ambos os casos apresentem resultados econômicos substanciais na região, o continente de maneira geral tem desempenho inferior ao da maioria dos continentes no setor cultural, como observado na Ilustração 11, abaixo.

ILUSTRAÇÃO 11 - Participação econômica e empregabilidade nos setores culturais, em dólares por continente, em 2015.



FONTE: UNESCO. *Cultural times: the first global map of cultural and creative industries*, EY, 2015, tradução nossa.

Ainda, de acordo com a UNESCO, parte do desempenho do continente, de maneira geral, dá-se sobretudo pela comercialização informal de bens e serviços culturais, assim como ocorre nos continentes africano e asiático, atividades estas de difícil contabilização por parte das entidades internacionais e governos locais, o que requereria concomitantemente políticas estratégicas de gestão delas. A falta desses dados fez-se presente na análise CDIS, como observado ao longo do capítulo (CDIS, 2014). Conforme vislumbrado nos casos selecionados, analisados pela CDIS, estes tratam-se de pontos nevrálgicos que requerem maior atenção por parte dos governantes de ambos os países no que tange a participação, fomento e preservação da cultura em prol do desenvolvimento local.

Colômbia e Peru tratam-se de uma amostragem perante todo o continente, porém a UNESCO expõe que, de maneira geral, a discrepância com outros continentes comparativamente à riqueza cultural latino-americana, demonstra a

necessidade de voltar-se a atenção aos pontos deficientes, como a pirataria de bens culturais, a necessária expansão de oportunidades de *marketing* que intensifiquem a já relevante exportação de bens culturais internacionalmente - este mais explorado e com melhor desempenho por países como México e Brasil - a preservação de patrimônios culturais, e demais questões de cunho social, como a má distribuição de renda, que reverbera conseqüentemente na ineficaz distribuição de atividades culturais pelo país e o acesso diferenciado entre classes sociais à essas atividades (UNESCO, 2016). Quando o indivíduo tem acesso as atividades culturais que o conformam, há não somente a manutenção automática de traços culturais marcantes daquela sociedade, como ainda o reforço identitário e a disseminação de informação e conhecimento do entendimento de sua própria cultura e a do outro. Afinal, como apresentado ao longo da tese sob a concepção de Sen (1999), o desenvolvimento nasce como um processo de ampliação das escolhas dos indivíduos para que tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Porquanto, a oferta dessas possibilidades se faz essencial sob a perspectiva desta investigação.

Nota-se, por exemplo, que Colômbia e Peru, de acordo com Alexandre Panosso Netto e Luiz Gonzaga Godoi Trigo (2015, p.12), deixaram de ser apenas monoculturas e exportadores de matérias primas, expandindo suas econômicas em setores de entretenimento, hospitalidade, gastronomia, comunicação e turismo nas últimas décadas. No turismo mesmo, por exemplo, importante categoria no incentivo à *Cultura para o Desenvolvimento* (vide Ilustrações 6 e 7), as ofertas são complexas e diversificadas.

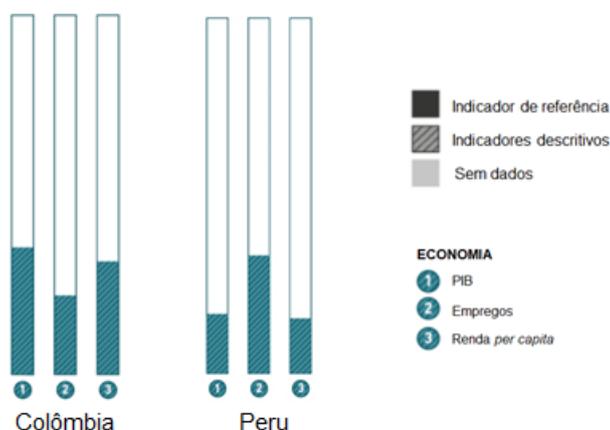
A América Latina é uma região que sempre deslumbrou os viajantes. Conquistadores, missionários, funcionários das cortes, comerciantes, traficantes, aventureiros, cronistas e cientistas sempre se extasiaram ante suas regiões naturais e a cultura de seus povos autóctones. Tais povos estão espalhados pelo vasto território composto por metrópoles ricas e aldeias frágeis e pobres (Ibidem, p.15).

De acordo com o Índice de Competitividade em Viagens e Turismo (ICVT), o potencial turístico cultural da Colômbia e Peru merece destaque em nível global, posicionando-se entre os 50 primeiros colocados, coadunando com o elevado número de turistas que os países recebem, o qual supera a marca de 2 milhões ao ano (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011). Assim, em grande medida, o turismo assim como as demais categorias que permeiam a proposta de *Cultura para o Desen-*

volvimento, viabiliza possibilidades e a intersecção da cultura com o desenvolvimento local, seja na criação de empregos, infraestrutura cultural, enaltecimento e reforço identitário, assim como a compreensão da importância da cultura para uma sociedade e a relevância de sua preservação. Isso apenas requer ser vislumbrado como um grande plano de governo, cujas ramificações são inúmeras e afetam diferentes setores que constituem o Estado, sendo uma possibilidade ímpar de desenvolvimento.

Ao selecionar-se quatro das sete dimensões propostas pela metodologia CDIS para uma possível análise de *Cultura para o Desenvolvimento*, visa-se justamente destacar tópicos e conceitos abordados na tese e com enfoque direto na correlação de ambos os conceitos, em que pese as demais categorias, enveredadas aos aspectos políticos, econômicos e sociais dos respectivos países, aspectos estes normalmente abordados por índices como o IDH, mas que não se atém a pormenores que suscitam a reflexão sobre o papel da cultura no desenvolvimento.

ILUSTRAÇÃO 12 - Comparativo da Dimensão Economia entre Colômbia e Peru.



FONTE: CDISCOL, 2014, p.3; CDISPERU, 2014, p.4, tradução nossa.

A Ilustração 12 oferece um comparativo da dimensão Economia entre os dois países considerados nesse estudo empírico. Como resultado, observa-se que no que tange à dimensão Economia, tanto Colômbia quanto Peru têm no setor cultural um importante segmento econômico que, de fato, em muito contribui ao PIB de ambos os países. Vê-se na comparação da Ilustração 12 com a Tabela 10, abaixo, que ambos os países se encontram com seus dados abaixo de 50% do idealizado pela UNESCO. O que não necessariamente demonstra um baixo desempenho, mas reforça o necessário aprimoramento dos setores que interagem entre si para o fomento

econômico nos países. Afinal, as atividades culturais, como mecanismos propulsores do crescimento econômico, viabilizam toda uma diversificação das economias nacionais, gerando receita e criando maior empregabilidade, propiciando conseqüentemente o desenvolvimento (CDIS, 2014, p. 20).

Observa-se ainda que a Colômbia tem uma maior participação do setor cultural no PIB do que o Peru, o que propicia um maior dinamismo das economias criativas e da cultura, mencionadas no terceiro capítulo da tese. Porém, há grande sub-notificação, tendo-se em vista a inexistência de procedimentos e metodologias que analisem quantitativa e qualitativamente grande parte das atividades dos setores culturais locais e informais (artesanatos, guias turísticos informais, visitas a comunidades culturais que não fazem parte de programas oficiais, dentre outras), assim como os impactos de atividades indiretas, que podem ser significativas aos países (CDIS, 2014, p. 24; CDISCOL, 2014, p. 7). Outro detalhe de suma relevância é a não computação de atividades advindas de agências públicas e de instituições sem fins lucrativos, as quais muitas vezes são responsáveis pela administração de Patrimônios Culturais da Humanidade, como é o caso do sítio arqueológico de Machu Picchu, no Peru. Símbolo cultural do país, ainda que contabilizadas as atividades formais que permeiam toda a infraestrutura social, cultural e economia no entorno do patrimônio, cerne do turismo local, a não computação dos lucros e empregabilidade do sítio em si, assim como das inúmeras atividades culturais que dele se alicerçam, prejudica sobremaneira os índices dessa dimensão da CDIS. Afinal, o sítio arqueológico e toda a estrutura turística que o permeia, inflaciona o preço das propriedades na região, assim como o preço de bens e serviços, além de estimular o comércio local e nacional, como ocorre em demais localidades com Patrimônios Culturais reconhecidos ou mesmo Cidades Criativas (BFSC, 2020). Trata-se de um ponto deficiente não dos países, mas da CDIS, ao desconsiderá-los.

TABELA 10 - Comparativo descritivo da Dimensão Economia entre Colômbia e Peru.

	Colômbia	Peru
Economia		
PIB	<ul style="list-style-type: none"> - Setor cultural contribui sobremaneira ao PIB da região, alcançando o índice de 3,41% (dados de 2008), sendo 49% advindos de atividades culturais centrais; - Propiciou o surgimento de mais empresas dinâmicas, que estimularam o setor cultural, sobretudo com a criação de leis de incentivo, as quais também estimularam o crescimento de indústrias culturais e criativas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Setor cultural contribui sobremaneira ao PIB da região, alcançando o índice de 1,58% (dados de 2007), sendo 26% advindos de atividades culturais centrais; - Não há contabilização via CDIS de atividades culturais informais, o que prejudica fortemente a veracidade deste indicador, tendo-se em vista a relevante contribuição dessas atividades para a economia do país.
Empregos	<ul style="list-style-type: none"> - Cerca de 2,1% da população está empregada no setor cultural (dados de 2012), sendo destes 72% em atividades centrais; - Há subnotificação, pois não são computados e não há registros fidedignos nos censos oficiais do governo com relação aos empregos informais no setor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cerca de 3,3% da população está empregada no setor cultural (dados de 2007), sendo destes 90% em atividades centrais; - Há, igualmente, subnotificação.
Renda <i>per capita</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Gastos das famílias locais são 2,75% destinadas à atividades, bens e serviços culturais, sendo 65% em atividades, bens e serviços centrais; - O consumo de mais de 50% do setor cultural advém de indivíduos residentes em centros urbanos e de maior poder aquisitivo no país; - Não se computam dados de aquisição de atividades, bens e serviços de locais informais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gastos das famílias locais são 1,56% destinadas à atividades, bens e serviços culturais, sendo 58% em atividades, bens e serviços centrais; - O consumo de 96% do setor cultural advém de indivíduos residentes em centros urbanos e de maior poder aquisitivo no país; - Também não se computam dados de aquisição de atividades, bens e serviços de locais informais.

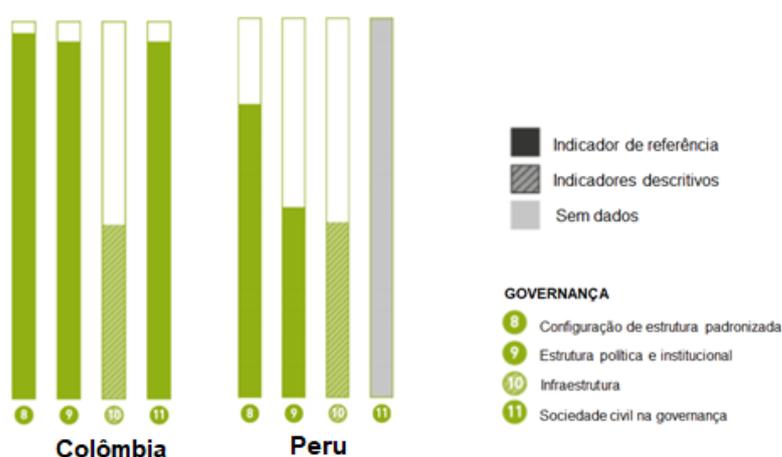
FONTE: CDISCOL, 2014, p.5-8; CDISPERU, 2014, p.6-9. Elaboração própria.

Igualmente, no que tange aos empregos, a subnotificação é expressiva. Ao não se computar os empregos informais nesses países que, ainda que sejam sazonais, a depender muitas vezes do fluxo turístico (BFSC, 2020), não só inviabiliza dados estatísticos como também dificulta a participação do governo no investimento de projetos, iniciativas de pequenas empresas culturais, dentre outras ações (CDISCOL, 2014, p. 7). Contudo, de qualquer maneira, os resultados apresentados demonstram a importância que tal setor tem para a geração de emprego nos países, pois com resultado expressivo, ainda que subnotificado, há demonstração de que empresas culturais e criativas contribuem fortemente à parte significativa da população.

Por fim, a questão de renda *per capita*, e poder de compra dos indivíduos denota não só demanda por consumo de bens culturais significativa como também salienta a desigual distribuição de renda em ambos os países. Enquanto na Colômbia, entre 2011 e 2014, período em que a CDIS foi realizado no país, o Coeficiente de Gini variou de 0,53 a 0,52, no Peru o mesmo coeficiente, dentre 2013 e 2014, seu período de análise CDIS, foi de 0,43 (WORDL BANK, 2020).²⁸ Em ambos os países fica clara a má distribuição de renda que se reflete neste indicador. A CDIS sugere que há potencial para produção de bens culturais nacionais e que talvez seu estímulo possa advir de políticas públicas que priorizem indústrias culturais locais, bem como a melhor distribuição da infraestrutura cultural pelos países, conforme iremos apresentar na sequência (CDISPERU, 2014, p. 9).

Por fim, a CDIS indica em seu relatório que ambos os países devem aprimorar seus levantamentos estatísticos em âmbito nacional, seja distribuído em fatores socioeconômicos, como também geograficamente, com ênfase em áreas de conflito cujo fim é o de entender-se melhor os impactos de acontecimentos políticos e sociais *vis-à-vis* a evolução do bem-estar social. Em adição, a CDIS informa o fato das autoridades peruanas e colombianas não utilizarem fontes sugeridas pela metodologia da UNESCO, como o ISCO (vide Tabela 6), afóra demais índices utilizados pelos governos que não atendem aos parâmetros internacionais.

ILUSTRAÇÃO 13 - Comparativo da Dimensão Governança entre Colômbia e Peru.



FONTE: CDISCOL, 2014, p.3; CDISPERU, 2014, p.4, tradução nossa.

²⁸ Coeficiente de Gini é o indicador de avaliação da distribuição de renda, sendo o valor mais próximo à 1, má distribuição de renda, e o valor mais próximo a 0 melhor distribuição de renda (WORLD BANK, 2020).

Em resumo, a CDIS sugere melhoria da parte estrutural de governança, a qual é explicitada na dimensão seguinte (CDISPERU, 2014, p. 9; CDISCOL, 2014, p. 8). Com relação à Dimensão Governança, muito do acima citado acaba por ser explicado ao analisar-se os dados da CDIS em ambos os países. Primeiramente, ao observa-se ambos os DNAs nota-se que, em princípio, o desempenho colombiano é superior ao peruano, cujo DNA inclusive não computa um dos indicadores por ausência de dados em sua totalidade, com base nas orientações da metodologia da CDIS. A distinção visual acaba por ser prática.

Acerca da estrutura institucional desenvolvida pelos países relacionada à cultura, no que concerne às ratificações de convenções e acordos internacionais de promoção e proteção cultural da UNESCO, os dados são similares; ambos os países ratificaram a grande maioria dos considerados pela CDIS. Porém, em nível nacional, a diferença é mais acentuada. A institucionalização colombiana apresenta resultado muito mais expressivo que a peruana, igualando o primeiro indicador inclusive com o internacional, de 0,96/1. Há o desenvolvimento de políticas públicas culturais, incentivos e programas elaborados e desenvolvidos por parte dos governos e autoridades locais, contudo há ausência de leis, regulamentos ou decretos que promovam o patrocínio de iniciativas culturais, o que, de acordo com a CDIS, fomentaria substancialmente o setor no país. Outro ponto importante é a descentralização da administração pública da cultura pelo país - todos os departamentos contam com institutos ou secretarias que coordenam as atividades locais, assegurando a governança cultural (CDISCOL, 2014, p. 15). Como informado pela CDIS, no caso peruano, por sua vez, não só se observa difícil mobilização política que regule normas e procedimentos do setor cultural, como também complexidade acentuada pela diversidade cultural e fraca infraestrutura, as quais dificultam a contabilização de registros de patrimônios culturais. Ainda, a CDIS denota melhorias relacionadas à gestão dos sítios arqueológicos e patrimônios culturais, que enfraquece não somente os resultados obtidos, como a visibilidade internacional no país quanto a esse segmento, que é de suma relevância à UNESCO, como exposto ao longo da presente tese.

TABELA 11 - Comparativo descritivo da Dimensão Governança entre Colômbia e Peru.

	Colômbia	Peru
Governança		
Configuração da estrutura padronizada	Resultado de 0,96/1 que representa forte institucionalização da cultura na estrutura governamental, sejam pela ratificação de instrumentos culturais internacionais, quanto pelo desenvolvimento em âmbitos nacionais de políticas e diretrizes substanciais ao setor.	Resultado de 0,78/1 que representa em média institucionalização da cultura na estrutura governamental, sejam pela ratificação de instrumentos culturais internacionais, quanto pelo desenvolvimento em âmbitos nacionais de políticas e diretrizes substanciais ao setor. Na oportunidade, tratam-se da segunda fase da implementação da CDIS, foi divulgado resultado relativo apenas ao âmbito nacional, sendo 0,68/1.
Estrutura política e institucional	Resultado de 0,95/1, e alta aprovação nos sub-indicadores tendo-se em vista a forte institucionalização da cultura na estrutura governamental, de modo descentralizado e extremamente regimentado.	Resultado de 0,50/1, e igual aprovação nos sub-indicadores, tendo-se em vista a média institucionalização da cultura na estrutura governamental, a qual requer maior complementação e adequação.
Infraestrutura	Resultado de 0,48/1, tendo-se em vista a desigual distribuição entre os departamentos/estados do país de serviços e locais culturais, como museus, teatros e bibliotecas.	Resultado de 0,46/1, tendo-se em vista a desigual distribuição entre os departamentos/estados do país de serviços e locais culturais, como museus, teatros e bibliotecas.
Sociedade civil na governança	Resultado de 0,95/1, o que indica que existem muitas oportunidades de diálogo e representação de profissionais e minorias culturais no que diz respeito à formulação e implementação de políticas, medidas e programas culturais.	Não foram apresentados dados ao indicador, sobretudo pela discordância expressada pelas unidades técnicas no desenvolvimento dos instrumentos sugeridos para a construção do indicador.

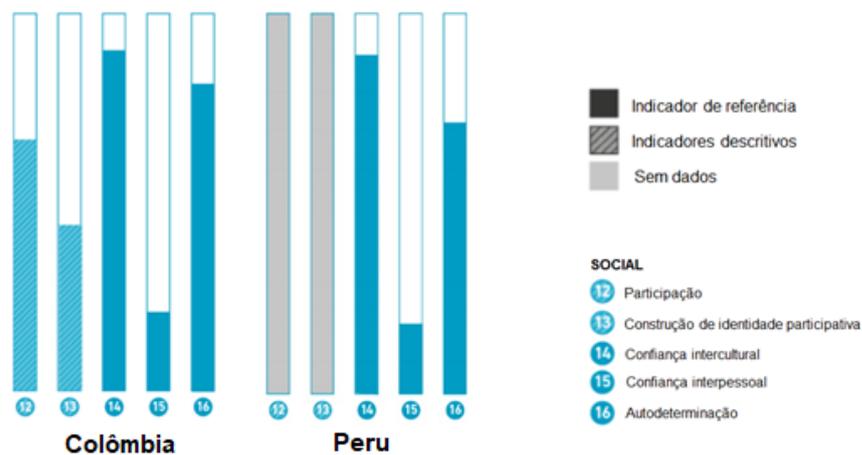
FONTE: CDISCOL, 2014, p.13-17; CDISPERU, 2014, p. 13-17. Elaboração própria.

Contudo, no indicador Infraestrutura, ainda que a estrutura institucional de governança cultural no país seja mais desenvolvida e expressiva na Colômbia, o resultado obtido foi similar ao peruano, tendo-se em vista que, mesmo havendo administração pública local, há desigual distribuição de serviços e locais culturais no país, como anteriormente exposto. Em ambos os casos, a CDIS sugere que se aumente a igualdade de acesso às oportunidades culturais nos demais departamentos não ou pouco contemplados, promovendo-se assim o desenvolvimento de indústrias culturais e criativas para consumo doméstico e lazer, proporcionando um

ambiente eficaz para os profissionais da cultura e empresas criarem, produzirem, promoverem e distribuírem seu trabalho. Esta é uma questão crucial e desafio comum entre os países que implementaram a CDIS, uma vez que a pontuação média para este indicador é de 0,43/1 (CDIS, 2014).

A dimensão Social reflete em grande parte não somente os dados apresentados de ambas as dimensões supracitadas, como também grande parte do discutido na presente tese, no que tange à diversidade cultural, percepção e participação.

ILUSTRAÇÃO 14 - Comparativo da Dimensão Social entre Colômbia e Peru.



FONTE: CDISCOL, 2014, p.3; CDISPERU, 2014, p.4, tradução nossa.

Como observado nos DNA apresentados na Ilustração 14, novamente a Colômbia destaca-se, sobretudo pelo fato de novamente o Peru não apresentar indicadores por inconsistência ou não atendimento das exigências metodológicas da CDIS. Como é possível analisar-se na Tabela 12 abaixo, a participação social ativa nas atividades culturais do país é razoável, mas demandaria melhor distribuição delas, em parte afetada pela questão de Infraestrutura na dimensão anterior apresentada. A CDIS sugere que, havendo maior acesso à essas infraestruturas culturais, consequentemente haverá maior participação da comunidade, posto que, quando da análise CDIS, os resultados demonstraram que a maior parte dos que usufruem das atividades culturais são aqueles detentores de poder aquisitivo para tanto, o que em certa medida reflete na desigual distribuição de renda dos países, como mencionado na dimensão Economia. Ainda, de acordo com a CDIS, o que corrobora parte do discutido

na presente tese, as atividades de construção de identidade costumam estar no centro da conectividade social e do patrimônio cultural imaterial de uma sociedade ou grupo, como discutido no segundo capítulo.

TABELA 12 - Comparativo descritivo da Dimensão Social entre Colômbia e Peru.

	Colômbia	Peru
Social		
Participação	<ul style="list-style-type: none"> - 65,9% da população de 12 anos ou mais participou de pelo menos uma vez de alguma atividade cultural nos últimos 12 meses; - A distribuição de participação nestas atividades de acordo com o poder aquisitivo é razoável, variando de 48.5% do grupo de maior poder aquisitivo, para 33.2% do grupo de menor poder aquisitivo. 	Não foram apresentados dados embasados na metodologia CDIS ao indicador. Contudo, foram utilizados os dados da INEI, sendo o resultado de 18,1%, o qual a CDIS considera subnotificado.
Construção de identidade participativa	<ul style="list-style-type: none"> - 44,1% da população participa de atividades culturais que promovem a construção identitária; - Ainda que grau relativamente baixo, a distribuição das participações entre os diferentes níveis de escolaridade e entre grupos de diferentes poderes aquisitivo é equilibrada. 	Não foram apresentados todos os dados embasados na metodologia CDIS ao indicador. Contudo, dos apresentados, foi observado que 14% da população participou de, ao menos, uma atividade cultural identitária na última semana, o qual a CDIS considera subnotificado.
Confiança intercultural	<ul style="list-style-type: none"> - 93,17% dos colombianos entrevistados não consideram o "outro" como indesejável; - Tolerância não exclui a existência de discriminação e exclusão em nível cultural, econômico ou social no país. 	<ul style="list-style-type: none"> - 89,3% dos colombianos entrevistados não consideram o "outro" como indesejável; - Observou-se que a tolerância é maior entre pessoas de faixa etária menor.
Confiança interpessoal	<ul style="list-style-type: none"> - 20,5% da população colombiana concordou que a maioria das pessoas pode ser confiáveis (dados de 2010); - Indivíduos de maior nível educacional apresentaram maior confiança interpessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> - 18% da população peruana concordou que a maioria das pessoas pode ser confiável (dados de 2011); - Não se apresentou expressiva variação entre gênero e faixa etária.
Autodeterminação	O resultado da Colômbia é de 8.13/10. De acordo com a CDIS, o resultado representa que os indivíduos acreditam que há "muita liberdade de escolha e controle".	O resultado do Peru é de 7,1/10. De acordo com a CDIS, o resultado representa que os indivíduos acreditam que há "muita liberdade de escolha e controle".

FONTES: CDISCOL, 2014, p.18-24; CDISPERU, 2014, p. 18-22. Elaboração própria.

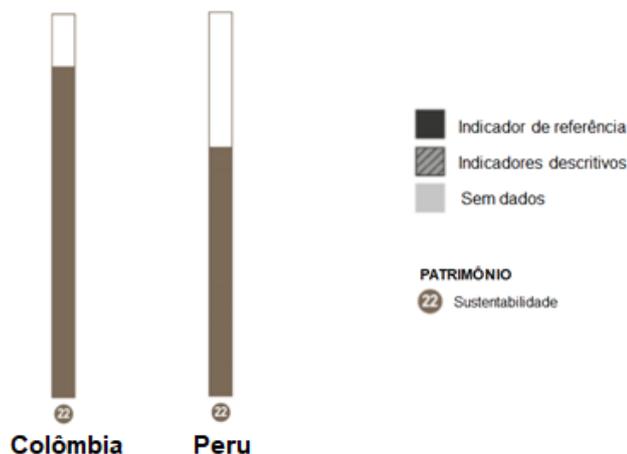
Afora a conceituação, os dados apresentados demonstram que boa parte da população participa de atividades que propiciem a integração por meio de patrimônios culturais imateriais, havendo um melhor equilíbrio ao verificar-se que há pequena distinção de nível de escolaridade ou de poder aquisitivo entre os participantes. Os indicadores de confiança intercultural e interpessoal, por sua vez, demonstram que a sociedade está integrada, ainda que o grau de tolerância não demonstre a ausência de discriminação ou exclusão, seja cultural ou social.

Logo, embora os recentes esforços do governo tenham estabelecido com sucesso uma linha de base para a tolerância, são necessários esforços adicionais para melhorar o potencial da participação cultural, a fim de reforçar sentimentos de entendimento mútuo, solidariedade e cooperação, além de criar confiança nos países. Contudo, os resultados do Peru, além de estarem em alguns indicadores abaixo da média de todos os países que implementaram a CDIS até agora, que é de 19,2%, ainda evidenciam grande subnotificação e inconsistência metodológica, tendo-se em vista o não cumprimento de parte das exigências da metodologia CDIS.

Por fim, no que tange à Autodeterminação, ambos os resultados demonstram que os indivíduos nesses países se sentem com "muita liberdade de escolha e controle" de suas vidas no que concerne ao exercício de suas atividades ou mesmo liberdades cultural e de crenças. Trata-se de uma percepção individual, mas ao analisarmos todos os indicadores juntos sob a perspectiva de Sen (1999) de "expansão das liberdades", denota-se que o não acesso às infraestruturas culturais ou a má administração desse importante segmento nos países, em grande medida usufruído apenas por uma parcela da população, de certa maneira não provê toda a liberdade que pode ser expressa individualmente.

Chegando-se a comparação da dimensão final, Patrimônio, observa-se pelos DNAs que ambos os países apresentam uma adequada sustentabilidade de seus patrimônios culturais. Contudo, os pormenores são marcantes e imprescindíveis para que o tem sido abordado aqui no que tange ao desenvolvimento sustentável e à relevância do Estado na articulação e na gestão de seus patrimônios. A Ilustração 15 apresenta um comparativo da dimensão Patrimônio entre Colômbia e Peru.

ILUSTRAÇÃO 15 - Comparativo da Dimensão Patrimônio entre Colômbia e Peru.



FONTE: CDISCOL, 2014, p.3; CDISPERU, 2014, p.4, tradução nossa.

Como se observa na Tabela 13 a seguir, o resultado geral colombiano é superior ao peruano, o que reflete em grande parte toda a estrutura institucional governamental, descentralização e elaboração ou ratificação de mecanismos legais, internacional ou nacionalmente, que visam à preservação e à salvaguarda de patrimônios culturais. Logo, ao analisar-se os sub-indicadores, as distinções ficam mais claras.

TABELA 13 - Comparativo descritivo da Dimensão Patrimônio entre Colômbia e Peru

	Colômbia	Peru
Patrimônio		
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - O resultado da Colômbia é de 0,86/1, o que reflete o alto nível de prioridade dado à proteção, salvaguarda e promoção da sustentabilidade dos patrimônios pelas autoridades colombianas; - Nos sub-indicadores, a Colômbia apresenta o resultado de 0,87/1 para os registros e inscrições dos patrimônios culturais, materiais e imateriais; 0,80/1 na proteção, salvaguarda e gestão dos mesmos, por meio de políticas e medidas legais definidas; 0,93/1 para a transmissão e a mobilização de apoio populacional, que reflete nos esforços de sensibilização sobre o valor e as ameaças dos patrimônios. 	<ul style="list-style-type: none"> - O resultado do Peru é de 0,65/1, o que reflete bom nível de prioridade dado à proteção, salvaguarda e promoção da sustentabilidade dos patrimônios pelas autoridades colombianas; - Nos sub-indicadores, o Peru apresenta o resultado de 0,90/1 para os registros e inscrições dos patrimônios culturais, materiais e imateriais; 0,52/1 na proteção, salvaguarda e gestão dos mesmos, por meio de políticas e medidas legais definidas; 0,57/1 para a transmissão e a mobilização de apoio populacional, que reflete nos esforços de sensibilização sobre o valor e as ameaças dos patrimônios.

FONTES: CDISCOL, 2014, p.18-24; CDISPERU, 2014, p. 18-22. Elaboração própria.

O sub-indicador de registros e inscrições denota uma questão relevante e que requer atenção por parte das autoridades peruanas. A CDIS descreve que, não só há complexa e notória lista de registros de patrimônios, cuja estrutura administrativa não consegue absorver ao passo que novas descobertas arqueológicas são realizadas, como também há alto índice de furto de patrimônios no país (CDISPERU, 2014, p. 32). Assim, o setor apresenta-se sobrecarregado, influenciando em uma má administração do mesmo. Na Colômbia, por sua vez, há muitos esforços públicos dedicados aos registros, conservação, gerenciamento, capacitação, apropriação social e envolvimento da comunidade e conscientização, e lacunas persistentes e seletivas exigem ações adicionais para melhora da estrutura multidimensional. Há, inclusive, um inventário nacional do patrimônio cultural no país, denominado como Bens de Interesse Cultural (BIC), que é atualizado pelo menos uma vez por ano.

Ao mesmo tempo, infere-se em difícil controle de fiscalização e gerenciamento adequado do amplo arcabouço simbólico existente no país. Retoma-se novamente, por exemplo, o famoso caso do sítio arqueológico de Machu Picchu, que por mais de uma ocasião necessitou ser fechado, tendo-se em vista o alto número de turistas no local, o que desgastou e depredou em partes sua estrutura, sendo necessária restauração e revisão da gestão local, assim como a proposta local de construir-se um aeroporto nas proximidades do sítio arqueológico, afetando diretamente outro sítio local, o vilarejo de Chinchero (UNESCO, 2016). Ainda que tais espaços reflitam sobremaneira nos índices econômicos dos países, a boa gestão, visando a preservação cultural, se faz fundamental, premissa encabeçada pela UNESCO e de suma relevância para a manutenção da identidade cultural, como abordado no primeiro capítulo e reiterado ao longo desta investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi iniciada sugerindo-se que cultura e desenvolvimento, em todas as vertentes de seus amplos espectros, tratam-se de conceitos tão similares que poderiam ser intercambiados. Após decorridos quatro capítulos foi possível analisar que cultura e desenvolvimento não só são similares e relevantes a uma sociedade, como complementam-se; possuem uma sinergia que enriquece os indivíduos e as sociedades em escala nacional e global.

A junção entre cultura e desenvolvimento - *Cultura para o Desenvolvimento* - antes como proposta estratégica, agora também como conceito, abre um leque de possibilidades aos países para aprimoramento institucional, fomento do dinamismo econômico, enrijecimento das diretrizes de preservação cultural, ambiental e que, por conseguinte, refletem sobremaneira na melhoria do desenvolvimento humano. Fatores esses que, juntos, viabilizam o desenvolvimento sustentável. Trata-se do citado transbordamento dos campos específicos dos conceitos; perpassam transversalmente esferas sociais, políticas e estruturais, contribuindo sobretudo na contemporaneidade, com todos os seus desafios atinentes à diversidade cultural e sua preservação em consonância com a globalização.

Ao definir-se cultura como uma conjunção de características que identifica um determinado grupo de pessoas que se reconhece pelo mesmo sistema simbólico, o qual lhe proporciona um sentimento de pertencimento a uma mesma sociedade, ampliam-se as possibilidades, não só de características identitárias *per se* como de aspectos que podem e devem ser considerados por autoridades locais para sua melhor gestão.

Quando se fala sobre gestão, infere-se que os Estados, como entidades legisladoras, podem prover ferramentas que propiciem a manutenção dessa cultura e criar políticas que viabilizem o desenvolvimento, concomitantemente. Ao entender-se, conforme discutido, desenvolvimento sob a amplitude da sustentabilidade e como possibilidade de aprimorar-se setores e segmentos institucionais que viabilizam diferentes formas de liberdade, como o acesso à informação, saúde, educação e ao livre usufruto de sua cultura local, com efeito entendemos que quanto menor privação em diferentes segmentos houver, a sociedade desenvolverá seus indivíduos, estando conseqüentemente mais apta a desenvolver-se coletivamente. Afinal, como argumentado, desenvolvimento não deve ser baseado somente em fatores de crescimento

econômico. Trata-se, sim, de uma medida de suma relevância, mas que, associada à cultura, expande-se de tal forma, em diferentes ramificações, que o torna mais eficaz, seja no que tange à sua governança, à sociedade, à própria economia, como ainda à preservação dos patrimônios culturais locais.

Com tal entendimento, fica mais clara toda a propositura da UNESCO de associar cultura e desenvolvimento como estratégia ao desenvolvimento global. Ainda que haja temor com relação à imposição de propostas advindas de organizações internacionais que pressionem os governos nacionais com um viés universalista, entende-se na presente tese que as iniciativas desta organização em tela, ainda que não atendam demandas específicas locais, ficando estas a cargo das autoridades, de maneira geral auxiliam na intensificação da defesa e promoção das identidades locais e regionais, por meio de incentivos à criação de políticas públicas e mecanismos legislativos que correspondam aos objetivos traçados.

Características intrínsecas a certas sociedades passam, então, a ser o do qual pode surgir políticas que reverberem positivamente em determinada localidade. Portanto, ressalva-se que a desigualdade social na América Latina afeta diretamente a inserção da *Cultura para o Desenvolvimento* no continente. Seus modos da vida, suas experiências cotidianas, suas oportunidades e condições de vida contrastantes, propiciam experiências interculturais distintas, o que gera diversidade, mas de modo segmentado, seja pela distribuição desigual de iniciativas estatais em todo o país, ou pela influência díspar da globalização em localidades mais remotas, comparativamente às grandes capitais.

Com a proposta metodológica da UNESCO, a CDIS, foi possível verificar pela amostra apresentada que, ainda que notória e reconhecida diversidade cultura, o acesso às atividades e infraestruturas culturais varia ainda de acordo com a classe social, renda *per capita* e proximidade com centros urbanos. A busca da UNESCO em criar mecanismos de análise que facilitem o entendimento da associação de cultura e desenvolvimento às autoridades, e como esta poderia ser aplicada e ou aprimorada, ainda que apresente lacunas, visa justamente fazer essa reflexão comparativa, que propicie uma análise mais assertiva no que tange à gestão das iniciativas culturais de maneira mais descentralizada, possibilitando assim que os indivíduos tenham a opção de vivenciarem tais práticas ou não. Adicionalmente, iniciativas locais específicas, que independam da atuação do Estado ou não para ocorrerem, precisam igualmente ser registradas, para fins de preservação e salvaguarda em certa medida.

Outrossim, o estabelecimento de uma governança focada na instauração de diretrizes de gestão, registro e preservação, se fazem importantes para a melhor consecução da *Cultura para o Desenvolvimento* em uma localidade. As iniciativas engendradas demonstraram que, ainda, frente a todo o contexto de globalização, afora a diversidade cultural e temores com relação à preservação de identidades, demais estratégias são cada vez mais demandadas. Porquanto, em maior ou menor medida, a proposta de *Cultura para o Desenvolvimento* deve transcender regimes políticos e oscilações econômicas, ainda que estes influenciem sobremaneira em seu *modus operandi*, conforme observado nos casos latino-americanos, afora as especificidades e necessidades locais. Logo, frente à globalização e aos processos que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço e tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado, a atenção deve ser redobrada no que tange às questões culturais e sociais por parte das autoridades.

Sobretudo na América Latina, mas como fenômeno global, há longa história de construção de cultura híbrida, em que modernidade é sinônimo de pluralidade, assim como deve-se considerar a noção de hibridização com base nas relações coloniais e suas repercussões nas assimetrias sociais e de poder nesses países, como apresentado ao longo da discussão. Afinal, o que conforma uma sociedade e sua identidade não é simplesmente aquilo que está presente em cena; como também todas as influências externas e internas sofridas. Em resumo, não somente características intrínsecas da região como também seu passado atrelado às oscilações políticas e sociais prementes no continente, podem influenciar no modo como todas as iniciativas engendradas pelos governos locais foram e são elaboradas, assim como quanto aos resultados obtidos.

Assim, o desafio foi essencialmente produzir conhecimento teórico e prático das várias dinâmicas culturais e mapear os setores envoltos pelas economias criativa e da cultura com base nos conceitos estabelecidos pela UNESCO. Afinal, de acordo com a organização, cultura passou a ser vislumbrada como instrumento ativo no mercado e na economia dos países, os quais conseqüentemente passaram por radicais transformações tanto econômicas, quanto sociais, tendo-se em vista a eminência de criação, consumo e interação da sociedade com bens culturais.

A CDIS especificamente trata-se de uma metodologia diferenciada não só por propor a análise de diferentes dimensões que normalmente não são consideradas em

métricas de índices internacionalmente reconhecidos, mas sobretudo pelas suas correlações. Há correlação com comunicação, igualdade de gênero, tolerância e autodeterminação cultural, dentre outras, que em grande medida destacam-se frente às metodologias existentes, fator esse de importante nota.

Contudo, ainda que ofereça todo um respaldo metodológico e que, de certa forma, contemple diferentes realidades sociais e econômicas, como analisado, ainda assim, ao destacar os quesitos que requerem revisão, não necessariamente denota quais seriam as alternativas para tanto, deixando essa responsabilidade por parte das autoridades locais. De certa forma sua característica primordial é relatar às autoridades apontamentos relevantes para a boa consecução de *Cultura para o Desenvolvimento*. Ou seja, a CDIS não deixa de cumprir algo prometido, uma vez que isso de fato não contempla seu escopo. Porquanto, ainda que a resolução dos problemas nacionais dos países que adotam a CDIS não seja o objetivo da metodologia, ela acaba por dar uma visão mais de topo do *iceberg*, como a mesma indica, sendo que a problemática talvez seja muito mais profunda a depender do local analisado. Acaba por oferecer um panorama brando, mas que ainda assim sugere tópicos que suscitam importante debate e reflexão, sobretudo sob a conceituação e aplicabilidade da proposta estratégica de *Cultura para o Desenvolvimento*.

Conforme dados apresentados, parte das lacunas observadas se refere à grande subnotificação em alguns dos dados, sobretudo os econômicos relativos ao setor cultural, tendo-se em vista a inexistência de procedimentos e metodologias que analisem quantitativa e qualitativamente grande parte das atividades dos setores culturais locais e informais em âmbitos nacionais. De fato, trata-se de um desafio encontrado por muitos índices sob uma óptica mundial, como o próprio IDH, sobretudo em áreas mais remotas e ou mais carentes dos países, onde censos e pesquisas acabam por não serem desenvolvidas em sua totalidade.

Outro detalhe de suma relevância é a não computação na dimensão Economia, por exemplo, de atividades culturais advindas de agências públicas e instituições sem fins lucrativos, as quais muitas vezes são responsáveis pela administração de Patrimônios Culturais da Humanidade e cujo controle e acesso podem ser de certa forma mais trabalhosos. Ao não se computarem essas atividades, assim como os empregos informais nestes países, a subnotificação conseqüentemente acaba por ser elevada, prejudicando toda a propositura de análise da *Cultura para o Desenvolvimento*.

A política elaborada a partir do conceito de cultura, deve priorizar o conhecimento, o letramento, as manifestações artísticas, a literatura, a música, enfim, seu conceito deve ser mais amplo tomando a cultura como o conjunto de fazeres e saberes, e todas as atividades que a interpelam. Por meio dos estudos de caso observou-se um forte campo cultural no continente, sobretudo pelo desempenho econômico do setor demonstrado em seus PIB, porém, comparativamente aos demais continentes, o aprimoramento de suas metodologias nacionais, assim como inferido pela CDIS, é substancial e urgente para uma análise mais precisa.

Quanto à estrutura institucional dos governos locais, observou-se que ela existe e, de maneira geral, é bem formalizada. Um tópico bastante salientado pela CDIS é a questão da descentralização dessa estrutura, suprarreferida, de modo que acesse diferentes localidades, das mais urbanizadas às mais remotas, de modo não impositivo ou influenciador, mas que na medida do possível consiga ter acesso aos dados culturais destas, provendo suporte em sua preservação e registro. Outro dado que denota atenção é que, ainda que exista essa estrutura, ela não necessariamente é efetiva, posto que, como apresentado, em locais com estrutura institucional cultural formalizada não existiam infraestruturas suficientes para a demanda populacional. As alternativas para resolução podem ser muitas, mas algumas das observadas são a distribuição de recursos para essas repartições públicas locais, ou até mesmo o incentivo para maior conhecimento técnico do setor cultural aos seus gestores.

No que tange à participação da sociedade nas atividades culturais, esta dimensão trouxe luz ao que foi abordado ao longo da tese, demonstrando justamente que a função primordial do Estado em prover acesso às atividades culturais e à compreensão da sua cultura e identidade, possibilitando assim que os indivíduos possam escolher quais delas participar e realizar, é essencial. Afinal, a liberdade de acesso à informação, provendo assim ao indivíduo o poder de decisão, faz em grande medida parte do alcance ao desenvolvimento. Em contrapartida, o oferecimento de iniciativas públicas, culturais, sociais e sobretudo educacionais, que estimulem o entendimento e a compreensão da importância da cultura, da identidade, e da preservação de suas características, também se faz fundamental, posto que a própria sociedade que fica como responsável pela manutenção de sua própria cultura.

Sobretudo em meio à globalização, os impactos podem ser inúmeros no que tange às características, valores e práticas, possivelmente implicando na padronização; ou então partindo-se da perspectiva de uma eficiente gestão cultural busca

entendê-la como releituras, apropriações, associações entre o que se obtêm nos processos de globalização e o que existe localmente, sendo assim possível manter características particulares dos povos.

Logo, o oferecimento e o acesso às atividades culturais e à disseminação do entendimento de sua relevância são não somente fundamentais econômica e culturalmente como ainda interferem intrinsecamente no indivíduo, uma vez que o faz refletir sobre a sua própria identidade, seus graus de liberdade e tolerância para com o outro, enxergando na diversidade não uma barreira, mas uma oportunidade. Por essa razão, a premissa é a de que uma política cultural, por essência, deve ser construída de forma participativa, buscando abarcar todos esses pormenores que, juntos, tornam-se grandes.

Reitera-se que a análise local e das particularidades da região na qual determinada política será elaborada, desenvolvida e aplicada também deve ser considerada de maneira a obter-se uma otimização dos possíveis resultados decorrentes de tal política cultural. Observada a questão de patrimônio cultural, por exemplo, ainda que consagrados e de reconhecimento internacional, muitos deles podem ter suas gestões exclusivamente em prol da economia, não se controlando o quanto desse usufruto pode degradá-lo e até mesmo seus efeitos não previstos às comunidades e comércio locais. Ao tratar de patrimônio, não se está somente preservando uma cultura, um símbolo histórico e a identidade de um povo, como também se está avaliando o grau de comprometimento das autoridades locais com a cultura; grau este que deve estar em consonância com o de desenvolvimento - sob a perspectiva de crescimento econômico - e não em detrimento a este. Ainda, como isto é visto pela comunidade local e como esta é afetada, não apenas economicamente, também deve ser algo considerado, pois a conscientização dessa comunidade em muito contribui para a preservação histórica, fomento ao turismo e ao desenvolvimento sustentável local. Assim como o maior grau de conhecimento técnico dos gestores do setor cultural, pela óptica da CDIS.

Por fim, ainda que dificilmente vislumbre-se uma equidade ou breve aproximação na elaboração de políticas culturais no continente, o que deve prevalecer é o entendimento da cultura na contemporaneidade, sobretudo em prol do desenvolvimento. É dizer que é preciso maior conscientização cultural para entender quais vertentes podem ter poderes mobilizadores, política, social e economicamente bastante eficazes à sociedade como um todo. Destarte, metodologias devem ser

usadas e aplicadas em benefício das representações locais, como parâmetros que podem ou não ser utilizados; para tanto, a referida conscientização cultural e qualificação técnica que estimulem e possibilitem a criação de adequações internas, de acordo com as realidades específicas, são fundamentais. Quando dessa possibilidade, *Cultura para o Desenvolvimento* não será mais uma proposta ou conceito, mas uma realidade indissociável às esferas econômica, política e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. *Institutions as a fundamental cause of long-run growth*. In: Handbook of economic growth, 2005.
- ACHUGAR, H. *A política cultural no acordo Mercosul*. Revista Estudos Avançados, Edição 8, 1994, p.215-229.
- ADLER, E. *O construtivismo no estudo das relações internacionais*. Lua Nova. 1999.
- ALONSO, G. *Cultura, comercio y globalización*. In: Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- ALSINA, M. R. *Cuestionamientos, características y miradas de la interculturalidad*. In: Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación. España, n. 4, p. 53-68, 2004.
- ANDERSON, B. R. O. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Front Cover: Verso, 1983.
- APPADURAI, A. *Diversidad cultural: una plataforma conceptual*. In: Diversidad cultural, desarrollo y cohesión social. Ministério de Cultura del Perú, 2014, p.33-49.
- ARIZPE, L. *As dimensões culturais da transformação global: uma abordagem antropológica*. Brasília: UNESCO, 2001.
- BAHBHA, H. *The location of culture*. New York: Routledge, 1994.
- BANCO MUNDIAL. *Indigenous Latin America in the Twenty-First Century*. World Bank Group, Março de 2018. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/region/lac/brief/indigenous-latin-america-in-the-twenty-first-century-brief-report-page#:~:text=The%20latest%20available%20census%20data,percent%20of%20the%20total%20population>>. Acesso em: Maio de 2020.
- BARBALHO, A. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- BEUKELAER, C.; FREITAS, R. *Culture and Sustainable Development*. In: De Beukelaer, C., Pyykkönen, M., and Singh, J. P. (eds.) *Globalization, Culture and Development: The UNESCO Convention on Cultural Diversity*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.
- BFSC. Machu Picchu: impacto of tourism, 2020. Disponível em: <<https://geographyfieldwork.com/MachuTourismImpact.htm>>. Acesso em: Março de 2020.
- BIELSCHOWSKY, R. *Sesenta años de la cepal: estructuralismo y neoestructuralismo*. Revista CEPAL 97, 2009.
- BOAS, M.; MARCHAND, M. H. e SHAW, T. H. *The political economy of new regionalisms*. In: Third World Quarterly, V. 20, N. 5, 1999.
- BOLÁN, E. N. *La política cultural: temas, problemas y oportunidades*. México: Conaculta, 2006.
- BOTELHO, I. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo Perspectiva: São Paulo, 2001.
- _____. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. Edições Sesc São Paulo. São Paulo: 2016.

BOURDIEU, P. *A gênese dos conceitos de habitus e campo*. In: O poder simbólico. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 1989, p. 59-73.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*. Martins Fontes, 2009.

BRANT, L. *O poder da cultura*. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 2009.

BRAVO, Marta Elena. Políticas culturales en Colombia. In: COMPENDIO de políticas culturales: documento de discusión. Ministerio de Cultura, República de Colombia, 2009.

BRESLIN, S.; HIGGOTT, R. *Studying Regions: Learning from the Old, Constructing the New*. In: New Political Economy, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Estado, estado-nação e formas de intermediação política*. In: Revista Lua Nova, São Paulo, 100: 155-185, 2017.

BROWNE, E. J. *Charles Darwin: vol. 1 Voyaging*. London: Jonathan Cape, 1995.

BRUNNER, J. J. *América Latina en la encrucijada de la modernidade*. FLACSO, 1992.

BURKE, P. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2003.

CALABRE, L. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. Políticas Culturais e Participação Social: visadas históricas e futuros possíveis. In: XIII ENCONTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM CULTURA. Salvador, 2017.

CANCLINI, N. G. *Políticas culturales en America Latina*. México: Editorial Grijalbo, 1987.

_____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. *A Globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. *Reconstruir políticas de inclusão na América Latina*. In: Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO, 2003, p. 31-37.

_____. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU, 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: Dezembro de 2018.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CATENACCI, V. *Cultura popular: entre a tradição e a transformação*. São Paulo Perspec. vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001.

CDIS. *Methodology manual*. UNESCO, França, 2014. Disponível em <<https://en.unesco.org/creativity/activities/cdis>>. Acesso em: Dezembro de 2019.

CDISCOL. *Culture for Development Indicators Suite Colombia*. UNESCO, 2014. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creativity/cdis/profiles/colombia>>. Acessado em: Janeiro de 2020.

CDISPERU. *Culture for Development Indicators Suite Peru*. UNESCO, 2014. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creativity/cdis/profiles/peru>>. Acesso em: Janeiro de 2020.

CHECKEL, J. T. *The Constructivist Turn in International Relations Theory*. World Politics, 1996.

CLIVE, B. *Development economics*. The New Palgrave: A Dictionary of Economics, v. 1, pp. 818, 825., 1987.

COMPENDIO DE POLÍTICAS CULTURALES, 2009. Disponível em: < https://www.mincultura.gov.co/ministerio/politicas-culturales/compendio-politicas-culturales/Documents/compendiopoliticas_artefinalbaja.pdf>. Acesso em: Abril de 2020.

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, UNESCO, 1978. Disponível em: <http://www.lacult.unesco.org/docc/1978_reun_reg_pol_cult_LAC.pdf>. Acesso em: Abril de 2020.

CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO, UNESCO, 1998. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113935>>. Acesso em: Março de 2019.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LAS POLÍTICAS CULTURALES. UNESCO: México, 1982. Disponível em: <https://culturalrights.net/descargas/drets_culturals_400.pdf>. Acesso em: Agosto de 2018.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: Junho de 2019.

CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS. UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>>. Acesso em: Março de 2019.

CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL E NATURAL. UNESCO: Paris, 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: Agosto de 2018.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. UNESCO: Paris, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: Setembro de 2018.

CONSTITUIÇÃO DA UNESCO. 1945. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: Janeiro de 2019.

CUCHE, D. *Cultura e Identidade*. In: A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: Edusc, 2002.

DANE. Censo de los Grupos Étnicos, 2018. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/grupos-etnicos/informacion-tecnica>>. Acesso em: Maio de 2020.

DÉCADA MUNDIAL DA CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO. UNESCO, 1989. Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000081721>>. Acesso em: Março de 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS. ONU, 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: Março de 2020.

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO. ONU: Nova York, 2010. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>>. Acesso em: Setembro de 2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DA DIVERSIDADE CULTURAL. ONU, 2002. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf>. Acesso em: Julho de 2019.

DEHEINZELIN, L. *Economia criativa, uma visão do hemisfério sul*. Seminário de indústrias culturais, organização dos Estados Ibero Americanos. Buenos Aires: 2006.

DICKMANN, F. *A paz da Vestfália*. Münster, Germany: Aschendorff Verlag, 1959.

DRÉO, J. *Sustainable Development*. In: Methodology and Statistical Analysis of Sustainable Transportation Criteria for Certification Systems, 2006.

DUARTE, B.M. *Alfonso López Pumarejo y la Revolución en marcha*. Credencial Historia (Bogotá-Colombia), nº 192, dezembro de 2005.

DUPAS, G. *Idéias e cultura nas Relações Internacionais*. Marília: Editora Oficina Universitária, 2007.

ESTUDO PRELIMINAR SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS. UNESCO, 1969. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000001173>>. Acesso em: Janeiro de 2020.

ERINKSEN, T. H. *Culture and Rights: Anthropological Perspectives*. London: Cambridge University Press, 2001.

FIGUEIREDO, B. H. R. *Comunicação e cultura: diálogos e tensões por trás da cena*. 2016.

FINNEMORE, M. *National Interests in International Society*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1996.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Arte Nova, 1962.

FUNARI, P.; PELEGRINI, S. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FURTADO, C. *A Economia Latino Americana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

GANESH, S. *Da Inteligência à inteligibilidade cultural: tecnologia digital, ação coletiva e Comunicação nos nossos dias*. In: MOURA, C. P. e FERRARI, M. A. Comunicação, Interculturalidade e Organizações: faces e dimensões da contemporaneidade. Porto Alegre, EdIPUCRS. Livro da ABRAPCORP, 2015.

GÁRCIA, M. T. European communication and cultural policies framework: Creativity as a new paradigm? In: JAVNOST. The Public. 2011. Vol. 18, n.1, p. 21-36.

GARRETÓN, M. A. El espacio cultural latinoamericano revisitado. In: RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (org.) Transversalidades da cultura. Salvador: UFBA, 2008. p. 45-58.

GEERTZ, C. *The Interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.

GIDDENS, A. *Mundo em descontrol*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

GILPIN, R. "A economia Política das Relações Internacionais". Brasília: UNB, 2002.

GRAMSCI, A. *Cultural hegemony*. New York City: Columbia University Press, 1992.

GUEDES, V. *A contribuição de Stuart Hall e de Néstor García Canclini para os estudos da identidade cultural contemporânea*. In: Revista Temática, Ano IX, n. 02 –Fevereiro/2013.

GUTIÉRREZ, J. R. A. *Políticas e Gestão Cultural na América Latina no Século XXI: Diálogos e Reflexões*. Revista Observatório Itaú Cultural, 2016.

HALL, S. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Educação & Realidade: Porto Alegre, 1997, p. 15-46.

_____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005.

HAAS, E. B. *The Uniting of Europe and the "Uniting of Latin America"*. Journal of Common Market Studies, V. 5, N. 4, 1967.

HOBBS, T. *De cive*. Londres: Clarendon Press, 2018.

HUNTINGTON, S. P. *O Choque de Civilizações*. São Paulo: Editora Gradiva, 1996.

IRIYE, A. *Culture and Power: International Relations as Intercultural Relations*, in: Diplomatic History, Volume 3, Issue 2, p. 115-128, 1979.

IWGIA. *Pueblo Indígenas em Peru*. 2020. Disponível em: <<https://www.iwgia.org/es/peru.html#:~:text=Per%C3%BA,Convenio%20169%20de%20la%20OIT>>. Acesso em: Março de 2020.

KEOHANE, R. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R.; NEY, J. *Power and Interdependence*. Longman, 2001.

LANDRY, C. *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovation*, 2005.

LÉLÉ, S.M. *Sustainable development: A critical review*. World Development, v.19, n.6, p.607-621, 1991.

LIPSET, S. M. *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy*. London: Cambridge University Press, 1959.

LOULANSKI, T. *Revising the Concept for Cultural Heritage: The Argument for a Functional Approach*. International Journal of Cultural Property, 2006.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MCGUIGAN, J. *Culture and the public sphere*. Psychology Press, 1996.

MCGREW, A. *A global Society?* In: Modernity and its futures. Cambridge: Polity Press, 1992, p. 61-116.

MIGUEZ, P. *Cultura, diversidade cultural e desenvolvimento*. In: Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. BNDS: Rio de Janeiro, p.363-387, 2014.

MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS, ONU, 2000. Disponível em: <<https://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>>. Acesso em: Dezembro de 2019.

MINTZ, S. *Cultura: uma visão antropológica*. The Yale Review, 1982.

MUCHOTRIGO, M. G. *Identidad y política cultural en el Perú*. LIBERABIT. Lima (Perú) 12: 41-48, 2006.

NEPOMUCENO, M. M. C. A missão cultural brasileira no Uruguai. A construção de um modelo de Diplomacia Cultural do Brasil na América Latina. Teses USP, 2015.

NETTO, A. P.; TRIGO, L.G.G. *Turismo na América Latina: casos de sucesso*. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

NIVÓN E. *Las políticas culturales en América latina en el contexto de la diversidad*. In: Diversidad cultural, desarrollo y cohesión social. Ministério de Cultura del Perú, 2014, p.50-77.

NOSSA DIVERSIDADE CRIATIVA. ONU, 1996. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000105586>>. Acesso em: Março de 2019.

NYE, J. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. *Public Diplomacy and Soft Power, Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 616, Public Diplomacy in a Changing World, 2008, p.94.

OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR NOSSO MUNDO, ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: Janeiro de 2020.

OEI. *Informe del Sistema Nacional de Cultural - Colômbia*, 2012. Disponível em: <<http://www.oei.es/historico/cultura2/colombia/03.htm#32>>. Acesso em: Março de 2020.

OLIVEIRA, V. L. *Liberdade e Poder em Amartya Sen: uma Leitura Crítica*. Revista Desenvolvimento em Questão, Ano 5, Nº 9, 2007.

ONU. *World Decade for Cultural Development*, 1989. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000081721>>. Acesso em: Setembro de 2019.

PALACIOS, P. B. *Diversidad cultural, desarrollo y cohesión cultural*. Ministério de Cultural del Peru, 2014.

PECEM. *Plan Estratégico Sectorial Multianual Cultura Peru*, 2017. Disponível em: <<https://www.ceplan.gob.pe/wp-content/uploads/2016/11/PESEM-Sector-Cultura-2017-2021.pdf>>. Acesso em: Março de 2020.

PIETERSE, J. N. *The cultural turn in development: Questions of power*. The European Journal of Development Research, Dezembro, 2007.

PNUD. *Human Development Report*, 2019. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/2019-report/download>>. Acesso em: Janeiro de 2020.

_____. *Human Development Index*, 2020. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries>>. Acesso em: Janeiro de 2020.

POL, Van der H. *Key Role of Cultural and Creative Industries in the Economy*. Statistics, Knowledge and Policy 2007, UNESCO, 2007.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. ONU, 1987. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2019.

REYGADAS, L. *Equidad intercultural*. In: Diversidad cultural, desarrollo y cohesión social. Ministério de Cultura del Perú, 2014, p.16-31.

REIS, A. C. *Cidades criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 2011.

RELATÓRIO RIO+20. UNESCO, 2012. Disponível em: <<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Toronto/pt-br/file/relatorio-rio20.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2018.

RIBEIRO, D. *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ROBERTSON, R. *Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity*. In: Featherstone, Sage Publications, London, 25-44, 1995.

ROZAS, S. T.; URBANO, H. *Políticas culturales en el Perú*. IN: Políticas Culturais na Ibero-America. São Paulo: CULT, 2008.

RUBIM, A. A. C. *Políticas culturais entre o possível e o impossível*. In: Teorias e políticas da cultura. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 140-148.

SANDOVAL, P. *Diversidad cultural y derecho a la igualdad*. IN: Diversidad cultural, desarrollo y cohesión cultural. Ministério de Cultural del Peru, 2014.

SANABRIA, A. *Ley General de Cultura*. Ministério da Cultura. Bogotá, 2000.

SANAHUJA, J. A. *Del regionalismo abierto al regionalismo post-liberal: Crisis y cambio en La integración regional em América Latina*. Anuario de La Integración regional de América Latina y el Gran Caribe, 2009.

SEMPRINI, A. *Multiculturalismo*. Bauru: Edusc, 1999.

SEN, A. K. *O desenvolvimento como expansão de capacidades*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo: Marco Zero, n. 28/29, p. 313-334, 1993.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. Editora Schwarcz, 1999.

_____. Human Development Report "Globalization with a Human Face, ONU, 1999.

SMITH, A. *The Wealth of Nations*. Londres: Penguin Books, 1994. Original de 1642.

SOARES, F. *Dinâmica da miscigenação em populações da América Latina*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

STELOWSKA, D. *Culture in International Relations Defining Cultural Diplomacy*. Polish Journal of Political Science, 2015.

STIGLITZ, J. E. *A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002.

SUCIU, M.C. *Creative Economy and Creative City*. Romanian Journal of Regional Science, Vol. 2, Nº1, 2009.

TYLOR, E. *Primitive Culture: Research into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custum*. London: Dover Publications, 2016. Original de 1871.

UCCN. UNESCO Creative cities network "building a collective vision for the future" Strategic framework, 2017. Disponível em: <https://fr.unesco.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/strategicframework_uccn_eng_20170705_vf_no_budget.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2020.

_____. Creative cities network, 2016. Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities/sites/creative-cities/files/List%20of%20UNESCO%20Creative%20Cities_January%202016.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2020.

UNESCO. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO, 2003.

_____. *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por>. Acesso em: abril de 2020.

_____. *The power of Culture for the development*, 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000189382>>. Acesso em: Agosto de 2019.

_____. *Cultural times: The first global map of cultural and creative industries*. EY, 2015.

_____. *The globalisation of cultural trade: A shift in consumption International flows of cultural goods and services 2004-2013*, 2016.

_____. World Cultural Heritage, 2020. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/>>. Acesso em: Janeiro de 2019.

_____. Creative cities network, 2020. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creative-cities/creative-cities-map>>. Acesso em: Dezembro de 2019.

VALENTIM, A. *Boas práticas em políticas públicas: as leis de incentivo à cultura no financiamento às artes*. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: 2010.

VALIATI, L. *Organização da cultura: bem-estar econômico e evolução cultural*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

VAN HAM, P. *Identity Beyond the State*. Copenhagem: Global Policy Forum, 2000.

WORLD INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE. UNESCO, 2020. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/>>. Acesso em: Janeiro de 2020.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília, Unb, 2012. Original de 1922.

WELDES J. *High politics and low data: globalization discourses and popular culture*. In: Interpretation and Method: empirical research methods and the interpretive turn. M.E. Sharpe, New York. 2006. p. 176 - 186.

WENDT, A. *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press, 1999.

WERTHEIN, J. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO, 2003, p. 31-37.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed.Unesp, 2011.

WORDL BANK, Gini INDEX, 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=2018&start=1967&view=chart>>. Acesso em: Maio de 2020.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2011*. Genebra: 2011.

ANEXO I - Patrimônios Culturais Materiais da Humanidade na América Latina pela UNESCO

País		Patrimônio (com <i>link</i> para a página da UNESCO)
1	Antígua e Barbuda	<u>Docas Navais de Antígua e Sírios Arqueológicos relacionados</u>
2	Argentina	<u>Missões Jesuítas dos Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nossa Senhora de Loreto e Santa María Mayor (Argentina), Ruínas de São Miguel das Missões (Brasil)</u>
3	Argentina	<u>Caverna das Mãos, Rio Pinturas</u>
4	Argentina	<u>Bairro e Estâncias Jesuítas de Córdoba</u>
5	Argentina	<u>Quebrada de Humahuaca</u>
6	Argentina	<u>Qhapaq Ñan (Caminhos Incas), Sistema Rodoviário Andino</u>
7	Argentina	<u>O Trabalho Arquitetônico de Le Corbusier, uma Contribuição Impressionante para o Movimento Moderno</u>
8	Barbados	<u>Centro Histórico de Bridgetown e sua Guarnição Militar</u>
9	Bolívia	<u>Cidade de Potosí</u>
10	Bolívia	<u>Missões Jesuítas de Chiquitos</u>
11	Bolívia	<u>Cidade Histórica de Sucre</u>
12	Bolívia	<u>Forte de Samaipata</u>
13	Bolívia	<u>Tiwanaku: Centro Espiritual e Político da Cultura Tiwanaku</u>
14	Bolívia	<u>Qhapaq Ñan (Caminhos Incas), Sistema Rodoviário Andino</u>
15	Brasil	<u>Cidade Histórica de Ouro Preto</u>
16	Brasil	<u>Centro Histórico da Cidade de Olinda</u>
17	Brasil	<u>Missões Jesuítas dos Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nossa Senhora de Loreto e Santa Maria Mayor (Argentina), Ruínas de São Miguel das Missões (Brasil)</u>
18	Brasil	<u>Centro Histórico de Salvador na Bahia</u>
19	Brasil	<u>Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo</u>
20	Brasil	<u>Brasília</u>
21	Brasil	<u>Parque Nacional da Serra da Capivara</u>
22	Brasil	<u>Centro Histórico de São Luís</u>
23	Brasil	<u>Centro Histórico da Cidade de Diamantina</u>
24	Brasil	<u>Centro Histórico da Cidade de Goiás</u>

25	Brasil	<u>Praça de São Francisco na Cidade de São Cristóvão</u>
26	Brasil	<u>Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar</u>
27	Brasil	<u>Conjunto Arquitetônico da Pampulha</u>
28	Brasil	<u>Sítio Arqueológico Caís do Valongo</u>
29	Brasil	<u>Paraty e Ilha Grande – Cultura e Biodiversidade</u>
30	Chile	<u>Parque Nacional Rapa Nui</u>
31	Chile	<u>Igrejas de Chiloé</u>
32	Chile	<u>Bairro Histórico da Cidade Portuária de Valparaíso</u>
33	Chile	<u>Fábricas de beneficiamento de salitre de Humberstone e Santa Laura</u>
34	Chile	<u>Aldeia Mineira de Sewell</u>
35	Chile	<u>Qhapaq Aen (Caminhos Incas), Sistema Rodoviário Andino</u>
36	Colômbia	<u>Porto, Fortalezas e Conjunto de Monumentos, Cartagena</u>
37	Colômbia	<u>Centro Histórico de Santa Cruz de Mompox</u>
38	Colômbia	<u>Parque Arqueológico Nacional de Tierradentro</u>
39	Colômbia	<u>Parque Arqueológico de San Agustín</u>
40	Colômbia	<u>Paisagem Cultural do Café da Colômbia</u>
41	Colômbia	<u>Qhapaq Ñan (Caminhos Incas), Sistema Rodoviário Andino</u>
42	Colômbia	<u>Parque Nacional Chiribiquete – "A Maloca do Jaguar"</u>
43	Costa Rica	<u>Assentamentos Pré-colombianos com as esferas de pedra de Diquís</u>
44	Cuba	<u>Cidade antiga de Havana e suas Fortificações</u>
45	Cuba	<u>Trinidad e Vale de los Ingenios</u>
46	Cuba	<u>Castelo de San Pedro de la Roca, em Santiago de Cuba</u>
47	Cuba	<u>Vale de Viñales</u>
48	Cuba	<u>Paisagem Arqueológica das Primeiras Plantações de Café no Sudeste de Cuba</u>
49	Cuba	<u>Centro Histórico Urbano de Cienfuegos</u>
50	Cuba	<u>Centro Histórico de Camagüey</u>
51	República Dominicana	<u>Cidade Colonial de Santo Domingo</u>
52	Equador	<u>Cidade de Quito</u>
53	Equador	<u>Centro Histórico de Santa Ana de los Ríos de Cuenca</u>
54	Equador	<u>Qhapaq Ñan (Caminhos Incas), Sistema Rodoviário Andino</u>
55	El Salvador	<u>Sítio Arqueológico Joya de Cerén</u>

56	Guatemala	<u>Antígua, na Guatemala</u>
57	Guatemala	<u>Parque Nacional de Tikal</u>
58	Guatemala	<u>Parque Arqueológico e Ruínas de Quirigua</u>
59	Haiti	<u>Parque Nacional Histórico - Cidadela, Sans Souci, Ramiers</u>
60	Honduras	<u>Sítio Maya de Copán</u>
61	Jamaica	<u>Montanhas Blue e John Crow</u>
62	México	<u>Centro Histórico da Cidade do México e Xochimilco</u>
63	México	<u>Centro Histórico de Oaxaca e Sítio Arqueológico de Monte Albán</u>
64	México	<u>Centro Histórico de Puebla</u>
65	México	<u>Cidade Pré-Hispânica e Parque Nacional de Palenque</u>
66	México	<u>Cidade Pré-Hispânica de Teotihuacan</u>
67	México	<u>Cidade Histórica de Guanajuato e Minas Adjacentes</u>
68	México	<u>Cidade Pré-Hispânica de Chichén-Itzá</u>
69	México	<u>Centro Histórico de Morelia</u>
70	México	<u>Cidade Pré-Hispanica de El Tajín</u>
71	México	<u>Centro Histórico de Zacatecas</u>
72	México	<u>Pinturas Rupestre da Serra de São Francisco</u>
73	México	<u>Primeiros Mosteiros do Século XVI nas Encostas do Popocatepetl</u>
74	México	<u>Zona de Monumentos Históricos de Querétaro</u>
75	México	<u>Cidade Pré-Hispânica de Uxmal</u>
76	México	<u>Hospício Cabañas, Guadalajara</u>
77	México	<u>Zona Arqueológica de Paquimé, Casas Grandes</u>
78	México	<u>Zona de Monumentos Históricos de Tlacotalpan</u>
79	México	<u>Zona de Monumentos Arqueológicos de Xochicalco</u>
80	México	<u>Cidade Histórica Fortificada de Campeche</u>
81	México	<u>Antiga Cidade Maia e Florestas Tropicais Protegidas de Calakmul, em Campeche</u>
82	México	<u>Missões Franciscanas na Serra Gorda de Querétaro</u>
83	México	<u>Casa-estúdio de Luis Barragán</u>
84	México	<u>Paisagem de Agave e Antigas Instalações Industriais de Tequila</u>
85	México	<u>Campus Central da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM)</u>
86	México	<u>Cidade Fortificada de San Miguel e o Santuário de Jesús Nazareno de Atotonilco</u>
87	México	<u>Camino Real de Tierra Adentro</u>

88	México	<u>Cavernas Pré-históricas de Yagul e Mitla no Vale Central de Oaxaca</u>
89	México	<u>Aqueduto do Padre Tembleque</u>
90	México	<u>Vale Tehuacán-Cuicatlán: habitat originário da Mesoamérica</u>
91	Nicarágua	<u>Ruínas de León Viejo</u>
92	Nicarágua	<u>Catedral de León</u>
93	Panamá	<u>Fortificações do Lado Caribe do Panamá: Portobelo-San Lorenzo</u>
94	Panamá	<u>Sítio Arqueológico de Panamá Viejo e Distrito Histórico do Panamá</u>
95	Paraguai	<u>Missões Jesuítas de Santíssima Trindade do Paraná e Jesús de Tavarangué</u>
96	Peru	<u>Cidade de Cuzco</u>
97	Peru	<u>Santuário Histórico de Machu Picchu</u>
98	Peru	<u>Sítio Arqueológico de Chavín</u>
99	Peru	<u>Zona Arqueológica de Chan Chan</u>
100	Peru	<u>Centro Histórico de Lima</u>
101	Peru	<u>Parque Nacional do Rio Abiseo</u>
102	Peru	<u>Linhas e Geóglifos de Nasca e das Pampas de Jumana</u>
103	Peru	<u>Centro Histórico da Cidade de Arequipa</u>
104	Peru	<u>Cidade Sagrada de Caral-Supe</u>
105	Peru	<u>Qhapaq Ñan (Caminhos Incas), Sistema Rodoviário Andino</u>
106	São Cristóvão e Névis	<u>Parque Nacional da Fortaleza Brimstone Hill</u>
107	Suriname	<u>Centro Histórico da Cidade de Paramaribo</u>
108	Uruguai	<u>Bairro Histórico da Cidade de Colônia do Sacramento</u>
109	Uruguai	<u>Paisagem Cultural e Industrial De Fray Bentos</u>
110	Venezuela	<u>Coro e seu Porto</u>
110	Venezuela	<u>Cidade Universitária de Caracas</u>

FONTE: World Cultural Heritage, UNESCO, 2020. Elaboração própria. Tradução nossa.

ANEXO II - Patrimônios Naturais da Humanidade na América Latina pela UNESCO

País	Patrimônio (com <i>link</i> para a página da UNESCO)
1	Argentina <u>Parque Nacional Los Glaciares</u>
2	Argentina <u>Parque Nacional do Iguaçu</u>
3	Argentina <u>Península Valdés</u>
4	Argentina <u>Parques Naturais de Ischigualasto e Talampaya</u>
5	Argentina <u>Parque Nacional Los Alerces</u>
6	Belize <u>Reserva do Sistema da Barreira de Recifes em Belize</u>
7	Bolívia <u>Parque Nacional Noel Kempff Mercado</u>
8	Brasil <u>Parque Nacional do Iguaçu</u>
9	Brasil <u>Reservas de Mata Atlântica do Sudeste</u>
10	Brasil <u>Reservas de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento</u>
11	Brasil <u>Complexo da Conservação da Amazônia Central</u>
12	Brasil <u>Área de Conservação do Pantanal</u>
13	Brasil <u>Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas Fernando de Noronha e Atol das Rocas</u>
14	Brasil <u>Áreas Protegidas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas</u>
15	Brasil <u>Paraty e Ilha Grande – Cultura e Biodiversidade</u>
16	Colômbia <u>Parque Nacional Los Katios</u>
17	Colômbia <u>Santuário da Fauna e Flora de Malpelo</u>
18	Colômbia <u>Parque Nacional Chiribiquete – "A Maloca do Jaguar"</u>
19	Costa Rica <u>Reservas da Cordilheira de Talamanca-La Amistad / Parque Nacional La Amistad</u>
20	Costa Rica <u>Parque Nacional da Ilha do Coco</u>
21	Costa Rica <u>Área de Conservação de Guanacaste</u>
22	Cuba <u>Parque Nacional Desembarco del Granma</u>
23	Cuba <u>Parque Nacional Alejandro de Humboldt</u>
24	Dominica <u>Parque Nacional de Morne Trois Pitons</u>
25	Equador <u>Ilhas Galápagos</u>
26	Equador <u>Parque Nacional Sangay</u>

27	Guatemala	<u>Parque Nacional de Tikal</u>
28	Honduras	<u>Reserva da Biosfera de Rio Plátano</u>
29	Jamaica	<u>Montanhas Blue e John Crow</u>
30	México	<u>Sian Ka'an</u>
31	México	<u>Santuário de Baleias de El Vizcaino</u>
32	México	<u>Antiga Cidade Maia e Florestas Tropicais Protegidas de Calakmul, Campeche</u>
33	México	<u>Ilhas e Áreas Protegidas do Golfo da Califórnia</u>
34	México	<u>Reserva da Biosfera Borboleta-monarca</u>
35	México	<u>Reserva da Biosfera El Pinacate e Grande Deserto de Altar</u>
36	México	<u>Arquipélago Revillagigedo</u>
37	México	<u>Vale Tehuacán-cuicatlán: habitat originário da Mesoamérica</u>
38	Panamá	<u>Parque Nacional Darien</u>
39	Panamá	<u>Reservas da Cordilheira de Talamanca-La Amistad/Parque Nacional La Amistad</u>
40	Panamá	<u>Parque Nacional Coiba e a sua Zona Especial de Proteção Marinha</u>
41	Peru	<u>Santuário Histórico de Machu Picchu</u>
42	Peru	<u>Parque Nacional de Huascarán</u>
43	Peru	<u>Parque Nacional de Manú</u>
44	Peru	<u>Parque Nacional do Rio Abiseo</u>
45	Santa Lucia	<u>Área de Gestão Ambiental dos Pitons</u>
46	Suriname	<u>Reserva Natural do Suriname Central</u>
47	Venezuela	<u>Parque Nacional Canaima</u>

FONTE: World Cultural Heritage, UNESCO, 2020. Elaboração própria. Tradução nossa.

ANEXO III - Patrimônios Culturais Imateriais da Humanidade na América Latina pela UNESCO

País	Patrimônio (com <i>link</i> para a página da UNESCO)
1	Argentina Filete porteño em Buenos Aires, uma tradicional técnica de pintura
2	Argentina – Uruguai Tango
3	Bolívia Festival da Santíssima Trindade do Senhor Jesus do Grande Poder na cidade de La Paz
4	Bolívia Jornadas ritualísticas em La Paz durante a festa Alasita
5	Bolívia Pujllay e Ayarichi, músicas e danças da cultura Yampara
6	Bolívia Ichapekene Piesta, o maior festival de San Ignacio de Moxos
7	Bolívia A comovisão andina dos kallawayas
8	Bolívia Carnaval de Oruro
9	Bolívia – Chile – Peru Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial das comunidades Aimarás na Bolívia, Chile e Peru
10	Brasil Complexo cultural do Bumba-meu-boi de Maranhão
11	Brasil Roda de Capoeira
12	Brasil Círio de Nazaré na cidade de Belém, Pará
13	Brasil Frevo, performance artística do Carnaval de Recife
14	Brasil Yaokwa, o ritual de manutenção da ordem social e cósmica do povo de Enawenê Nawê
15	Brasil Concurso de Projetos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
16	Brasil Museu Vivo do Fandango
17	Brasil Expressões orais e gráficas dos Oiampis
18	Brasil Samba de Roda do Recôncavo Baiano
19	Chile Baile Chino
20	Colômbia Estratégia de salvaguarda do artesanato tradicional para construção da paz
21	Colômbia Tradicional música Vallenato da antiga região da Grande Magdalena
22	Colômbia Festival de São Francisco de Assis, Quibdó
23	Colômbia Conhecimento tradicional dos xamã jaguar de Yuruparí
24	Colômbia Sistema normativo do povo Wayuu, aplicado pelos Pütchipü'üi (oradores)
25	Colômbia Carnaval de Negros e Brancos
26	Colômbia Procissões da Semana Santa em Popayán
27	Colômbia Carnaval de Barranquilla

28	Colômbia	<u>Espaço cultural de Palenque de São Basilio</u>
29	Colômbia – Equador	<u>Música Marimba, cantigas e danças tradicionais da região do Pacífico Sul da Colômbia e Província Esmeraldas do Equador</u>
30	Colômbia – Venezuela	<u>Cantos de trabalho campestre da Colombia-Venezuelana</u>
31	Costa Rica	<u>Tradições de pastoreio e carro de boi na Costa Rica</u>
32	Cuba	<u>Festividade de Las Parrandas no centro de Cuba</u>
33	Cuba	<u>Punto</u>
34	Cuba	<u>Rumba em Cuba, uma combinação festiva da música e dança e todas as práticas associadas</u>
35	República Dominicana	<u>Música e dança da Bachata dominicana</u>
36	República Dominicana	<u>Música e dança do merengue na República Dominicana</u>
37	República Dominicana	<u>Tradição de representação e dança dos Cocolo</u>
38	República Dominicana	<u>Espaço cultural da Irmandade do Espírito Santo dos Congos da Villa Mella</u>
39	Equador	<u>Tecelagem tradicional do chapéu equatoriano de palha toquilla</u>
40	Equador – Peru	<u>Herança oral e manifestações culturais do povo Zápara</u>
41	Guatemala	<u>Cerimônia Nan Pa'ch</u>
42	Guatemala	<u>Tradição de representação e dança do Rabinal Achí</u>
43	Jamaica	<u>Música Reggae da Jamaica</u>
44	México	<u>La Romería: ritual da 'La llevada' da Virgem de Zapopan</u>
45	México	<u>Charrería, tradição equestre no México</u>
46	México	<u>Xtaxkqakget Makgkaxtlawana: centro para arte indígena e sua contribuição para a salvaguarda do patrimônio cultural intangível do povo Totonac de Veracruz, México</u>
47	México	<u>Mariachi, música de cordas, canção e trompete</u>
48	México	<u>Parachicos na tradicional festa de Janeiro de Chiapa de Corzo</u>
49	México	<u>Pirekua, música tradicional do povo P'urhépecha</u>
50	México	<u>Culinária mexicana tradicional - cultura comunitária ancestral em andamento, o paradigma de Michoacán</u>
51	México	<u>Lugares de memória e tradições vivas do povo Otomí-Chichimecas de Tolimán: o Peña de Bernal, guardião de um território sagrado</u>
52	México	<u>Cerimônia ritual dos Voadores</u>
53	México	<u>Festividade indígena dedicada aos mortos</u>
54	México – Espanha	<u>Talavera artesanal de Puebla e Tlaxcala (México) e processo de manufatura das cerâmicas de Talavera de la Reina e El Puente del Arzobispo (Espanha)</u>
55	Panamá	<u>Expressões rituais e festivas da cultura do Congo</u>
56	Panamá	<u>Processos artesanais e técnicas com fibras vegetais usando talcos, tranças e pintura na tecelagem do chapéu pinta'o</u>

57	Peru	<u>'Hatajo de Negritos' e 'Hatajo de Pallitas' do litoral centro-sul peruano</u>
58	Peru	<u>Sistema tradicional de juizes de água de Corongo</u>
59	Peru	<u>Dança Wititi do Vale Colca</u>
60	Peru	<u>Festividade da Virgem da Candelária de Puno</u>
61	Peru	<u>Conhecimentos, habilidades e rituais relacionados à renovação anual da ponte Q'eswachaka</u>
62	Peru	<u>Eshuva, Harákmbut orações cantadas do povo Huachipaire do Peru</u>
63	Peru	<u>Peregrinação ao Santuário do Senhor de Qoyllurit'i</u>
64	Peru	<u>Huaconada, dança ritual de Mito</u>
65	Peru	<u>Dança das Tesouras</u>
66	Peru	<u>Taquile e sua arte têxtil</u>
67	Uruguai	<u>Candombe e o seu espaço sociocultural: uma prática comunitária</u>
68	Venezuela	<u>Programa Biocultural de salvaguarda da tradição das Palmeiras Abençoadas na Venezuela</u>
69	Venezuela	<u>Carnaval de El Callao, uma festiva representação da memória e identidade cultural</u>
70	Venezuela	<u>Conhecimento tradicional e tecnologias relacionadas ao crescimento e processamento do Curauá</u>
71	Venezuela	<u>Tradição oral Mapoyo e seus pontos de referência simbólica em seu território</u>
72	Venezuela	<u>A Parranda de San Pedro de Guarenas y Guatire</u>
73	Venezuela	<u>Diabos dançantes de Corpus Christi da Venezuela</u>

FONTE: World Intangible Cultural Heritage, 2020. Elaboração própria. Tradução nossa.

ANEXO IV - Cidades Criativas na América Latina pela UNESCO.

	País	Cidade	Categoria
1	Argentina	Buenos Aires	Design
2	Bahamas	Nassau	Desenhos e Arte folclórica
3	Bolívia	Cochabamba	Gastronomia
4	Bolívia	Trinidad	Desenhos e Arte folclórica
5	Brasil	Brasília	Design
6	Brasil	Belém	Gastronomia
7	Brasil	Belo Horizonte	Gastronomia
8	Brasil	Curitiba	Design
9	Brasil	Florianópolis	Gastronomia
10	Brasil	João Pessoa	Desenhos e Arte folclórica
11	Brasil	Parati	Gastronomia
12	Brasil	Salvador	Música
13	Brasil	Santos	Filme
14	Chile	Valparaíso	Música
15	Chile	Frutillar	Música
16	Colômbia	Bogotá	Música
17	Colômbia	Buenaventura	Gastronomia
18	Colômbia	Medellín	Música
19	Colômbia	Santiago de Cali	Artes midiáticas
20	Colômbia	Popayán	Gastronomia
21	Costa Rica	San Jose	Design
22	Equador	Chordeleg	Desenhos e Arte folclórica
23	Equador	Durán	Desenhos e Arte folclórica
24	Haiti	Jacmel	Desenhos e Arte folclórica
25	Jamaica	Kingston	Música
26	México	Cidade do México	Design
27	México	Ensenada	Gastronomia

28	México	Puebla	Design
29	México	Querétaro	Design
30	México	Morelia	Música
31	México	San Cristóbal de las Casas	Desenhos e Arte folclórica
32	Paraguai	Areguá	Desenhos e Arte folclórica
33	Peru	Arequipa	Gastronomia
34	República Dominicana	Santo Domingo	Música
35	Trinidad e Tobago	Porto da Espanha	Música
36	Uruguai	Montevidéu	Literatura

FONTE: UNESCO Creative Cities Network, 2020. Elaboração própria. Tradução nossa.